

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Luis Octavio de Faria e Silva

Recuperação da centralidade da cidade de São Paulo

São Paulo

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Luis Octavio de Faria e Silva

Recuperação da centralidade da cidade de São Paulo

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.
Área de Concentração: Projeto de Arquitetura
Orientador: Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya

São Paulo
2008

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail: arquiteturali@terra.com.br

Silva, Luis Octavio de Faria e
S586r
Recuperação da centralidade da cidade de São Paulo /
Luis Octavio de Faria e Silva. – São Paulo, 2008.
157 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: Projeto de Arquitetura) - FAUUSP.
Orientador: Sylvio Barros Sawaya

1. Áreas centrais - Preservação – São Paulo(SP)
2. Desenho urbano
3. Arquitetura I. Título

CDU 711.523(816.11)

Para meus pais, Horácio (†) e Ligia.

Para meus filhos, Pedro e Antônio.

Agradecimentos

Ao Prof. Sylvio Barros Sawaya, pela disponibilidade e estima.

Aos arquitetos Anália MMC Amorim e Benedito Assagra Ribas de Mello por apoio em vários níveis durante o processo do trabalho.

Ao Rodrigo de Faria e Silva, pela fundamental leitura e revisão dos textos.

Ao aluno Emmanuel Cortez pela ajuda com alguns desenhos.

Ao Enrico Cacciari pelo gentil apoio com os computadores.

Ao Prof. Aluísio Fontana Margarido pela simpática conversa sobre estruturas.

À Escola da Cidade pelo apoio financeiro na finalização do trabalho.

À arquiteta Stella Bertaso pelo apoio e entusiasmo.

À tradutora Heloísa Villela pelo apoio com o resumo em inglês.

Ao Alexandre Rodrigues pela editoração do trabalho.

Aos colegas de trabalho e funcionários onde sou docente por inúmeras ajudas, sem as quais este trabalho não teria sido possível.

Aos professores, funcionários e colegas da FAUUSP.

Resumo

Discussão sobre a recuperação da condição central da colina onde se iniciou a cidade de São Paulo, através de sua atualização e potencialização pela arquitetura e desenho urbano.

A atualização do Centro velho paulistano passa pela consideração de várias escalas, entre as quais a que decorre da nova dimensão da aglomeração humana de São Paulo (a macro-metrópole paulista), a escala do vale do rio Tamanduateí e a escala local.

A desobrigação de o Centro velho paulistano manter todas as funções centrais metropolitanas, expandindo-as a partir da consideração da macro-metrópole, permitiu retomar o Centro Tradicional em suas funções essenciais. Defende-se a recuperação dessas funções centrais mitigadas no decorrer do século XX no Centro velho, a saber, sede do poder político municipal, estadual e da universidade, além de habitação e espaços dedicados à religião. O Centro velho é visto como o Centro da Polis paulistana, comparável ao que era o Forum para a cidade romana.

É apresentado um processo de projeto que investiga a *forma* que o Centro atualizado pode ter e o resultado é visto como intermediário. As diretrizes que se obtém do processo prospectivo e a busca em si são vistas como contribuições para um projeto que é necessariamente coletivo.

Abstract

The present thesis is a discussion on the recovery of a central condition of the hill where the city of São Paulo was founded, by updating it and involving it through architecture and urban design.

Updating the old paulistano Center requires the appreciation of several scales, one of them being the one that considers the new dimension of human agglomeration in São Paulo (the paulista macro-metropolis), the scale of the Tamanduateí river valley and the local scale.

Once the maintenance of all metropolitan central functions in the old Center of São Paulo is not necessary anymore, as these functions are already spread to other areas of the macro-metropolis, this enables the Traditional Center to recover its essential functions. We advocate the recovery of these central functions - the seat of state and of the city political power, the university, in addition to housing and places dedicated to religion - which have mitigated throughout the XXth century in the old Center. The old Center is considered the Center of São Paulo Polis, similar to what the Forum had been for the Roman city.

This work comprises a designing process that investigates the “form” that the refurbished Center could have and the result of this process is still intermediate. The “route” obtained with the designing process and the search itself are seen as contributions for a project that is, necessarily, a collective work.

Sumário

| | |
|--|-----|
| Introdução | 09 |
| Capítulo I O lugar central de São Paulo revisitado em suas origens | 15 |
| Capítulo II O Centro paulistano na metrópole..... | 33 |
| Capítulo III Centralidade – significados e caracterização..... | 58 |
| Capítulo IV A Centralidade no espaço metropolizado – análise e diretrizes de proposta | 70 |
| Capítulo V Centralidade renovada na macro-metrópole paulista | 98 |
| Capítulo VI O desenho do novo Centro..... | 121 |
| Conclusão..... | 146 |
| Bibliografia | 150 |
| Fontes das ilustrações | 156 |

Introdução

A discussão que se pretende com este trabalho refere-se à perspectiva de recuperar a condição central da colina onde se iniciou a cidade de São Paulo, em função da Centralidade latente daquele lugar. A área que identificamos nos dias de hoje como Centro velho paulistano está instalada sobre a colina original em questão e sua atualização, que se imagina necessária, passa pela recuperação de funções essenciais à sua condição central.

Para a recuperação daquele Centro não resultar num reforço do excessivo congestionamento da região central paulistana, há necessariamente a consideração de uma rede de Centros e centralidades que compõe uma zona central, em anéis de centros numa rede articulada na escala da Bacia do alto Tietê e da macro-metrópole paulista.

Defende-se, portanto, que a atualização do Centro velho paulistano passa pela consideração de escalas outras, não apenas da cidade ou município e nem mesmo apenas da metrópole, mas necessariamente também pela escala da macro-metrópole, que se vai discutir adiante.

Compreende-se o Centro velho da cidade como o Centro da Polis paulistana. De acordo com Lewis Munford¹, a Polis é resultado da mudança na forma do poder e aparece quando este passa para as mãos da comunidade, tendo sido de certa maneira superada a cidadela fortificada. Em função da tensão entre a concentração do poder da cidadela e sua condição potencialmente democrática na Polis, o Centro de poder se explicita de forma menos ou mais aberta. A Polis, portanto, é a condição urbana a partir da transferência de poder da cidadela para a comunidade. O Centro da Polis, por sua vez, é uma composição de lugar cerimonial e de administração política.

A *Ágora*² nas colônias gregas da Cultura clássica é inaugural como Centro da Polis que promove a fusão do centro cerimonial e político. Na Atenas clássica, a política estava dividida entre *Ágora*, *Pnyx* e *Aerópago* enquanto o Centro cerimonial estava na *Acrópole*, antes uma cidadela fortificada. Nas colônias, todas as funções se fundem na *Ágora*. No período helenístico subsequente se vê uma sofisticação formal na constituição da *Ágora* que serve de base para o Fórum romano.

¹ MUNFORD, Lewis *A cidade na história* São Paulo: Martins Fontes 2004

² Adoto o termo *Ágora* como substantivo de gênero feminino em função de seu uso ter sido assim generalizado ainda que autores como o próprio Munford façam uso do termo no masculino: *o Agora*.

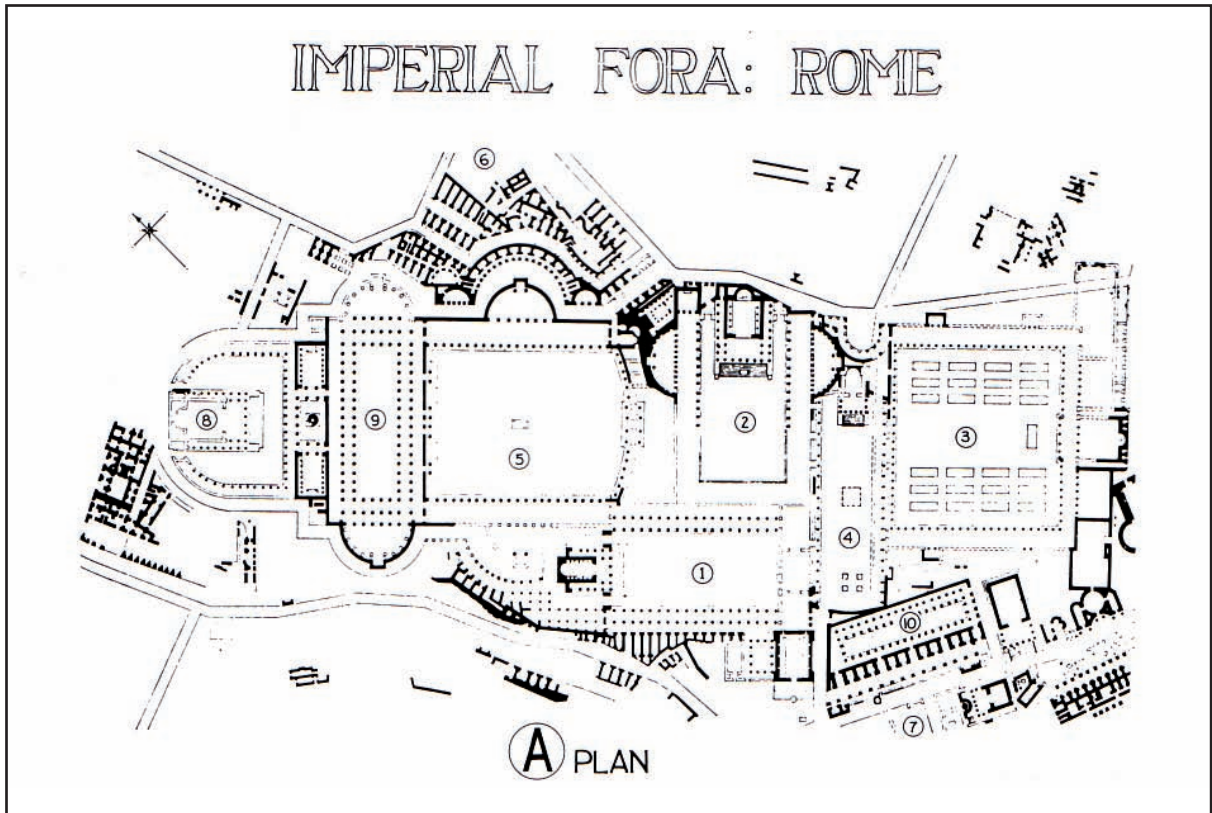


Fig. 1 - Fora em Roma

Defende-se aqui que a condição latente do Centro velho paulistano favorece a caracterização daquele lugar como Centro cerimonial e político, como um Centro da Polis ou Fórum. Centro onde a perspectiva democrática seja dominante e que combine a preservação de certos valores com o debate e a direção compartilhada.

O que distinguia a Polis grega, em sua fase de desenvolvimento, era o fato de que nenhuma parte de sua vida se achava longe da vista ou longe do espírito [...]. Tudo o que os homens faziam era aberto à inspeção, quer no mercado, quer na oficina, quer no tribunal, quer no conselho, quer no ginásio; e tudo o que era natural era aceitável [...]. Naquele sentido, o grego tinha um espírito completamente aberto (MUMFORD, 2004, p.185).

Com a Polis, na Humanidade, em especial junto ao Mediterrâneo e Oriente próximo, surge um novo padrão urbano que transformava a condição anterior em que o poder militar e o armazenamento eram o sentido da cidade. A Polis é a dimensão espacial de uma condição de poder não centralizado. O Centro da Polis inicialmente aparentava uma “flexível desordem” que na urbanidade helenística foi transformada numa forma de “arregimentada elegância”, nas palavras de Mumford. O Fórum romano é herdeiro da Ágora da Cultura helenística já que apresenta um desenho ordenado que adquire cada vez mais monumentalidade na medida em que o Império se expande.

O fim do Império romano, com sua transformação durante a chamada Idade Média, vê sobreviver nos Mosteiros uma idéia transformada de Polis, já que a colônia monástica tinha um aspecto de cidadela. mas as relações ali estabelecidas fazem dela o laço mais próximo entre a Cidade Clássica e a que se seguiu. O mosteiro é visto como:

[...] uma nova espécie de Polis, associação, ou melhor, uma íntima fraternidade de pessoas que pensavam da mesma forma, não reunidas apenas para cerimônias ocasionais, mas para permanente coabitação, num esforço para conseguir na Terra uma vida cristã, dirigida exclusivamente, com unicidade de espírito, para o serviço de Deus. (MUMFORD, 2004, p.270)

Na cidade da Idade Média surgiu também uma instituição que fez o que a Polis grega havia falhado em fazer: as *guildas*, que promovem a valorização do trabalho, algo que não se dava na Cultura clássica. Com o fim da Idade Média, somem as guildas, exceto uma: a *Universitas* – Universidade – que permitiu a ampliação e transmissão da herança intelectual numa escala inédita.

Na Universidade, as funções de acumulação cultural, disseminação e intercâmbio e edição criadora – talvez as três funções mais essenciais da cidade, eram adequadamente desempenhadas. E, assim como o claustro e a biblioteca do Mosteiro podiam ser chamados uma Universidade passiva, assim podia ser a Universidade rotulada como uma clausura ativa, pois tornava explícita, de direito próprio e como uma função secular uma das atividades necessárias da cidade: a retirada das responsabilidades práticas imediatas e a reapropriação crítica e renovação da herança cultural, graças ao intercâmbio direto entre mestres e alunos. (MUMFORD, 2004, p.301)

A colina central paulistana foi onde se instalou o Convento ou Mosteiro jesuítico, de início com ares de cidadela em função da defesa contra os ameríndios hostis à sua presença. Foi local de ensino e pregação e, em alguma medida, assim como outros estabelecimentos jesuíticos na América portuguesa, uma espécie de universidade já que estas não foram oficialmente instaladas no Brasil antes do século XX. Os primeiros cursos em São Paulo foram ministrados nas dependências do antigo Colégio e Mosteiro jesuítico.

Tendo sido um lugar diferenciado para as Culturas pré-cabralinas, o sítio onde se instalaram os jesuítas, como se vê, recebe um complexo de edifícios que ecoa a Polis e que serve de base para a criação da Universidade. Ali é também onde se instala o poder temporal desde o Morgado de Mateus no séc. XVIII que, ao restabelecer a Capitania depois Província de São Paulo, faz do antigo Convento ou Mosteiro jesuítico o Palácio do Governador.

Veremos adiante que a um significado tradicional que fazia central aquele lugar se adicionou esse percurso no sentido de compreendê-lo sucessivamente como centro de fraternidade, de poder e de divulgação do saber. Essas funções foram mitigadas e abafadas nos últimos tempos do Centro velho de São Paulo. O presente trabalho defende que, consciente da nova escala da urbanização na macro-metrópole paulista, esse lugar central deve ser reativado

a partir da retomada dessas funções e explicitado pela arquitetura. A *forma* desse Centro reativado é objeto de discussão e afirma-se que o projeto para esse lugar necessariamente reverbera na macro-região e a transforma.

O objeto de discussão aqui é, pois, o Centro da Polis paulistana.

No Capítulo *O lugar Central paulistano revisitado nas suas origens* há uma espécie de passeio por referências de observadores da realidade paulistana nos seus primeiros séculos e também da sua literatura que expõe algo do sentido profundo da cidade e sua Cultura. Esse passeio se inicia e apóia numa leitura da base geomorfológica onde a ocupação paulistana se deu e enfoca a condição da Bacia hidrográfica do alto Tietê, região onde está a colina original, que por vezes é compreendida como lugar abrigado e controlável e em outras situações como um pouso natural na paisagem, um ponto de contato estratégico entre regiões diversas.

Nas transformações da ocupação paulista, o Centro velho paulistano passou por momentos de expansão e por momentos de retraimento que acontecem em função da maneira como era utilizada a região onde está estabelecido. A idéia de reativar o Centro em função de sua condição estratégica se alinha com a visão de Mario de Andrade que vê São Paulo como um encontro conector de fluxos e com o apelo de Monteiro Lobato no sentido de fazer com que a força do lugar paulista fosse celebrada e não ocultada de maneira vexatória por uma posição subserviente.

O capítulo *O Centro paulistano na metrópole* trabalha o lugar central paulistano na metrópole que se constituiu no século XX e discute atitudes recentes para com esse Centro. Traz a perspectiva de um Centro tradicional que foi gradativamente abafado pela condição moderna e sua dinâmica, mas que está latente e deve ser reativado.

Discute o gradual abandono da função de *central buisness district* que passou a ter a partir da metade do século passado e que encontrou sítios mais adequados para se estabelecer nas últimas décadas. Esse processo veio acompanhado de uma desvalorização imobiliária do Centro paulistano e sua popularização. Empreende-se uma leitura crítica de alguns planos para o Centro paulistano desde o momento em que essa transformação se acentuou, a saber, aproximadamente a partir de meados da década de 1970 até o recente Plano Diretor Estratégico para São Paulo e Planos Regionais decorrentes.

A desobrigação de o Centro velho paulistano manter a função de centro de negócios, comércio e serviços especializados, funções que se expandem para centros outros melhor aparelhados no âmbito da macro-metrópole, permite retomar seu sentido tradicional e suas funções primevas, acrescentando-se à algo abafada dimensão religiosa que ali se mantém (os principais templos da cidade estão ali instalados), as dimensões política e universitária, mitigadas no decorrer do século XX.

No capítulo *Centralidade – significados e caracterização*, depois de se percorrer as

transformações do lugar central paulistano, faz-se uma pausa para discutir o conceito de Centro. Centro tradicional, centralidade moderna, a descentralização associada a um policentrismo, a expansão e concentração, o rizoma.

Objetiva-se lapidar uma maneira de ver o Centro que articule esses conceitos a priori conflitantes, mas possivelmente complementares. No esforço de visão comparada, insinua-se a perspectiva de um Centro ecológico, algo ainda em gestação, parte de um novo paradigma de urbanismo que está sendo elaborado por força da constatação urgente de limite dos recursos do planeta. Uma nova forma de relação com a natureza está por surgir e a expectativa é a de que se possa aplicá-la na macro-metrópole paulista.

O capítulo *A Centralidade no Espaço Metropolizado – análise e diretrizes de proposta* desenvolve, após a leitura da macro-metrópole paulista em sua condição atual, a hipótese de que há na colina inicial paulistana uma Centralidade latente que, caso acionada, pode reordenar e atualizar a rede de Centros existentes e propostos no âmbito macro-metropolitano. Uma rede de Centros articulados na escala macro-metropolitana se relaciona com Centralidades presentes e propostas na escala do município. A partir de uma leitura crítica das Operações Urbanas, Centralidades polares e lineares e Áreas de Intervenção Urbana propostas pelo Plano Diretor Estratégico (PDE) e Planos Regionais Estratégicos (PREs), procura-se apontar adaptações no sentido de alinhar essas atitudes com as diretrizes de proposta para a reativação do Centro tradicional de São Paulo face à transferência para outras centralidades da função de *central buisness district*.

É feita a defesa das funções política e universitária junto à religiosa para o Centro velho paulistano e de a colina onde ele se assenta junto com os edifícios nela construídos poder ser lida como um grande edifício cujos limites – seu entorno junto à sua base – estão afogados pelas vias de circulação rápida e cujas potencialidades não têm sido exploradas plenamente. A partir de uma leitura da colina como um edifício, faz-se uma análise do existente e de possibilidades para aquele sítio.

No capítulo *Centralidade renovada na macro-metrópole paulista* são apresentados alguns ensaios de projeto no sentido de compreender a condição central e sua nova forma possível na escala da metrópole e macro-metrópole. Há uma busca por um desenho que reforce a imagem arquetípica que faz da colina central um Centro tradicional, que se apóia na leitura de alguns Centros cerimoniais e políticos desenvolvidos pela Humanidade na Antiguidade e sua relação com a paisagem. Essa forma de relação com a paisagem é uma celebração de relações existentes que se imagina necessário restaurar nas atitudes para com as paisagens paulistana e paulista.

Trata-se da potencial reativação do Centro velho através de uma forma que serve de referência e ponto focal para uma nova São Paulo. Um Centro renovado para a Polis paulistana. Defende-se, portanto, a expansão do Centro tradicional para a escala da macro-metrópole com funções religiosa, política e universitária que ali se pretende restabelecer, além do incentivo

para aumento da função de habitação nos bairros centrais.

A análise dos resultados obtidos se dá no capítulo *O desenho do novo Centro* em que se discute a forma atingida para o Centro velho e o desenho complementar para o vale do Tamanduateí com sua intenção de promover Centros não congestionados em meio a tipologias variadas de desenho urbano. Realizam-se algumas leituras de projetos recentemente produzidos para a região, que servem de exemplos de atitudes em relação à *Nova São Paulo* vislumbrada. Discute-se a proposição em função da estrutura imaginada por Prestes Maia e que de alguma maneira ainda prevalece, e faz-se uma comparação com a constituição de Brasília, um Centro criado que recompõe o território brasileiro.

Há um sentido na existência da cidade de São Paulo e da macro-metrópole que a contém e articula num território mais amplo. A explicação de sua existência passa pela posição estratégica em que se encontra em relação ao *hinterland* e ao litoral. Essa aglomeração paulistana que se expande na macro-metrópole aguarda uma interpretação que lhe dê a consistência que é afirmada por sua persistência. Situação que evoca Ortega y Gasset³:

Viendo ciertos pueblos y villas de vejez tan tenaz que no concluyen nunca de morir, y sobre los que pasan inquietando el aire nuevas formas de civilización, sin que nada tiemble dentro de ellas, recordamos forzosamente esa lucha por la consistencia. Hay ciudades que tienen suprema energia de perduración, y son construídas de una vez para siempre. (ORTEGA Y GASSET, 1988, p.22)

São Paulo parece eternamente inconclusa e em luta para perdurar. Há certamente algo que se faz ouvir através dela.

³ ORTEGA Y GASSET, José Notas de andar y ver Madrid: Alianza Editorial AS, 1988

Capítulo I

O lugar central de São Paulo revisitado em suas origens

A Bacia de São Paulo (Bacia hidrográfica do alto Tietê) é uma paisagem intermediária na ligação da região com rios que caminham para o interior do continente (parte da Bacia hidrográfica do Prata) e o litoral do oceano Atlântico com sua faixa plana relativamente estreita no sudeste brasileiro. Entre, portanto, aquela região com serras dispersas, mas em geral composta por colinas e morros suaves, alguns vales mais marcados e faixas de desnível abrupto, verdadeiros degraus, de vários quilômetros de extensão, com *cuestas*, por vezes com cachoeiras em geral desaparecidas sob represas que aproveitaram os desníveis mais dramáticos, e uma faixa litorânea plana, estreita e irregular, entrecortada por morrotes, pequenas serras, por rios, canais com barras, ilhas, charcos, por praias longas e pequenas em enseadas menores que se intercalam.

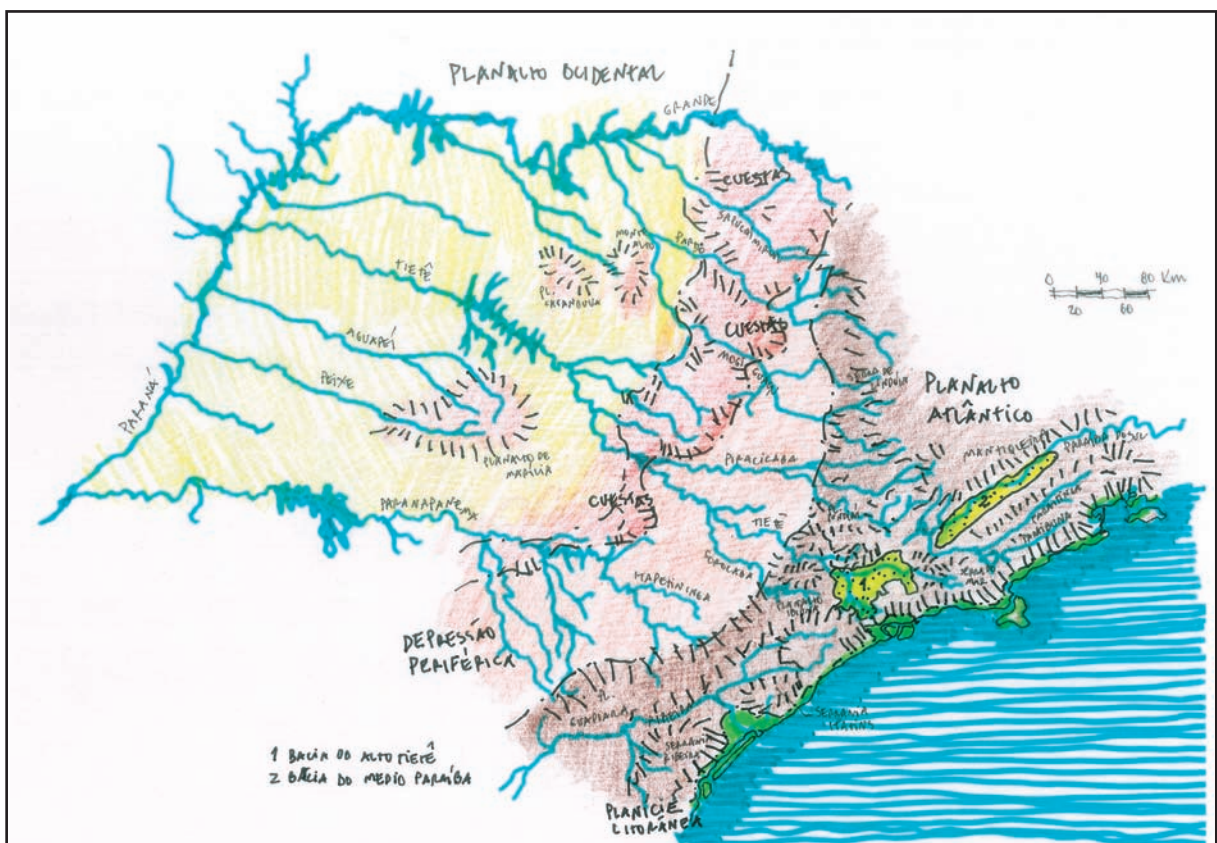


Fig.2 - Desenho produzido a partir do Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo IPT 1981

A faixa intermediária onde se encontra a Bacia de São Paulo, chamada de forma geral Planalto Atlântico, apresenta relevo acidentado – desde a muralha da Serra do Mar e seus contrafortes voltados para o continente já no planalto, até serras outras, por vezes

associadas entre si, como a Cantareira, Japi, Mantiqueira, Itapeti, São Roque, Lindóia e a de Atibaia. A Bacia de São Paulo, assim como o Vale do Médio Paraíba são vales originados de movimentações tectônicas, entulhamento, sedimentação e entalhamento que resultaram em espécie de enclaves de morfologia amena no relevo movimentado geral. O sítio onde se desenvolveu a ocupação paulistana representa, devido a essa sua condição, uma parada natural na transição interior-litoral ou vice-versa. A mancha urbana paulistana se inicia num lugar central dessa parada natural e se associa gradualmente a outros lugares centrais da mesma Bacia hidrográfica que são, por assim dizer, potencializados em função da projeção crescente daquele primeiro Centro.

O Vale do Médio Paraíba também serve de parada nesse movimento litoral-*hinterland*, mas a Bacia de São Paulo é relativamente mais larga e, na origem, com campos naturais, o que justificou a denominação de *Campos de Piratininga* ou simplesmente *O Campo* desde os primeiros europeus que por aqui estiveram no século XVI – foi desde o princípio da conquista européia considerada lugar aprazível, de bom clima, de manejo relativamente fácil e protegida naturalmente. Várzeas extensas ladeadas por colinas separadas entre si por vales que lembram cochos, divididas por espigões que fazem as vezes de eixos a partir dos quais se associam aquelas colinas de origem variada e que são os divisores de águas dos principais rios que drenam a bacia, os Campos de Piratininga (nome quinhentista da Bacia de São Paulo) compõem, pois, uma paisagem própria e podem ser entendidos como um ponto de ligação entre o *hinterland* e o litoral já que pouso naturalmente proposto.

Para o sertão, caminho do noroeste, além de umas altíssimas serras que estão sobre o mar, tem a vila de Piratininga ou São Paulo, 14 ou 15 léguas da vila de São Vicente, três por mar e as mais por terra, por um dos mais trabalhosos caminhos que creio há em muita parte do mundo. Este campo é mui fértil de mantimentos, criações de vacas, porcos, cavalos, aves etc. Dá-se nele muito vinho, marmelos e outras frutas da Espanha e trigo e cevada, posto que os homens não curam de o semear pela facilidade e bondade do mantimento da terra que chamam mandioca. (ANCHIETA, 1988, p.328) ⁴

O significado da Bacia de São Paulo para as culturas paleolíticas que a conheceram será uma suposição em função das condições atuais para estudá-las, mas não é improvável que esse significado tenha sido apropriado pelas culturas neolíticas que chegaram à região em torno do ano 1000 dC. Viessem a partir do interior do continente ou do litoral, a Bacia de São Paulo seria por estas necessariamente compreendida como um estágio na movimentação. Além, é claro, de possuir um valor de lugar em si – um vale com delimitações claras, acessos marcados e morfologia própria.

⁴ ANCHIETA, Padre José de Informações do Brasil e de suas Capitanias 1584 in Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões/ José de Anchieta Belo Horizonte: Itatiaia São Paulo: EDUSP 1988

Anteriores à conquista européia, os povos de cultura neolítica que atingiram a região vinham em ondas migratórias motivadas por razões de ordem prática e religiosa, possivelmente associadas entre si. Estavam, pois, em movimento: A parada próxima à descida para o mar, em cujo limite sudeste se pode inclusive descortiná-lo no lugar de se ver o mar (*Paranapiacaba*), é um elo entre o interior do continente e o seu limite oceânico. Próxima deste e paradoxalmente distante em função do desnível da Serra do Mar – próxima dos sertões do interior, mas separada deles pela morfologia acidentada do relevo nas serras que a limitam, a Bacia de São Paulo apresenta naturalmente condições geográficas que ora a isolam e ora a colocam como conexão entre regiões díspares e por vezes distantes.

Simultaneamente boca de sertão e ligação com o mar, a Bacia de São Paulo desde o quinhentos vem sendo palco de aglomerações humanas que se relacionam com o porto serra abaixo e que vivem atraídas pelas riquezas do *hinterland*. Os primeiros europeus a subirem a serra a partir da baixada santista foram degredados como João Ramalho e jesuítas como o Pde Leonardo Nunes, o *abarebebê*, ambos desembarcados nos portos naturais da costa da então Capitania de São Vicente. O primeiro sobe ao se ligar aos ameríndios ali presentes por laços de família. A Bacia de São Paulo era então habitada por povos tupinizados em maior ou menor medida e que se relacionavam com grupos do litoral e de regiões outras. Pelas notícias que temos, os grupos que ali viviam falavam tupi, mas entre eles havia os que mantinham traços culturais anteriores às ondas de proto-tupi que haviam atingido a região algo em torno de quinhentos anos antes do início da chegada dos europeus. Os guaianás, muito citados na literatura sobre os primeiros tempos paulistanos, estão entre esses grupos de Cultura composta. Quando João Ramalho teve filhos entre os locais, passou a viver em função da relação que estes estabeleciam com o território já que a partir de então foi considerado parte do grupo. Subidas e descidas da serra faziam parte da dinâmica de vida dos tupi ali presentes. A denominação *antiga trilha dos tupiniquins*, vista desde os primeiros mapas que se fez da região, trajeto utilizado mais tarde como base para o traçado da linha férrea, é uma clara referência a essa ligação entre planalto e litoral que estava estabelecida desde tempos anteriores à conquista européia. Serra acima então era considerada pelos colonos europeus como um lugar ainda selvagem – teoricamente um terreno fértil para a catequese já que povoada por grupos ainda sem contato com os adventícios desagregadores. Em função disso é que os primeiros inacianos empreendem a subida e o Pde Leonardo Nunes se destacou em função da rapidez com que se movimentava – o apelido *abarebebê*, “padre voador”, foi dado em função dessa capacidade de percorrer os caminhos da Capitania em peregrinação para convencer os ameríndios a se converterem à fé cristã. Daqueles campos no planalto, anos mais tarde, o Pde Manoel da Nóbrega imaginava que se poderia atingir o interior do continente onde as notícias diziam viver uma população numerosa

e que seria a base de uma nova sociedade de base cristã que décadas depois efetivamente se estabeleceria no Guairá e junto aos rios Paraná e Paraguai.

A antiga trilha dos tupiniquins seria parte do caminho de ligação entre o litoral e o interior do continente, o chamado *Peabiru*, cujo traçado é ainda fonte de controvérsias, mas que ao que tudo indica referia-se a um feixe de caminhos mais do que a um só, já que ramificações têm sido defendidas por pesquisadores. Alguns caminhos pelo interior da Bacia de São Paulo são vistos como parte do *Peabiru* – a antiga trilha que liga o vale do rio Tamandateí com o vale do rio Mogi e que mais tarde foi utilizada como base para o traçado da ferrovia Santos-Jundiaí é um deles. É parte do feixe de caminhos que liga a mesopotâmia paraguaia à faixa litorânea no sudeste do continente.

A Bacia do alto Tietê (de São Paulo) era uma porta de entrada do *hinterland*. A atração pelo mundo interior do continente ali se fazia notar. Simultaneamente, era um posto avançado do porto – relativamente próximo dele apesar das dificuldades no trecho da serra. Ao mesmo tempo, os *Campos de Piratininga* possivelmente eram conhecidíssimos dos grupos que ali habitavam. Sítios dentro de seus limites possivelmente eram percebidos como mais atraentes para ocupação, alguns desses diferenciados em função da maneira que se entende o território numa Cultura tradicional.

As primeiras aglomerações humanas que se pretendiam permanentes na Bacia de São Paulo foram iniciadas no quinhentos pelos europeus com apoio dos antigos habitantes da região. Os sítios escolhidos eram, sem dúvida, diferenciados. A primeira aglomeração na borda do Campo (Santo André) foi abandonada em favor de um sítio mais apropriado para os desígnios da empreitada dos europeus. Por outro lado, foi uma atitude a partir do ambiente de conversão para o qual convergiam os ameríndios. Aquela primeira aglomeração era mais indefesa a ataques do gentio, mas a razão da mudança muito está na descoberta de um sítio que confluía conhecimentos locais e estratégias religiosas dos europeus. O sítio escolhido, a colina junto ao encontro do ribeirão Anhangabaú com o rio Tamandateí era um nó de caminhos e protegido em função do desnível que apresenta em relação ao seu entorno imediato. Tinha aquela colina algumas características que a faziam diferenciada em termos tradicionais, algo que foi discutido em dissertação apresentada há alguns anos (*Pátio do Colégio, o Centro Tradicional Paulistano*) em que se discorre sobre a posição do terreiro jesuítico inicial e suas relações com o entorno imediato e distante⁵. Foram, no entanto, os caminhos que determinaram as primeiras vias e o crescimento inicial da futura vila. Assim, ligações nas direções norte-sul e leste-oeste que se cruzavam naquela colina foram guias para o desenvolvimento da trama urbana nos seus primeiros tempos. A vila de então crescia por adição de novas construções ao longo das vias existentes. O desenho de novas quadras não era regra – caminhos e acessos desenhavam a trama urbana. Os caminhos para o mar, os caminhos para o interior da Capitania determinaram, pois, os vetores de crescimento da aglomeração original.

⁵ SILVA, Luis Octavio de Faria e *Pátio do Colégio, o Centro Tradicional Paulistano* São Paulo, Itu: FS Editor 2005

Outros sítios dos Campos de Piratininga gradualmente passaram a ser locais de aglomeração humana permanente e formou-se uma rede de ocupações que marcava a Bacia de São Paulo como um todo. Percebe-se que os sítios ocupados estavam em situações de domínio do entorno imediato e deles se visualizava distâncias significativas.

A trama urbana paulistana na sua origem relacionava-se com os caminhos já existentes e, portanto, estava organicamente relacionada com a paisagem que ainda não acontecia ser transformada por equipamentos e tecnologias como os que nos habituamos desde o oitocentos. Foi em relação à paisagem (morfologia, orientações, drenagem etc.) que se estabeleceram o terreiro jesuítico e os largos associados a igrejas e conventos das outras ordens que dividiram com os inicianos a tarefa de pregação do evangelho nessas paragens. Do adro do conjunto dos carmelitas, se via o caminho para a Penha e para Mogi das Cruzes que seguia para o Vale do Paraíba. Dali também se tomava o caminho para o porto de Santos via Tabatinguera e Ipiranga. Do conjunto franciscano se podia tomar o caminho para Pinheiros e para o sul. Junto ao mosteiro beneditino seguia-se para oeste ou para o norte da Capitania. Nas imediações do terreiro dos jesuítas, todos esses caminhos se cruzavam, espécie de nó central do espaço urbano criado nos primeiros tempos paulistanos.

Também as outras aglomerações que se seguiram a São Paulo de Piratininga – Pinheiros, São Miguel, Itaquaquecetuba entre outras, tinham seus traçados associados aos caminhos que por elas passavam. Caminhos mais freqüentados em função das riquezas que prometiam redundavam em aglomerações mais prósperas e movimentadas. Dessa maneira origem e destino dos caminhos estavam presentes nas aglomerações que neles surgiam.

A rede de aglomerações dos Campos de Piratininga (aldeamentos, vilas, bairros algo autônomos e chácaras) se estendia além dos seus limites em função dos caminhos apontando para o *hinterland* e para serra abaixo. Muitas dessas aglomerações, em função de sua origem e ritmos, são Centros no sentido tradicional e em função de seu poder de atração e atividades são centralidades que, conectadas entre si fazem pensar numa grande estrutura de ocupação rarefeita.



Fig. 3 - Ilustração da Capitania de São Vicente reproduzida por Benedito Calixto

Os limites marcados fazem da Bacia de São Paulo um lugar relativamente protegido. As elevações da face continental da Serra do Mar, o Itapeti, a Serra da Cantareira com o Pico do Jaraguá formam uma moldura explícita para os Campos de Piratininga. As entradas se dão em situações muito evidentes – o vale do rio Tamanduateí e vale do rio Mogi já nas escarpas voltadas para a baixada (antiga trilha dos tupiniquins) na Serra do Mar, vales como Botujuru e Sabaúna no pé do Itapeti (Mogi das Cruzes), vale no pé do Jaraguá, caminhos de cumeadas para oeste e sudoeste e outros para leste e norte.

De pontos elevados da região se pode verificar movimentações eventuais pela Bacia, algo que fazia dali um ambiente mais controlável do que, por exemplo, a região do Médio Tietê, quando, depois de se desembaraçar do relevo movimentado por serras e morraria, depois inclusive de tombar no salto que dá nome a cidade atuais (Itu significa queda d'água e Salto também se refere à cachoeira em questão), aquele rio passava a deslizar em uma morfologia mais suave, com quedas mais espaçadas, onde não se podia facilmente prever a chegada de grupos nem sempre amistosos e frequentemente belicosos.

A condição abrigada dos Campos de Piratininga fazia dali um lugar apto a fechar-se, a isolar-se, ainda que também fosse um ponto de conexão natural quando assim se desejava ou quando condições gerais permitissem.

A origem da ocupação paulistana está, pois, relacionada com a condição de abrigo algo controlável e ponto de conexão potencial litoral-*hinterland* da Bacia do alto Tietê, base sobre a qual se instalou. O sistema de aldeamentos que os jesuítas ali estabeleceram foi montado como um posto avançado de catequese, missões que antecedem em mais de século os prósperos estabelecimentos jesuíticos do Guairá e Paraná-Paraguai e que são destas como que ensaios preliminares. O sistema encabeçado por São Paulo de Piratininga e que possui aldeamentos e fazendas em pontos estratégicos da Bacia do alto Tietê apropria-se da forma de ocupação pré-cabralina e a recoloca como defensiva do aparato cristianizador dos inácianos e da empreitada colonizadora.

Há evidências de que os sítios ocupados pelos jesuítas tenham sido onde tabas de povos neolíticos pré-cabralinos que já habitavam a região eram montadas intermitentemente já que estes as desmontavam após certos ciclos e se deslocavam. Sítios secos e, portanto, não atingidos pelas cheias que produziam lagos momentâneos nas várzeas da Bacia. Sítios com boas condições de abastecimento de água e víveres. Sítios diferenciados no que diz respeito à existência humana em todos os seus níveis. Orientados pelos antigos habitantes da região, os jesuítas escolhem esses sítios diferenciados. Os Campos de Piratininga são ocupados por essa rede de Centros que são os estabelecimentos jesuíticos e de colonos europeus. Para ali são arrastados grupos de outras regiões através da prática de “descer dos sertões” os ameríndios escravizados. A Bacia de

São Paulo, fechada e protegida, torna-se receptáculo de um amálgama transformador. Abastece de escravos e víveres o litoral conectado com a metrópole portuguesa e freqüenta o *hinterland* em expedições de rapina e conquista. É lugar distante e solitário, mas de acesso relativamente rápido – um dia de caminhada vencida a muralha da Serra do Mar.

Nos arredores do salto do Tietê (início do Médio Tietê) havia sido ensaiada a instalação de um primeiro aldeamento que se chamou Maniçoba, mas a dificuldade de defesa em função das condições até aqui expostas levaram a um recuo estratégico para a melhor protegida Bacia de São Paulo, de onde novas investidas para o interior do continente poderiam ser empreendidas. Já estava clara a perspectiva de um *hinterland* com riquezas de toda espécie e aquele aldeamento inicial foi abandonado e preterido em favor de São Paulo de Piratininga, instituída então num sítio estratégico e diferenciado para encabeçar a ocupação serra acima. A condição de entreposto ali se reforça – dali aqueles que vinham do litoral podiam se preparar para avançar rumo ao interior do continente e vice-versa.

No século XVII a ocupação a partir de São Paulo se expandiu continente adentro, via Vale do Paraíba, via rio Tietê, via caminhos para o norte, oeste e sul. A busca de riquezas fez com que os chamados paulistas atacassem as missões jesuíticas do Paraná-Paraguai para escravizar os catecúmenos ali aldeados e também que penetrassem os sertões onde encontraram ouro e pedras preciosas na região chamada a partir de então de Minas Gerais. O final do seiscentos e a primeira metade do setecentos foram uma época de esvaziamento agudo da região sob influência direta do sistema paulistano. Houve um êxodo para as minas. A promessa do enriquecimento rápido deixou a já vila de São Paulo, seus antigos aldeamentos satélites e vilas no entorno, sem grande parte de sua população masculina e com poucas atividades produtivas. A rede de caminhos que dava suporte à economia mineira, no entanto, ainda tinha tentáculos importantes que passavam pela Bacia de São Paulo e imediações. Os mares necessários na extração do ouro das minas vinham dos campos naturais do sul em tropas que pousavam em Sorocaba, que se tornara grande mercado para onde afluíam tropeiros, negociantes de víveres, de apetrechos e equipamentos para as longas viagens necessárias para se atingir os vales onde estavam as catas de ouro. Houve, ainda que pequena, uma produção agrícola que se destinava especialmente para a região das catas. Vilas não mais nos Campos de Piratininga ainda que deles relativamente próximas tiveram alguma prosperidade na função de suportes para a empreitada aurífera. O caminho para escoamento do ouro foi sendo gradualmente orientado para portos mais ao norte e o caminho via São Paulo-Santos não foi um canal importante de exportação daquele metal. Ainda assim, o Pde Antonil descreve na virada do seiscentos para o setecentos a região de São Paulo como parte da economia do ouro. A menção que faz à região é no sentido de detalhar a viagem que, após trecho da baixada de Santos serra acima

para os Campos de Piratininga, seguia via Vale do Paraíba em direção às catas de ouro. No seu livro *Cultura e Opulência do Brasil* em que descreve a base econômica da América Portuguesa, fala dos dois meses necessários de marcha das tropas a partir da vila de São Paulo em direção às minas gerais dos Cataguás. Nessas saídas em busca de ouro, para se percorrer esse trecho hoje paulista do caminho com pousos na Penha, em Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Laranjeiras, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá até chegar ao pé da Mantiqueira a ser vencida, tomava-se quase 20 dias em função das tropas e apetrechos. O governo português considerou as informações compiladas por Antonil como estratégicas e necessariamente sigilosas para evitar investidas de outros povos visando as riquezas de territórios sob domínio luso. O livro foi, então, recolhido e proibido.

Tropas penetravam a Bacia do alto Tietê e havia aquelas que inclusive eram utilizadas em transporte de mercadorias na Serra do Mar. Há na trama paulistana logradouros que ecoam a antiga presença de tropas como o Piques, atual ladeira da memória, onde pousavam os muares e negócios associados se efetivavam, e há referências a antigas internadas como no sítio onde hoje se encontra o Parque da Água Branca.

A influência jesuítica se fazia notar, ainda que na Capitania não com o mesmo vigor dos primeiros tempos. Aulas ministradas nos colégios jesuíticos faziam destes as “Universidades” da América portuguesa. Havia uma tendência nesses colégios no sentido de garantir um poder local efetivo e, tendo os jesuítas uma forte ascendência nas comunidades aqui instaladas, indiretamente uma defesa do seu gerenciamento, ao menos indireto, das terras americanas, em oposição freqüente a decisões de além-mar. O fim do setecentos com o governo do Marquês de Pombal, que teve na base um esforço de concentração do poder em suas mãos e uma preocupação em defender as minas brasileiras da cobiça alheia e com cujos recursos se reconstruiu a Lisboa destruída por terremoto seguido de maremoto e incêndio, trouxe um outro terremoto para a América portuguesa que foi a expulsão dos jesuítas e reordenamento das Capitânicas no sentido da defesa e militarização.

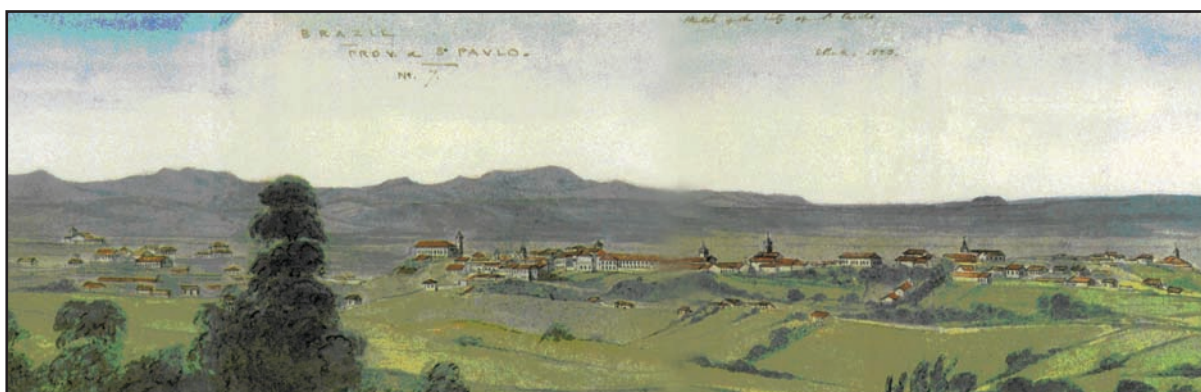


Fig 4 - Panorama de São Paulo Edmund Pink 1823

Houve então uma série de Engenheiros militares que passaram a freqüentar a Capitania restaurada depois de alguns anos em que esteve dissolvida e com gerenciamento dividido entre governos de Capitania outras. Engenheiros que se dedicaram ao estabelecimento de uma rede atualizada de fortes de defesa do território, construção de edifícios relacionados à nova estrutura de governo e aperfeiçoamento de vias de comunicação. É o tempo da construção da que veio a se chamar Calçada do Lorena, em homenagem ao Governador sob o qual aquela importante obra se efetivou. Trata-se de uma estrada importante para a comunicação do porto com serra acima e foi realizada com procedimentos tecnologicamente atualizados não deixando a dever a congêneres contemporâneas a ela. Teve perfis definidos para cada um de seus trechos com características específicas, considerando o tipo de uso que teria, a saber, tropas, andarilhos e viajantes montados.

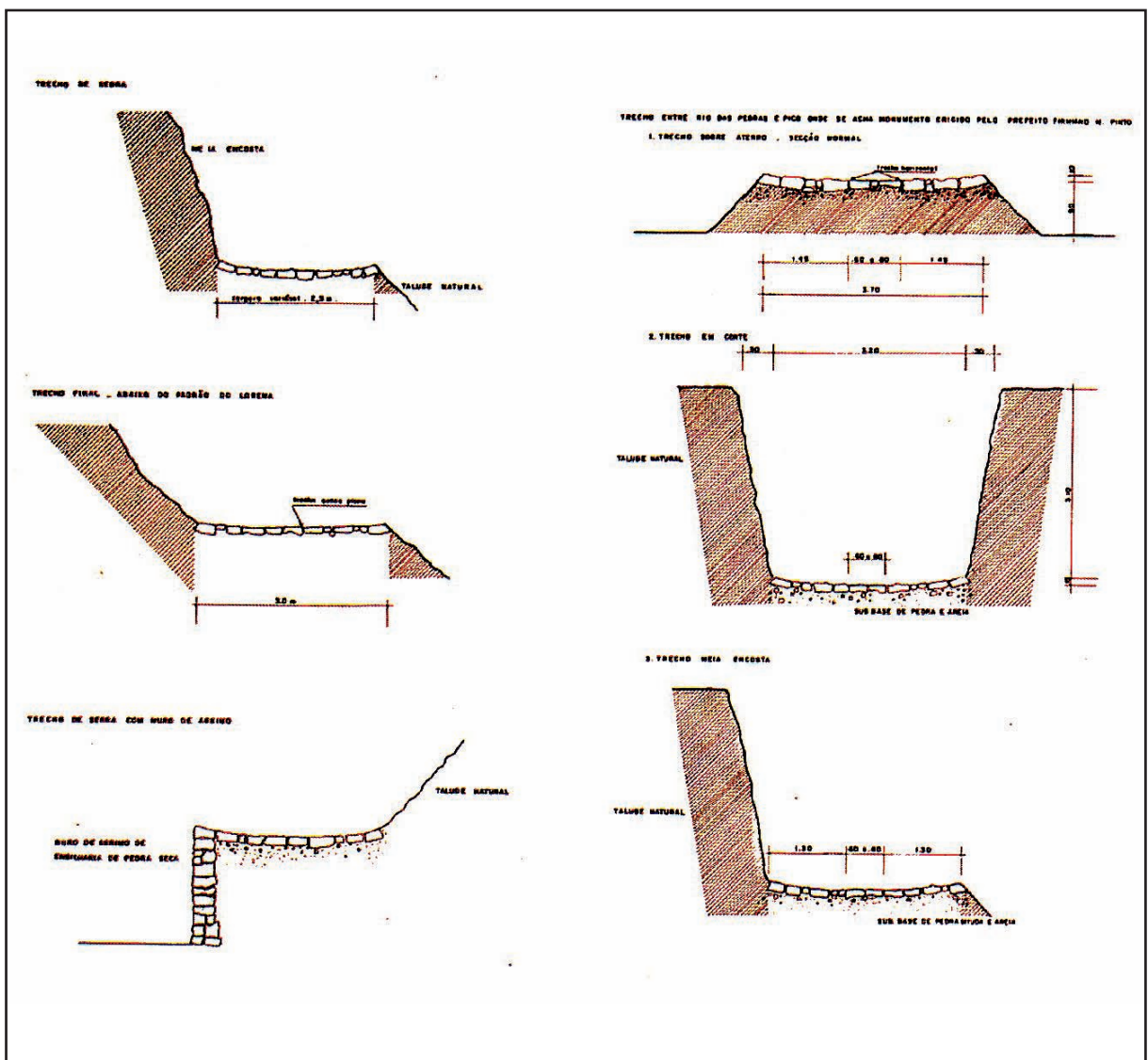


Fig. 5 - Perfis da Calçada do Lorena

A importância da obra foi exaltada pelo frei Gaspar da Madre de Deus no seu texto *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* em que o monge beneditino nascido em Santos refere-se à facilidade que se inaugurou na transposição da serra com aquela nova via. Escrito na segunda metade do setecentos, nesse livro ele defende a homenagem que depois se efetivou de dar à estrada o nome do Governador que encabeçou sua construção. Com ela, segundo o autor, poderiam ser melhor atingidos os sertões já que a Capitania por ele era vista como uma “costa com um sertão imenso”⁶. Havia nele, portanto, a clareza da dimensão continental da Capitania e da importância da ligação via São Paulo.



Fig. 6 - Descida da Serra por Hercules Florence c1825

A barreira da “muralha” da Serra do Mar foi então minimizada nas movimentações e a condição de isolamento de serra acima em relação ao além-mar, relativizada. Houve nessa iniciativa a intenção de evitar movimentos de autonomia e, portanto, de maior vinculação dos sertões com o litoral mais controlado pela metrópole. Novamente vemos a Bacia do alto Tietê entendida como posto avançado importante na comunicação com o interior, ou seja, com os sertões. A antiga Capitania de São Vicente, agora Capitania de São Paulo, foi restabelecida com o intuito de, protegida e militarizada, servir como um tampão contra eventuais aproximações desde o interior do continente em direção à região das minas. Nesse sentido de controle e militarização, também cidades como, por exemplo, São Luiz de Paraitinga foram fundadas, já que

⁶ MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954 pág. 29

nos centros urbanos a população podia ser melhor controlada e convocada eventualmente para a defesa do território. Há, pois, um esforço de atualização tecnológica, controle e racionalização que transforma profundamente a região. A cultura da cana de açúcar foi estimulada para que, com um soerguimento econômico, a região pudesse servir efetivamente como resistência em caso de invasões. Essa cultura trouxe alguma prosperidade para a região de Itu e arredores e mesmo para a capital por onde escoava sua produção. Era novamente a condição de posto avançado do porto que reverberava. Reforma e embelezamento de edifícios importantes da vila de São Paulo são realizados com recursos advindos da cultura canieira ainda que cidades como Itu e Sorocaba rivalizassem agora com a capital.

Nessa altura, as expedições para o sertão que já aconteciam desde o quinhentos e mais intensamente desde o seiscentos não são os eventos que costumavam ser, mas estão, de certa forma, instituídas em função do conhecimento que se acumulara sobre o interior do continente, seus caminhos e paisagens. O século XIX se inicia na região sob influência paulista dividido entre uma situação de recolhimento a que se entregara a vila de São Paulo e à manutenção do vínculo com o *hinterland* para o qual a Bacia do alto Tietê e arredores ainda era um ingresso estratégico. No início do período em que o Brasil se organiza como país independente, há a instalação em São Paulo do curso de direito no antigo convento franciscano. Não deve haver dúvida no que diz respeito ao sentido de criar ali um curso que significava para a época a formação de quadros para o desafio da construção da nação. Em São Paulo e no Recife foram estabelecidos os cursos de direito do Império brasileiro. No caso paulistano, por ser ali uma boca de sertão importante que estava como que adormecida em relação às suas potencialidades. Era latente a perspectiva de conexão que havia na Bacia do alto Tietê. Com os estudantes da primeira leva da nova instituição, conhecemos um pouco da solidão a que se recolhera a São Paulo por assim dizer destituída de ouro. Álvares de Azevedo é uma voz que se escuta nas brumas daquela vila fria do planalto. Vive-se a noite e a escuridão. As várzeas, as ruas escuras e as tabernas são povoadas de devaneios de quem se vê distante do burburinho das grandes aglomerações humanas.

Continuam, no entanto, as investidas ao interior. Agora monções comerciais são organizadas na capital e em vilas como Jundiaí, Itu e arredores e descem o Tietê até o Paraná, de onde sobem o rio Pardo até a Fazenda Camapuã no caminho para Cuiabá, onde se havia descoberto ouro algumas décadas depois das catas nas Minas Gerais. Entre as expedições científicas de Langsdorff no início do oitocentos, houve aquelas que utilizaram os arredores da Bacia de São Paulo como trampolim para o *hinterland*. Mais uma vez, a região é descrita como aprazível e um entreposto imprescindível na organização das viagens para os sertões.

São Paulo é a maior cidade que conheci até hoje no Brasil; é também a que tem ruas mais simétricas; no geral, é a cidade mais bonita, depois do Rio de Janeiro. Quase todas as ruelas são calçadas, embora algumas no centro da cidade não o sejam [...]. Aqui vêem-se ainda mais casas com janelas de grades e menos vidraças do que em Minas Gerais. Nas ruas vêem-se padres, soldados e alguns escravos de ambos os sexos.

As aldeias de São Miguel e de Pinheiros, onde moravam antigamente os índios Guaianases, foram as primeiras a se separar da região que hoje é a cidade de São Paulo. Outras vilas surgiram mais tarde, como, por exemplo, Barueri, Conceição de Guarulhos, hoje freguesia; Aldeinha da Escada e São José de Peruíbe, no litoral. Os jesuítas fundaram as aldeias de Carapicuíba, Itapetérica, Itaquaquecetuba e São José, hoje vila [escreveu Langsdorff, tendo lido ao que tudo indica as observações feitas pelo Marechal José A. de Toledo Rendon em 1798 “Memórias sobre as aldeias de índios da Província da São Paulo”].

18/10/1825

No dia 18 de Outubro, partimos de São Paulo para Jundiaí. Fazia tempo bom. Deixamos a cidade às 10h da manhã. Poucas horas depois, chegamos ao rio Tietê, num ponto onde ele é bastante caudaloso. Encontramos uma ponte razoavelmente boa, mas que, quando as águas do rio sobem, deve ser perigosa de se atravessar. [...]

A região é acidentada [...]. À esquerda eleva-se o morro Jaraguá, onde o antigo Governador Horta tinha uma rica mina de ouro e uma fazenda.

[...] Passamos por bem umas mil mulas, todas levando açúcar para Santos. [...] Por volta das 4h da tarde, alcançamos uma pousada às margens do rio Juquiri, que dizem ser rico em ouro e que, nesse ponto, fica a 4 ½ léguas de São Paulo.

20/10/1825

“Duas léguas e meia adiante de Juquiri, atingimos a fazenda e rancho Félix. [...] Após curta estada, cavalgamos até Jundiaí, que fica ainda 3 léguas adiante.

[...] Chegamos a Jundiaí perto das 3h.⁷



Fig. 7 - Caminho para Jundiaí por Hercules Florence c1825

⁷ Trechos de SILVA, Danúzio G. B. (org.) Os Diários de Langsdorff Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff, Rio de Janeiro: Fiocruz 1997

Antes que um novo fôlego de expansão e conexão com regiões distantes se desse, a vida na Bacia do alto Tietê pode ser apreciada através do relato de Maria Paes de Barros⁸: a vida doméstica nas famílias, as idas à missa numa igreja de São Bento cuja nave era de piso em terra batida e onde se sentava no chão, as procissões que relembavam os passos e a vida como uma representação de um modelo religioso prévio, as viagens às fazendas por caminhos que cruzavam o Juqueri, Jundiá e Campinas, as idas ao litoral. A viagem para Santos e São Vicente era feita

[...] em dois dias. No primeiro, ia-se pousar no ‘Rio Grande’ ou no ‘Zanzalá’, porque, como dizia o papai, o primeiro dia da viagem devia ser curto para não cansar as crianças, nem tampouco os animais. No dia seguinte começava a descida da serra. Com que alvoroço era saudado o mar, entrevisto aqui e ali, à enorme distância...

[...] Continuavam os viajantes o caminho, descendo lentamente a serra, encantados com a selvagem beleza dos morros cobertos de mata impenetrável, onde se abrigavam onças, admirando também os profundos e sombrios vales, a que papai chamava de ‘cemitério dos burros’, pois por eles tantos já tinham rolado!

Dali a pouco chegavam às planícies do Cubatão. Apeavam-se todos para jantar e para um pequeno descanso. [...] À tardinha, entravam na silenciosa rua de São Vicente, ansiosos todos por um bom descanso. (BARROS, 1988, p.60-1)

[Nas viagens para as fazendas na região de Campinas e Piracicaba, os viajantes] no primeiro dia venciam pequena distância, para não se cansar, pousando em Perus ou Juqueri. [...] Pela madrugada, depois do café, [...] montavam a cavalo para continuar viagem. Neste dia já era mais comprida, constando por vezes de seis a sete léguas. [...]

Pela tarde, atingiam o Guapeva. Atravessavam-no, subindo para a pequena vila de Jundiá, onde iam hospedar-se. [...] Pela madrugada, a voz dos pajens pegando os animais e encilhando os cavalos vinha a todos despertar. Depois de pequena refeição, continuavam a jornada. Lá pela tarde, [...] a grande comitiva atravessava lentamente a cidade de Campinas [...]. (BARROS, 1988, p.70-3)

A passagem de Castro Alves pela Academia de Direito serviu de catalisadora de movimentos iniciantes no sentido de ampliar a perspectiva do pensamento paulistano de então. Com ele, a vila voltada para si, torna-se mais politizada. O romantismo byroniano de um Álvares de Azevedo é preterido em nome das grandes causas que vão agitar a segunda metade dos oitocentos.

“Como é bela a manhã! Como entre a névoa
A cidade sombria ao sol clareia
E o manto dos pinheiros se aveluda!
E o orvalho goteja dos coqueiros
E dos vales o aroma acorda o pássaro,
E o fogoso corcel no campo aberto
Sorve d’alva o frescor, sacode as clinas,
Respira na amplidão, no orvalho rola,
Cobre em leito de folhas seu novo alento
E galopa nitrindo!

Agora que a manhã é fresca e branca
E o campo solitário e o val se arreia,
Ó meu amigo, passeiemos juntos

⁸ BARROS, Maria Paes de No tempo de dantes São Paulo: Paz e Terra 1998 págs 60-61

Na várzea que do rio as águas negras
Umedecem fecundas:

O campo é só – na chácara florida
Dorme o homem do vale, e no convento
Cintila a medo a lâmpada da virgem,
Que pálidas vestais no altar acendem!”
(trecho de *A várzea* de Álvares de Azevedo)⁹



Fig. 8 - Várzea paulistana por Thomas Ender, 1817

“Das várzeas longas, das manhãs brumosas,
Noites de névoa, ao rugitar do Sul,
Quando eu sonhava nos morenos seios,
Das belas filhas do país do Sul”.
(trecho de poema de Castro Alves)

“Mas quando a branca estrela matutina
Surgiu no espaço, e as brisas forasteiras
No verde leque das gentis palmeiras
Foram cantar os hinos do arbol,
Lá no campo deserto da batalha
Uma voz se elevou clara e divina:
Eras tu – liberdade peregrina!
Esposa do porvir – noiva do sol!...”
(trecho de poema de Castro Alves)¹⁰

⁹ AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares de *Obras Completas* Rio de Janeiro: Nova Aguilar 2000

¹⁰ Trechos reproduzidos em AMADO, Jorge *ABC de Castro Alves* São Paulo: Livraria Martins Editora 1971

Assim também a cultura do café, que aos poucos dominava a agricultura no oeste paulista, traz consigo uma rede de distribuição e escoamento que, ao fazer da Bacia do alto Tietê, já que naturalmente ela assim se apresentava, um entroncamento viário e parada estratégica anterior à descida para o litoral do transporte ferroviário, rompe ainda mais a solidão dos antigos Campos do Piratininga e um novo período de expansão se inicia.

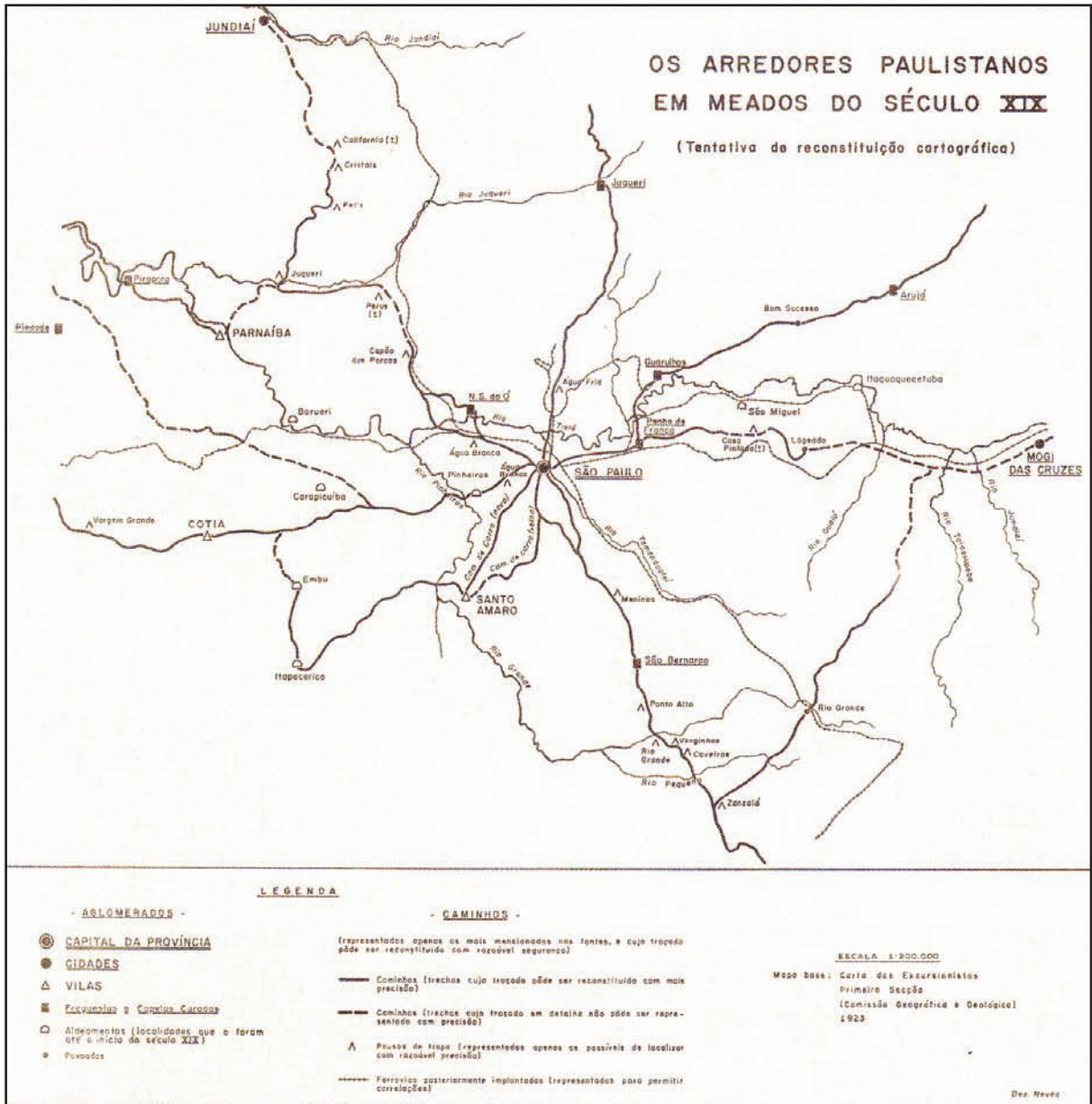


Fig. 9 - Mapa de Langenbuch 1971

A partir da instalação das linhas de trem que se cruzavam em São Paulo, o crescimento populacional ali se torna exponencial, assim como o desenvolvimento de uma produção industrial de apoio à produção agrícola e que tem reflexos importantes na urbanização do entorno do sítio onde ficara restrita a vila até então, a saber, a colina na confluência do ribeirão Anhangabaú com o rio Tamanduateí.

A área urbana se expande e começam a se fazer necessárias atitudes transformadoras no sentido de permitir que a cidade de São Paulo se atualizasse em função de sua nova escala.

A discussão sobre o traçado urbano paulistano passa a espelhar a tendência de expansão da cidade que por outro lado concentrava novas atividades como indústrias e comércio especializado e que atrai um contingente populacional que a fazia crescer com um ritmo inédito. Essa polaridade expansão-concentração tem interpretações urbanísticas várias, mas que podem ser de forma geral agrupadas em duas grandes faixas: uma que procura se apropriar de premissas do chamado urbanismo moderno – função social da propriedade, habitação num sentido amplo para garantir a reprodução da mão de obra e equipamentos para qualificá-la, relacionados à educação e à cultura. De outro lado, uma outra faixa em que se identifica a resistência à mudança na forma de se lidar com a propriedade numa cultura dominada pelos proprietários rurais que nela viam uma base para sua fonte de produção e lucro. Para esses, aspectos como mobilidade intra-urbana e ligações com regiões outras, associados à possibilidade de verticalização e conseqüente lucro exponencial nos terrenos centrais eram valorizados, em detrimento de uma normatização reguladora que garantisse uma cidade menos desigual, em que elementos da paisagem fossem apropriados de maneira mais harmônica e, de acordo com determinadas orientações, pitoresca. A questão da mobilidade também está presente no urbanismo moderno, mas de forma integrada a outros aspectos e não enfatizada como nessa orientação conservadora. Campos Neto¹¹ refere-se à maneira à polarização acima apontada:

A cidade de São Paulo estava no cerne dessas disputas. Era, simultaneamente, a ‘capital do café’, a ponta de lança da industrialização e a sede de violento e lucrativo processo de expansão urbana. Cafeicultores, comerciantes, industriais, capital nacional e estrangeiro, todos aplicavam e ganhavam na contínua valorização do solo, alavancada pelo intenso crescimento da cidade. Tratava-se, por assim dizer, de um território de interesses comuns. (CAMPOS NETO, 2002, p.626)

Centralização e expansionismo poderiam beneficiar, pelo seu poder de atração, o setor manufatureiro, mas em última instância, as deseconomias provocadas pela ausência de regulação urbanística e pela concentração excessiva lhe seriam prejudiciais. Por sua vez, a falta de políticas sociais e habitacionais integradoras teria reflexos negativos sobre a formação do mercado interno e a qualificação da mão-de-obra. (CAMPOS NETO, 2002, p.627)

Durante as transformações da ocupação da Bacia do alto Tietê, o Centro paulistano passou por momentos de expansão e por momentos de retraimento. Diferente da situação quando da descoberta do ouro nas Minas e decorrente introspecção da Cultura paulistana, há na discussão referente aos procedimentos urbanísticos a serem adotados na primeira metade do século XX, uma perspectiva de ampliação do acesso e de alcance daquela Cultura. São Paulo é novamente

¹¹ CAMPOS NETO, C. M. Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo
São Paulo: Editora SENAC 2002

encarada como articuladora de um imenso território – as propostas urbanísticas e sua ampliação parcial e gradual não ecoam de forma plena a condição estabelecida pela metrópole nascente, mas na literatura de Mário de Andrade, por exemplo, a Paulicéia é uma espécie de estuário das Culturas e paisagens brasileiras. Macunaíma vem para ela e nas suas saídas percorre e faz um caldo das Culturas de outras regiões brasileiras e termina por reencaminhar-se para a “cidade macota lambida pelo igarapé Tietê”¹², para onde o fluxo parece naturalmente levar.

Também é perceptível a incongruência de uma nova condição que se apresenta para a Cultura paulistana e as expressões artísticas adotadas oficialmente quando estas são criticadas na literatura por vezes irritada de Monteiro Lobato. A figura do Jeca Tatu é nesse sentido emblemática: os artigos em que ousadia e autonomia são conclamadas para que a Cultura paulistana se alinhe com a efervescência de sua nova condição são colocados na voz de um personagem em que o autor se transforma e explicita. É a condição de uma Cultura organicamente relacionada com a paisagem na figura do Jeca Tatu, do suposto caipira, que se revolta contra a falta de visão e estatura das representações oficiais e desarticuladas daquela mesma paisagem.

Referindo-se, por exemplo, à formação do artesão no Liceu de Artes e Ofícios, Lobato defende que “basta [...] incitá-lo à independência, ensiná-lo a olhar em torno de si e a tirar da natureza circunjacente os assuntos das composições, o motivo dos ornatos, a matéria prima, enfim, de sua arte.”¹³

Também quando conclama independência e ousadia, como se vê no texto do início da década de 1920:

Seja assim a nossa arquitetura: moderníssima, elegantíssima, como moderna e elegante é a língua do poeta; mas, como ela, filha legítima de seus pais, pura do plágio, da cópia servil, do pastiche deletério. [...] São Paulo é hoje, à luz arquitetônica, uma coisa assim: puro jogo internacional de disparates. (LOBATO, 1948, p.34)

São Paulo, uma ponta de lança no Brasil, confluência de um novo país, pressupunha outra atitude. Algo que ecoasse a condição que, como vimos acima, foi antevisto por Mário de Andrade para quem Macunaíma saiu do Pacaembu, montou um cavalo e

[...] caminhou, caminhou e já perto de Manaus, ia correndo quando o cavalo deu uma topada que arrancou chão. [...] [Encontrou a velha Ceiuici, esporou o cavalo] e depois de perto de Mendonza na Argentina quase dar um esbarrão num galé que também vinha fugindo da Guiana Francesa, chegou num lugar onde uns padres estavam melando.[...] [Mais adiante, montou novamente,] galopeou, galopeou, galopeou. Passando no Ceará decifrou os letrados indígenas do Aratanho; no Rio Grande do Norte costeando o serrote do cabelo-não-tem decifrou outro. Na Paraíba, indo de Manguape para Bacamarte passou na Pedra-lavrada com tanta inscrição que dava um romance. Não leu por causa da pressa e nem a da Barra do Poti no Piauí, nem a de Jajeú em Pernambuco, nem a dos Apertados do Inhamum.[...] [Depois de passar pela margem do Rio São Francisco], emporcalhada com a enchente-da-páscoa, entrou por uma brecha aberta no morro alto

¹² ANDRADE, Mário de Macunaíma, o herói sem nenhum caráter Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Livraria Garnier 2000

¹³ LOBATO, Monteiro Idéias de Jeca Tatu São Paulo: Editora Brasiliense Ltda, 1948 Pág.28

[...] [e encontrou um tuiuiú] pra outra banda do rio Chui. [...] [O tuiuiú virou aeroplano e, juntos,] voaram sobre o chapadão mineiro de Urucuia, fizeram o circuito de Itapecerica e bateram pro Nordeste. Passando pelas dunas de Mossoró. [...] Depois que pulando a serra do Tombador no Mato Grosso, deixaram pra esquerda as coxilhas de Sant'Ana do Livramento, o tuiuiú-aeroplano e Macunaíma subiram até o telhado do Mundo, mataram a sede nas águas do Vilcanota e na última etapa voando sobre Amargosa na Bahia, sobre a Gurupá e sobre o Gurupi com a sua cidade encantada, enfim toparam de novo com o mucambo ilustre do igarapé Tietê . (ANDRADE, 2000, p.100-2)

Capítulo II

O Centro paulistano na metrópole

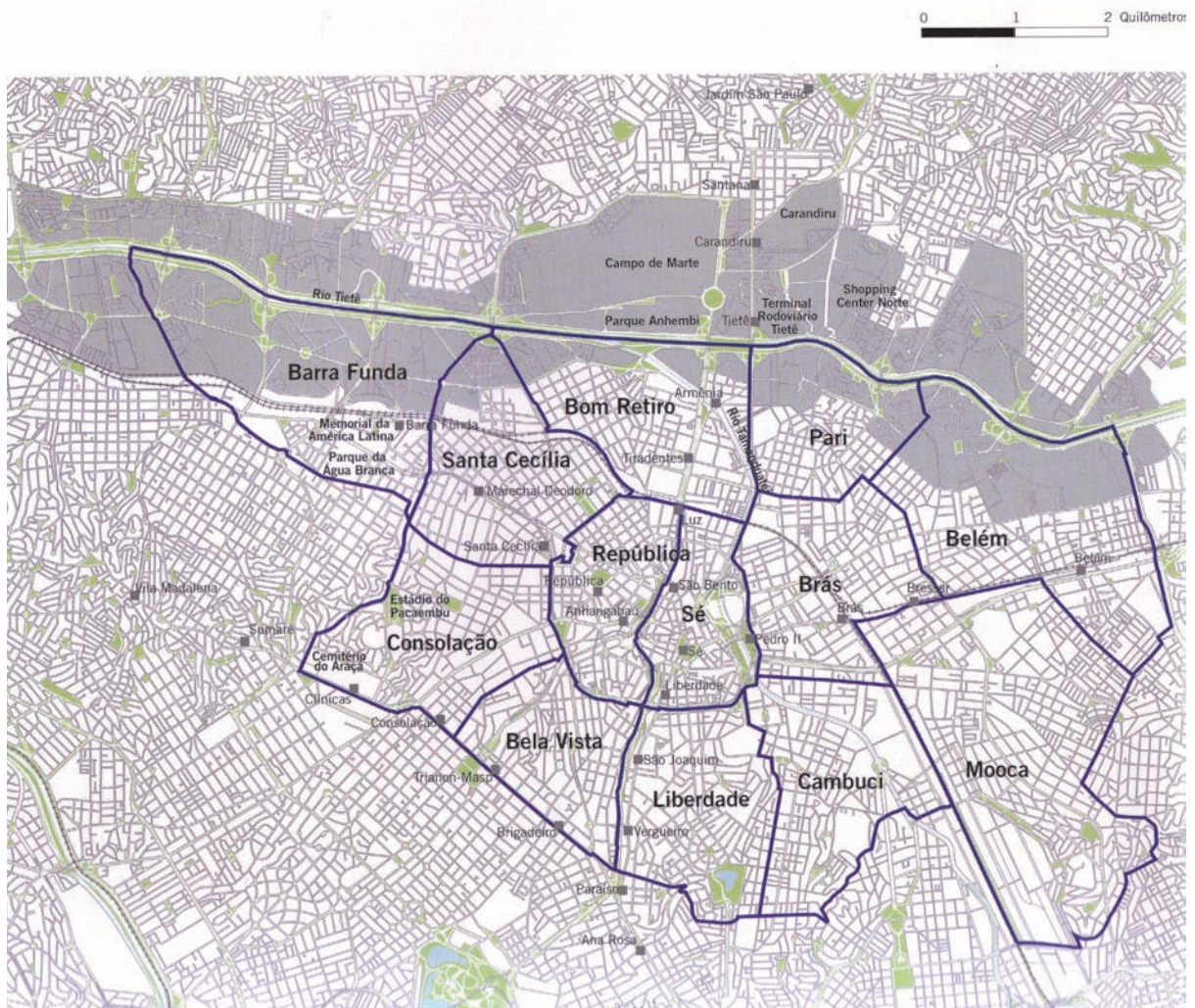


Fig. 10 - Mapa Distritos Centrais paulistanos

No século XX a aglomeração humana paulistana se expandiu, atingiu e de certa maneira absorveu aglomerações próximas algo independentes que se tornaram partes de uma só mancha urbana que não só ocupou como extravasou os limites da Bacia do alto Tietê, antigos Campos de Piratininga. A metrópole que se formou teve momentos de discussão interna sobre diretrizes a serem seguidas, como aquele que opôs o projeto vencedor defendido por Ulhoa Cintra e Prestes Maia ao projeto de dimensão ambiental mais atualizada de Saturnino de Brito¹⁴. Dessa polarização quase inaugural da metrópole vivemos desdobramentos até hoje.

¹⁴ Ver CAMPOS NETO, C. M. Os Rumos da Cidade São Paulo: Ed. SENAC 2002



Fig. 11 - Projeto coordenado por Saturnino de Brito para o rio Tietê junto à cidade de São Paulo

O projeto capitaneado por Prestes Maia fez o elogio do automóvel e esquartejou a cidade e o território em nome de uma visão de cidade radial que serve ainda de camisa de força para São Paulo que foi, por assim dizer, simplificada por aquele esquema. Há caminhos que irradiam do sítio da primeira ocupação paulistana, mas há, no fundo, uma rede de caminhos e uma pluricentralidade que foram preteridos em nome da supervalorização calculada daquele lugar onde a cidade havia se iniciado, que foi sufocado pelo excessivo direcionamento para ali do tráfego de veículos.

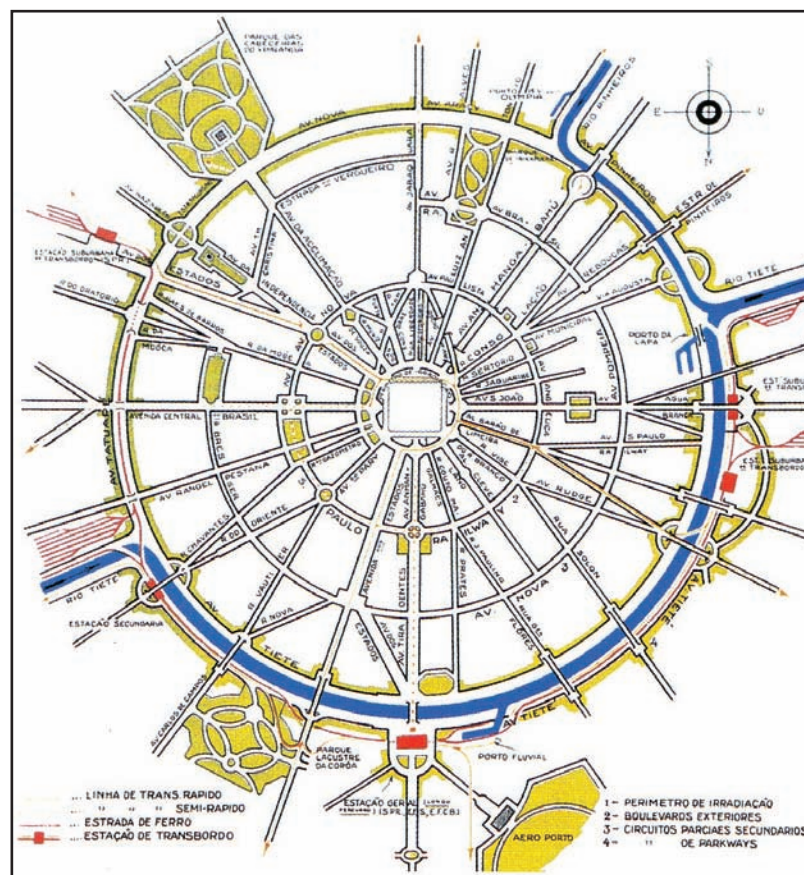


Fig. 12 Esquema teórico para São Paulo por Prestes Maia

O resultado é o que ainda se vê – um lugar central que parece ter implodido, tendo sido cortado por vias expressas e crescido com vigor na altura dos edifícios.

O centro de negócios que havia se estabelecido ali junto a esse processo de verticalização foi, desde os anos 1950, transferido para outras regiões da cidade. Primeiro para a avenida Paulista e imediações, depois para a avenida Faria Lima e arredores, avenida Berrini e marginal Pinheiros. Desde os anos 1970, há uma desvalorização imobiliária do antigo Centro seguida de sua transformação em área de comércio e habitação popular.

A dimensão central daquele sítio inaugural da cidade está latente, mas abafada por uma transformação que, depois da superconcentração especulativa, combinou abandono com falta de planejamento. A novidade benéfica foi a retomada de parte dos bairros centrais como áreas habitacionais, deixando de lado a orientação em favor de zonas monofuncionais que fez do sítio inicial da cidade um lugar sem movimento à noite, quando os funcionários das instituições e empresas ali instaladas voltavam para suas casas em bairros muitas vezes distantes. Paradoxalmente, hoje esse lugar central é onde muitos sem-teto dormem, fazendo pensar nas calçadas, largos e praças como verdadeiros dormitórios ao ar livre para excluídos.

O Centro paulistano está numa posição estratégica da Bacia do alto Tietê e representa um lugar central em relação à paisagem e seus caminhos, dimensão central que não tem sido favorecida pelas transformações recentes.

O Centro velho, delimitado pela várzea do Tamanduateí, pelo vale do Anhangabaú e atualmente pelo corte que se efetuou para a abertura da Radial Leste (originalmente grotas que afunilavam a colina cujo aspecto fazia pensar numa península), com edifícios altos e espaços públicos tradicionais recompostos pelas obras das estações e túneis do metrô, com grande parte de suas vias pedestrianizadas, faz pensar num grande edifício-colina ilhado pelas vias expressas que ocuparam os vales que a ladeiam.



Fig.13A-C Fotos do Centro velho que fazem pensar num edifício-colina-ilha



Fig.13D-F Fotos do Centro velho que fazem pensar num edifício-colina-ilha

Há pontes e viadutos que ligam o edifício-colina com o Centro novo, com o Bexiga, com os caminhos para a Luz e aqueles para o leste, e que transpõem o movimento incessante dos veículos. Há mesmo uma grande laje sobre o tráfego no Anhangabaú que propõe uma ligação mais plena entre Centro velho e Centro novo (colina onde está a Praça da República). Ainda assim, a colina-edifício jaz algo afogada por seu isolamento resultante do tráfego das vias expressas.

A compreensão da importância daquele sítio na Bacia do alto Tietê e de sua condição atual de área secundária aponta para a necessidade de se atualizá-lo. Não como centro de negócios mas como Centro político e universitário, associado ao Centro religioso que continua a ser. Em suma, recuperá-lo como Centro da *Polis*. Evidenciar ali um *Fórum* no sentido romano desenvolvido a partir da *Ágora* do período helenístico, a partir do Centro cerimonial associado à função político-administrativa.

Atualmente, há também uma escala macro-metropolitana a ser considerada. Vemos, sem dúvida, uma pulverização de atividades e aspectos centrais na mancha urbana macro-metropolitana e há inclusive novas centralidades que podem ser pensadas para desempenhar melhor algumas funções centrais. O valor do Centro velho paulistano é o que há de latente naquele lugar e que, explicitado, necessariamente reverbera na macro-região e a transforma.

O porto e o *hinterland* se encontram na Bacia do alto Tietê. O Centro velho é uma chave para se compreender essa Bacia, os Campos de Piratininga. Há movimentos para se encontrar um urbanismo com maior harmonia em relação à natureza e nesse sentido, a mancha urbana da macro-metrópole tem sido considerada em sua totalidade e não mais em fragmentos. A área urbanizada paulistana, assim, é indissociável da área urbanizada da baixada santista, do vale do Paraíba, das regiões de Campinas e Sorocaba. Há funções centrais dessa escala da aglomeração urbana que não são adequadas ao Centro velho paulistano. Os centros de negócios e serviços também não são mais necessariamente interessantes no sítio inicial de São Paulo.

Há uma discussão importante quanto a essa recomposição do território que tem sido chamada de urbanização difusa, na qual novas possibilidades de urbanismo não têm sido necessariamente aplicadas. Objetiva-se, ainda assim, um urbanismo de caráter ecológico que leve em consideração essa macro escala estabelecida.

O Centro velho possui uma dimensão no que se refere à paisagem e à história da ocupação que o faz estratégico para abrigar um Centro cerimonial e de discussão e representação.

Essa dimensão latente pode ser potencializada pela arquitetura. Um projeto para o Centro velho – Centro Tradicional amplificado – é catalisador de uma discussão para a nova cidade que se deseja, para uma macro-metrópole que se planeja em função de uma relação mais harmônica e plena Homem-Natureza, em que geomorfologia, ecossistemas e vontade humana encontrem sintonia.

A Bacia do alto Tietê, Bacia de São Paulo, foi interpretada pelos jesuítas que a organizaram a partir da forma de ocupação que já se praticava anteriormente. A rede de aldeamentos e fazendas jesuítas reafirma e fixa uma rede de sítios diferenciados que eram ocupados intermitentemente pelos povos que ali viviam antes da conquista européia.

A dinâmica da ocupação anterior não é conhecida em pormenores. Sabe-se que os sítios eram ocupados por ciclos e abandonados por outros ciclos, quando se regeneravam, e possivelmente eram reocupados em ciclos posteriores. Sítios em que as condições de abastecimento eram favoráveis possivelmente foram ocupados sucessivamente. A hipótese com a qual aqui se trabalha é a de que os aldeamentos e fazendas jesuítas do início da ocupação européia da Bacia do alto Tietê tenham sido instalados naqueles sítios diferenciados.

Os aldeamentos instalados pelos jesuítas se encontram em situação de domínio do território – a colina central paulistana é emblemática com sua posição a cavaleiro em relação à várzea do Tamanduateí, mas também os aldeamentos de São Miguel, Itaquaquetuba e Guarulhos estão em colinas a partir das quais se descortina e se pode controlar a Bacia de São Paulo. Colinas menos pronunciadas mas em situação estratégica em relação a caminhos da Bacia foram ocupadas por Pinheiros e Barueri. Ibirapuera

possivelmente estava estabelecido no centro atual de Santo Amaro, no chamado largo 13, de onde se pode visualizar grandes extensões da várzea do Pinheiros e rios tributários já que sobre uma colina significativamente elevada em relação ao entorno próximo. Carapicuíba e Itapecerica são mirantes altos da Bacia de São Paulo, além de terem se estabelecido em colinas com domínio do entorno. Embu parece guardar uma das entradas da Bacia, espécie de estandarte jesuítico. Escada, já no médio Paraíba, parece ter função semelhante, guardando o ingresso para a Bacia a leste e servindo de base avançada.

Pontos estratégicos na Bacia, os sítios ocupados pelos jesuítas também possuem um significado referente à visão da paisagem por parte de uma Cultura Tradicional como eram aquelas dos povos pré-cabralinos. O significado de um Centro Tradicional será retomado à frente, mas já se pode adiantar que há algo que diferencia os lugares centrais numa Tradição que se refere à semelhança destes com estruturas arquetípicas. Nos sítios onde os Centros se estabeleceram há relações com a paisagem e com os movimentos dos astros que fazem deles lugares diferenciados.

À rede de Centros jesuíticos que atualizava a rede de Centros Tradicionais anterior, começou a se associar um conjunto de pousos que tinham sentido de apoio a trocas cuja dinâmica se intensificou na medida em que avançou o processo de conquista e colonização.

Num primeiro momento esses pousos possuíam uma condição tradicional, relacionavam-se com a paisagem e celebravam-na em capelas e oratórios, mas gradualmente e especialmente a partir da segunda metade do século XIX, passaram a constituir centralidades com um sentido algo deslocado da condição anterior. Com novas tecnologias de deslocamento, as trocas passaram a apresentar outra lógica que se sobrepunha àquela condição tradicional apontada.

Os pousos das tropas e das expedições ao *hinterland* (bandeiras e monções) ainda se associavam à paisagem no sentido tradicional. Com os caminhos de ferro do fim do oitocentos, porém, há uma transformação vigorosa na maneira de se ver a paisagem, o território. O traçado da linha férrea não permite declividades e curvas acentuadas e na Bacia de São Paulo seguiu terraços baixos junto às várzeas e preteriu, portanto, alguns antigos caminhos de cumeadas. Isso fez com que certos Centro antigos perdessem prestígio em favor de paradas de trem a eles associados que, distantes, passaram a aglutinar a ocupação humana e ofuscar ao ponto de tornar periférica a ocupação inicial.

Assim, Carapicuíba cresceu junto à estação ferroviária e a antiga fazenda-aldeamento se tornou periférica e secundária. Embu e Itapecerica ficaram à margem da nova estrutura.

Ainda que nos primeiros anos de instalação da ferrovia a situação não tenha se transformado muito, gradualmente a antiga rede perdeu vigor enquanto uma nova estrutura se estabelecia.

No que diz respeito ao Centro velho paulistano, a ferrovia fez sua primeira parada relativamente distante ao norte do núcleo original, junto ao jardim botânico de então. A estação da Luz fez com que o vetor de crescimento na sua direção se intensificasse. As

primeiras linhas de bonde ligam o Carmo à estação da Luz. Há, pois, um reordenamento na dinâmica do crescimento urbano paulistano.

Todos os núcleos urbanos têm seu crescimento modificado pelos caminhos de ferro. Só mais tarde que os ônibus vão recompor antigos caminhos de cumeada numa parceria com os trens. A partir da segunda metade do século XX, gradualmente os ônibus tomam o lugar dos trens como indutores de vetores de crescimento urbano.

A partir da instalação das ferrovias, São Paulo cresce extraordinariamente. Amplia-se para o outro lado do Anhangabaú (o Centro novo) e espraia-se em todas as direções. Muitas das funções centrais de governo abandonam o Centro velho e mesmo o comércio e os serviços que havia ali mudam de endereço fazendo atenuar-se a condição central do triângulo.

Os principais templos ainda estavam ali e também instituições importantes, mas há um deslocamento de atividades centrais primeiro para o chamado centro novo e corolários como os Campos Elíseos e Higienópolis, depois para a avenida Paulista e imediações e recentemente para o vale do rio Pinheiros.

Fala-se, desde esse processo de deslocamento, na perspectiva de uma expansão do Centro, de um Centro expandido. O Centro expandido de hoje refere-se aproximadamente à extensão urbanizada paulistana no início do século XX.

A delimitação do Centro da cidade de São Paulo varia em função da abordagem e instância que a promove. Recentemente, os bairros centrais foram divididos entre Subprefeitura da Sé e da Mooca. Há a delimitação da Operação Urbana Centro que se divide entre as duas administrações. O Centro expandido inclui a região da Paulista que recebeu funções centrais e que pode ser vista como uma nova centralidade mais que como parte do Centro antigo.

Trata-se de diferentes formas de abordagem, mas fica clara uma gradual redução do Centro velho, do Centro Tradicional, a uma condição secundária e periférica do suposto Centro expandido.

Também, em função de atitudes recentes para com o Centro paulistano, é possível verificar a coexistência de dois vetores de transformações daquela região, a saber, o capital que ali pretende se restabelecer e a população que ali se manteve ou que para ali se transferiu em função da sua desvalorização imobiliária a partir da década de 1970. Ao investigar projetos recentes percebe-se a intenção subjacente para a região central e qual sua resposta à suposta posição da metrópole paulistana na condição globalizada do mundo atual, em que “[...] a combinação da dispersão espacial e da integração mundial – sob a condição de continuidade da concentração do domínio e do controle econômicos – tem contribuído no desempenho de um papel estratégico das maiores cidades na atual fase da economia mundial”¹⁵.

¹⁵ SASSEN, Saskia A cidade global in Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil Lena Lavinas e alli (org.) São Paulo ANPUR/ Hucitec 1993 pág. 188

A atitude tanto governamental como da sociedade civil em relação ao Centro paulistano tem se transformado com vigor desde o início da década de 1990. As obras de enterramento do eixo viário norte-sul no Anhangabaú e os projetos compilados em 1991 na publicação *O resgate da área central*¹⁶ da Emurb (Vale do Anhangabaú e Boulevard São João, concurso para o Bexiga e renovação urbana do parque D. Pedro II) animaram o Centro na década de 1980, especialmente nos seus últimos anos com a transferência da sede da Prefeitura para o Palácio das Indústrias e sua evidente intenção de deslocar o eixo do poder municipal para próximo da cidade popular do imaginário paulistano, mas o esforço no sentido de reverter um quadro de relativo descaso só vai se intensificar verdadeiramente na década seguinte. Nem sempre os projetos anunciados para aquela região saem do papel, mas, desde a aprovação da Operação Urbana Anhangabaú (1991), que não despertou grande interesse, uma série de esforços se pode identificar como, por exemplo, as instituições surgidas nesse período – a Associação *Viva o Centro* de 1991 e a contrapartida do poder público que foi a criação do Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo (*Procentro*) em 1993 - e também a ampliação em 1997 da Operação Urbana acima referida renomeada Operação Urbana Centro (lei 12.349/97). O Centro paulistano também é alvo de investigações e propostas no Plano Diretor Estratégico e nos Planos Diretores Regionais das Subprefeituras da Sé e da Mooca recentemente elaborados.

Através dos objetivos declarados pelas instituições e Planos acima indicados podemos compreender algo dos princípios que se pretende tornar base da orientação de políticas para essa importante região da metrópole. Da leitura de documentos da entidade *Viva o Centro* de 1996 (*Propostas e Compromissos e São Paulo Centro, uma nova abordagem*), de um plano estratégico para o período de 1998 a 2002 do *Procentro*, da apresentação do Plano *Reconstruir o Centro* da antiga Administração Regional da Sé de 2001 e das premissas do Programa *Ação Centro* de 2003, que torna o Plano da AR-Sé uma questão estratégica da Prefeitura de São Paulo, recompondo as ações previstas da Regional e dando ao Plano como um todo uma roupagem outra, percebe-se uma reapropriação contínua de dados de planos anteriores e o acréscimo de medidas que definem uma orientação mais evidente para algum determinado aspecto. Esses documentos foram analisados no sentido de compreender eventuais convergências e reiteraões, mas também de averiguar mudanças de rumo ou inflexões que revelem o seu maior ou menor vínculo com a idéia de elitizar a região central, processo que tem ocorrido com freqüência em projetos para áreas centrais de cidades de todo o mundo e que ficou conhecido pelo nome de “*gentrificação*”.

¹⁶ O Resgate da área central EMURB Prefeitura do Município de São Paulo 1991

Pode-se adiantar que no Plano Diretor Estratégico para São Paulo e nos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras onde está o Centro paulistano (Sé, Mooca e, em alguma medida, Ipiranga) há uma continuidade e uma reafirmação no que diz respeito ao Plano *Ação Centro*. É certo que o que vemos atualmente no Centro se deve ao menos em parte a esses planos e é interessante que se compreenda as orientações que se estabeleciam a partir das análises neles desenvolvidas.

Ao comentar a perspectiva da habitação de interesse social nas áreas centrais nos Planos PDDI de 1971/2 e nos planos não aprovados de 1985 (Mário Covas) e de 1991 (Luíza Erundina), Meyer e Grostein¹⁷ dizem num texto da segunda metade da década de 1990 que esses planos

[...] entenderam, de forma bastante semelhante, que as áreas centrais representam um valioso patrimônio urbano cujo potencial de uso para a habitação de interesse social não foi ainda efetivamente utilizado. Tanto as análises quanto as propostas encaminhadas até o presente, seja pela falta de objetividade no seu encaminhamento, ou pelo parco universo das proposições, permanecem obstinadamente no campo da retórica (MEYER; GROSTEIN, 1994, p.40).

A questão do esvaziamento populacional já vinha amadurecendo e veremos que a habitação no Centro é uma das prerrogativas para uma não expulsão de moradores, algo que costuma acompanhar os processos de “gentrificação” acima mencionados.

Na década de 1970 há um momento de inflexão que não se pode esquecer quando se analisa as décadas de 1980 e 1990: no contexto mundial está concluída a reconstrução da Europa e do Japão destruídos pela II Grande Guerra e ocorre uma diminuição da demanda de investimentos que está associada à novidade da concorrência EUA vs europeus e asiáticos e a problemas de caixa associados ao aumento do preço do petróleo e fim do dólar como padrão, algo que faz o mundo capitalista viver um quadro de estagflação (estagnação + inflação).

Com essa crise, ocorre uma reestruturação político-econômica dos países centrais capitalistas com um distanciamento em relação à perspectiva do Estado do Bem Estar Social (keynesianismo) dos chamados anos gloriosos (1945-75).

Há também um aumento da internacionalização do capital produtivo (multinacionais), sendo que já havia acontecido a transferência da produção industrial para os países periféricos, dentre os quais o Brasil, nos anos 1950-60 em função da reserva de mão de obra aqui existente. Internacionalização que se torna possível devido ao desenvolvimento dos meios de transporte e telemática (telecomunicações e informática). A produção passa a ser *just in time*, ou seja, não mais em massa, mas por demanda. Ao mesmo tempo, intensifica-se uma flexibilização das legislações trabalhistas e aumento do trabalho informal. Disso tudo decorre o estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho.

¹⁷ GROSTEIN, Marta Dora; MEYER, Regina M. Prósperi *Os Planos Diretores e a habitação social nas áreas centrais* URBS 26 pág 40

Varre o mundo capitalista a reestruturação política apoiada no chamado neo-liberalismo, associada à perspectiva de austeridade fiscal, redução dos gastos e grande importância do mercado financeiro.

O esforço de reverter a decadência econômica tem sido motor de propostas urbanísticas em cidades por todo o planeta. Para tanto, como regra geral, uma anterior legislação de controle tem sido preterida em nome de flexibilização para incentivo que visa uma intensificação econômica. O ideário do neo-liberalismo pode ser facilmente aqui identificado e a uma flexibilização das leis sociais e trabalhistas segue-se uma flexibilização das leis urbanísticas que se rendem ao novo Senhor que é o Mercado financeiro.

O financiamento público teoricamente indireto como no caso das Operações Urbanas com seu pagamento de outorga onerosa alinha-se com a batalha de incentivos fiscais que se tem visto na concorrência entre cidades para receber seu quinhão de capital global. É nesse contexto mais geral que devemos compreender os Planos recentes para o Centro paulistano, que nas décadas de 1970 e 1980 viveu um processo de popularização acompanhado de abandono por parte do poder público. Essa popularização deu um novo caráter ao Centro, mas por conta certamente do abandono acima referido foi acompanhado de uma intensa degradação de seus espaços públicos e uma imagem exagerada porém não totalmente descabida de violência.

Com diferentes orientações políticas e ideológicas, os Planos para cidades a partir da década de 1990 em geral e para o Centro paulistano em particular, por vezes são inspirados em atitudes empresariais. De forma geral, as cidades no mundo capitalista passaram a se comportar como empresas e o surgimento dos planos estratégicos para cidades é um reflexo desse processo. David Harvey, no entanto, fala desse empresariamento como um verdadeiro predador urbano¹⁸. O foco econômico nos planos para as cidades e o marketing urbano que faz parte de sua estratégia têm produzido desequilíbrios.

Como exemplo, grandes projetos urbanos com a dispendiosa contrapartida pública fazem pensar em bolhas sem substância – as parcerias público-privadas (PPP) em que o setor público arca com os riscos são emblemáticas nesse sentido. O relativo abandono da região central paulistana pode ser entendido como resultado de operações imobiliárias em que, por assim dizer, novas centralidades são propostas em resposta à especulação do capital financeiro e, apesar da atualização tecnológica destas em relação ao Centro histórico, não são demanda real do Mercado. Muitas das empresas deixam parte mais subalterna de sua estrutura nos edifícios do Centro paulistano e como novas regras de juros tornam interessante a desmobilização do capital, vendem ao menos parte de seu patrimônio edificado e passam a adotar o aluguel e a especulação

¹⁸ HARVEY, David Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio – seminário durante a disciplina Avaliação de Grandes Projetos Urbanos: Crítica da Prática recente, com o Prof. Eduardo Nobre.

associados que garantem lucros significativos. A obsolescência do Centro está, portanto, ligada a uma economia de serviços com um induzido *boom* imobiliário a ela associado.

Essa economia de serviços que caracteriza São Paulo nas últimas décadas tem relação com sua integração na rede das chamadas cidades mundiais, que concentram poder de mando, ou seja, sedes de empresas transnacionais, ou que servem de estrutura de apoio à acumulação das elites transnacionais que habitam verdadeiros guetos ou enclaves que são as “cidades do capital”. Exemplos desses enclaves globalizados são identificáveis na metrópole paulistana. Fala-se atualmente de “quistos” urbanos.

Discute-se a pertinência da adoção da caracterização de Cidade Mundial no caso paulistano. O autor Luiz Ablas¹⁹ assim se manifesta a respeito:

O aglomerado urbano de São Paulo enquadra-se em grande medida nessa caracterização de cidade mundial situada em um país subdesenvolvido, mas fazendo parte da semiperiferia do sistema capitalista mundial, o que leva a metrópole paulistana a assumir um papel integrativo entre o capitalismo mundial e a economia brasileira”. [Há quem fale da construção de uma ilusão de pertencimento a um grupo seletivo de cidades que mascara uma condição de subserviência e abandono de causas próprias.] “Aqui se aglomera o que existe de melhor e de pior na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo que se verifica a presença das empresas mais produtivas, por significarem um apêndice da economia internacional altamente desenvolvida e sofisticada, percebe-se também a precariedade do cotidiano na Grande São Paulo [...]. (ABLAS, 1993, p.47-9)

No Brasil, o urbanismo tem sido processo de valorização associado à expulsão dos pobres. Oposto a isso seria a generalização do acesso aos equipamentos públicos e sua necessária distribuição mais homogênea.

No atual contexto pós-fordista, uma condição urbana nova na Europa recente (a cidade “cindida”) ali se estabelece e, já existente no Brasil, aqui e em todo o mundo capitalista se acirra. A cidade ilegal e a exclusão do mercado formal se tornam mais agudas.

Planos têm sido desenvolvidos como planejamentos estratégicos que visam constituir “ilhas de 1º mundo” e não têm preocupação com a cidade informal. Nas cidades do continente americano, há uma perspectiva de recriação permanente e contínua, diferente da europeia que se restaura, e uma situação como a do Centro paulistano nesse sentido é paradigmática. Houve o seu abandono por parte do interesse imobiliário e do poder público em nome da valorização com altos custos por parte deste último de áreas distantes e com garantia de grandes lucros para aqueles.

Atualmente a perspectiva de Planos de Ação associados ao planejamento urbano de atuação democrática com a implementação de instrumentos urbanísticos legais eficazes fazem

¹⁹ ABLAS, Luiz São Paulo: cidade mundial ou metrópole subdesenvolvida? in São Paulo em perspectiva São Paulo: Revista da Fundação SEADE 7 (2) abril-junho 1993

pensar numa revisão crítica do resultado desses processos que levaram a paradoxos como o caso do Centro paulistano em que uma região com infra-estrutura instalada conta com índice de vacância de edifícios na ordem de 30% quando São Paulo em geral com percentual menor de infra-estrutura instalada tem um índice de 15%.

* * *

O documento *Propostas e Compromissos*, divulgado em 1996, apresenta a Associação *Viva o Centro* como uma instituição que pretende contribuir no esforço para “a elaboração e aplicação de políticas de desenvolvimento urbano numa perspectiva que contemple a região central como *indutora de qualidade urbana e de vida para toda a metrópole*”²⁰. O Centro paulistano é visto ali como problemático e promissor; até então entendido “como um território insolvente, ele é na realidade o território fecundo de São Paulo”.²¹

A cidade de São Paulo é apontada no texto em questão como “uma das mais prováveis cidades mundiais que sediarão os comandos financeiros, serviços de excelência, pólos difusores de cultura e tecnologias de ponta, telecomunicações, corporações e organismos supranacionais e outros atributos de vanguarda que as caracterizam”.²² O Centro paulistano é visto como um núcleo irradiador de uma potencial nova ordem urbana. A idéia de São Paulo como cidade mundial vem sendo discutida desde então, mas naquele documento há a impressão de que a cidade deveria se preparar para a condição que já se impunha.

Preparação que indicava para o Centro da cidade algumas propostas que se referiam à sua dimensão metropolitana – ali chamadas Visões Urbanísticas e Estruturais – e providências que se denominou Aspectos Gerenciais e Administrativos.

Quanto à dimensão metropolitana, o documento *São Paulo – uma nova abordagem* defende que a integração do Centro com as áreas adjacentes ao norte é estratégica já que, assim, os equipamentos junto ao Tietê seriam de certa maneira incorporados à sua infra-estrutura, atualizando-o por assim dizer com a adição daqueles grandes equipamentos existentes (Anhembi, Rodoviária, Complexo Shopping Norte) e potenciais (terrenos do Carandiru). Também propõe uma ênfase na costura inter bairros que superasse alguns obstáculos difíceis como as avenidas do antigo sistema Y e a ferrovia. Dada a infra-estrutura instalada, reforça a idéia então divulgada de adensamento dos bairros centrais, mas com diversidade funcional e reforço da função habitacional que vinha ali decrescendo significativamente. Apóia-se no Programa Integrado de

²⁰ Associação Viva o Centro – Propostas e Compromissos Nov 1996 Pág 01 grifo do autor

²¹ Ibid pág 01 grifo original

²² Ibid pág 01

Transportes Urbanos (PITU) e propõe linhas circulares de tróleibus no Centro. Aponta para a articulação dos espaços públicos existentes em rede e propõe o desenvolvimento de projetos indutores: o Pátio de manobras do Pari é visto como um lugar interessante para se desenvolver novo pólo de habitação, comércio e serviços; a Estação da Luz e seu entorno são considerados um pólo de transformação importante; também são defendidos projetos para o Anhangabaú e para o Parque D. Pedro II.

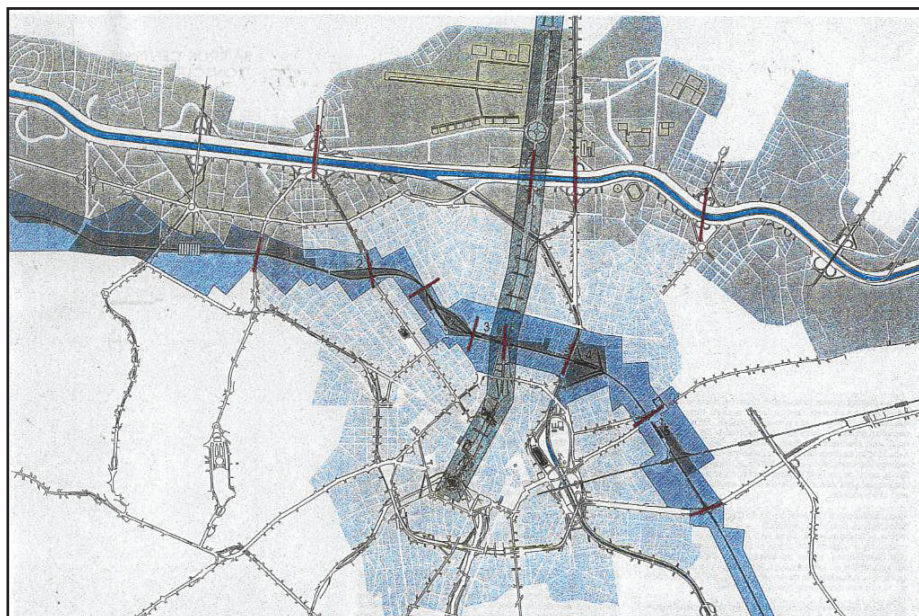


Fig.14 - Mapa da proposta Viva o Centro com as áreas ao norte do Centro e indicação de propostas

No que diz respeito aos aspectos gerenciais e administrativos, o documento fala da ativação do potencial cultural, turístico, educacional e de lazer com projetos como *Cinelândia Paulistana*, *Praça do Patriarca* e *Galeria Prestes Maia* – destes, os dois últimos foram levados a cabo posteriormente.

Objetivava-se uma melhoria da paisagem e do meio ambiente urbano, do acesso, circulação e estacionamento (pedágios urbanos, flexibilização da pedestrianização instalada nas ruas centrais e integração dos meios de transporte são apresentadas como possíveis instrumentos), disciplina no comércio informal e sistema específico de policiamento e segurança.

Há uma defesa explícita do incentivo de *investimentos privados*, de ações de cunho social através de *parcerias* e de um gerenciamento específico para a região central. Para auxiliar esse gerenciamento, reforça a idéia da zeladoria urbana, que já vinha coordenando nos bairros centrais.

Vê-se nessa proposta que a ação governamental é de certa forma reduzida e que a ênfase está na adequação da região central à perspectiva de investimentos privados.

Um pouco posterior, o *Plano Estratégico para o período 1998-2002 do Procentro* propõe ajustes na sua base estratégica, legal e institucional que tudo leva a crer são também ecos das propostas da *Viva o Centro* acima apontadas. Na apresentação desse Plano, fala-se da busca para o *Procentro*, de “um novo formato que facilite a interação com a iniciativa privada”²³ num esforço para que se encontre soluções que conduzam “à formação de parcerias a fim de que se consiga alterar a base de sustentação econômica do Centro”²⁴. O nome Plano Estratégico e a apresentação de um prazo definido já explicitam a orientação econômica e sua afinidade com o gerenciamento empresarial que se adotou nas cidades depois do abandono dos paradigmas modernistas no urbanismo. É bom lembrar que a negociação de um empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) no valor de aproximadamente US\$ 100 milhões inicia-se a partir desse Plano, algo que reforça o foco econômico da sua atuação.

As fontes de atuação do *Procentro* passam a ser cuidar da zeladoria urbana e coordenar as ações do poder público referentes à região central (idéias defendidas pela *Viva o Centro* apesar de a idéia de gerenciamento específico não ter sido ali desenvolvida). A perspectiva que anima a instituição, como vimos acima, é a de promover a transformação da base econômica da região – aponta para a diversificação das atividades produtivas privilegiando o turismo, o ensino técnico-profissionalizante e universitário e o lazer e recreio metropolitanos.

Os problemas da região central apontados são a deterioração ambiental e paisagística das áreas públicas, a dificuldade de acessibilidade, circulação e estacionamento, obsolescência e insuficiência do estoque imobiliário, deficiência de segurança pessoal e patrimonial e deficiência no setor de turismo e lazer. Alinha-se, portanto, com as propostas da *Viva o Centro* no que diz respeito à proposta ali defendida de “ativação do potencial cultural, turístico, educacional e de lazer”, também à idéia de revisão da questão dos acessos, da necessidade de fazer frente à deterioração das áreas públicas da região central e da segurança mas acrescenta a idéia de insuficiência e obsolescência do conjunto construído, algo que faz pensar na intenção de promover uma intensa atividade imobiliária. Apóia-se em alguns instrumentos como a Operação Urbana Centro, aprovada em Junho de 1997, que é uma maneira de induzir à parceria público-privada, em que freqüentemente a contrapartida pública tem sido subestimada em nome de interesses privados, e também na lei que estabelece isenção de IPTU por dez anos para proprietários

²³ Prefeitura de São Paulo – Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano – Plano Estratégico 1998-2002 Procentro – Programa de Valorização do Centro de São Paulo Maio 1998 – apresentação s/ paginação

²⁴ Ibid – apresentação s/ paginação

que recuperassem seus edifícios tombados – prerrogativa que tem sido utilizada de maneira pouco útil para o seu sentido primeiro.

O Plano Estratégico indica projetos estruturais a serem desenvolvidos. Prevê a utilização da área do Pátio de Manobras do Pari como um pólo de entretenimento, comércio e serviços e, diante da lei (01-1262/95) que estabelece a implantação de um Terminal de Transbordo Atacadista junto ao Parque Anhanguera, prevê o esvaziamento e conseqüente disponibilização da Zona Cerealista para empreendimentos imobiliários próximos ao Centro, que também teriam como atrativo o novo Parque D. Pedro II. A idéia de reconfiguração do Pátio do Pari já existia nas propostas da *Viva o Centro* mas aqui a ênfase é dada ao entretenimento, ou seja, o lazer e recreio metropolitanos que significariam a nova base econômica da região. Também presente naquelas propostas, o projeto de transformação da estação da Luz e entorno aqui se reafirma. Uma passagem subterrânea entre a Avenida Amaral Gurgel e a Avenida Duque de Caxias possibilitaria a ampliação da área pedestrianizada do Largo do Arouche, criando a “Arouche Plaza” – nome que faz antever a visão de cidade que se perseguia. Tudo faz pensar numa gradual “recuperação” da região central para as atividades do setor imobiliário que se haviam deslocado principalmente para a região sudoeste da cidade.

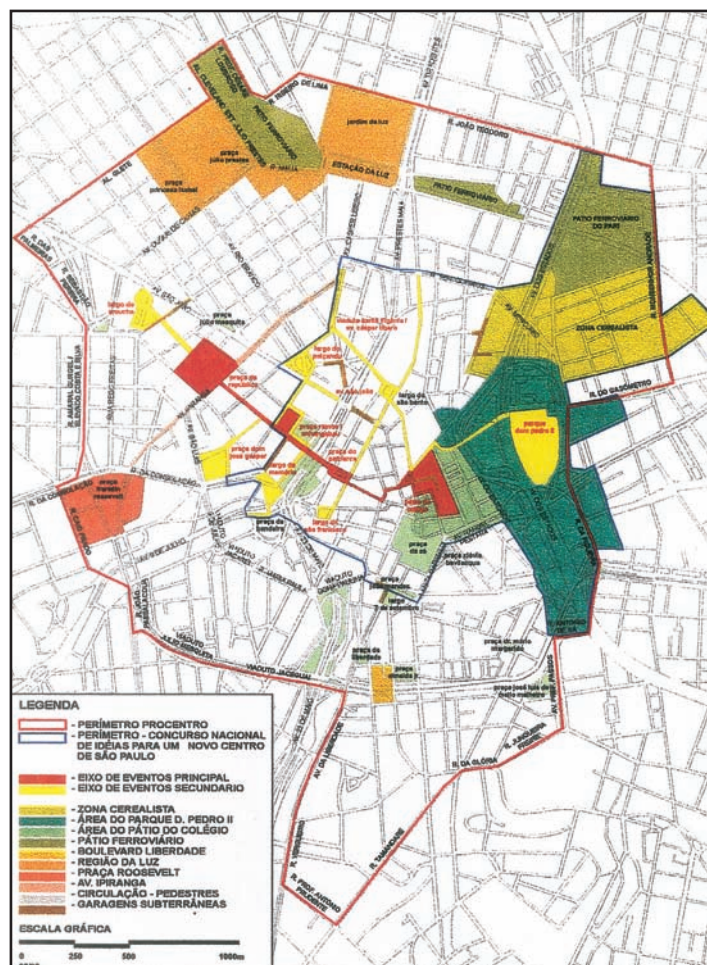


Fig.15 - Mapa com as propostas do PROCENTRO

Fala-se, sem grande destaque e sem um aprofundamento dos meios necessários, da requalificação de cortiços e incentivo para formação de cooperativas de habitação, algo que seria complementado por um influxo de novos habitantes, revertendo o processo de suburbanização que esvazia o Centro e garantindo, assim, a pluri-funcionalidade da região. “A habitação no Centro é indutora da dinâmica sócio-econômica local, otimizando a infra-estrutura social e urbana instalada e gerando novas demandas por usos diversos”²⁵. Para tanto, é prevista uma melhoria e recuperação de áreas degradadas, algo que pode “induzir a camada de baixa renda a novos êxodos em busca de moradia compatível, devendo-se, portanto, mitigar os efeitos dessa possível exclusão social”. Há alusão a um processo de expulsão e “gentrificação” mas não se aprofunda em detalhes de como evitá-lo – a descrição detalhada de certos projetos de embelezamento não deixa dúvidas quanto ao foco que certamente não é a de uma transformação includente. Os chamados Projetos de Manutenção e Requalificação apresentados no Plano do *Procentro* mostram-se afinados com a *Viva o Centro* – os tróleibus circulares são instalados com imagens de lugares símbolo da cidade, o MASP abre sua filial Centro na Galeria Prestes Maia. Estacionamentos subterrâneos são propostos, pinturas das fachadas que fazem pensar na vontade de um cenário mais palatável para o lazer e turismo na região, a viabilização do Shopping Light e uma proposta curiosa que não se viabilizou de Centro Comercial sobre a Radial Leste – o Boulevard Liberdade – mostram a tendência de “shoppinização” que se vê em muitas transformações recentes de centros de grandes cidades. Preocupações como despoluição das fachadas são reiteradas – há um reforço do projeto Sé - Arouche de 1991, projeto da administração Luiza Erundina de limpeza de fachadas e melhoria do equipamento e mobiliário urbano entre o Largo do Arouche e a Praça da Sé, agora ampliado Arouche-D.Pedro, enfatizado como um eixo de eventos atrativos de entretenimento – e há uma superficial preocupação com a questão do restauro. A valorização das fachadas da rua Florêncio de Abreu, tratada como uma espécie de projeto modelo, e a ampliação das calçadas da Avenida São João mostram a orientação de uma atualização embelezadora no âmbito do desenho urbano que se completa com a adoção do projeto vencedor do Concurso de Idéias para um Novo Centro de São Paulo, de 1996, composição de atitudes embelezadoras e uma ênfase na questão da circulação, com propostas de túneis e acessibilidade maior para veículos, e do projeto de transformação do edifício dos Correios num Centro Cultural metropolitano e, portanto, com foco no entretenimento.

²⁵ Ibid – cenários dirigidos s/ paginação



Fig. 16 Imagem proposta vencedora concurso Centro 1996

A preocupação com a questão da acessibilidade já se coloca ali e será retomada mais adiante como veremos.

Em 2001, a então Administração Regional da Sé apresenta um novo Plano para o Centro paulistano, visando uma reorientação do Plano Estratégico anterior do *Procentro* e avançando nas negociações com o BID para um empréstimo inicialmente estabelecido como para um projeto de recuperação urbanística. O Plano foi denominado *Reconstruir o Centro* e inicia com a ênfase na perspectiva de gestão *pública* do espaço urbano, “sempre sobrepondo o interesse coletivo aos interesses particulares”²⁶. Há, aqui, o foco na idéia de Política Urbana com inclusão social. “Uma política urbana que potencializa os aspectos positivos que caracterizam a centralidade de São Paulo ao mesmo tempo em que constrói soluções para a população excluída dos direitos de cidadania presentes no Centro: duas faces de um processo socialmente construído ao longo de mais de um século”²⁷. O Plano é desenvolvido tendo como extensão a área sob a Administração Regional da Sé e, portanto, englobando parcialmente as áreas adjacentes ao norte que haviam sido sugeridas nas propostas da *Viva o Centro* e também os bairros ao sul que até então não haviam sido considerados.

²⁶ Reconstruir o Centro – reconstruir a cidade e a cidadania Procentro/Administração Regional da Sé Setembro 2001 pág 05

²⁷ Ibid pág 05

O diagnóstico desse plano fala dos bairros centrais como um território entre os mais democráticos da cidade, pela multiplicidade de grupos sociais que nele moram, trabalham ou dele se utilizam. Há ali uma diversidade funcional e social em bairros de uso misto e que abrigam diferentes grupos sociais. Região com 25% dos empregos formais da cidade, espaços de Cultura, lazer, educação e representação mas que se encontra subutilizada. O Brás e o Bom Retiro são lembrados como bairros que, apesar do metrô, são muito desocupados, com imóveis vazios ou subutilizados. No que diz respeito à moradia, há padrões “muito diversificados nos bairros centrais, mas algumas condições são muito particulares e se diferenciam das demais regiões da cidade”²⁸. Grande contingente de pessoas em imóveis alugados e habitando em cortiços por não ter como comprovar renda em função de trabalhos informais. Maioria dos habitantes dos bairros centrais (65%) não tem carro e muitos vão a pé para o trabalho. Há em torno de 5000 moradores de rua, grande contingente de vendedores do comércio informal e violência. Entende-se que o Centro vinha tendo pouca atenção governamental e ali se via uma vandalização sem precedentes, algo que reforçava a imagem de violência. Mais uma vez, como na leitura do documento da *Viva o Centro*, a região central é paradoxalmente vista como degradada e como um fértil campo de transformações da vida urbana. O *Reconstruir o Centro* tem como objetivos resgatar o caráter público do espaço público – a ênfase é uma novidade já que nos Planos anteriores se falava na recuperação ambiental desses mesmos espaços mas sem a perspectiva de fazê-lo a partir da compreensão generalizada de seu caráter público, o que pressupõe outros instrumentos além do projeto de recomposição da infraestrutura urbana. Novamente como meta a idéia de ampliar o uso residencial e garantir a diversidade de funções. Fala-se em consolidar a identidade de centro metropolitano, ações urbanísticas com inclusão social, mecanismos de gestão democrática e atuação sistemática para reduzir a violência.

Como diretrizes de gestão, fala de parcerias políticas e materiais, não mais a idéia de parceria público privado apesar de não descartá-la desde que em outros termos – mas sim governos de outros países, outros níveis de governo, ongs, universidades entre outros que são possíveis parceiros do poder público municipal. A idéia é compartilhar a gestão com a sociedade civil – pista de como fazer o resgate do caráter público e identidade dos espaços públicos.

Oito programas foram criados no Plano: *Andar no Centro* (melhoria das condições de circulação de pedestres e veículos), *Morar no Centro* (repovoamento e viabilização da moradia para população de baixa renda), *Trabalhar no Centro* (melhores condições para as áreas existentes e ampliação de atividades econômicas), *Descobrir o Centro* (turismo e fruição da região central), *Preservar o Centro* (recuperação e preservação), *Investir no Centro* (transformação urbanística de áreas subutilizadas com a prevalência do interesse coletivo e monitoramento para garantir o controle de impactos negativos), *Cuidar do Centro* (garantir a manutenção) e *Governar o Centro* (criar mecanismos de gestão democrática).

²⁸ Ibid pág 13

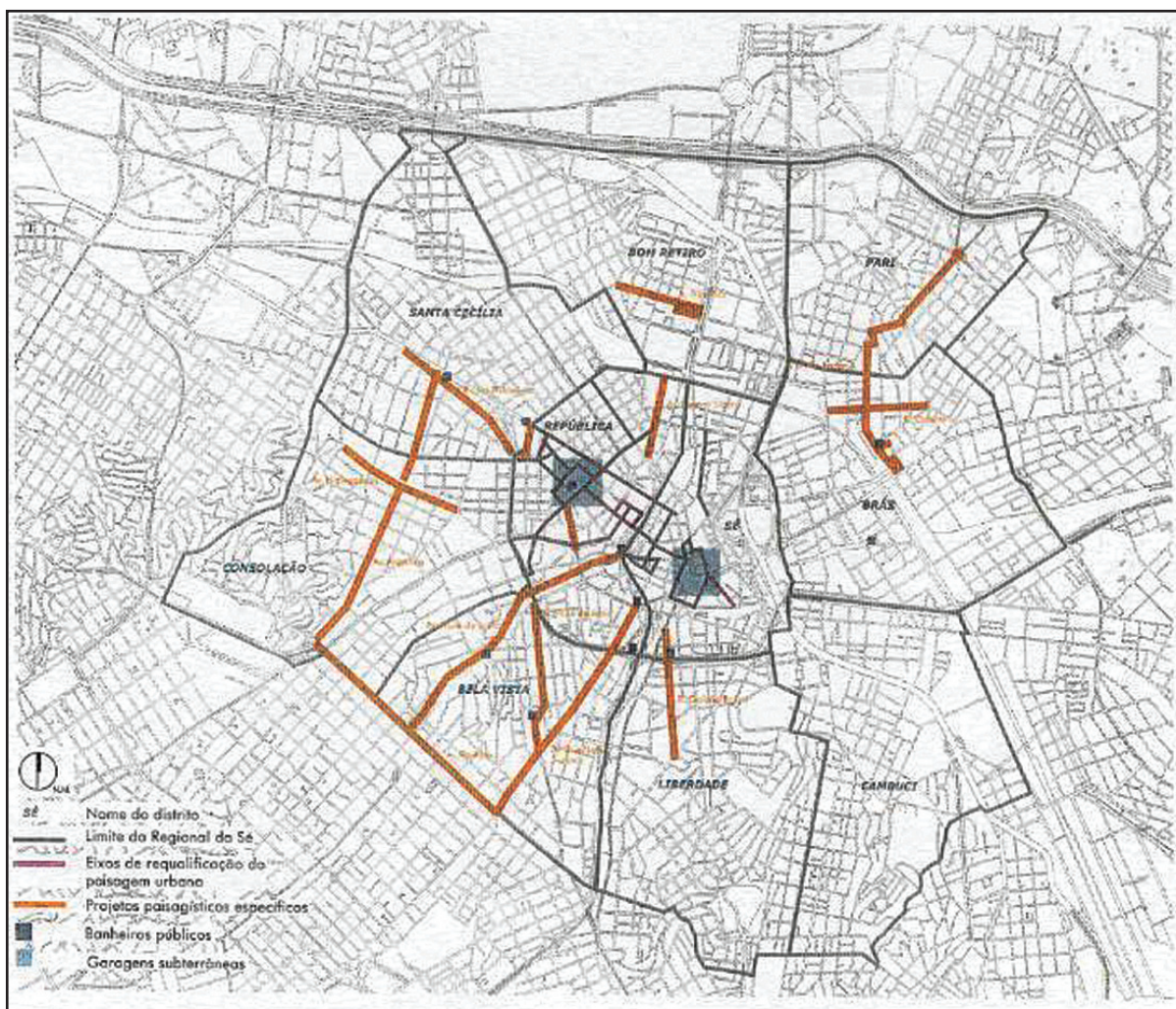


Fig.17 - Mapa do Programa Andar no Centro

Para as mudanças previstas no novo Plano são indicadas revisões na legislação existente, entre as quais da Lei da Operação Urbana Centro (com definição e controle de percentuais de habitação de interesse social) e de leis de incentivo para preservação de património, de ordenação da paisagem urbana, calçamentos, reciclagem de imóveis etc.

Relacionados a cada um dos programas acima apresentados, destaco alguns projetos que representam a reiteração de Planos anteriores e algumas novidades. A ideia de garagens subterrâneas é novamente colocada, agora uma no Centro velho e outra no Centro novo. Agora se explicita a recuperação de galerias de drenagem das águas pluviais e se fala da implantação da contra-rótula no tramo leste.

No que diz respeito ao repovoamento do Centro com a diversidade de grupos sociais atualmente ali presentes, destaca-se o programa PAR com financiamento para construções de até R\$ 25.000,00/unidade para famílias de 6 SM e os Perímetros de reabilitação integrada do habitat (PRIH) – áreas com conjunto de quadras com concentração de moradias precárias para intervenções integradas de produção habitacional, melhoria de condições de cortiços,

reabilitação de patrimônio, criação de espaços para atividades econômicas etc. A implantação do sistema de locação social também é um grande avanço.

O projeto Corredor Cultural avança e ajusta parte do projeto Arouche-D.Pedro, com um novo paisagismo entre a Galeria Metrópole e a Praa do Patriarca, esforo de criao de um caminho algo cenográfico para atrair turismo e entretenimento para a regio (algo que reitera algumas medidas de planos anteriores).

O Pátio do Pari é visto como um pólo potencial de integrao do transporte sobre trilhos, passível de ocupao por usos diversificados e podendo disponibilizar inclusive novos espaos públicos. O entorno do parque D. Pedro II tratado com projeto paisagístico para a rua 25 de Maro, consolidao de pólo gastron mico nos arredores do Mercado Municipal, uso habitacional e novos espaos públicos na Zona Cerealista.

So estabelecidos projetos para os bairros ao sul e sudoeste do limite da Operao Urbana Centro, que nos planos anteriormente analisados no eram contemplados: atualizao e adequao de projetos especiais (Bexiga e outros) e articulao das Regionais da S , Pinheiros e Vila Mariana para cuidar em conjunto da Avenida Paulista.

Fala-se na elaborao de um *Manual de Posturas Urbanas* a ser divulgado em escolas, ongs etc, algo que nos remete à perspectiva de uma formao de base para despertar as pessoas (desde a escola) para o fato de que têm direito a algo com mais rendimento e com um bom aproveitamento dos recursos disponíveis. Há uma explícita inteno de integrao do Plano ao oramento participativo e o *Procentro*, recriado como Coordenadoria de Programas de Reabilitao da rea Central, passa a ter como perímetro de atuao toda a área da AR- S .

Em 2003, “um novo marco foi a substituio dessa Coordenadoria Procentro pelo Fórum de Desenvolvimento Social e Econ mico do Centro de So Paulo e pela Coordenao Executiva *Ao Centro* (instituídos pelo Decreto Municipal n 44.089/2003). [...] A rea de atuao desses organismos é muito mais restrita, cobre apenas os distritos S  e República, coincidindo com o objetivo de focalizao do programa de reabilitao”²⁹. Uma reduo da área foco em funo de negociao com o BID foi acompanhada pela deciso de o *Ao Centro* se tornar um projeto “carro chefe” da Prefeitura. Na apresentao do novo Plano, houve a ênfase na explicitao do que seria o tripé das suas ao, a saber, a idéia de incluso social, de desenvolvimento local e de gesto compartilhada. Mais uma vez a inteno clara de evitar uma elitizao do Centro paulistano. Uma espécie de simplificao do Plano *Reconstruir o Centro* ocorreu e no lugar dos oito programas anteriores, cinco ao³⁰: *Reverso da Desvalorizao Imobiliária e Recuperao da Funo Residencial, Transformao do Perfil Econ mico e Social, Recuperao do Ambiente Urbano, Transporte e Circulao e Fortalecimento Institucional do Município*.

²⁹ SILVA, L.O. da Breve História do Centro de So Paulo: sua decadência e reabilitao in SHICCHI, M.C BENFATTI, D.B. (orgs) *Urbanismo: dossiê So Paulo-Rio de Janeiro* Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004 pág 65

³⁰ a partir de apresentao do Programa Ao Centro cedida por Nadia Somekh



Fig.18 - Foto aérea com indicação de projetos de moradia do Ação Centro

No que diz respeito à primeira ação, prevê leis de incentivos seletivos e dinamização das atividades culturais para evitar a saída de empresas, estudo de novas linhas de financiamento para imóveis residenciais para a classe média para estimular novos lançamentos imobiliários, programa de implantação de melhorias em cortiços (reformas de edifícios para fins residenciais) e programas de locação social e moradias provisórias. O programa *Morar no Centro* se insere nessa ação e é, como se vê em seu título, uma das ações do *Reconstruir o Centro* reposicionada. A reforma do edifício São Vito e os projetos do Habita Sampa fazem parte desse programa.

A segunda ação prevê enfrentar o tráfego de passagem excessivo no Centro e conseqüentes ruído e poluição atmosférica com circulação especial (ônibus mais leves), estudo de garagens subterrâneas e estacionamentos, de limite aos congestionamentos e reconceituação dos calçadões especialmente no que diz respeito à acessibilidade.

A terceira ação prevê mais albergues e serviços para a população de moradores de rua, além do Projeto Oficina Boracéia, abrigo e equipamentos para carrinheiros. Policiamento comunitário e iluminação especial são defendidos no sentido de reduzir a falta de segurança e criminalidade. Quanto aos ambulantes, controle com coibição de produtos ilegais, programas de profissionalização,

criação de shopping popular, padronização de barracas, revisão de critérios urbanísticos de distribuição, adotando bolsões lineares e a reorganização da concessão de atividade.

A quarta ação prevê restauração de edifícios como o Mercado Municipal, Biblioteca Mário de Andrade entre outros, a implantação do Museu da Cidade e Centro de Eventos no Palácio das Indústrias e Casa das Retortas, iluminação cenográfica de monumentos e edifícios e nova iluminação nas vias. Reversão da situação de degradação de calçadas e praças com reurbanização (Corredor Cultural, praças e vias como a Patriarca e 25 de Março) associada a uma manutenção intensiva das mesmas. Insere-se nessa ação a padronização dos pisos e da atitude projetual no que diz respeito à acessibilidade que se defende com vigor como necessariamente plena e irrestrita. Também a reurbanização do Parque D. Pedro II, construção de piscinões nas praças 14 Bis e Bandeira, além de programas referentes à coleta do lixo.

A quinta e última ação refere-se à modernização e valorização dos funcionários do poder público, reorganização do *Procentro* como mais acima se referiu – desdobrando-o em Programa *Ação Centro* e Fórum de desenvolvimento da área central, algo que aponta para a idéia de gestão compartilhada, além da Agência de Desenvolvimento do Centro com sistema de informações para novos empreendimentos e ações para desenvolver a economia local já que esta representa 80% do PIB mundial – a economia globalizada responde por 20%. Não se pode, portanto, desprezar a capacidade de ativação econômica que tem uma política de valorização de alternativas de trabalho relacionadas a essa economia local.

De forma geral, esse último Plano para o Centro paulistano sobre o qual se debruça é uma reorganização do anterior em função da delimitação da ação em uma área menor, atrelado mais diretamente ao empréstimo do BID e faz pensar numa espécie de adaptação para um formato que se apresenta como mais palatável aos economistas daquele banco e que portanto tem um ar de plano estratégico. Essa condição algo híbrida também é visível no recentemente aprovado Plano Diretor Estratégico que carrega esse talvez paradoxo em sua própria denominação. Os princípios básicos desse *Plano Reconstruir o Centro*, no entanto, são emprestados do Plano anterior citado. Há claramente um avanço no sentido de um maior detalhamento das formas de garantir a manutenção dos grupos chamados vulneráveis no que diz respeito a uma possível “gentrificação” apesar de manter instrumentos de transformação associados à transformação do Centro num pólo de entretenimento e eventos numa escala metropolitana. É emblemática a criação de um centro de eventos e cultura no Parque D. Pedro II, algo que faz lembrar do primeiro diagnóstico aqui verificado que entendia estratégica a incorporação dos grandes equipamentos junto ao Tietê à dinâmica da área central. Se os novos equipamentos complementarão as atividades do Anhembi e surgirão como um elo no sentido acima desejado é uma questão que será respondida quando da sua eventual implementação efetiva.

A Operação Urbana Centro caracteriza-se ainda por tímido interesse por parte da iniciativa privada, ao uso receoso de espaços públicos centrais e a sua outra face que é a privatização e internalização de atividades cotidianas que se percebe de forma aguda na Sala São Paulo e de forma mais sutil no Shopping Light. A mudança da Sede da Prefeitura para o Edifício Matarazzo no Anhangabaú, abandonando o Parque D. Pedro II e arredores que mantém mais claramente um vínculo com a cidade popular, associada a inquietações sobre o vínculo das ações recentes do poder público com empresas de capital globalizado e com grande interesse imobiliário na região central trazem novas variáveis para essa equação difícil de resolver: o Centro paulistano vai continuar a entrelaçar os segmentos sociais da metrópole ou caminha para uma valorização acompanhada de expulsão sistemática.

Vimos que nos Planos para o Centro paulistano que se sucederam desde o início da década de 1990, há uma perspectiva de manter e promover a diversidade, algo que se afasta definitivamente do paradigma modernista do zoneamento monofuncional. É também perceptível o apelo aos novos elementos urbanos que são o shopping center, os centros de entretenimento, hoteleiros e de convenções que são resultado da intenção de se criar focos de acesso a produtos e informações para consumidores globais. Esses novos elementos urbanos não são compostos em grandes transformações urbanísticas mas são ações locais, resultado da intensa fragmentação espacial que substituiu o esforço dos planos de caráter discursivo já que com pouca implementação efetiva, de base modernista-funcionalista e com pouca ligação com a realidade sócio-cultural da população, que dominaram as cidades brasileiras especialmente na década de 1970. Por outro lado, essas ações locais promovem por vezes uma espécie de “shoppinização” do espaço urbano e, em nome de um simulacro de vida urbana, afastam habitantes que mantinham um vínculo com o lugar em seu sentido pleno, de paisagem e significações nela contidas. Afastamento que é uma das faces do processo de “gentrificação” contra o qual enfaticamente querem se alinhar os acima analisados Planos *Reconstruir o centro* e seu sucessor *Ação Centro*.

Com a rearticulação do transporte público paulistano que se dá na esteira do programa do bilhete único, é prevista a diminuição da passagem de pessoas no Centro para transbordo (de 2 milhões de pessoas passará a receber 1,3 milhões). Haverá necessariamente uma redução do consumo no comércio informal e um êxodo por parte dos ambulantes que são considerados grupo vulnerável e, que, quando afastados, configura-se em certa medida a “gentrificação” indesejada. Há que se refletir sobre o limite do êxodo necessário em função da sobrecarga atual na utilização de alguns espaços urbanos centrais.

Atrelada ao empréstimo do BID, no entanto, há a obrigatoriedade de contratação de assessoria para verificar essa eventual “gentrificação” – não só a saída dos ambulantes mas também de moradores de rua, cortiços e congêneres, crianças de rua e mesmo o pequeno

comércio. Alguns movimentos parecem fazer frente a uma eventual expulsão: a Oficina Boracéia com uma nova metodologia de relacionamento com moradores de rua, a reforma de edifícios para moradia financiada pelo PAR, os PRIH e a importante implantação do princípio de locação social estão entre eles.

No que diz respeito ao repovoamento do Centro, lembramos que a estruturação da cidade de São Paulo tem na base a desigualdade ou heterogeneidade da instalação de infra-estrutura. Parte da metrópole está estruturada e aí os preços explodem num fenômeno chamado de criação da escassez de terra. A valorização decorrente e o estoque de edifícios vazios mantidos pelos grandes proprietários imobiliários do Centro deixam entrever conflitos de interesses entre a classe desfavorecida que se pretende manter e trazer para ali e grupos atentos para uma potencial nova área de expansão de investimentos com uma infra-estrutura instalada e de qualidade superior à média da metrópole como um todo. Estamos diante do impasse de como vencer o gargalo da terra e a reforma fundiária urbana se mostra como necessária e inadiável.

A Operação Urbana Centro, uma das OUC (Operação Urbana Consorciada) – chamadas simplesmente de OU - em operação na cidade de São Paulo, foi criada pela lei 12.349 de 6-6-1997 e ampliou a anterior Operação Urbana Anhangabaú que teve poucos frutos e acabou por ser considerada um fracasso. Poucos resultados efetivos teve até o presente mas há indícios que podem ser percebidos em recomposição de edifícios antigos e poucos novos edifícios que têm sido realizados na região e na atitude governamental em relação à Luz. O interesse dos empreendedores imobiliários parece estar em vias de ser despertado.

Em que medida a OU vai atrair investimentos em habitação não está ainda claro. Fica também a impressão de que é necessária uma ação afirmativa mais explícita de revalorização do Centro.

A volta do poder político associado aos usos que se quer estimular parece caminhar nesse sentido.

Uma regulação urbanística que recupere o vínculo com a paisagem também é desejável. Os parques lineares do PDE são movimentos nessa direção, mas o desenho da cidade que percebemos ainda é muito desarticulado das condições geomorfológicas gerais. Poderiam talvez as centralidades polares e lineares propostas pelo PDE contribuir para o desenho da cidade que assume a paisagem onde se instala. Neste Plano, o conjunto Centro velho e Centro novo é visto como uma centralidade polar. A área da Mooca junto à rua Bresser como outra. Armênia e Liberdade também são vistas como centralidades polares. Articular essas centralidades com a paisagem e encontrar um desenho para a nova cidade de São Paulo são os desafios atuais.

Outras Operações Urbanas previstas e em funcionamento referem-se de certa maneira ao vale do Tamanduateí e a parte significativa da antiga várzea do Tietê. É uma oportunidade única recompôr essas áreas subutilizadas em vários trechos e

recriar a cidade como um todo. O Centro velho é referência para essa nova cidade. As centralidades propostas também. Há um rico patrimônio a ser preservado e debatido na região. O mercado imobiliário já percebeu essa região e lançamentos de imóveis novos no Ipiranga, na baixa Mooca, no Pari e na Barra Funda demonstram isso. Há, no entanto, que se orquestrar essa transformação.

A luta pelo enfraquecimento do COMPRESP que assistimos se dá em função de a intenção de preservar o patrimônio industrial da região não ter sido efetivamente compreendida pelos agentes de transformação. Temos ali a oportunidade de reconectar a cidade com sua paisagem, respeitando seu patrimônio e assim, com tipologias diversas associadas, desenhar uma nova urbanidade paulistana, ecológica, que celebra sua peculiaridade e aponta para uma nova possibilidade.

Capítulo III

Centralidade – significados e caracterização

Este capítulo é uma composição de excertos de autores eleitos pela sua adesão ao assunto e tem caráter quase de uma revisão bibliográfica, sendo que a partir da lógica criada que os estrutura, surge uma proposição própria da idéia de Centralidade. Evitou-se conscientemente a tradução em palavras próprias de cada um dos autores para, tendo-os como pontuações no raciocínio, poder formular uma racionalidade aqui necessária para a conceituação do que se deseja como Centro atualizado de São Paulo.

A Bacia hidrográfica do alto Tietê é articuladora do território paulista e há situações em sua extensão onde, como vimos nos capítulos anteriores, se pode falar de centralidades em relação ao entorno próximo e em relação à região como um todo.

Há Centros pressentidos e instituídos por uma visão tradicional e há centralidades funcionais modernas no território paulista em geral e na Bacia do São Paulo em particular.

O Centro velho paulistano se desenvolveu no torno de um Centro instituído por procedimentos tradicionais em um sítio diferenciado para as Culturas pré-cabralinas que o conheciam e ocupavam muito antes da conquista ibérica.

A paisagem paulista tem Centros no sentido tradicional, que foram apropriados e reforçados pelos cristãos europeus que aqui chegaram a partir do quinhentos. O Centro velho nasce como Centro tradicional, que é entendido como lugar que serve de comunicação entre o existente e aquilo que o transcende, entre o mundo físico e a realidade plena que o contém.

O Centro tradicional é simbolicamente o Centro do Mundo. Ali, através de uma revelação, se pôde compreender a realidade da existência e aquilo que, fora dela, é ilusório. O Centro para uma Cultura Tradicional é um *Axis Mundi* – um eixo do mundo, onde Céu e Terra se encontram, lugar onde se tem acesso à realidade plena. Só no Centro a existência é real; fora dele é ilusória.

Há no Centro velho paulistano algo que insiste em retornar e que se refere a essa condição tradicional que persiste.

O livro *O mito do eterno retorno* de Mircea Eliade³¹ trata do simbolismo do “Centro” e para compreendê-lo, faz uma necessária explicação sobre a essência do comportamento do homem tradicional ou arcaico.

³¹ ELIADE, Mircea *Le Mythe de l'éternel retour* Paris: Gallimard 2002

No detalhe de seu comportamento consciente, o ‘primitivo’, o homem arcaico não conhece ação que não tenha sido empreendida e vivida anteriormente por um outro, um outro que não era um homem. O que ele fez já havia sido feito. Sua vida é a repetição ininterrupta de gestos inaugurados por outros. Essa repetição consciente de gestos paradigmáticos determinados demonstra uma ontologia original. O produto da Natureza, o objeto formado pela indústria do homem não encontram sua realidade, sua identidade a não ser na medida de sua participação em uma realidade transcendente. O gesto tem sentido, realidade exclusivamente na medida em que repropõe uma ação primordial. (ELIADE, 2002, p.16)

A ação numa Cultura tradicional, pois, só é considerada *real* quando repetição de uma ação arquetípica. Nesse sentido, o livro apresenta situações que podem ser divididas de forma geral em:

1º fatos que nos mostram que, para o homem arcaico, a realidade é função de uma imitação de um arquétipo celeste; 2º fatos que nos mostram como a realidade é conferida em função da participação no ‘simbolismo do Centro’: as cidades, os templos, as casas tornam-se reais pelo fato de serem assimilados ao ‘Centro do Mundo’; 3º enfim, os rituais e os gestos profanos significativos que realizam o sentido que lhes emprestamos quando repetem deliberadamente atos empreendidos ab origine pelos deuses, heróis e ancestrais. (ELIADE, 2002, p. 17)

O Centro do Mundo é percebido na paisagem quando há num certo lugar uma série de características que o tornam lembrança de arquétipos de lugares centrais onde se estabelece o contato entre a realidade e o transitório. A arquitetura é convocada para explicitar aquele Centro. Numa Cultura tradicional, há procedimentos para se descobrir a dimensão central de certo sítio e há revelações que o explicitam.

O simbolismo arquitetônico do Centro pode ser assim formulado: a) a Montanha Sagrada – onde Céu e Terra se encontram – encontra-se no centro do Mundo; b) todo templo ou palácio – e, por extensão, toda cidade sagrada ou residência real – é uma ‘montanha sagrada’, tornando-se assim um Centro; c) sendo um Axis Mundi, a cidade ou templo sagrado são considerados como ponto de encontro do Céu, Terra e Inferno. (ELIADE, 2002, p.24)

O Centro quando relacionado a uma elevação do terreno é simbolicamente, portanto, uma montanha sagrada, um eixo onde se tocam o mais profundo com o mais elevado. Nesse Centro, onde se deu a revelação, está o lugar do nascimento do Mundo e é, pois, onde simbolicamente se inicia a Criação. A transformação humana comprometida com uma Tradição ali estabelecida amplifica essa idéia de origem – a arquitetura evoca as relações presentes no lugar central através da explicitação de seu arquétipo que explica a existência numa linguagem que transcende a racionalidade.

A muito antiga concepção do Templo como imago mundi, idéia de que o santuário reproduz o Universo em sua essência, é transmitida à arquitetura sagrada da Europa cristã: a basílica dos primeiros séculos de nossa era, como a catedral da Idade Média, reproduz simbolicamente a Jerusalém celeste. (ELIADE, 2002, p.30)

Nos lugares centrais a Antiguidade erigiu templos que evocam a realidade da existência, servindo de explicações sobre o Mundo ou reprodução deste em escala reduzida, uma *imago mundi* nas palavras de Mircea Eliade. A cristandade se apropriou de muitos lugares sagrados

da Antiguidade e utilizou a arquitetura para renová-los a partir de uma outra mitologia. Jerusalém, segundo essa mitologia, era um Centro e representava o espelho de uma Jerusalém exemplar, celeste. Tocavam-se, naquela cidade sagrada, realidade divina e imanência. Um eixo de ligação, um Centro do Mundo.

O 'Centro' é [...] a zona do sagrado por excelência, aquela da realidade absoluta. Paralelamente, todos os outros símbolos da realidade absoluta (Árvores da Vida e da Imortalidade, Fonte da Juventude etc) encontram-se também em um Centro. [...] O acesso ao 'centro' equivale a uma consagração, a uma iniciação; a uma existência, ontem profana e ilusória, sucede agora uma nova existência, real, durável, eficaz. (ELIADE, 2002, p.31)

Para o homem tradicional, o acesso ao Centro tem um sentido ritual. Ao acessá-lo, desvela o sentido do Mundo, recupera aquilo que é a existência real e abandona sua condição ilusória. Deve, no entanto, preparar-se para o contato com o Centro. Deve ser orientado a partir de sua Tradição. No Centro, houve a compreensão, por parte de seu grupo, da existência plena que é conservada em mitos e atualizada em ritos. De certa maneira, a partir dessa compreensão, há a Criação do Mundo, que se efetua face à desordem e à precariedade anterior. O Centro onde se deu a Criação é então o Centro do Mundo e é ali que se instituem os templos e cidades sagradas.

Se o ato da criação realiza a passagem do não manifesto ao manifesto ou, em termos de cosmologia, do Caos ao Cosmos; se a Criação, em toda extensão de seu objeto, efetua-se a partir de um 'centro'; se, em consequência, todas as variedades do ser, do inanimado ao vivente, atingem a existência em um ar sagrado por excelência, então clareiam maravilhosamente para nós o simbolismo das cidades sagradas ('centros do mundo'), as teorias geomânticas que estão presentes na fundação das cidades, as concepções que justificam os rituais de sua construção. (ELIADE, 2002, p.31)

O Centro velho paulistano se desenvolveu a partir do núcleo jesuítico instituído no quinhentos. Houve uma missa, um rito, portanto, e a constituição de um altar que é a origem do templo que o sucedeu e que foi reconstruído recentemente no Pátio do Colégio. A fundação ali empreendida é claramente um ritual tradicional e houve a presença dos ameríndios, povos tradicionais, na escolha do sítio e na celebração da missa. Festas ainda existentes como a da Santa Cruz em Carapicuíba têm danças com clara origem indígena. É provável que nos rituais do quinhentos essas danças também fossem realizadas para permitir a expressão da sacralidade daquelas ações por parte dos ameríndios em processo de cristianização. Danças que na origem reproduziam ações arquetípicas daqueles povos e que lembravam a compreensão do mundo por parte de seus antecessores fundadores, em outras palavras, a Criação do Mundo a partir do caos preexistente. Criação redentora que estabelece um Centro que se relaciona em alguma medida com a paisagem circundante.

1º toda criação repete o ato cosmogônico por excelência: a criação do Mundo; 2º em consequência, tudo o que é fundado o é no Centro do Mundo já que, como sabemos, a Criação mesmo se efetuou a partir de um centro. (ELIADE, 2002, p.31-2)

A relação com a paisagem por parte do ameríndio é um tema rico e polêmico. Os povos que habitavam a Bacia do alto Tietê no quinhentos, por exemplo, sistematicamente desmontavam suas tabas e mudavam sua localização a cada ciclo. Seus rituais fazem pensar na constituição de um Centro, mas não havia a perspectiva de permanência prolongada junto a ele e sim a celebração de outros Centros e retomada daquele em um ciclo posterior. Faz pensar numa dinâmica peculiar de celebração dos lugares centrais. Talvez a paisagem como um todo fosse percebida como central e a taba como um Centro em deslocamento e que reforçava Centros na paisagem e vice-versa.

Para o homem moderno, por sua vez, a paisagem se tornou passível de ser explicada pela Ciência e seus procedimentos, desencantando-se, por assim dizer, sua apreciação. Uma forma de compreender o território outra se sobrepõe àquela tradicional acima referida.

Uma hipótese aqui defendida é a de que essa sobreposição é mais ilusória que definitiva, tendo se inaugurado uma coexistência curiosa.

A paisagem paulista atual pode ser vista, portanto, como uma composição de Centros ou centralidades de natureza variada. Uma rede de Centros que precisa ser explicitada e melhor compreendida.

Atualmente, podemos pensar em Centros tradicionais e centralidades modernas que se intercalam e relacionam. Há novas centralidades que brotam numa dinâmica que faz pensar na discussão empreendida por Gilles Deleuze e Félix Guattari em alguns textos da série *Mil Platôs*³² em que se faz inclusive uma espécie de revisão crítica da noção moderna de espaço. Nem sempre a idéia de Centro é ali explicitada mas parece possível depreendê-la a partir da discussão no que se refere ao espaço.

Segundo essa discussão, pode-se empreender uma comparação entre a condição do espaço e o rizoma, complexo de raízes que se diferenciam do esquema da raiz da árvore, tantas vezes utilizada como estrutura modelo de pensamentos e idéias. A árvore como imagem do mundo é vista como uma lógica binária, representada pela “realidade espiritual” da árvore-raiz³³, de alguma maneira superada já que não está presente nem mesmo na natureza onde “as próprias raízes são pivotantes com ramificação mais numerosa, lateral, circular, não dicotômica”³⁴.

Araiz pivotante não compreende [no entanto] a multiplicidade mais do que o conseguido pela raiz dicotômica. Uma opera no objeto, enquanto outra opera no sujeito. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.13)

³² DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix *Mil Platôs* vol.1 Rio de Janeiro: Ed. 34 1995

³³ *Ibid.* pág. 13

³⁴ *Ibid.*, pág. 13

Nossa modernidade, segundo os autores, se vale do sistema-radícula ou raiz fasciculada.

Desta vez a raiz principal abortou, ou se destruiu em sua extremidade: vem se enxertar nela uma multiplicidade imediata e qualquer de raízes secundárias que deflagram um grande desenvolvimento. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.14)

O espaço é um *continuum* em que dinâmicas específicas fazem com que os fluxos determinem pontos focais que podem perder expressão enquanto desdobramentos se tornam ocasionalmente preponderantes. A maneira como se relacionavam com a paisagem os Centros pré-cabralinos dos povos que habitavam a Bacia do alto Tietê faz pensar numa dinâmica semelhante, algo flexível.

A maior parte dos métodos modernos para fazer proliferar séries ou para fazer crescer uma multiplicidade vale perfeitamente numa direção, por exemplo, linear, enquanto que uma unidade de totalização se afirma tanto mais numa outra dimensão, a de um círculo ou de um ciclo. Toda vez que uma multiplicidade se encontra presa numa estrutura, seu crescimento é compensado por uma redução das leis de combinação. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.14)

Para evitar que para se permitir a multiplicidade, uma dimensão superior se estabeleça, subtraindo-se, pois, o *único* da *multiplicidade*, o sistema poderia ser derivado da compreensão do rizoma.

Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos são rizomas. [...] O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.14)

O espaço que transcende a visão moderna – talvez hiper-moderno, pode ser entendido como um rizoma. As supostas centralidades no território podem ser compreendidas como bulbos e tubérculos que brotam nessa rede-rizoma.

A própria diferenciação do termo centralidade em relação ao termo Centro parece indicar um caminho de investigação. Não mais apenas Centros na acepção tradicional, não mais a descentralização homogeneizante da condição moderna, mas uma composição de centralidades variadas num rizoma onde se apresentam como bulbos e tubérculos. O espaço rizoma não se organiza em função de centros mas por movimentos em que pontos de fuga ou de expressão são eventualmente demarcados.

[...] diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não signos. O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. Ele não é o Uno que se torna dois, nem mesmo que se tornaria diretamente três, quatro ou cinco etc. Ele não é um múltiplo que deriva do Uno, nem ao qual o Uno se acrescentaria (n+1). Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo

qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a n dimensões, sem sujeito nem objeto, exibíveis num plano de consistência e do qual o Uno é sempre subtraído ($n-1$). Uma tal multiplicidade não varia suas dimensões sem mudar de natureza nela mesma e se metamorfosear. Oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza. Não se deve confundir tais linhas ou linhamentos com linhagens de tipo arborescente, que são somente ligações localizáveis entre pontos e posições. Oposto à árvore, o rizoma não é objeto de reprodução: nem reprodução interna como estrutura-árvore, nem reprodução interna como a estrutura-árvore. O rizoma é uma antigenealogia. É uma memória curta ou uma antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. São os decalques que é preciso referir aos mapas e não o inverso. Contra os sistemas centrados (e mesmo policentrados), de comunicação hierárquica e ligações preestabelecidas, o rizoma é um sistema a-centrado não hierárquico e não significante, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados. O que está em questão no rizoma é uma relação com a sexualidade, mas também com o animal, com o vegetal, com o mundo, com a política, com o livro, com as coisas da natureza e do artifício, relação totalmente diferente da relação arborescente: todo tipo de devires.

Um platô está sempre no meio, nem início nem fim. Um rizoma é feito de platôs. [...] Chamamos “platô” toda multiplicidade conectável com outras hastes subterrâneas superficiais de maneira a formar e estender um rizoma. [...] Cada platô pode ser lido em qualquer posição e posto em relação com qualquer outro.

[...]

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. [...] Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.32-7)

Ainda que com o perigo de um paradoxo, arrisco expor uma visão dessa aliança, dessa imanência do rizoma. Camadas que interagem e que não permitem alinhamentos em série. Magma vivo em eterno processo. Nesse seu mergulho na imanência, os autores percebem, no entanto, desterritorializações que podemos compreender como conexões com outros níveis, talvez expressos nas hastes presentes no rizoma.

O Centro tradicional, num certo sentido, coloca na sombra o espaço que não faz parte dele. A visão do rizoma pode ser entendida como uma espécie de revanche desse espaço não central. Na verdade, o Centro tradicional ressignifica a paisagem como um todo e prepara o olhar para compreendê-la. A observação do espaço não central que está expressa na comparação deste com o rizoma retorna à perspectiva de certas erupções – desterritorializações e reterritorializações que acabam por delimitá-lo. Há o imanente e aquele que o transcende. Não há um alinhamento mas acredito que, ainda que ocasionais, há lugares estratégicos que permitem a compreensão de algo dos fluxos. Lugares que se disseminam e reagem.

Um estrato tomado em sua unidade de composição só existe [...] em seus epistratos substanciais, que quebram a sua continuidade, fragmentam-lhe o anel e o graduam. O anel central não existe independentemente de uma periferia que forma um novo centro e reage sobre o primeiro e que se dissemina, por sua vez, em epistratos descontínuos. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.66)

No que diz respeito à paisagem como um todo, portanto, uma nova lógica se estabelece, segundo a qual:

As territorialidades são [...] atravessadas, de um lado a outro, por linhas de fuga que dão prova da presença, nelas, de movimentos de desterritorialização e reterritorialização. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.71)

Já na percepção do pensamento moderno, o espaço é socialmente produzido e o seu Centro é parte dele. Há uma vontade que se apóia na construção histórica. O Centro não é um lugar da transcendência nos termos de uma Cultura tradicional, mas onde as instituições e estabelecimentos se fixam e onde, portanto, se dá a transmissão daquilo que se quer manter e defender, algo que se aproxima, por assim dizer, do Centro cerimonial onde se realizam os rituais. Em Flávio Villaça³⁵, percebe-se, no entanto, o esforço no sentido de desvincular a idéia de Centro de qualquer pré-existência e, portanto, afasta-lo da transcendência abstrata:

No social, nada é, tudo torna-se ou deixa de ser. Nenhuma área é (ou não é) centro; torna-se ou deixa de ser centro. [...] O centro de um povoado ou cidade não é um ponto do espaço euclidiano. (VILLAÇA, 2001, p.238)

Não se observa o imanente como algo que tenha dinâmica própria, mas como algo administrável. Torna-se Centro um determinado lugar assim como esse lugar deixa de ser central em função de algumas contingências. Há a perspectiva organizadora da vontade humana que não é subserviente nem mesmo às concepções como a leitura euclidiana do espaço. A paisagem é trabalhada em função de esquemas funcionais. O objetivo é a organização das relações sociais de modo igualitário e, supostamente ao menos, derivada de uma leitura racional das necessidades da coletividade. Os Centros são, pois, construções funcionais:

Concluindo: os centros não são centros por que neles se localizam os palácios, as catedrais ou os bancos. Vimos que o oposto também não é verdadeiro. Não é verdade que os palácios, catedrais ou bancos se localizam nos centros por que eles são centros. E por que eles são centros? Fica claro o círculo vicioso. Qual a origem ou a fonte da centralidade? Está na possibilidade de minimizarem o tempo gasto e os desgastes e custos associados aos deslocamentos espaciais dos seres humanos. (VILLAÇA, 2001, p.242)

O espaço é passível de ser organizado assim como explicado pela razão. Não há lugar para aquilo que não é dedutível pela ciência. Não há, pois, a consideração do que é inquietante para o homem moderno que é o inconsciente, os valores imemoriais que por vezes vemos expressos nos sonhos e na arte. Trata-se o espaço como o espaço possível diante de um projeto de sistematização.

³⁵ VILLAÇA, Flávio *Espaço Intra-urbano no Brasil* São Paulo: Studio Nobel; FAPESP 2001

Não se pode dizer que o centro de Brasília, por exemplo, existia antes de Brasília, só por ter sido ele definido abstratamente num mapa ou ponto do território antes da constituição da cidade. Pode-se dizer que ali, naquele ponto do território, espera-se que um dia, caso realmente a cidade se desenvolva conforme previsto, desenvolva-se seu centro. Isso, entretanto, ocorrerá somente se e quando a cidade efetivamente vier a existir e, caso isso ocorra, o centro não será mais um ponto do mapa ou do território, será um conjunto vivo de instituições sociais e cruzamentos de fluxos de uma cidade real. (VILLAÇA, 2001, p.238)

Há em Villaça a discussão de um outro tipo de centro, centro secundário ou subcentro cuja definição está reproduzida a seguir:

A expressão subcentro será [...] utilizada [...] para designar aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviços, que não o centro principal. [...] O subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte, sem entretanto, a ele se igualar. [...] A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade. (VILLAÇA, 2001, p.293)

É importante reter a importância do projeto para a condição moderna, um projeto da vontade humana. Foram desenvolvidas importantes estratégias de organização espacial a partir desse raciocínio. Numa espécie de confraternização das visões de espaço até aqui colocadas, podemos imaginar que a paisagem ressignificada a partir dos Centros tradicionais, hastes de rizoma, que portanto permitem a observação e compreensão do imanente com sua dinâmica flexível, que desdobra continuamente centralidades ocasionais e que tem um caráter de circulação, pode ser objeto de ação humana planejada, consciente da tensão transitoriedade/demoras.

Houve, por parte de Henri Lefèbvre e Milton Santos, o trabalho no sentido de acrescentar o espaço nas análises que vinham sendo empreendidas nas ciências sociais que enfocavam as relações na sociedade sem tratar de sua dimensão espacial.

Lefèbvre, no prefácio do livro *A produção do espaço*³⁶ já aponta para uma série de questões relativas ao espaço moderno:

O espaço da 'modernidade' tem características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Ele tende à homogeneidade por diversas razões: fabricação dos elementos e materiais, - exigências análogas dos interventores -, métodos de gestão e de controle, supervisão e de comunicação. Homogeneidade mas não de planos nem de projetos. Falsos 'conjuntos', na realidade 'isolados'. Já que paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. [...] É o que produz os guetos [...] e os pseudo-conjuntos [já que justaposição de fatos isolados], desligados de seu entorno e dos centros. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc. Reina uma curiosa lógica desse espaço, que é associada ilusoriamente à informatização. E que esconde sob sua homogeneidade as relações 'reais' e os conflitos. (LEFÈBVRE, 2000, p.XXIII)

Curiosamente, o espaço moderno é visto simultaneamente como homogeneizante e hierarquizante. Homogeneidade pressupõe em princípio uma não diferenciação, mas

³⁶ LEFÈBVRE, Henri *La production de l'espace* Paris: Anthropos 2000

na organização moderna há como que conjuntos homogêneos entre si, mas internamente hierarquizados por um zoneamento funcional que desconsidera conflitos nas relações sociais. Trata-se aqui de uma visão crítica do projeto moderno. Faz antever uma relação algo genérica com a paisagem e uma assumida atitude no sentido de ordenar as relações sociais sem considerar sua diversidade inerente. Em relação à paisagem, empreende-se sua fragmentação em “isolados” homogêneos a partir da lógica da produção.

O modo de produção organiza – produz – simultâneo a certas relações sociais – seu espaço (e seu tempo). [...] O modo de produção projeta suas relações sobre o terreno que reage a elas. [...] Não se pode dizer que o modo de produção capitalista tenha desde o princípio ‘ordenado’, por inspiração ou inteligência, sua extensão espacial, que se expande em nossos dias a todo o planeta. Fez uso de início do espaço existente, por exemplo, as vias fluviais (canais, rios, mar) depois os caminhos; na seqüência vias férreas, auto-estradas e vias aéreas. Nenhum meio de transporte no espaço desapareceu completamente, nem a marcha a pé, nem o cavalo, nem a bicicleta etc. É, portanto, um espaço novo que se constitui no século XX numa escala mundial; sua produção, não terminada, continua. O novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria, ou seja adapta para seus fins, o espaço pré-existente, modelado anteriormente. Modificações lentas, modificando uma espacialidade já consolidada mas transformando-a por vezes com brutalidade [...]. (LEFÈBVRE, 2000, p.XXV)

Na condição moderna, segundo o autor, há uma apropriação da organização espacial anterior que se dá por vezes lentamente ainda que radicalmente. A reorganização do espaço estabelece centros que facilitam a produção. Nesses centros, há uma hierarquia de espaços que estabelece contradições em relação a ideais de igualdade potencializados pela condição de produção em massa e de alcance indiscriminado.

A organização do espaço centralizado e concentrado serve ao mesmo tempo ao poder político e à produção material, otimizando os benefícios. As classes sociais ali se investem e se ‘travestem’, na hierarquia dos espaços ocupados. Simultaneamente um novo espaço tende a se formar, na escala mundial, integrando e desintegrando o nacional, o local. Processo cheio de contradições, ligado ao conflito entre uma divisão do trabalho na escala planetária, no modo de produção capitalista – e o esforço na direção de uma outra ordem mundial mais racional. (LEFÈBVRE, 2000, p.XXVI)

Centros são estabelecidos no território para a produção, em tese, redutora de desigualdades. Diferente da defesa da organização do espaço por Villaça, vemos aqui uma visão amarga do processo. O que para o primeiro parece uma atitude racional de organização das relações que, de outro modo, se dariam desorganizadamente, para Lefèbvre, esse formato em prol da produção acaba por amplificar as contradições das relações sociais em lugar de dissolver a desigualdade.

Milton Santos, por sua vez, nos fala do espaço como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”:³⁷

³⁷ SANTOS, Milton *A natureza do espaço* São Paulo: EDUSP 2002 pág 21

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas conteúdo. Da mesma maneira e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o do lugar, o das redes e das escalas. Paralelamente, impõem-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementaridade entre uma tecnosfera e uma psicosfera. E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local. (SANTOS, 2002, p.23)

Sistemas de objetos e de ações que, entrelaçados e em vários níveis, fazem pensar num rizoma. A realidade do meio e o diálogo entre relações sociais e tecnologias desenvolvidas são fatores que atrelam os movimentos à condição pré-existente, à paisagem. Há rugosidades no espaço a partir das quais se pode compreendê-lo profundamente, ressignificá-lo. É possível fazer uma analogia entre a visão das rugosidades e a do Centro tradicional. Ainda que comprometido com a imanência, as rugosidades são, como as hastes do rizoma, pontos de mergulho na particularidade, reterritorialização e quicá de transcendência, desterritorialização ocasional para contato com outros níveis de compreensão.

As rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas. [...] O valor de um dado elemento do espaço, seja ele o objeto técnico mais concreto ou mais performante, é dado pelo conjunto da sociedade, e se exprime através da realidade do espaço em que se encaixou. (SANTOS, 2002, p.43)

Essas rugosidades são, inclusive, a condição de existência de uma determinada Cultura. A paisagem e o seu significado para a Cultura que a habita e expressa não é passível de homogeneização ainda que a ação interventora possa ser nesse sentido. Essa atitude transformadora da paisagem por parte da modernidade, interventora, projetiva, tem caminhado no sentido de uma perspectiva homogeneizante que não vai ao encontro de condição essencial da paisagem. Ainda que interessantes como tecnologias de divisão e organização funcional visando a produção, os sistemas modernistas terminam por entrar em choque com a natureza da paisagem. A paisagem, o território, de certa maneira resiste.

O processo de globalização, em sua fase atual, revela uma vontade de fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações e uma tecnologia cegamente utilizada. Mas a realidade dos territórios e as contingências do 'meio associado' asseguram a impossibilidade da desejada homogeneização. (SANTOS, 2002, p.45)

A ação transformadora, conclui-se a partir dessa crítica, deve atentar para o pré-existente. O espaço remete à paisagem, que é viva. Numa dinâmica essencialmente inconclusa, esse espaço tem momentos de expressão que podemos associar às rugosidades de Milton Santos.

O projeto humano não deve abandonar seus ideais de igualdade de condições mas ajustá-lo, ainda que aparentemente num paradoxo, à perspectiva de diversidade e movimento contínuo que fazem parte das relações sociais e da paisagem. O projeto, assim, interage e se efetiva e enriquece com o pré-existente.

Os lugares, já vimos, redefinem as técnicas. Cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes. (SANTOS, 2002, p.59)

Há a necessidade de conciliar o projeto humano mais amplo com peculiaridades locais. Fugir do risco de, em nome de soluções generalizantes, ficar cego no que diz respeito ao lugar.

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra. (SANTOS, 2002, p.80)

Há no raciocínio de Milton Santos um dado novo que é a consideração do atual estágio de apropriação e projeto do Mundo por parte do Homem ocidental que é a chamada globalização. Em relação aos autores que vimos até aqui, trata do imanente considerando o planeta como um todo. Não mais uma conceituação geral como até agora se viu mas uma consideração da transformação humana numa escala planetária. Há tecnologias de organização do território, que visam a produção e se pretendem funcionais, mas há uma consideração necessária sobre o território e a paisagem que ecoa a visão tradicional e a revisão crítica a partir do rizoma.

Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. [...] Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade. (SANTOS, 2002, p.314)

Há uma característica nova na condição globalizada que se refere à não coincidência do Centro da ação e do lugar onde ela se efetiva.

A ordem global é 'desterritorializada', no sentido de que separa o centro da ação e a sede da ação. Seu 'espaço', movido e inconstante, é formado de pontos, cuja existência funcional é dependente de fatores externos. A ordem local, que 'reterritorializa', é a do espaço banal, espaço irreduzível [...] porque reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas. O cotidiano imediato, localmente vivido, traço de união de todos esses dados, é a garantia da comunicação.

Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente. (SANTOS, 2002, p.339)

No espaço inconstante, rizomático, há bulbos, tubérculos, hastes onde se percebe resistências, rugosidades. Nesses pontos focais, Centros quiçá cíclicos, se ressignifica o movimento. A partir desses Centros talvez ocasionais, numa consideração temporal ampliada, partem comandos de ações que se desenvolvem deslocadas no espaço mas como desdobramentos.

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas – tornadas assim formas-conteúdo – podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço. (SANTOS, 2002, p.106)

As formas-conteúdo podem ser explicitações, por parte da arquitetura, de relações estabelecidas. Servem como estandartes de desígnio humano em diálogo com a inconstância do imanente.

A paisagem na macro-metrópole paulista tem sido transformada desde a partir de uma visão tradicional até uma visão moderna. Há ali centralidades que se conectam em redes. Há uma dinâmica inconstante na instituição e abandono de lugares centrais.

Ainda que se sensibilize em relação à visão de uma mobilidade inerente ao espaço, a percepção de lugares diferenciados não se dissipa. Há no presente trabalho, a busca de procedimentos que, sem impedir uma mobilidade intrínseca do espaço, permitam que os lugares centrais empreendam a ressignificação da paisagem, levando em consideração o que há de peculiar nas relações estabelecidas.

A idéia de Centro aqui discutida deve ser acrescida da perspectiva de ele ser entendido como lugar de sociabilidade. Não só lugar a partir de onde se estabelecem novos valores para a paisagem, mas também do encontro, dos rituais e de uma nova urbanidade ecológica já que não se pode mais deixar de lado a intenção de alinhar a atitude humana com a capacidade do planeta em termos de recursos, já que estes são limitados.

Capítulo IV

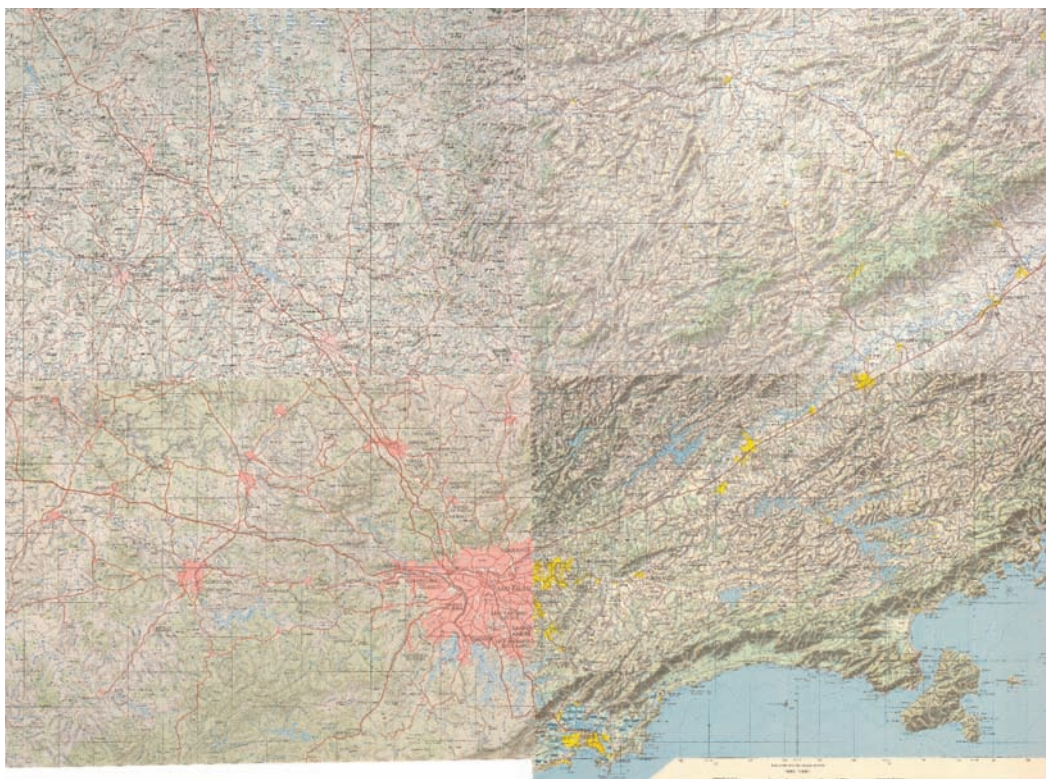
A Centralidade no Espaço metropolizado – análise e diretrizes de proposta

Fig. 19 - Mapa macro-metrópole paulista, produzido a partir dos mapas IBGE 1972

Nos capítulos anteriores foi mencionada uma escala macro-metropolitana a ser considerada no estudo para a atualização da Centralidade da cidade de São Paulo que está latente no chamado Centro velho. Defende-se neste trabalho que não será possível recompor de forma ajustada aquela Centralidade se, além das escalas local, dos bairros centrais, do município e da metrópole que se estabeleceu na Grande São Paulo, não se considerar também essa nova escala da aglomeração urbana que é a macro-metrópole paulista.

Ao considerar essa nova escala, percebe-se que há várias centralidades interconectadas e novas centralidades possíveis, que surgem a partir das transformações e da dinâmica atual da aglomeração, cujos fluxos e permanências se pretende abordar, tendo como objetivo a explicitação do que há de peculiar no Centro velho paulistano.

A constatação de que há uma crescente inter-relação das áreas urbanizadas da Grande São Paulo, da Baixada Santista, Vale do Paraíba, Sorocaba e região, Campinas e região decorre da leitura de uma série de mapas apresentados no livro *São Paulo MetrÓpole*³⁸ em que se percebe,

³⁸ Meyer, Regina Proserpi; Grostein, Marta Dora; Biderman, Ciro *São Paulo MetrÓpole* São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004 págs. 110-154

por exemplo, a ampliação da mancha com alta densidade demográfica a partir do município de São Paulo e migração das maiores taxas de crescimento populacional para áreas periféricas a este, numa dinâmica desde os anos 1950 em que movimentos se mostram associados. Aumento de taxas de crescimento em alguns municípios associado a taxas negativas em outros contíguos demonstra um processo de concentração de população na região acima apontada, a chamada macro-metrópole paulista. Viagens realizadas em direção à cidade de São Paulo e a partir dela para cidades da macro-metrópole fazem pensar na existência de relações por conta da distribuição funcional nos municípios em que alguns servem de dormitório enquanto outros de local de emprego e de serviços. Outras viagens a partir e em direção a Centros outros da macro-metrópole conduzem à mesma conclusão. Num movimento simultâneo, a função industrial tem migrado para as áreas periféricas aos municípios centrais, fazendo pensar numa trama de relações em que ficam indissociáveis as atividades no âmbito da macro-metrópole. Áreas com diversificação generalizada, áreas dormitório, áreas industriais e cinturões agrícolas se entrelaçam num grande organismo único, que podemos caracterizar como uma grande extensão espacial metropolizada.

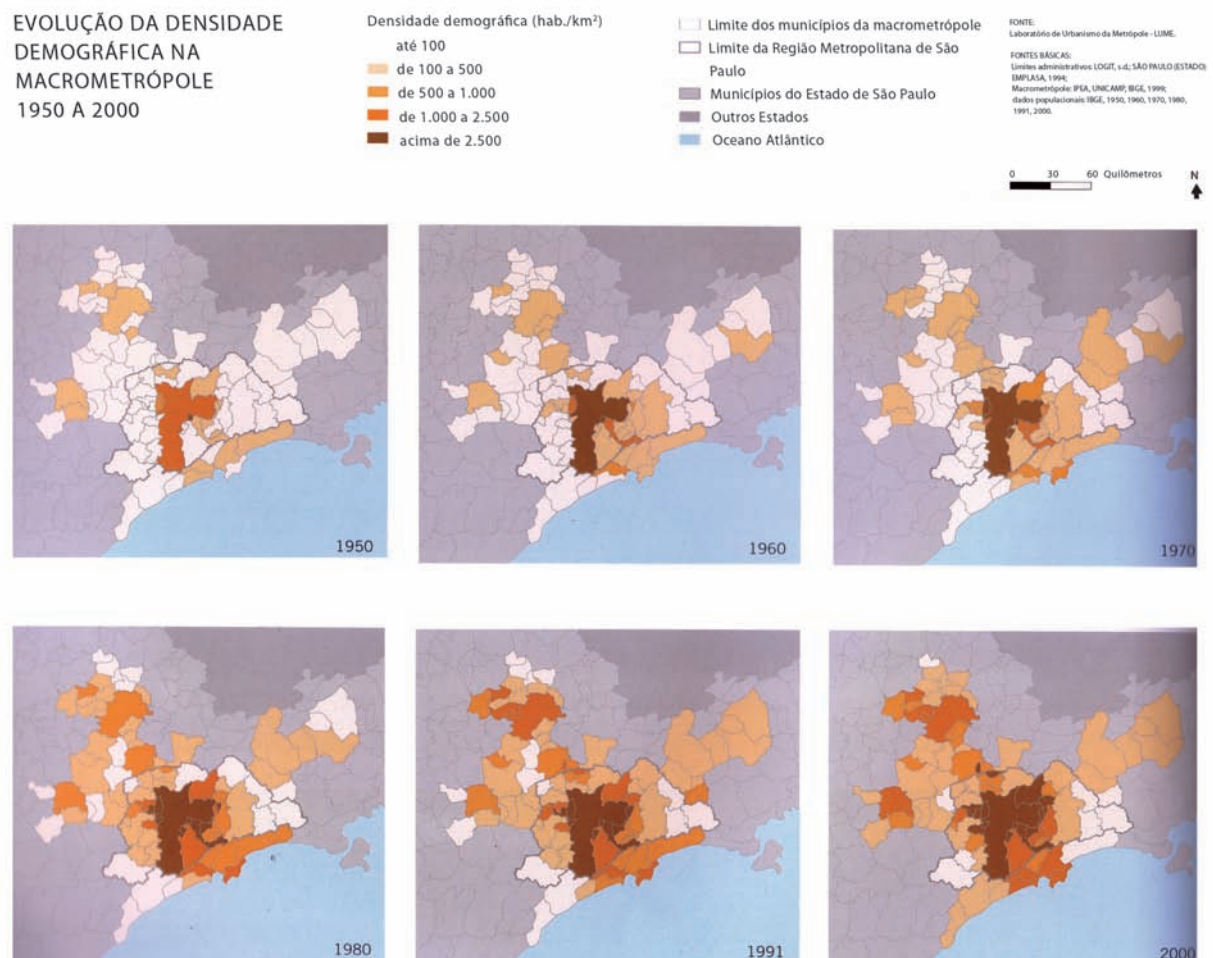


Fig. 20 - Evolução da taxa de crescimento demográfico na macro-metrópole paulista

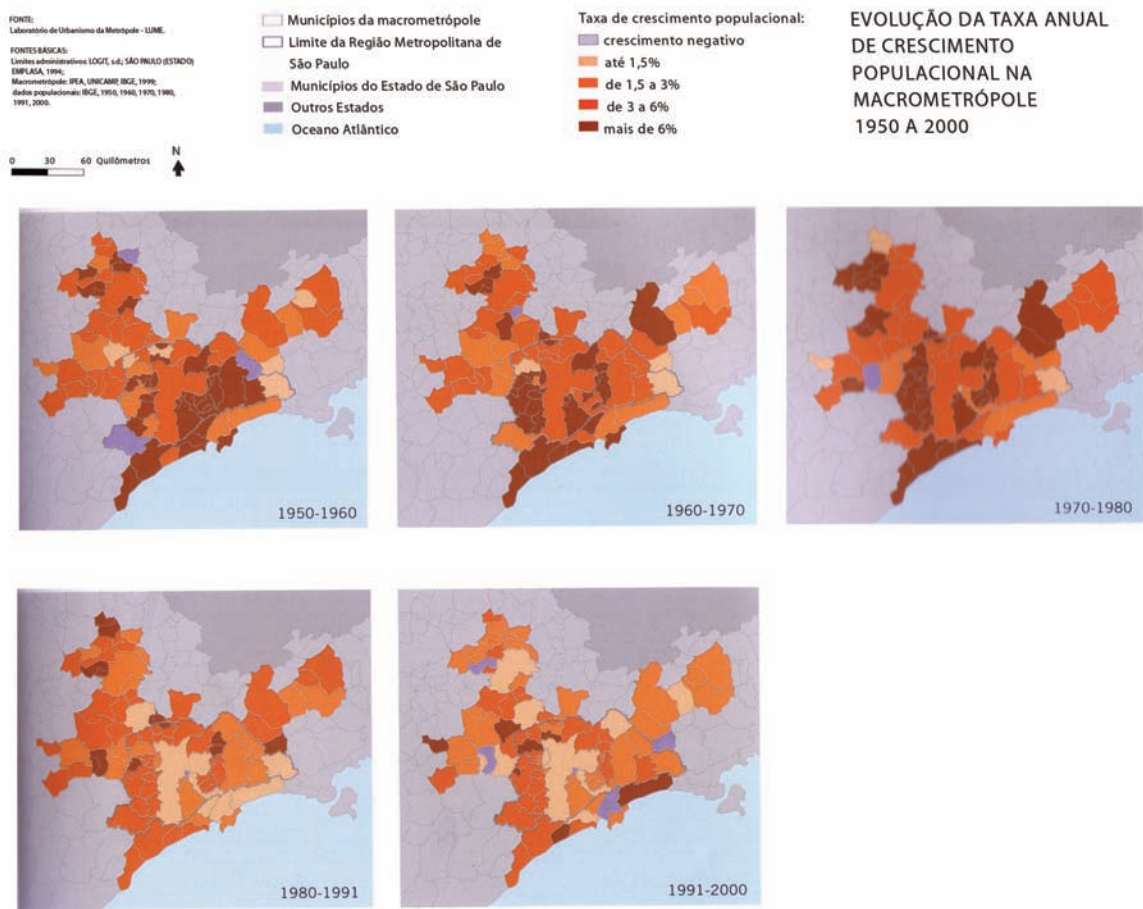


Fig. 21 - Evolução demográfica na macro-metrópole paulista

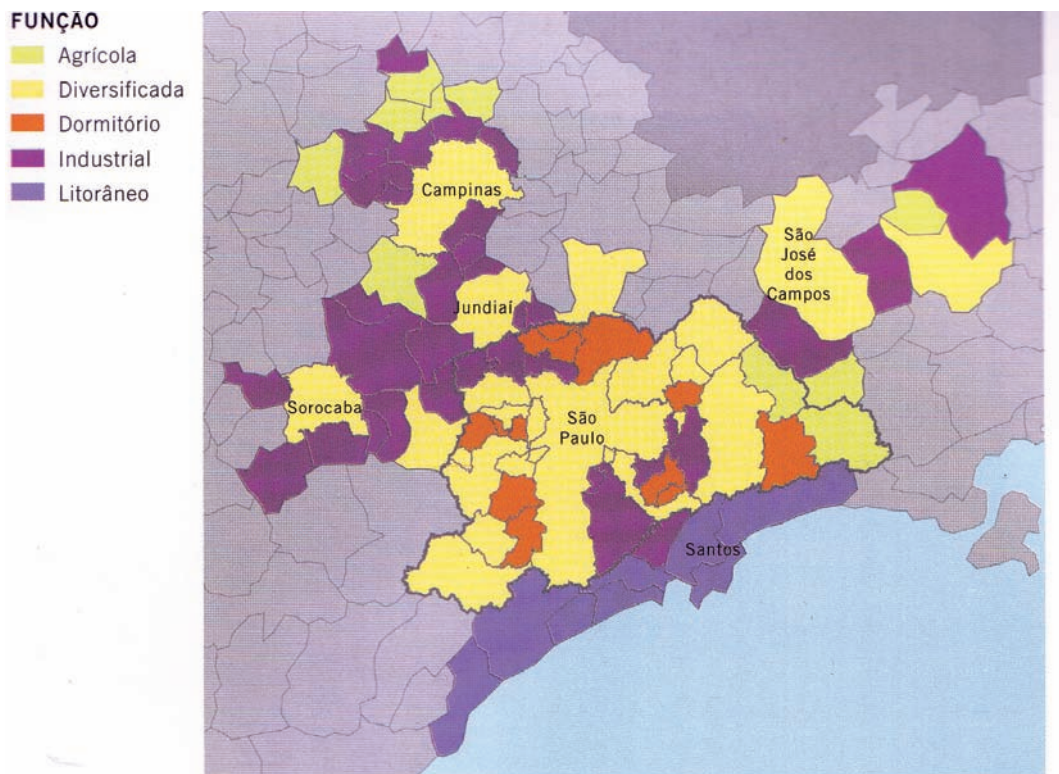


Fig. 22 - Distribuição Funcional dos municípios da macro-metrópole paulista

A macro-metrópole paulista se instalou numa base geomorfológica que se descreveu em linhas gerais no início deste trabalho. Resumidamente, no que diz respeito à divisão geomorfológica do Estado de São Paulo, percebe-se cinco faixas bem definidas, a saber, a Província Costeira, o Planalto Atlântico, a Depressão Periférica, a faixa de *Cuestas* Basálticas e o Planalto Ocidental³⁹. A macro-metrópole se esparrama pelo Planalto Atlântico, desce para a Planície Costeira no lagamar de Cubatão e ilhas da Baixada santista de um lado e, de outro, vaza, por assim dizer, para a chamada Depressão periférica nas regiões de Sorocaba e Campinas.

Há no Planalto Atlântico duas sub-zonas de colinas: a Bacia do Alto Tietê e a Bacia do Médio Paraíba. No mais, este Planalto é composto de serranias e morrarias com alguns Planaltos nas partes altas da Mantiqueira e nas bordas da Depressão Periférica. A mancha urbanizada, veremos, tem encontrado os caminhos mais viáveis entre morros e serras e associado entre si Centros urbanos antes isolados e agora em alguma medida conurbados num grande organismo de movimentos associados. Antigos Centros urbanos no limite da Depressão Periférica como Campinas e Sorocaba já foram atingidos pela mancha urbana única e se mostram conectados naquele quase *continuum* de ocupação.

A chamada Depressão Periférica tem início quando a faixa de relevo mais movimentado do Planalto Atlântico dá lugar a uma paisagem dominada por colinas médias e amplas com alguma morraria mais dispersa. Há uma mudança claramente perceptível nessa faixa a partir de onde se instalaram as cidades de Sorocaba, Itu, Salto e Campinas. O relevo geral se mostra significativamente mais aplainado e suave. Junto a esse limite entre Planalto Atlântico e Depressão Periférica, podemos identificar o caminho para o sul que fez de Sorocaba um ponto estratégico no período das catas nas Minas Gerais. Esse caminho teria prescindido da Bacia de São Paulo já que ligação direta dos Campos naturais do Sul, onde os muares eram criados, com a economia do ouro que demandava sua utilização para transporte daquele precioso metal.

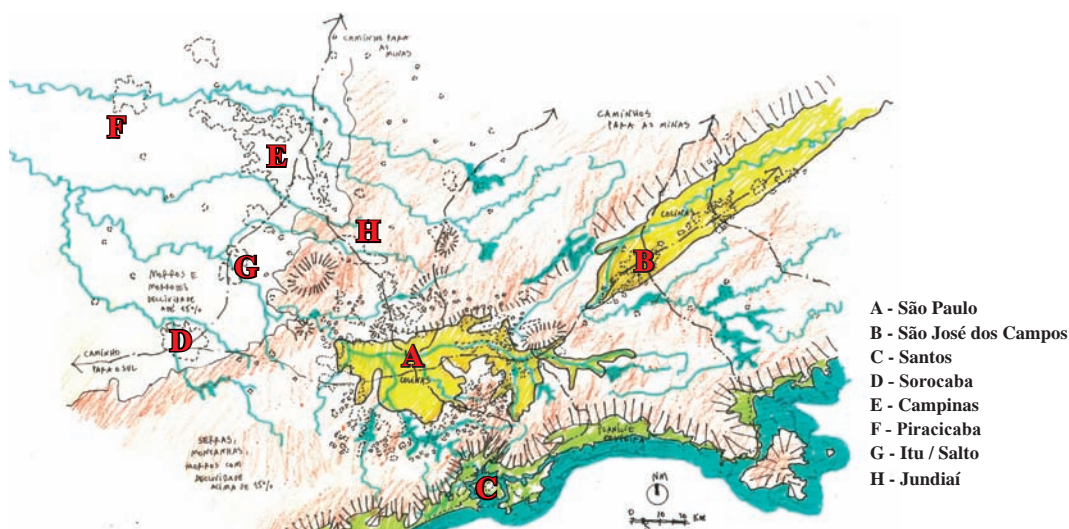


Fig. 23 - Mapa esquemático da geomorfologia e caminhos na macro-metrópole (com indicação da atual extensão urbanizada nas linhas tracejadas)

³⁹ Ver Fig. 2 – Cap. I

Fica claro também na leitura do mapa acima o estrangulamento dos caminhos na Bacia de São Paulo e a maior proximidade relativa desta em relação à costa, da qual está paradoxalmente distante em função do desnível da Serra do Mar.

A morfologia do terreno nos apresenta relações que não sofreram alterações mas que foram adaptadas através de tecnologias com menor ou maior poder de transformação, sendo essas últimas mais frequentes a partir do século XX.



Fig. 24 - Mapa da macro-metrópole paulista GEOMAPAS 2006

Ao se apreciar a série de caminhos existentes até meados do século XIX no trabalho de Langenbuch⁴⁰ e a expansão dessa rede nos mapas do já citado trabalho *São Paulo Metrópole* (Evolução da rede viária regional)⁴¹ e comparando os mapas apresentados do IBGE de 1972 e Geomapas de 2006 no que se refere à macro-metrópole, percebe-se um reforço contínuo de alguns vetores de circulação da região. Um feixe de vias que se apresenta como um vetor a sudeste, liga a Bacia de São Paulo com o litoral através de estradas com sofisticada engenharia. Também configuram um feixe de vias os caminhos que chegam a Campinas e seguem irradiando a partir dali para Mogi Guaçu, Limeira e Piracicaba, sendo, portanto, um vetor para noroeste. A região de Sorocaba com caminhos antigos para o sul e sudoeste, sendo cortada pela rodovia Castelo Branco que vai ser a articulação relativamente recente com o oeste paulista

⁴⁰ Ver Fig. 9 – Cap. I

⁴¹ Op.Cit, págs 38-40

é um outro vetor presente. Por fim, também se configuram como vetores o feixe de vias que corta longitudinalmente o vale do Paraíba (estrada velha São Paulo - Rio, Dutra, Ayrton Senna-Carvalho Pinto) e os caminhos para o norte capitaneados pela rodovia Fernão Dias.

Tanto a Bacia de São Paulo como seu entorno de serranias e morros quanto a região da chamada Depressão Periférica e grande parte do Planalto Ocidental estão contidos no que Aziz Ab'saber chama de Domínio de “Mares de Morros” Florestados, um dos grandes domínios paisagísticos brasileiros⁴². Segundo o mesmo autor, esse tem sido o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo do país em relação às ações antrópicas.

No seu interior tem sido difícil encontrar sítios para centros urbanos de certa proporção, locais para parques industriais avantajados –salvo no caso das zonas colinosas das Bacias de Taubaté⁴³ e São Paulo – como, igualmente, tem sido difícil e muito custosa a abertura, o desdobramento e a conservação de novas estradas no meio dos morros.(AB'SABER, 2003, p.17)

As condições da paisagem não têm sido suficientemente compreendidas e respeitadas nas operações de sua transformação. As florestas tropicais que ocupavam esse domínio paisagístico e que atualmente resistem em alguns de seus setores têm sido sistematicamente retiradas, desequilibrando o quadro curioso de um conjunto de florestas com peculiaridades locais, mas integradas em sua estruturação geral apesar das diferenças de latitude – a chamada mata atlântica ocorre entre o sul do Rio Grande do Norte e o sul de Santa Catarina, avançando em direção ao interior do continente especialmente no estado de São Paulo e na região do rio Iguaçu. A transformação das antigas áreas florestadas é particularmente dramática na região da macro-metrópole paulista, algo que podemos observar quando da apreciação dos mapas IBGE 1972 e Geomapas 2006. A Grande São Paulo apresenta uma série de APAs e reservas curiosamente contíguas à maior extensão urbanizada da macro-metrópole. As áreas urbanas na Baixada Santista também se apresentam espremidas junto a áreas protegidas. O município de Jundiá tem grande parte de sua extensão com restrições por conta da perspectiva de conservação e recuperação de áreas florestadas.

A contraposição dessa concentração de áreas protegidas em alguma instância com a região já parte da chamada Depressão Periférica, junto às cidades de Campinas, Itu e Sorocaba evidencia uma menor extensão urbanizada nesta última associada a uma maior extensão de áreas com menor restrição no que diz respeito à ocupação, em oposição portanto àquela primeira região de grande extensão urbanizada espremida por áreas de grande restrição

⁴² AB'SABER, Aziz Os Domínios da Natureza no Brasil São Paulo: Ateliê Editorial 2003 pág. 16

⁴³ Denominação também utilizada para a Bacia do Médio Paraíba do Sul

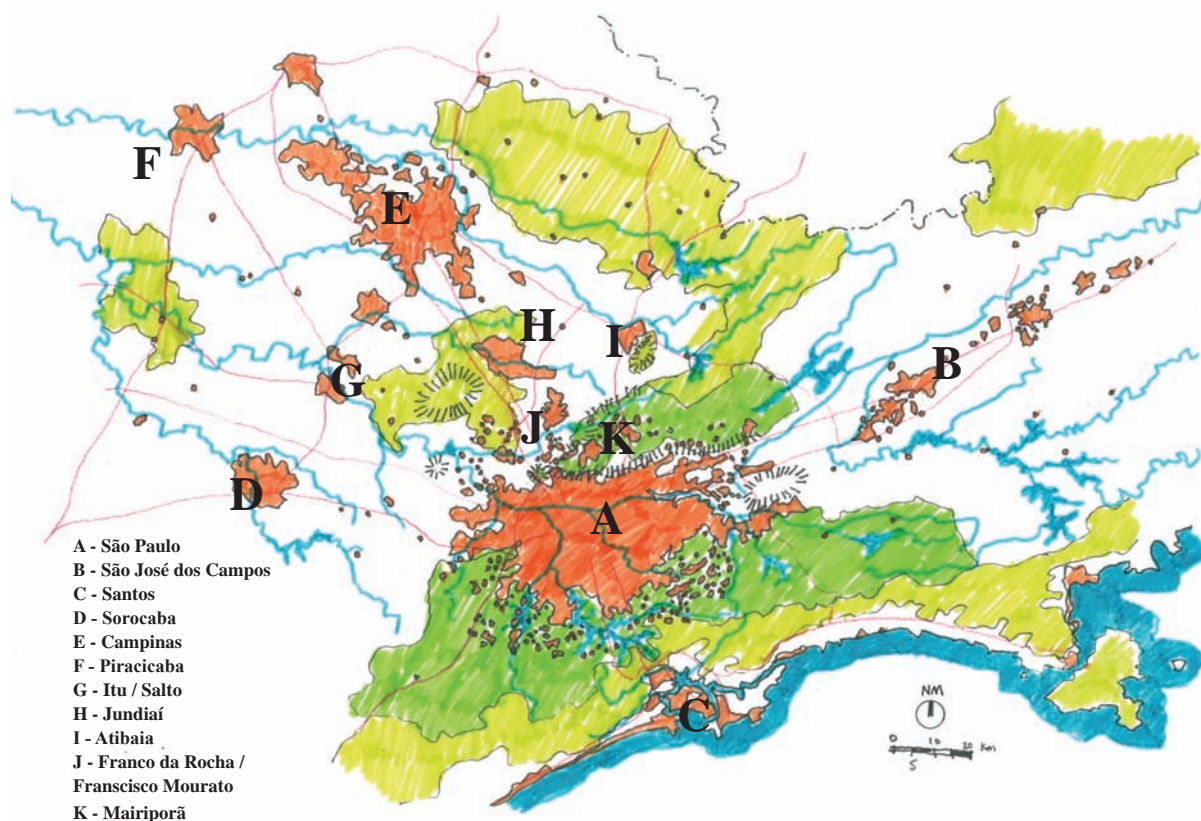


Fig. 25 - macro-metrópole paulista – áreas com restrições no que diz respeito à ocupação (áreas de proteção de mananciais em verde escuro e de proteção ambiental e outras áreas de proteção em verde claro) em relação às áreas urbanizadas.

A dificuldade de ocupar o domínio dos “Mares de Morros” varia em função de determinadas circunstâncias. Podemos verificar, no entanto, que o esforço de ocupação da Bacia de São Paulo refere-se à conexão litoral-*hinterland* e que há nela uma rede claramente associada em cujos vértices verificamos as concentrações urbanas da região metropolitana de Campinas, de Sorocaba, de São José dos Campos e, já na costa, da Baixada Santista.

A ocupação dessa região a partir do século XVI pode ser apreciada no texto de Pasquale Petrone – *Aldeamentos Paulistas*⁴⁴ – em que a rede acima apontada já se insinua. Lugares estratégicos são ocupados desde aqueles primeiros momentos da conquista ibérica e podem ser entendidos como Centros já que catalisadores de rituais e atividades.

⁴⁴ PETRONE, Pasquale *Aldeamentos Paulistas* São Paulo: EDUSP, 1995

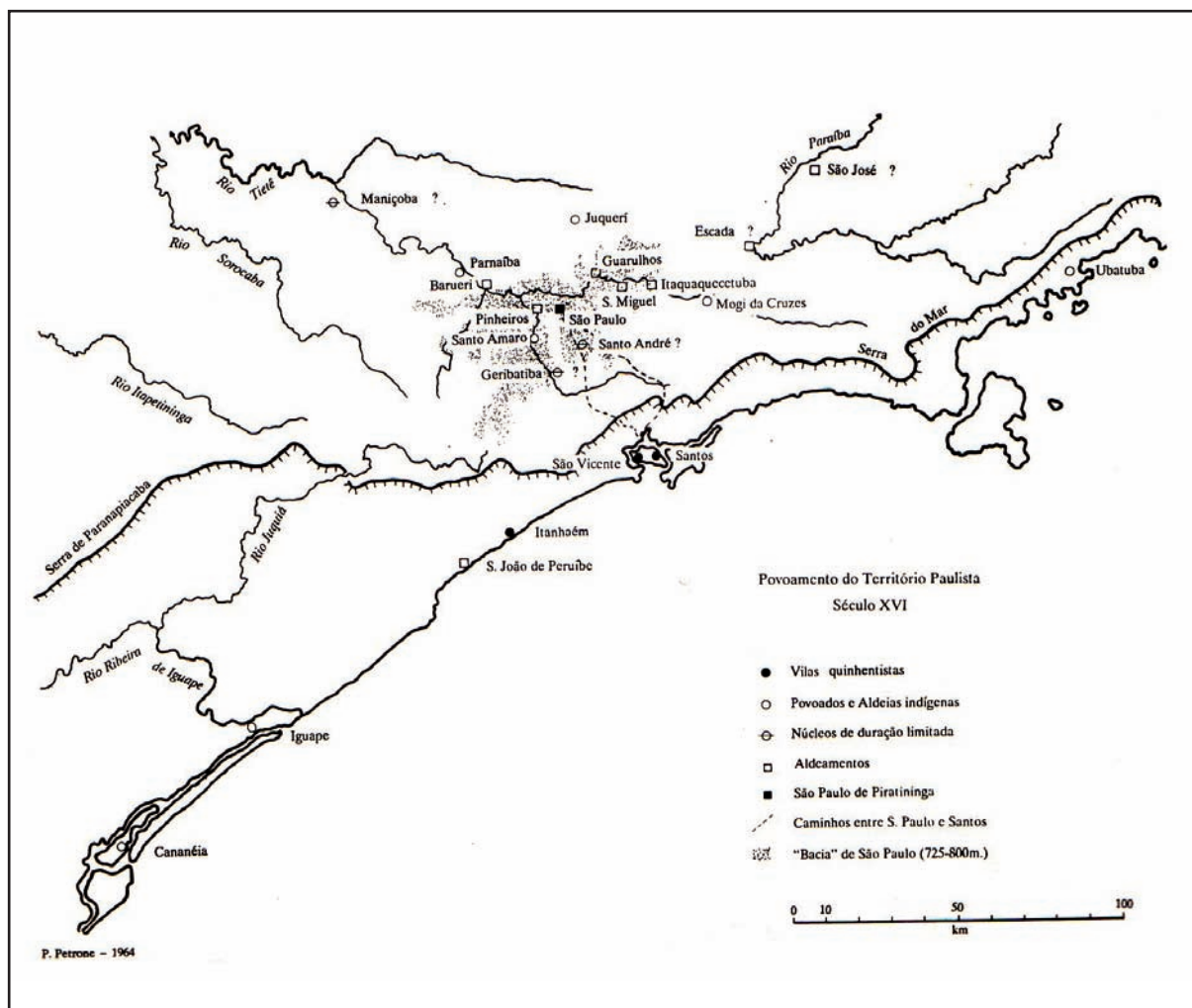


Fig. 26 - Mapa com ocupação paulista no séc. XVI – Pasquale Petrone

Petrone nos fala, já no quinhentos, de um sistema único de aldeamentos missionários na bacia de São Paulo, capitaneados por aquele que se assentou na colina central paulistana. A instalação de um aldeamento na Depressão Periférica era uma intenção já percebida no esforço frustrado da fundação do aldeamento de Maniçoba. O interior do continente era ambicionado pelos ibéricos que na Bacia do alto Tietê se instalavam. Também o Vale do Paraíba já era parte do sistema de aldeamentos já que, ali, estavam tanto o aldeamento da Escada como a fazenda de São José. Tratava-se, pois, de um sistema único ou, em outras palavras, de uma rede de Centros conectados entre si e que representavam um organismo único.

Os ciclos econômicos subsequentes que transformaram a região – produção de açúcar, busca do ouro e produção cafeeira enfatizaram os Centros pré-existentes, por vezes retificando sua posição em função de novas formas de deslocamento, mas de forma geral confirmando os vetores ali presentes e acionando novas centralidades associadas àqueles Centros operantes. Há, portanto, uma extensão do sistema quinhentista de Centros e que se mantém de certa forma até os dias de hoje.

Podemos considerar históricos formadores os Centros das cidades que fazem parte da macro-metrópole paulista, acrescidos de centralidades decorrentes da expansão da área urbanizada e do crescimento de antigos bairros e distritos.

A concentração de serviços e comércio em determinados pontos das novas áreas urbanizadas faz surgir o que chamamos aqui de centralidades. No Plano Diretor Estratégico para São Paulo de 2001, vemos um esforço de identificação desses nós de serviços e comércio e de uma verificação de procedimentos adequados no que se refere a eles. Os velhos Centros como Pinheiros, São Miguel, Penha e a colina central paulistana estão lá ratificados e uma nova rede intermediária de centralidades é identificada, especialmente junto a estações de metrô ou grandes estações de transporte coletivo. Trabalha também aquele plano com o conceito de centralidades lineares, ainda que a idéia de um Centro em linha possa parecer um paradoxo. Identifica uma série de vias em que a concentração de serviços acima apontada se manifesta. Define-se a orientação no sentido de qualificar algumas dessas centralidades não suficientemente dinamizadas.

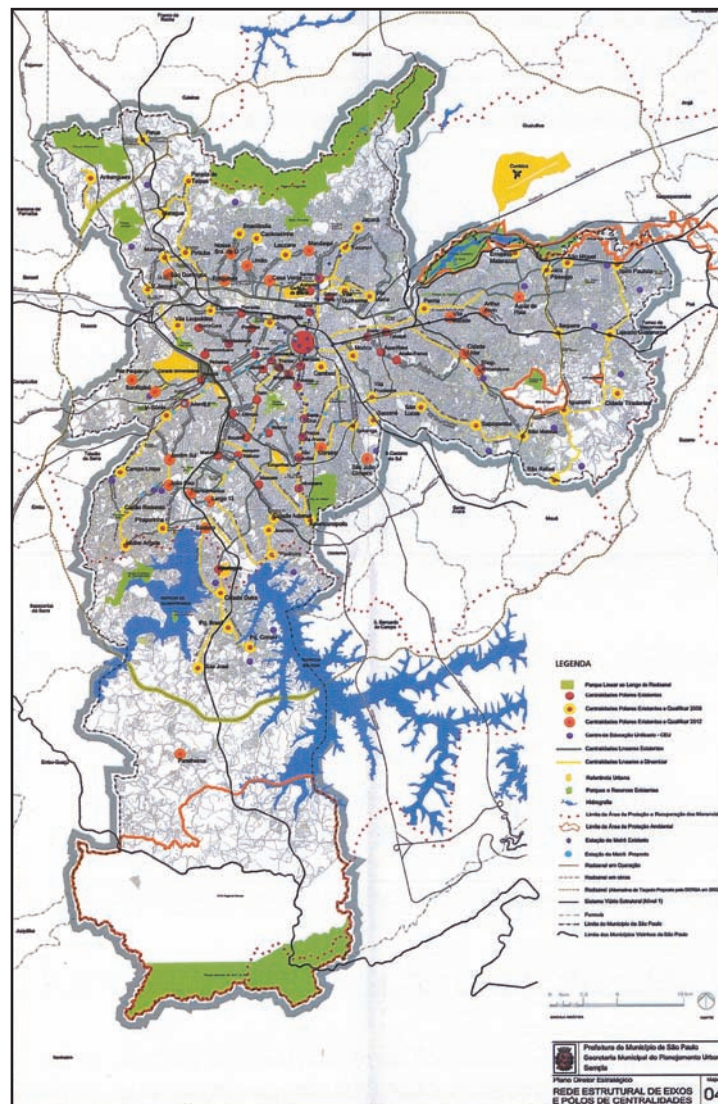


Fig. 27 - Mapa das Centralidades no município de São Paulo PDE 2001

Na escala da macro-metrópole, percebemos a ampliação e consolidação do sistema de centros que se iniciou no século XVI. Na escala do município de São Paulo, percebemos por outro lado uma maior densidade de centros que passam a compartilhar com os centros antigos funções relacionadas com o cotidiano dos habitantes da área urbanizada que atingiu proporções notáveis.

A rede de caminhos que faz as conexões na macro-metrópole paulista foi descrita acima a partir da leitura dos mapas IBGE 1972 e Geomapas 2006. Foram indicados os vetores que estão presentes nessas conexões e feixes de estradas neles contidos.

Muitas dessas estradas têm origem em caminhos antigos de índios. Na origem, portanto, derivadas de um conhecimento profundo que havia sido desenvolvido em séculos de convívio do ameríndio com a paisagem florestada dos mares de morros.

Os primeiros adventícios europeus adotaram esses caminhos entre a costa e o sertão. É o que Sérgio Buarque de Holanda descreve no seu livro *Caminhos e Fronteiras*:⁴⁵

Neste caso, como em quase tudo, os adventícios deveram habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores da terra. Às estreitas veredas e atalhos que estes tinham aberto para uso próprio, nada acrescentariam aqueles de considerável, ao menos durante os primeiros tempos. Para o sertanista branco ou mameluco, o incipiente sistema de viação que aqui encontrou foi um auxiliar tão prestimoso e necessário quanto o fora para o indígena. Donos de uma capacidade de orientação nas brenhas selvagens, em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador inigualável nas estradas, sabiam os paulistas como transpor pelas passagens mais convenientes as matas espessas ou montanhas aprumadas, e como escolher sítio para fazer pouso e plantar mantimentos. (HOLANDA. 1994, p.19)

Houve a utilização dos rios como vias de deslocamento, mas, nos primeiros tempos, o principal modo de locomoção era a marcha a pé. Mesmo nas viagens por via fluvial, havia trechos em que o grupo avançava a pé carregando os barcos para evitar grandes quedas d'água ou, no caso de corredeiras, os bons remadores conduziam as embarcações enquanto parte do grupo levava inclusive parte dos carregamentos a pé por trilhas próximas.

O sertanista, de forma geral, utilizava o rio quando não era possível a marcha a pé mas, no início do século XVIII, viagens fluviais se intensificaram entre Porto Feliz e Cuiabá – eram as monções, viagens cuja periodicidade fazia lembrar do tempo entre as estações chuvosas na Índia, com esse mesmo nome, e que passaram a significar nas terras paulistas as incursões ao interior do continente que levavam tanto tempo quanto uma viagem para o Oriente a partir de Lisboa. As monções têm seu ápice quando da decadência das bandeiras.

A utilização de portos fluviais contribuiu para o aparecimento e desenvolvimento de áreas urbanizadas junto aos rios, notadamente Araçariguama, antigo nome de Porto Feliz, e mesmo Piracicaba.

⁴⁵ São Paulo: Companhia das Letras, 1994

Mas foram os muares que, trazidos dos campos do Viamão no sul, que representaram o maior motor da transformação do transporte em terras paulistas antes do advento da ferrovia. As antigas trilhas para marchas a pé passam a ser preparadas para a condução de tropas e uma reformulação gradual dos caminhos se inicia.

Com as feiras de animais de Sorocaba, assinala-se, distintamente, uma significativa etapa na evolução da economia e também da sociedade paulista. Os grossos cabedais que nela se apuram, tendem a suscitar uma nova mentalidade da população. O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. (HOLANDA. 1994, p.133)

As linhas férreas desde o final do século XIX recompõe o cenário dos deslocamentos na região da Macro-metrópole paulista e, em função delas, a área urbanizada se altera e intensifica. Há casos significativos como Carapicuíba na Grande São Paulo que teve seu Centro tradicional – a hoje chamada aldeinha – relegada a um plano secundário em favor de sua estação de trem, afastada daquela alguns quilômetros, e em cujo entorno se desenvolveu uma concentração de comércio e serviços que suplantou a condição central anterior. São conhecidos os casos semelhantes de Caçapava e Roseira no Vale do Paraíba, entre outros, que também se dividiram entre uma centralidade junto à estação e um Centro tradicional distante. Também a atual Mairiporã, antigamente Juquery, teve sua dinâmica alterada pela maior movimentação nas novas e dela relativamente próximas estações de trem de Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato e áreas de entorno.

Fenômeno semelhante ocorre quando as estradas de rodagem passaram a representar as vias de deslocamento preferencial. Estações de trem antes numa condição central passam a posição secundária no ordenamento das áreas urbanizadas e da região de forma geral.

Os feixes de caminhos a que se refere acima quando da intenção de identificar vetores de deslocamento na região da macro-metrópole, são formados de vias de diferentes meios de locomoção, frequentemente justapostos e por vezes sobrepostos.

Interessante o caso dos caminhos de ligação da costa com o planalto: a linha férrea se apropriou de uma trilha indígena antiga, mas as estradas de rodagem, construídas com tecnologias de maior capacidade de transformação da paisagem, deslocam-se para percursos outros, relegando os antigos caminhos a uma condição periférica e secundária.

No mapa abaixo, parte do Plano Regional Estratégico para São Paulo de 2001, destaca-se a rede viária estrutural com a rede de caminhos a que se tem referido, caminhos que se desdobram e ramificam ao se aproximarem entre si. Grande parte das intervenções pontuais propostas está associada aos feixes de caminhos até aqui referidos. Uma série delas junto ao sistema Anhanguera-Bandeirantes nas imediações das avenidas marginais do Tietê. Algumas junto às rodovias Dutra e Ayrton Senna.

Outras ajustando conexões entre muitas das avenidas estruturais que representam de certa maneira uma interiorização dos caminhos principais da região.

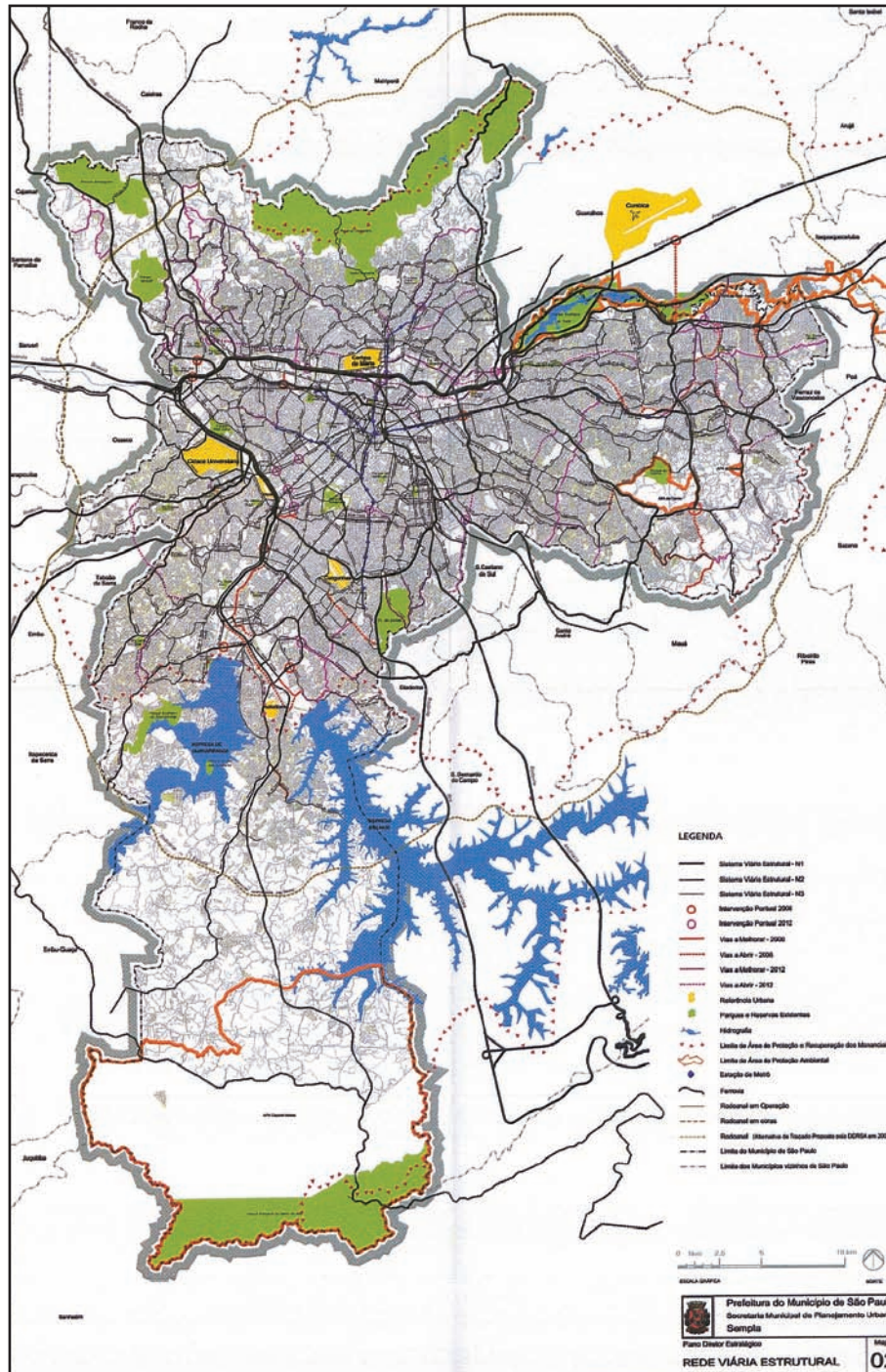


Fig. 28 - Rede viária – vias estruturais PDE 2001

A série de mapas apresentados até aqui procura promover a compreensão da ação humana ou antrópica na região da macro-metrópole paulista. Região que, como se viu, é o meio físico no país onde é mais difícil a ocupação, sendo exceções nesse sentido os enclaves colinosos das Bacias de São Paulo e de Taubaté.

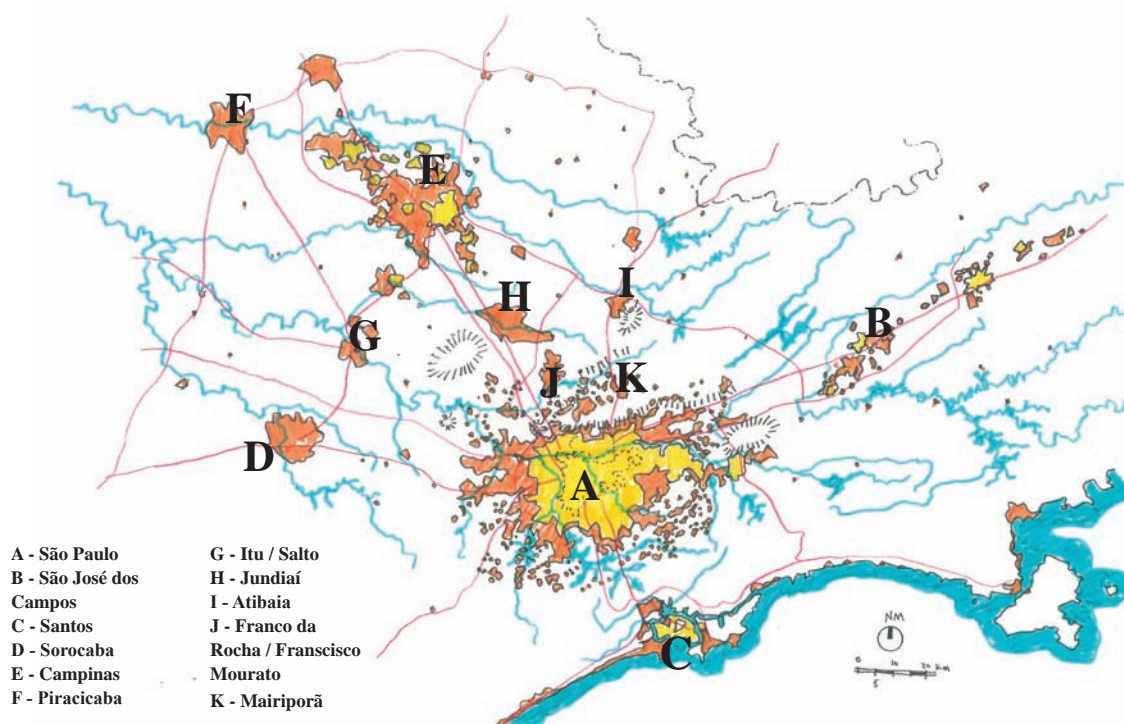


Fig. 29 Mapa que indica a extensão da mancha urbanizada na macro metrópole paulista (na Grande São Paulo, Vale do Paraíba, região de Campinas e ilha de São Vicente, há a indicação em amarelo da urbanização por volta de 1965, sendo que o crescimento se intensifica a partir da década de 1980)

O mapa referente ao crescimento das áreas urbanizadas da Grande São Paulo, da região metropolitana de Campinas, do vale do Paraíba (Bacia de Taubaté) e da cidade de Santos, apresentado acima (que não identifica o crescimento de Sorocaba, Jundiaí, Itu, Salto e litoral) mostra o crescimento até final da década de 1960 e até a situação atual. O crescimento junto à concentração paulistana desde a década de 1980 é fragmentado, possivelmente em função do relevo movimentado, enquanto nas outras cidades apresentadas, o crescimento da área urbanizada nesse mesmo período se dá em extensões contínuas de terra, e representa proporcionalmente uma ampliação percentual mais alta no que diz respeito às áreas urbanizadas anteriores, ainda que com densidades variáveis. Os casos de São José dos Campos e do entorno de Campinas são particularmente notáveis, algo que no livro *São Paulo Metrópole* está ressaltado:

É a partir da década de 1980 que o povoamento do espaço macro metropolitano adquire expressão. Desde a década de 1960 o município de São Paulo já apresentava densidade acima de 2.500 hab /km², alcançada na década de 1970 pelos municípios a ele conurbados, Osasco, São Caetano e Diadema. Na década de 1980, alcançam também esses valores Santo André, Mauá e Taboão da Serra. Apenas na década de 1990 o município de Guarulhos alcança os índices desse anel circundante de São Paulo. Na aglomeração urbana de São José dos Campos predominam, desde a década de 1980, densidades mais baixas, entre 100 e 500 hab /km². Enquanto a região metropolitana de Campinas, desde a década de 1980, já apresenta densidades acima desses valores, chegando atualmente a densidades entre 1.000 e 2.500 hab /km² na maior parte de seu território. (MEYER; GROSTEIN; BIDERMAN, 20014, p.118)

Há também no mapa da região da macro-metrópole a possibilidade de se identificar áreas sujeitas a legislação mais restritiva, algo que indica uma condição de paisagem preservada ou de regeneração possível e importante. Essa polarização entre área urbanizada e área menos transformada e atualmente protegida pode ser vista no mapa da Fig. 25.

A partir da percepção da região limitada por Santos, Sorocaba, Campinas e São José dos Campos como um organismo único e também da leitura desse conjunto como uma rede de Centros conectados (Centros tradicionais e centralidades já numa condição moderna), houve o esforço no sentido de compreender a existência de um Centro na escala da macro-metrópole, um “fulcro” daquela região - fulcro do latim *fulcru*: sustentáculo, suporte, apoio; base, fundamento, alicerce ⁴⁶.

A questão é se há algum ou alguns pontos da região com ao menos uma latente condição de articulador geral.

No livro *São Paulo Metrópole*, os autores trabalham uma classificação dos municípios da macro-metrópole em função da diversificação de atividades ali presentes. Quando há uma alta concentração de equipamentos culturais e serviços especializados, os municípios são chamados centrais.

A esse tipo de município com um papel central em sua região denominamos município central. É claro que a centralidade de Jundiaí não é a mesma que a de São Paulo. Para usar um critério consistente, optamos pelo corte em função da porcentagem de matrículas no superior. Há alguns anos esse indicador não permitiria uma grande clivagem, dada a grande concentração de cursos superiores em São Paulo e a concentração de alunos em escolas públicas. No entanto, a expansão do sistema universitário privado que se observou na década de 1990 permite utilizar esse indicador com certa segurança. (...) Com esse critério, todos os ‘centros’ de região ficam no mesmo grupo [São Paulo, Campinas, Santos, Sorocaba, São José dos Campos]. Além desses, mais cinco municípios podem ser classificados no mesmo grupo: Guarulhos, Mogi das Cruzes, Taubaté, São Caetano e Santo André. (MEYER; GROSTEIN; BIDERMAN, 20014, p.130-1)

Os municípios centrais acima referidos e suas centralidades funcionais são uma rede que baliza a macro-metrópole. A discussão passa a ser, então, se é ou não possível pensar em Centros de outra natureza na escala da macro-metrópole e se um Centro assim não seria de certa maneira “imperial”, ou seja, excessivamente concentrador em face de uma região associada enfraquecida.

Impossível não pensar em Brasília que, esboçada como idéia desde a Independência, torna-se realidade na segunda metade do século XX com a contribuição de inúmeros Centros brasileiros que, unidos, moldam essa reorganização do território brasileiro. Brasília é Centro político administrativo, mas não compete com antigos centros no que se refere a serviços e atividades culturais. Não se aplica a caracterização de “imperial” para o Centro que representa Brasília.

⁴⁶ *Novo Dicionário Aurélio*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986

Há um grupo de estudos sob a coordenação do arquiteto Sylvio Barros Sawaya que vem trabalhando a perspectiva de criação de um novo Centro junto ao complexo psiquiátrico do Juqueri a partir de certas premissas como a de que se trata de uma situação estratégica na macro-metrópole paulista já que geometricamente um ponto central no polígono cujos vértices são Santos, Sorocaba, Campinas e São José dos Campos. Também se apóia em uma leitura do traçado do rodoanel que faz pensar numa interpretação excessivamente paulistana para a questão, podendo ser revista no sentido de especialmente o trecho norte ser retrabalhado se desembaraçando das questões ambientais e transposto para mais ao norte, deixando o vale do Juqueri numa condição central já que interno ao anel criado. Discussão que tem trabalhado com a hipótese de implantação ali de um centro universitário importante, associado a um complexo hospitalar e habitação numa infra-estrutura ecologicamente atualizada, sem expulsão de moradores da região e, pelo contrário, sua promoção já que sua maioria é de renda baixa. Associada a essa recomposição, há a perspectiva de criação de estoque de habitação suplementar já que essa seria a demanda numa nova condição como a pretendida.



Fig.30 - Imagem projeto Juqueri coordenação do arquiteto Sylvio Barros Sawaya

Uma grande área no município de Caieiras (5,2 milhões de m²), de propriedade da Companhia Melhoramentos, recentemente foi apontada como sítio onde uma nova cidade de 80.000 habitantes será instituída pela empresa Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário, algo que faz pensar na pertinência da discussão acima apontada⁴⁷.

* * *

A intenção do presente trabalho ratifica a busca do grupo que estuda o vale do rio Juqueri no sentido de conceber um Centro Inteligente, com tecnologias de organização do tempo, com baixo impacto ambiental, com uma proposição tipológica não estática já que é dinâmico o processo de interpretação contínua do espaço para a vida e, portanto, tendo como base um novo urbanismo, ecológico e atualizado.

Contrapõe-se à interpretação equivocada que tem tido a região da macro-metrópole, algo que pode ser depreendido da leitura de Planos Diretores de municípios na Bacia do Juqueri e arredores que têm estimulado a criação de condomínios fechados, estanques e desconexos entre si e que parecem não perceber a necessidade de um novo urbanismo em que a condição urbana pressupõe o convívio com a Natureza num novo modelo e em que não se perca a idéia de pessoas que estejam juntas num sentido pleno.

Witold Rybczynsky em seu livro sobre as cidades americanas identifica uma transição entre uma velha hierarquia Centro-periferia e algo difuso, amorfo ainda que conectado que a substitui. Para o autor, as áreas metropolitanas definitivamente têm diversos centros e não mais um só e há, na sua produção, uma polarização entre a busca por uma cidade bela de um lado e por uma cidade rentável, de outro. A cidade bela poderia ser compreendida como cidade no sentido pleno, a saber, lugar da possibilidade de crescimento espiritual baseado na convivência e compartilhamento. Como nos lembra o autor, Moshe Safdie já apreciava a perspectiva de um novo desenho que traduzisse a dispersão da ocupação urbana – não imaginava forçar essa dispersão mas “facilitar e moldar esse desejo com a criação de novos centros onde as pessoas se juntem nos bairros espalhados.”⁴⁸

No que diz respeito ao município de São Paulo face à macro-metrópole, há que se considerar a proposição das regiões a serem transformadas através do mecanismo das Operações Urbanas. Vistas em relação à extensão do espaço metropolizado, a superfície comprometida pelas Operações Urbanas no município de São Paulo faz pensar na possibilidade de uma nova condição urbana a partir de um desenho urbano atualizado para as várzeas da Bacia do alto Tietê e Tamanduateí. Esse

⁴⁷ BARBIERI, C. *Camargo Correa fará 'cidade' para 80 mil*. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 de Dezembro. Folha Dinheiro, p.B7

⁴⁸ RYBCZYNSKY, Witold *Vida nas cidades – expectativas urbanas no Novo Mundo* Rio de Janeiro: Record 1996, pág. 221

conjunto de faixas poderia ter, no âmbito da região, o papel de uma espécie de zona central da macro-metrópole, com caráter ecológico, indutor de uma nova forma de urbanidade não congestionada.

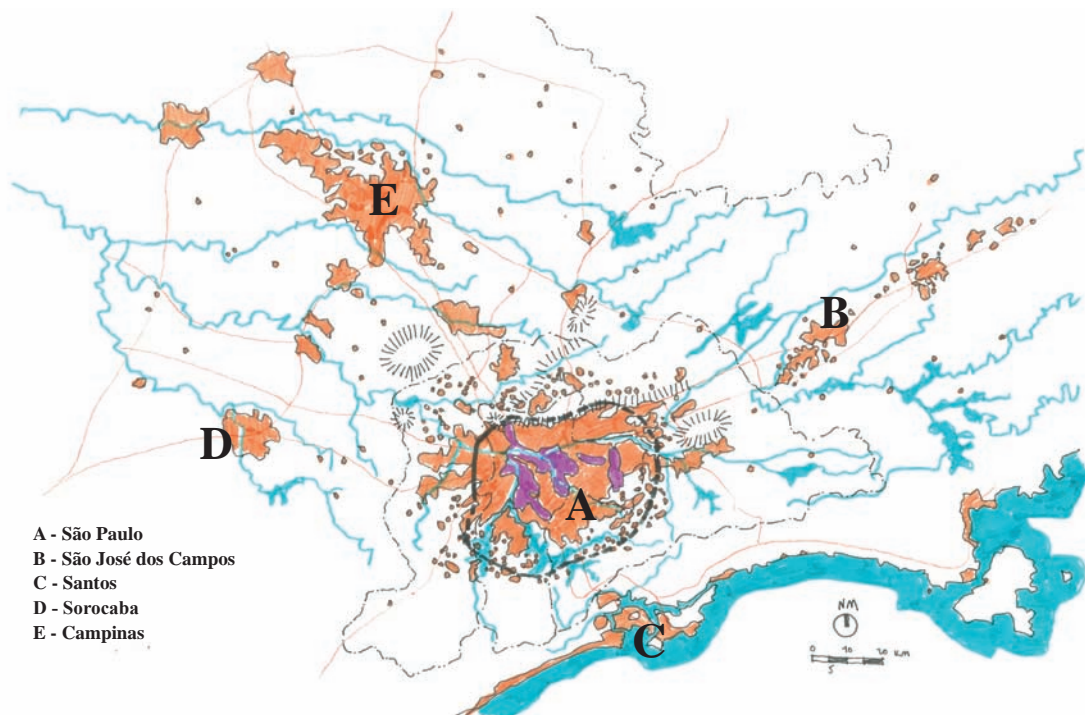


Fig. 31 Operações urbanas no município de São Paulo em relação à macro-metrópole paulista, com a indicação do atual traçado do rodoanel

Aquilo que se discutiu para o Vale do Juqueri pode ser também imaginado para os vales do alto Tietê e para o vale do Tamanduateí em particular.

Trata-se, no entanto, de um conjunto de áreas com centralidades de naturezas diferentes. Na escala da macro-metrópole, o vale do Tamanduateí pode ser compreendido como um Centro, mas na verdade deve ser compreendido como base onde se articulam uma série de Centros.

É, portanto, objetivo a ser alcançado um plano integrado para a macro-metrópole que considere a rede integrada de Centros e centralidades existentes associada a novos Centros de um urbanismo renovado e centralidades latentes dinamizadas e potencializadas.

Nesse sentido, a questão do sistema viário e, portanto, da circulação face à centralidade passa a despontar. Em que medida há tecnologias para fazer a interface do urbano e do rodoviário. Em que medida a hierarquização viária contribui nesse sentido.

Em função da fluidez desejada para a circulação, qual a forma de concentração possível.

A discussão sobre pedagogiar as vias marginais e/ou o rodoanel faz parte da busca dessas tecnologias apropriadas. As condições dos novos Centros derivam dessas tecnologias. A Centralidade de baixo impacto só vai ser possível quando essa questão da circulação for suficientemente equacionada já que a nova forma de urbanidade não deve sobrecarregar sua infra-estrutura que, por sua vez, deve ser ecológica.

Nas palavras de Richard Rogers⁴⁹ na sua busca de um desenho para a condição urbana do futuro

[...] em qualquer situação, construir uma cidade sustentável requer uma dimensão holística de planejamento que considere todos os fatores que constituem as necessidades econômicas, físicas e sociais de uma comunidade e as relacione ao meio ambiente maior. Este tipo de planejamento necessita uma análise comparativa de população, energia, água, transporte, topografia, emprego e, mais importante, tecnologia e cultura locais. (ROGERS, 2001, p.53)

* * *

Observando-se o mapa do Plano Diretor Estratégico para São Paulo de 2001⁵⁰ cuja questão é a das Centralidades⁵¹, vemos duas formas destas, a saber, Centralidades Polares e Centralidades Lineares ou, em outras palavras, pólos e eixos de centralidade associados entre si numa rede. Segundo a conceituação apresentada no Plano em questão:

A rede estrutural de eixos e pólos de centralidades do município [...] é constituída pelo centro principal, pelo centro histórico e suas extensões, pelos centros secundários consolidados e novas centralidades. Centralidades são os locais de encontro onde a população utiliza os espaços públicos, os serviços e os pontos de referência culturais, religiosos e de lazer. Em nossa cidade esses centros também ocorrem ao longo de avenidas tradicionais em forma de eixos.

O Plano Diretor Estratégico prevê a criação de novos centros onde a cidade se desenvolveu sem o acompanhamento da implantação de serviços públicos e equipamentos sociais, espaços de encontro e facilidades para a implantação de atividades comerciais e de serviços.

O Plano prevê ainda a dinamização de centros de bairros e vias estagnadas e pouco dinâmicas. Para as obras de intervenção necessárias foram previstas áreas de intervenção urbana. (PDE-SP, 2004, p.114)

Mais adiante, o texto esclarece sobre essas Áreas de Intervenção Urbana (AIUs) no que diz respeito a centralidades:

As AIUs destinadas à criação ou revitalização de centralidades deverão integrar os Planos Regionais a cargo das Subprefeituras em função da localização existente do comércio – lojas diversas, shoppings, supermercados, equipamentos públicos (de saúde, segurança, comunicação), locais de encontro etc.

As centralidades (inexistentes) necessárias e desejáveis devem ser apontadas a partir de alguns elementos, tais como paradas de ônibus, estações de metrô, centros de emprego etc.

Para a delimitação das Áreas de Intervenção Urbana destinadas a centralidades o PDE fixou uma faixa de até 300m de largura de cada lado dos eixos já definidos [...].

Para as centralidades polares o PDE não estabeleceu nenhum raio ou critério para a sua delimitação. Como orientação pode ser utilizado o raio de 600m em torno de um ponto a ser definido, conforme o PDE dispõe para as estações de metrô. (PDE-SP, 2004, p.151-3)

As AIUs são instrumentos de política urbana criado pelo PDE e em seus perímetros passam a poder ser aplicados quase todos os instrumentos do Estatuto da Cidade no

⁴⁹ ROGERS, Richard *Cidades para um pequeno planeta* Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 2001

⁵⁰ *Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, 2002-2012 SEMPLA* (org.) São Paulo: Editora SENAC; PMSP, 2004, pág. 114

⁵¹ ver Fig. 27

sentido de reestruturar locais estratégicos, dentre os quais as centralidades.

Fica explícita uma maior rarefação de centralidades na zona leste de São Paulo e uma não conexão entre algumas das centralidades lineares propostas.

No que diz respeito às centralidades polares, há uma curiosa estratégia de qualificar primeiro uma série daquelas que estão mais distantes, nos limites da mancha urbana, para num segundo momento qualificar uma outra série que se encontra como que num anel anterior, intermediário entre a faixa limite da ocupação e as centralidades próximas ao Centro histórico.

São compreendidas como centralidades todas as estações de metrô e outros terminais e estações importantes de ônibus.

Nas áreas das Operações Urbanas, as centralidades estão em geral nos limites da demarcação instituída, deixando claro que é necessária uma recomposição mais completa para essas que podem ser as áreas base onde se poderá instituir um desenho urbano renovador e indutor de estratégias ecológicas para São Paulo.

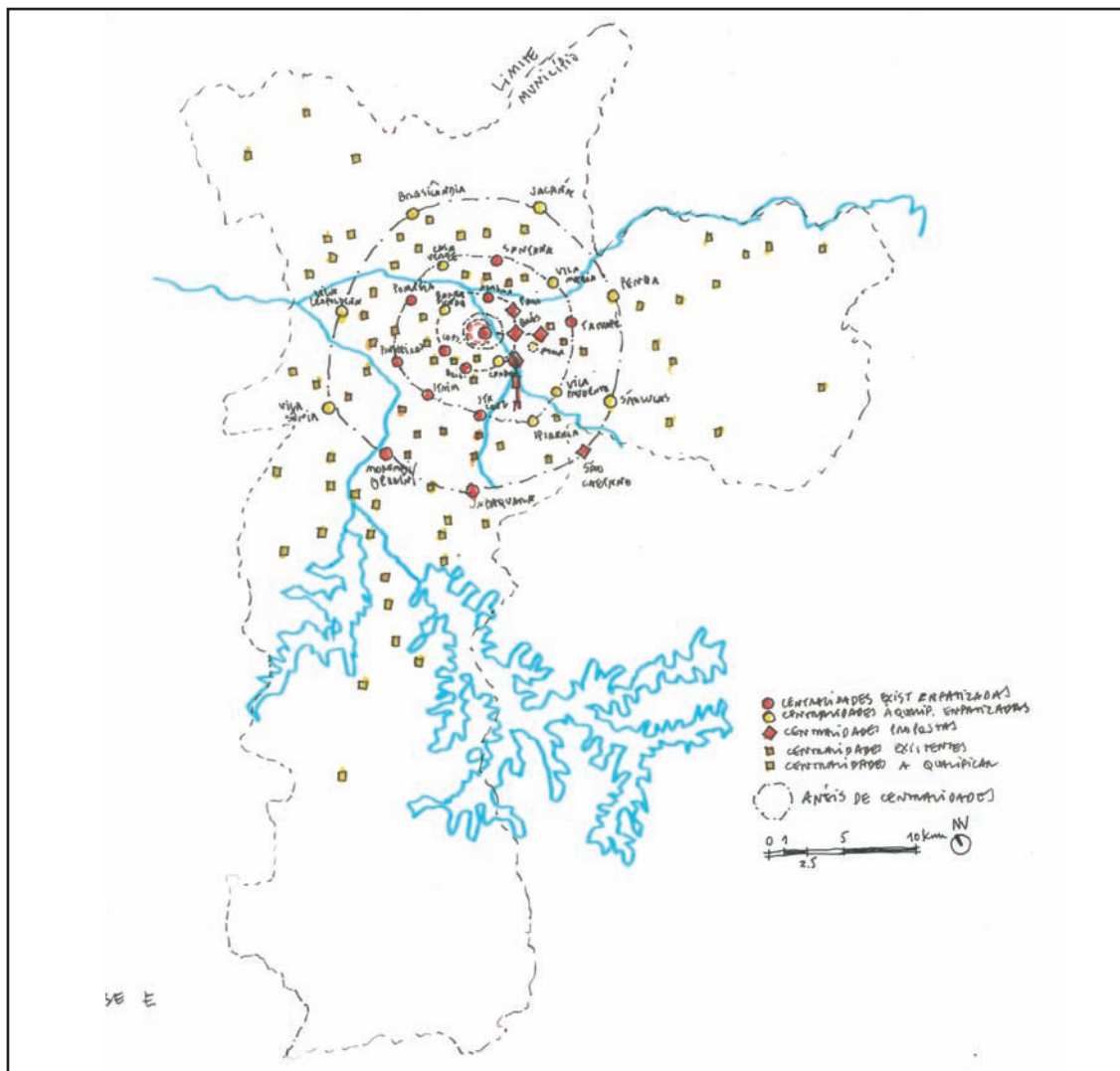


Fig. 32 - Proposta Centralidades enfatizadas (a partir da proposta do PDE)

Para essa rede de Centros na macro-metrópole e Centros no âmbito dos municípios como no caso da rede de São Paulo, há a hipótese de que alguns Centros possuem uma capacidade latente de, se dinamizados na macro escala, atualizar toda a rede.



Fig. 33 Mapa esquemático proposta de rede de Centros na macro-metrópole paulista e traçado alternativo rodoanel

O Centro velho paulistano, cabeça do sistema de aldeamentos missionários dos primeiros séculos da conquista ibérica, Centro pré-cabralino, no sentido tradicional, atualizado pelos inicianos, Centro do poder político até pelo menos o primeiro quartel do século XX, é um desses Centros. Não mais como centralidade de serviços e equipamentos que têm se distribuído por centros outros, mais dinâmicos, mas como Centro religioso e como Centro Político-administrativo e universitário, funções mitigadas, mas que devem estrategicamente ser retomadas naquele lugar que, assim, servirá de baliza para a reorganização das antigas várzeas ocupadas.

Com a perspectiva de novos centros para a macro-metrópole – funcionais e de serviços, o velho Centro fica desafogado e contribui indiretamente para a dinamização daqueles Centros outros na macro-metrópole, catalisadores de centralidades nas escalas dos municípios.

Há, pois, a perspectiva de uma dupla Centralidade – simbólica de um lado, funcional de outro, que pode ser dividida no espaço. Uma outra hipótese é a de que se pode falar em migração de aspectos da centralidade, e eventualmente migração simbólica, algo que deve ser discutido no âmbito da macro-metrópole.

Uma atualização de Centros existentes seria consequência da explicitação de um Novo Centro (ou Novos Centros). O novo Centro que renova o Centro tradicional potencializado atualiza os Centros funcionais a ele associados. Assim como Centros atualizados para a escala da macro-metrópole nas faixas das Operações Urbanas e possivelmente aquele identificado no vale do Juqueri fazem com que a rede ou, melhor dizendo, *rizoma* tome maior vigor.

Em função da identificação da nova dimensão da Metrópole – a macro-metrópole - e de uma nova condição de seus Centros tradicionais e funcionais é que se pode rever o Centro velho paulistano.

Há, além disso, uma “construção” do Centro velho paulistano cuja *realidade* está latente mas abafada pela condição moderna generalizada na cidade. Essa “construção” no seu sentido profundo – de afirmação, de identificação de valores presentes, está ali latente e sua *duração* depende de uma reafirmação contínua de sua realidade. Essa afirmação se apóia nas investigações de Mircea Eliade⁵²:

Para assegurar a realidade e a duração de uma construção, repete-se o ato divino da construção exemplar: a Criação dos mundos e do homem. Primeiramente, a “realidade” do lugar é obtida pela consagração do terreno, ou seja por sua transformação em um “centro”; em seguida, a validade do ato de construção é confirmada pela repetição do sacrifício divino. Naturalmente, a consagração do “centro” se dá em um espaço qualitativamente distinto do espaço profano. Através do paradoxo do rito, todo espaço consagrado coincide com o Centro do Mundo, da mesma forma que o tempo de um ritual qualquer coincide com o tempo mítico do “começo”. Através da repetição do ato cosmogônico, o tempo concreto, no qual se efetua a construção, é projetado no tempo mítico, *in illo tempore* onde a fundação do mundo teve lugar. Assim são asseguradas a realidade e a duração de uma construção, não somente pela transformação do espaço profano em um espaço transcendente (“o Centro”), mas também pela transformação do tempo concreto em tempo mítico⁵³. (ELIADE, 1969, p.34)

Sem abrir mão de conquistas decorrentes da condição moderna, há a possibilidade de reassumir o valor central da colina original paulistana.

O Centro velho paulistano tem origem no Centro jesuítico instituído no quinhentos segundo procedimentos tradicionais. Houve na decisão de instituir aquele Centro a participação dos povos pré-cabralinos que habitavam a região já que seus líderes teriam sido consultados no

⁵² ELIADE, Mircea *Le mythe de l'éternel retour* Paris: Éditions Gallimard, 1969

⁵³ “Pour assurer la *réalité* et la *durée* d'une construction, on répète l'acte divin de la construction exemplaire: la Création des mondes et de l'homme. Au préalable, la 'réalité' du lieu est obtenue par la consécration du terrain, c'est-à-dire par sa transformation en un 'centre'; ensuite, la validité de l'acte de construction est confirmée par la répétition du sacrifice divin. Naturellement, la consecration du 'centre' se passe dans un espace qualitativement distinct de l'espace profane. Par le paradoxe du rite, tout espace consacré coincide avec le Centre du Monde, tout comme le temps d'un ritual quelconque coincide avec le temps mythique du 'commencement'. Par la répétition de l'acte cosmogonique, le temps concret, dans lequel s'effectue la construction, est projeté dans le temps mythique, *in illo tempore* où la fondation du monde a eu lieu. Ainsi sont assurées la *réalité* et la *durée* d'une construction, non seulement par la transformation de l'espace profane en un espace transcendant ('le Centre'), mais aussi par la transformation du temps concret en temps mythique.” (tradução do autor)

que se refere à localização apropriada daquele lugar central. O sítio escolhido possivelmente já possuía um valor diferenciado para aqueles habitantes anteriores.

A construção do primeiro edifício e a celebração da missa de fundação fazem pensar na instituição de um Centro nos termos acima referidos por Mircea Eliade.

A condição central nos termos tradicionais é perene, sendo necessário o rito que a regenera continuamente. O Centro tradicional paulistano, assim como outros Centros tradicionais na Bacia do alto Tietê e mesmo na região da macro-metrópole paulista, não têm sido percebidos como tal em função da dinâmica da modernidade com seu contínuo desencantamento do mundo, mas essa condição central está latente.

Há outro aspecto da centralidade que é o da concentração de serviços e comércio, algo que tem se transformado com vigor no caso do Centro paulistano. Empresas, sedes de bancos e instituições e certo tipo de comércio especializado têm migrado do Centro velho em direção a outras centralidades da cidade de São Paulo. Mesmo o poder político afastou grande parte de sua estrutura das proximidades do Centro tradicional.

São notórios os novos centros representados pela Avenida Paulista e pela região da Avenida Berrini e entorno. Estes e o Centro velho seriam três versões distintas de *central business districts* em São Paulo. Na visão de Heitor Frúgoli Jr em seu livro *Centralidade em São Paulo*⁵⁴, a territorialidade desses três centros é definida em função da conjunção particular de instituições e atores sociais que estão na base de cada um:

a) o centro tradicional, que sofreu historicamente uma série de modificações visíveis no alargamento considerável de sua área, deteriorando-se e passando atualmente por processos parciais de renovação urbana, visto como espaço estratégico da vida metropolitana na ótica da Associação Viva o Centro; b) a Avenida Paulista, uma espécie de desdobramento ampliado do centro tradicional sob a hegemonia do capital financeiro a partir dos anos 70 – em torno do qual gravita o ‘Centro Paulista’ -, considerada a partir de 1990 o ‘símbolo da cidade’, e cujo processo de deterioração urbana nos anos 90 levou à criação da Associação Paulista Viva; c) a Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, representativa de uma tendência mais recente na concentração de sedes de empresas do setor terciário moderno em São Paulo a partir dos anos 80, com papel decisivo desempenhado pela empresa Bratke-Collet nessa estruturação, em cuja região se deu, em meados dos anos 90, a organização de um pool de empresários da região para a remoção de favelados de uma área das proximidades, durante a construção da Avenida Águas Espraiadas. (FRUGOLI JR, 2000, p.43-4)

Para o mesmo autor, o Centro velho teria uma heterogeneidade maior e um conjunto de demandas diversificadas. O contexto urbano da Avenida Paulista, por sua vez, está historicamente identificado como um espaço das elites. A transformação da região da Berrini está associada em seu início a um nicho específico que é o do mercado de escritórios sendo que as empresas incorporadoras que são o sustentáculo dessa

⁵⁴ FRÚGOLI JUNIOR, Heitor *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações* São Paulo: Cortez; EDUSP, 2000

centralidade agem com relativa independência em relação ao poder público e promovem uma urbanização de segregação.

Paulista e Berrini representam centralidades modernas enquanto o Centro velho tem um sentido outro, a saber, Centro tradicional onde há a possibilidade de contato com uma realidade plena, diferente da condição profana e ilusória algo generalizada. Podemos também imaginar o Centro velho como um bulbo ou haste associado a um rizoma, onde se transcende a rede e se reterritorializa, uma “rugosidade” da paisagem.

Quando se pensa na nova condição urbana da macro-metrópole paulista, fica ainda mais distante a perspectiva de um centro de serviços e comércio como papel do Centro velho de São Paulo, já que há necessariamente uma pulverização de atividades e aspectos centrais pela região, extrapolando, portanto, os centros novos acima mencionados, em função de relações sócio-econômicas estabelecidas que tendem a um policentrismo.

Há, pois, uma Centralidade da cidade de São Paulo que convive com centralidades outras de escala mais local, e uma condição central no que se refere ao organismo único que se percebe na mancha urbanizada no âmbito da macro-metrópole.

O Centro velho de São Paulo foi desafogado de funções centrais ali abrandadas como a do *central buisness center*, mas mantém latente uma condição central no sentido tradicional e que faria sentido associar à presença concentrada de funções político-administrativas da cidade e da região, hoje dispersas.

A função de centro de negócios e de comércio e serviços especializados – o *central buisness center* - não é mais uma prerrogativa do Centro velho, ainda que algumas atividades relacionadas ainda ali se mantenham.

A expectativa é de que, desafogada daquela função que encontrou sítios mais apropriados para sua realização, a região do Centro velho reative aquilo que é intrinsecamente sua natureza. Não significa dizer que atividades até então reduzidas não possam se restabelecer ali, mas agora necessariamente sob a égide de funções que recuperam o Centro tradicional associado a funções administrativas do município e da Macro-região.

Surge assim a indagação separada do Centro velho, já que a condição central está por assim dizer partilhada por centralidades modernas e aquele Centro tradicional. Nesse sentido se iniciam estudos para identificar a *forma* que este Centro reativado na escala da Macro-metrópole passa a ter.

Os mapas abaixo são investigações da situação atual da colina onde se situa o Centro velho e do seu entorno imediato. Neles se procura uma compreensão da forma e dos usos ali presentes.



Fig.34 - Uso do solo na colina central e arredores

No mapa de uso do solo podemos confirmar a concentração de uso institucional, a saber, órgãos públicos, templos religiosos, instituições de ensino, culturais e financeiras. Nota-se o uso residencial nas margens da colina, sendo mais significativo esse uso na Baixada do Glicério, junto à rua Tabatinguera e entre esta via e a Radial Leste. De forma geral, nas quadras do Triângulo prevalecem os usos comercial e de serviços.



Fig.35 - Mapa de altura dos edifícios na colina central e arredores

O mapa de alturas das construções explicita a verticalização intensa nas quadras entre rua Boa Vista, praça da Sé, avenida 23 de Maio e Anhangabaú – grande parte das construções tem mais de 10 pavimentos e outra parte significativa com 6 a 9 pavimentos. Nas bordas Norte e Sul da colina há uma inversão já que a maior parte dos edifícios não excede 4 pavimentos.



Fig.36 - Mapa com a caracterização dos edifícios na colina central e arredores

Baseado na classificação apresentada nos guias de arquitetura da cidade do Rio de Janeiro, produzidas pelo Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro⁵⁵, foi realizado o mapa com referências no sentido de identificar a arquitetura que se efetivou na antiga colina paulistana e arredores. Da leitura desse mapa, percebemos um mosaico em que a diversidade impera e não há homogeneidade – faz pensar em algo como sedimentos de formas arquitetônicas justapostas e em convívio. Como defende Dênio Benfatti, um dos organizadores do livro *Urbanismo: dossiê São Paulo - Rio de Janeiro*⁵⁶,

⁵⁵ *Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica do Rio de Janeiro; Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro; Guia da arquitetura art déco no Rio de Janeiro; Guia da arquitetura moderna no Rio de Janeiro* – Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro; organizador Jorge Czajkowski, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000

⁵⁶ Schicchi, Maria Cristina; Benfatti, Dênio (orgs.) *Urbanismo São Paulo – Rio de Janeiro* Campinas: PUCAMP/Prourb, 2004

Ao contrário dos centros das cidades européias, nos quais a estandardização tipológica e/ou definição estilística, própria das capitais do século XIX, impõe um sentido de coerência e harmonia com o patrimônio já constituído, os centros das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro são espaços de natureza contraditória, híbrida, justaposta. Foram reconstruídos continuamente, mas sua configuração atual remanesce das transformações episódicas dos anos 20 e 30, e, de modo mais acentuado, das transformações dos anos 50 até os 60.

A cidade resultante desse processo não surge como visão arquitetônica unitária, mas como acumulação de vida urbana. A radicalidade desses fenômenos certamente não nos exime de encarar uma certa destruição cultural, de parte da história urbana, mas, ao mesmo tempo, pelo fato de terem ocorrido ao longo de um período relativamente longo, coloca-nos hoje frente a realidades já quinquenárias, uma herança urbana de outra natureza, distinta, contrastada – mas não menos interessante e, com toda certeza, das quais devemos retirar e reforçar uma idéia própria de beleza. (BENFATTI, 2004, p.16)

A leitura desses mapas explicita algo da forma urbana na colina central, que com seus edifícios e infra-estrutura instalada faz pensar num grande edifício único que, atualizado com um projeto que considera a escala da macro-metrópole, permite e reverbera uma ressignificação do território onde está assentado.

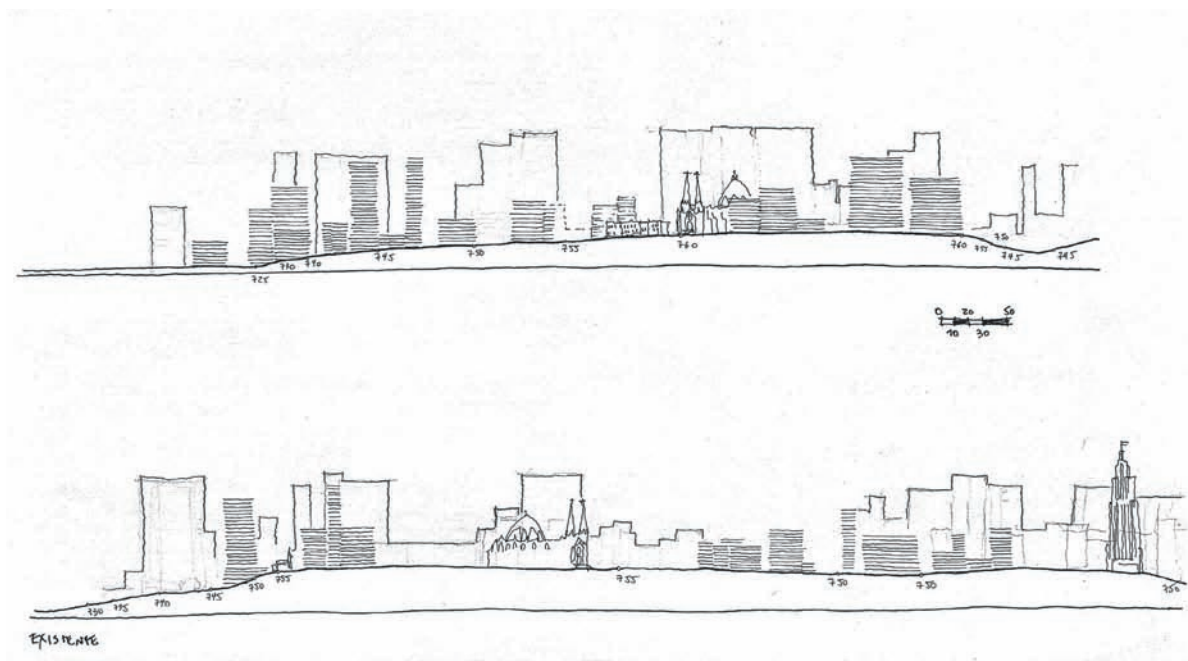


Fig. 37 - Cortes na colina central

No que diz respeito ao Centro paulistano e as funções centrais que dali migraram, não estamos diante da situação das cidades americanas descritas por David Harvey em que, no imediato pós-2ª guerra na América do Norte, com a suburbanização rápida e pouco controlada, “a deterioração do centro das cidades provocada pela saída de empregos e pessoas gerou então uma forte e, mais uma vez, subsidiada pelo governo, estratégia de renovação urbana através da demolição e reconstrução de centros urbanos mais antigos.”⁵⁷

⁵⁷ HARVEY, David A condição pós-moderna São Paulo: Loyola, 1994 pág. 72

Também não existe aqui uma posição no sentido de repropor uma forma de desenho urbano antigo como aquela que o mesmo autor credits ao arquiteto Leon Krier, que deprecia o tipo de reconstrução havida no pós-guerra, numa atitude reativa aos valores pregados pelo grupo dos CIAMs e em que há uma busca por:

[...] restauração e recriação ativas dos valores urbanos ‘clássicos’ tradicionais⁵⁸. Isso significa quer a restauração de um tecido urbano mais antigo e a sua reabilitação para novos usos, quer a criação de novos espaços que expressem as visões tradicionais com todo o avanço que as tecnologias e materiais modernos permitem. (HARVEY, 1994, p.70)

Harvey em seu livro sobre a condição pós-moderna compila uma série de depoimentos no sentido da defesa da heterogeneidade dos habitantes urbanos e flexibilidade no que diz respeito à linguagem da cidade, agora aberta às culturas locais. Não mais o projeto único, mas um mosaico decorrente da cultura da escolha. Há um risco identificado de a fantasia acabar por se sobrepor demasiadamente à função e desembocar numa arquitetura do espetáculo, efêmera, de colagens e pouco relacionada com anseios profundos daqueles que vivem a cidade.

A perspectiva de usos diversos na cidade faz sentido no caso do Centro velho paulistano em que, tendo sido compreendida sua natureza primeira, é possível a volta de atividades atualmente mitigadas e recuperação de funções diminuídas nos últimos tempos – universidades e serviços, por exemplo, retomam o Centro recentemente e têm condições de conviver com a condição central daquela área no que diz respeito à macro-região.

As funções centrais que parecem próprias do Centro velho são em princípio a religiosa e a político-administrativa, além da universitária. Faz pensar no que era o Forum para os romanos, a saber, uma combinação de espaços dedicados às divindades e espaço político. Ali está latente, pois, o centro da Polis paulistana, lugar da Política e de rituais religiosos.

Não se trata aqui da defesa de uma fusão Estado-Religião, algo que permite situações controversas como a apropriação que houve no Irã de um Estado secular por grupos religiosos que demonstram intolerância e radicalismo. O debate sobre a entrada da Turquia na Comunidade Européia reacende essa discussão. A defesa do Estado laico na Turquia se faz em função do desejo de convivência e tolerância com base num direito universal. A associação da religião com o Estado não tem demonstrado possibilitar a grande vantagem do Estado laico que é o da, ao menos como desígnio, equidade no valor dos indivíduos e grupos.

⁵⁸ Considero a expressão paradoxal já que o ‘clássico’ está relacionado ao humanismo iluminista e sua leitura da antiguidade greco-romana e, portanto, afastando-se da perspectiva religiosa em que a religião tem preponderância na cosmovisão. No senso comum, no entanto, a expressão utilizada – valores ‘clássicos’ tradicionais faz sentido já que se refere a valores sedimentados e compreendidos como exemplares.

Imaginada para o Centro paulistano, a aproximação física dessas duas funções é uma proposta de convívio e de diálogo contínuo. Compartilhando aquele lugar central, renovando-o através de ritos e fazendo-o ecoar com projetos para a Macro-região em suas várias escalas, transcendententes já que, como podemos depreender da leitura de Henri Bergson, o possível é maior que o atual e, ao incitá-lo, propomos uma superação da atualidade. O projeto, nesse sentido, é contra o atual já que, para atualizá-lo, precisa transformá-lo, transcendê-lo.

Argan, em seu livro *Projeto e Destino*⁵⁹, se refere a essa condição da proposição contida no desenho:

A grande mutação no agir humano, também na arte, é exatamente essa passagem da contemplação-representação da natureza-modelo à ação que incide sobre a realidade social e a modifica, e que é recíproca, e obriga o indivíduo a enfrentar situações sempre diferentes, a regular seu próprio comportamento segundo as circunstâncias que a cada vez se apresentam. Nessa condição, o projetar se torna ainda mais difícil, porque um número demasiado de dados permanece incógnito e o destino não está mais nas mãos de um deus (cujos desenhos, de algum modo, conhecemos através da natureza e da história), mas nas dos outros homens, tal como cada um de nós pode ser ‘destino’ para outros. E, todavia, nunca se sentiu tanto como nessa condição a necessidade de projetar, de se garantir a si e aos outros em relação a um destino que não é mais providência. A opção ética, de fato, ainda é possível: dependerá de nós, dos nossos contemporâneos fazer do futuro um projeto, uma crítica e talvez um confronto de projetos, ou então um destino e um obscuro destino, ainda que ‘de alto nível tecnológico’. (ARGAN, 2001, p.19-20)



Fig. 38 - Desenho do Centro a partir do Parque D. Pedro II

⁵⁹ ARGAN, Giulio Carlo *Projeto e Destino* São Paulo: Editora Ática, 2001

Capítulo V

Centralidade renovada na macro-metrópole paulista

Por tudo o que até aqui foi colocado, defende-se uma centralidade própria da colina da ocupação inicial paulistana e uma potencialização e conseqüente renovação dessa condição através da arquitetura.



Fig.39 - Carta da Capital de São Paulo de José Jacques da Costa Ourique, Fortificador da Capital, 1842

Até meados do século XIX, fora uma ocupação rarefeita nos arredores do Campo dos Curros (atual Praça da República) e Jardim Botânico (atual Jardim da Luz), a mancha urbana paulistana estava na sua quase totalidade contida nessa colina que serve como divisor de águas sendo sua face oriental com vertentes que drenam para o rio Tamanduateí enquanto sua face ocidental tem a drenagem em direção ao ribeirão Anhangabaú, hoje canalizado e coberto, segundo a lamentável prática paulistana de esconder suas águas. Essa colina apresentava já um estreitamento ao sul da antiga forca, atual praça da Liberdade. Esse estreitamento na morfologia original da colina lhe dava um aspecto de península. A vala criada para a instalação da Radial Leste, sobre a qual se construíram viadutos como o da Liberdade, faz a colina parecer uma ilha conectada com seu

entorno através de viadutos como o do Chá e Santa Ifigênia, viaduto que permite avançar ao norte a Rua Florêncio de Abreu (sobre o Anhangabaú canalizado abaixo de uma via que chega nas imediações do Mercado), viadutos sobre o Tamanduateí (que substituíram a ponte do Carmo e os aterrados do Brás e do gasômetro) além dos já citados viadutos sobre a Radial Leste.

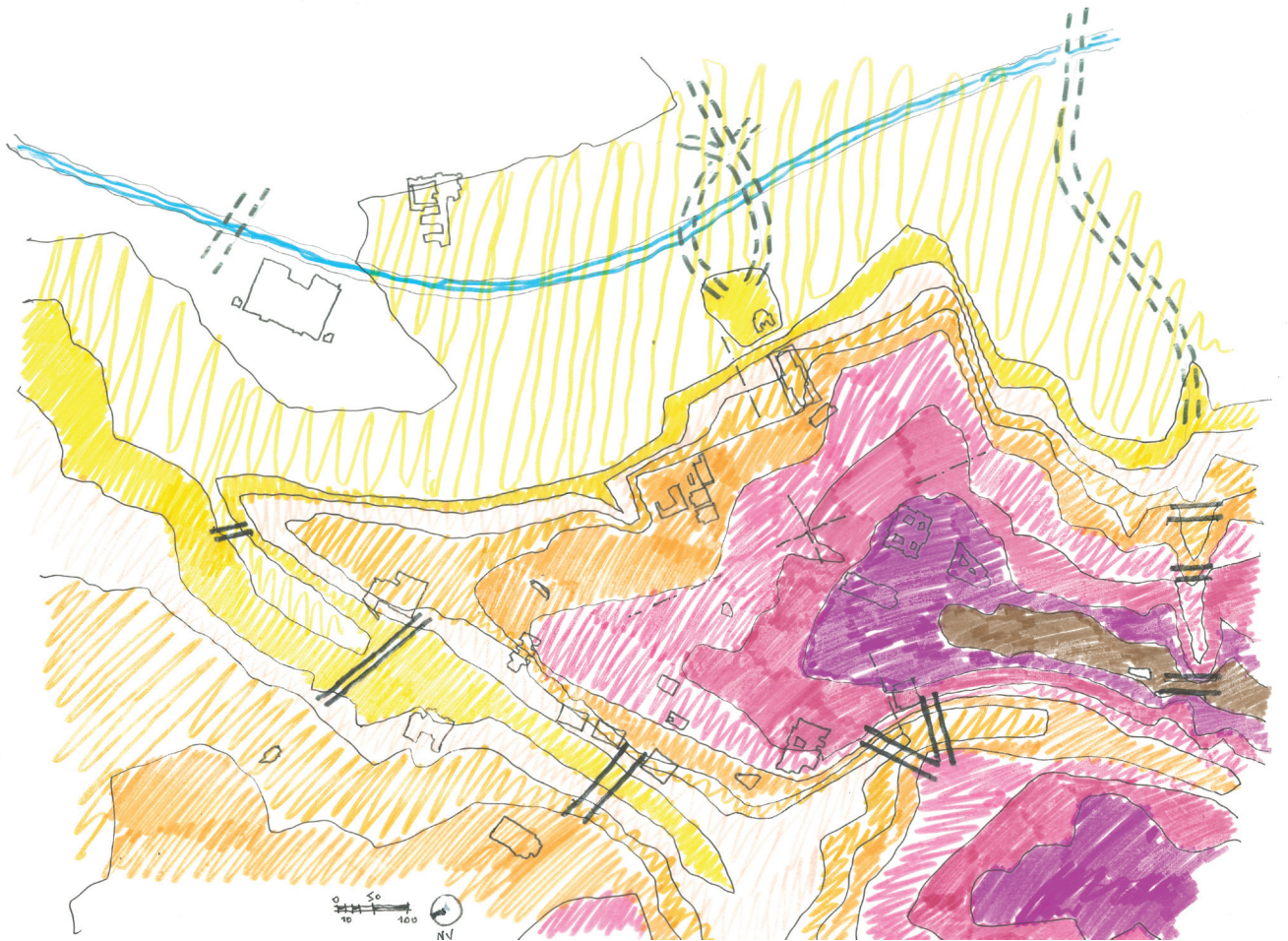


Fig. 40 - Mapa morfológica da colina original e viadutos construídos

Nessa colina onde se instituiu o Centro jesuítico (tradicional), o conjunto edilício vem sendo transformado continuamente e dada sua condição atual de ligação entre três terminais de ônibus – Bandeira, D. Pedro II e Pedro Lessa (Correios), sem uma conexão direta entre si e apenas relativa com estações de metrô contíguas, há uma circulação intensa de pedestres que caminham de uma a outra dessas paradas de transporte coletivo e que

também são atraídos por atividades ali presentes como igrejas, órgãos públicos, instituições financeiras, educacionais, culturais etc.

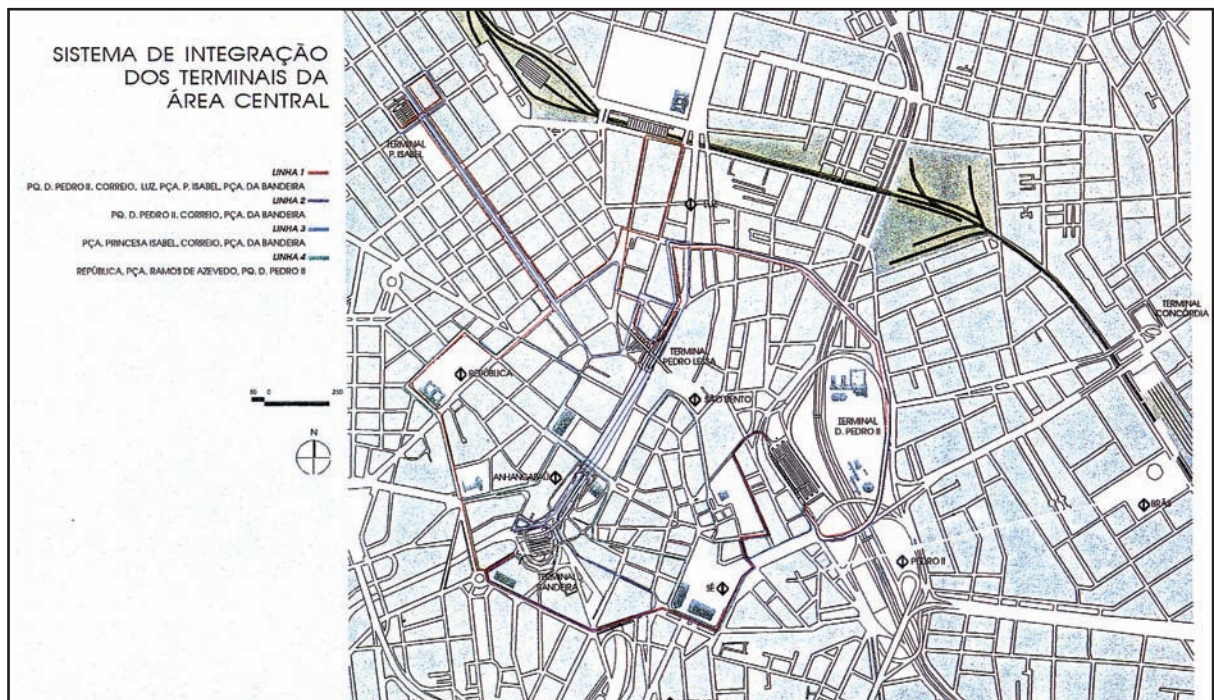


Fig. 41 - Mapa com terminais e estações na área central

A massa compacta construída e a intensa circulação que ocasionou a pedestrianização de grande quantidade de ruas na colina em questão fazem pensar nela como um grande edifício em cuja base estão vias de grande porte como 23 de Maio, Anhangabaú, Prestes Maia, avenidas do Estado e Radial Leste. Sua base encontra-se, pois, afogada pela intensa circulação de veículos.



Fig. 42 - Desenho a partir do caminho para a Luz

A colina-edifício-ilha que abriga o que se desenvolveu a partir do Centro jesuítico tem uma condição peculiar em relação à paisagem circundante. Está a cavaleiro do rio Tamanduateí, 25m em média acima do nível das antigas várzeas inundáveis do seu entorno. Dela é possível se apreciar uma grande extensão dos antigos Campos de Piratininga – a Bacia do alto Tietê. Dela originalmente se podia acompanhar a aurora de maneira privilegiada.



Fig. 43 - Desenho aquarelado de Thomas Ender Vista de São Paulo da estrada para o Rio de Janeiro, 1817

Há ali, pois, uma colina (pequena elevação) a cavaleiro de várzeas inundáveis e numa posição estratégica em relação à visão do nascer do sol. Numa condição tradicional, as características da colina inicial paulistana fazem pensar em um arquétipo de Centro – a montanha sagrada que evoca tantos montes santos como o Meru, o Olimpo entre outros. Na montanha sagrada é clara a alusão a uma ligação entre a terra e o céu já que simbolicamente um ponto onde estes se aproximam um do outro.

Mircea Eliade associa uma série de exemplos nesse sentido⁶⁰:

O símbolo de uma Montanha, de uma Árvore ou de um Pilar situados no Centro do Mundo é extremamente difundido. Lembremo-nos do Monte Meru da tradição indiana, Haraberezaiti dos iranianos, Himingbjör dos germanos, o ‘Monte dos Países’ da tradição mesopotâmica, o Monte Thabor na Palestina (que poderia significar tabbur, ou seja, ‘umbigo’, omphalos), o Monte Gerizim, sempre na Palestina, que é chamado literalmente ‘umbigo da Terra’, o Gólgota, que para os cristãos se encontrava no centro do mundo etc. (ELIADE, 2002, p.38)

⁶⁰ ELIADE, Mircea *Imagens e Símbolos* São Paulo: Martins Fontes, 2002

Arquétipo de lugar central, a montanha ou elevação em relação ao entorno se associa a outros símbolos de Centro do Mundo, a saber, Árvore Sagrada, Escada que sobe aos céus, Pedra, Lugar de onde brotam águas etc.

Na Antiguidade muito se apropriou desses símbolos como no Egito do Antigo Império quando em certa medida se complementa a cadeia de montanhas que no Baixo Nilo passam a ser mais espaçadas entre si e rarefeitas com as massas monolíticas das pirâmides. Monumentos funerários na margem ocidental do Nilo, as pirâmides relacionavam-se, por assim dizer, a eixos instituídos a partir do rio – na seqüência, havia o templo do vale, o corredor processional, o templo da base e a pirâmide, apontando o conjunto para o poente, ponto cardeal relacionado com o fim do dia – início da noite, associada à morte, ao caos que se opõe ao cosmos organizado pelo Centro.



Fig. 44 - Pirâmides em Guisa (Guizé)

Mesmo no Médio Império, os monumentos escavados nas montanhas não fazem outra coisa que não a celebração das elevações a oeste do vale fértil que permitiu o desenvolvimento da Cultura egípcia.



Fig. 45 - Hatshepsut

Na Mesopotâmia, os sumérios e depois os assírios que de certa maneira descendem culturalmente daqueles também faziam uso das elevações para dialogar com a paisagem e com a existência. Os zigurates nascem como terraplenos que se sucedem e acabam por se configurar como montanhas artificiais cuja ascensão equivalia a uma viagem ao Centro do Mundo, lugar onde a realidade era plena.

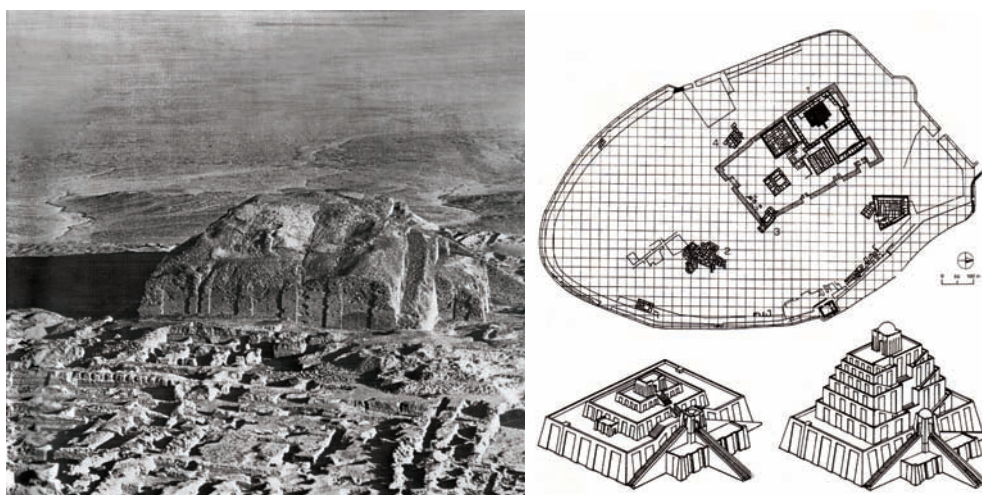


Fig. 46 - A-B Zigurate Ur

O nome das torres e dos templos sagrados babilônicos testemunha a sua identificação 'Montanha Cósmica, ou seja, ao Centro do Mundo: 'Monte da Casa', 'Casa do Monte de Todas as Terras', 'Monte das Tempestades', 'Vínculo entre o Céu e a Terra' etc. O ziqqurat [zigurate] era, na realidade, uma montanha cósmica, ou seja, uma imagem simbólica do Cosmos: os sete andares representavam os sete céus planetários; subindo, o sacerdote chegava ao cume do Universo. (ELIADE, 2002, p.39)

A elevação de terra é, como vemos, um arquétipo de lugar central. Trata-se de um símbolo que comunica certas predisposições da alma humana e que são reveladas por ele já que explicações exclusivamente apoiadas na racionalidade não seriam capazes de revelá-las em sua plenitude.

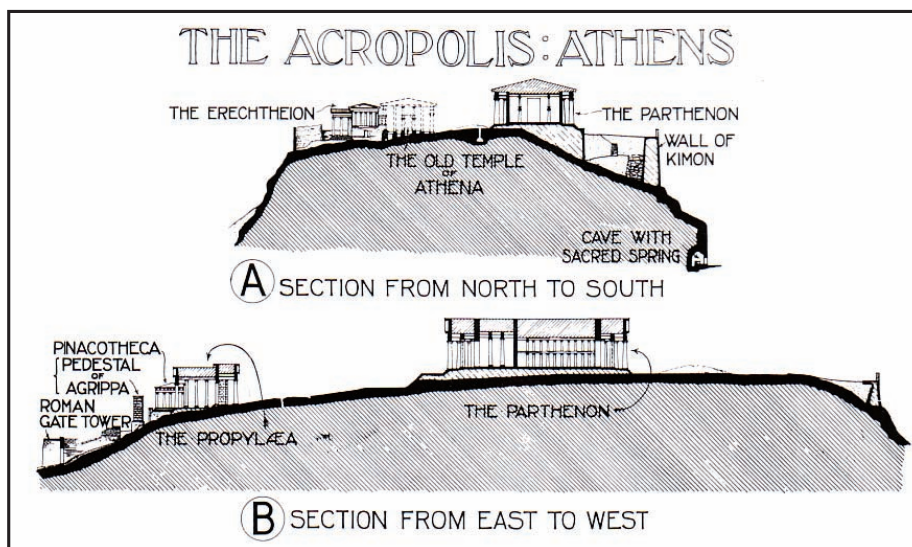


Fig. 47 - Acrópole ateniense

O cume da Montanha Cósmica não é apenas o ponto mais alto da Terra; ele é o umbigo da Terra, o ponto onde começou a criação. (ELIADE, 2002, p.28)

OLIMPIA, HACIA EL 476 A. DE C.

A Monte Cronio B Fuente C Marismas D Curso presumible del Alfeo E Palacio del senado olimpico [Buleuterion] F Altar del juramento olimpico G Muro del bosquecillo sagrado H Altar de Zeus I Templo de Hera [Heraion] J Pritaneo (centro político) K Tesoros L Estadio M Ladera para espectadores

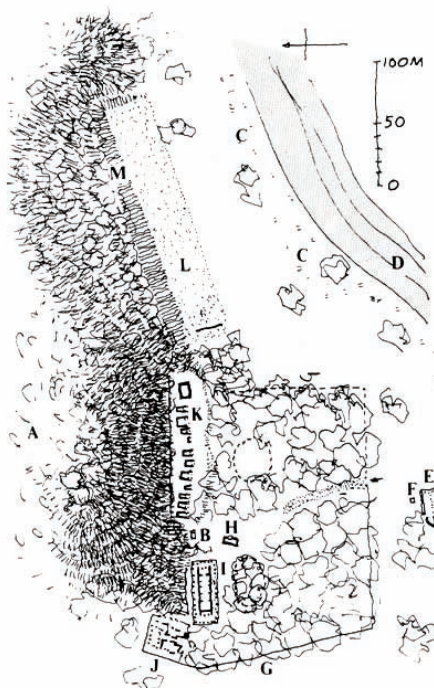


Fig. 48 - Olímpia

A Cultura grega clássica no que se refere à paisagem é peculiar quanto aos Centros instituídos. Há uma celebração da paisagem diversa e movimentada daquela faixa do Mediterrâneo que se pode identificar, por exemplo, na Acrópole ateniense, elevação central que é ratificada como Centro religioso. Também em Olímpia, há a celebração do Monte Crônio nos pés do qual se institui o Templo de Hera a partir do qual se organiza o temenos daquela Polis onde se praticavam jogos rituais.

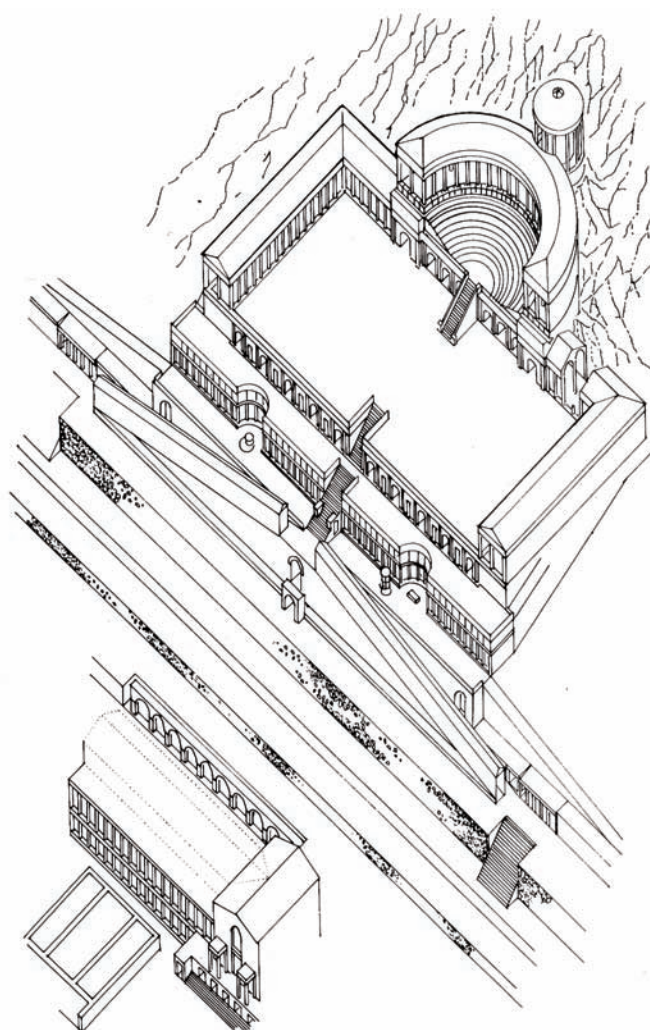


Fig. 49 - Palestrina

Já a atitude quanto à paisagem durante o Império Romano é algo híbrida na medida em que propõe esquemas prévios independentes das condições geomorfológicas pré-existentes. Há, no entanto, celebrações da elevação e da paisagem em lugares como Palestrina e mesmo na Vila de Adriano. Há uma perspectiva de domínio da paisagem que se afasta da atitude de reverência dos gregos, mas ainda sim com uma busca para compreender o sentido do lugar através da identificação do *genius loci*, o espírito do lugar.

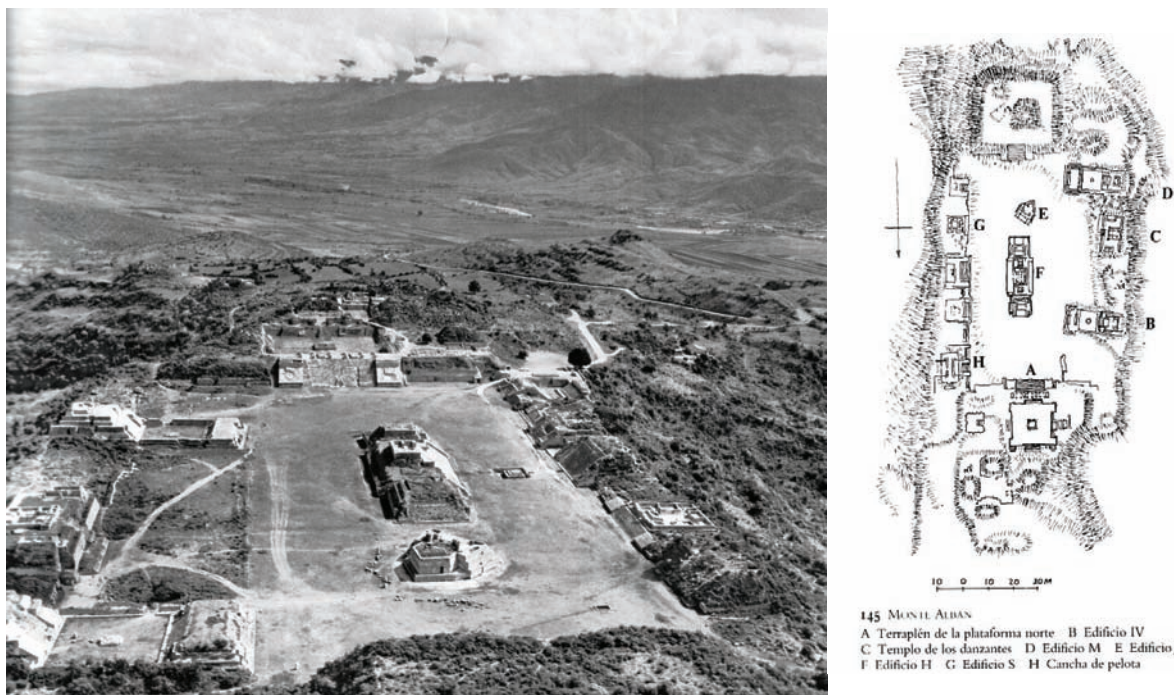


Fig. 50 - Monte Albán

Na América anterior à conquista europeia havia também essa reverência em relação à paisagem. Isso é visível tanto na América Central com seus monumentos em pedra – Monte Albán (no México) é significativo pela ratificação de uma colina central, sobre a qual se constrói um espaço cerimonial que reproduz de forma esquemática o vale circundante – quanto na ocupação do território por povos paleolíticos e neolíticos como aqueles que habitavam a região oriental da América do Sul. Eram por estes abertas clareiras artificiais organizadas em função dos pontos cardeais e freqüentemente produzidas em lugares estratégicos para a compreensão do entorno próximo e distante. Há indícios de que, abandonados após alguns ciclos, esses sítios eram sistematicamente retomados, confirmando seu valor diferenciado.

Lugares centrais que se relacionam com a paisagem são perceptíveis desde a Antiguidade em todas as Culturas do Planeta. O percurso de projeto que é apresentado a seguir procura encontrar uma forma de explicitar o Centro latente na colina central paulistana na escala da macro-metrópole e em consonância com contingências locais, e leva em consideração essa condição imemorial de alguns símbolos que vem sendo resgatada especialmente desde pensadores como Carl Gustav Jung, que organizou textos no livro *O Homem e seus símbolos*, dentre os quais uma discussão sobre a relação destes com o homem moderno, empreendida por Joseph Henderson.⁶¹

⁶¹ HENDERSON, Joseph *Os mitos antigos e o homem moderno* in JUNG, Carl Gustav (org.) *O Homem e seus Símbolos* Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1964

A história antiga do homem está sendo redescoberta de maneira significativa através dos mitos e imagens simbólicas que lhe sobreviveram. À medida que os arqueólogos pesquisam mais profundamente o passado, vamos atribuindo menos valor aos acontecimentos históricos do que às estátuas, desenhos, templos e línguas que nos contam velhas crenças. Outros símbolos também nos têm sido revelados pelos filósofos e historiadores religiosos, que traduzem estas crenças em conceitos modernos inteligíveis, conceitos que por sua vez, adquirem vida graças aos antropólogos. Estes últimos nos mostram que as mesmas formas simbólicas podem ser encontradas, sem sofrer qualquer mudança, nos ritos ou nos mitos de pequenas sociedades tribais ainda existentes nas fronteiras de nossa civilização.

Todas estas pesquisas contribuíram imensamente para corrigir a atitude unilateral de pessoas que afirmam que tais símbolos pertencem a povos antigos ou a tribos contemporâneas 'atrasadas' e, portanto, alheias às complexidades da vida moderna. [...] Ainda lemos os mitos dos antigos gregos ou dos índios americanos, mas não conseguimos descobrir qualquer relação entre estas histórias e nossa atitude para com os 'heróis' ou os inúmeros acontecimentos dramáticos de hoje.

No entanto as conexões existem. E os símbolos que as representam não perderam importância para a Humanidade. (HENDERSON, 1964, p.106)

A condição central identificada na colina paulistana original refere-se à perspectiva de um Centro Tradicional ali instituído e ratificado na fundação quinhentista por parte dos jesuítas.

Essa condição não se perdeu. Está latente ainda que pouco perceptível em função da dinâmica da cidade moderna que se generalizou.

Reativá-la de forma expressiva pode fazer a cidade reencontrar muito de seu sentido. Ir ao encontro de um de seus símbolos mais primordiais. Símbolos que, como vemos no texto acima, continuam de certa maneira vigentes e urge torná-los mais explícitos para que deles tomemos maior consciência.

No trabalho de mestrado *Pátio do Colégio, o Centro Tradicional Paulistano*⁶², houve um exercício de projeto que buscou a recuperação da dimensão religiosa do Centro paulistano, entendido como seu significado latente. Aqui, a procura simbólica se ampliou, sendo que não mais só a função religiosa é ali evidenciada, como também há especialmente a recuperação da função político-administrativa que hoje está esvaziada no Centro velho.

O exercício de projeto apresentado a seguir representa um trabalho de exploração da expressão que a Centralidade em questão pode ter.

Houve de início a proposição da explicitação da elevação central através de uma intervenção em que a colina original tivesse sua dimensão ampliada pela arquitetura, atualizando-se, assim, em relação à escala da Bacia do alto Tietê antropizada. Trata-se de uma retomada da idéia de uma Montanha sagrada que é o arquétipo de lugar central invocado naquele sítio e a ênfase numa sua expressão una, coesa e abrangente.

⁶² SILVA, Luis Octavio de Faria e – dissertação de mestrado apresentada à FAUUSP em 2001

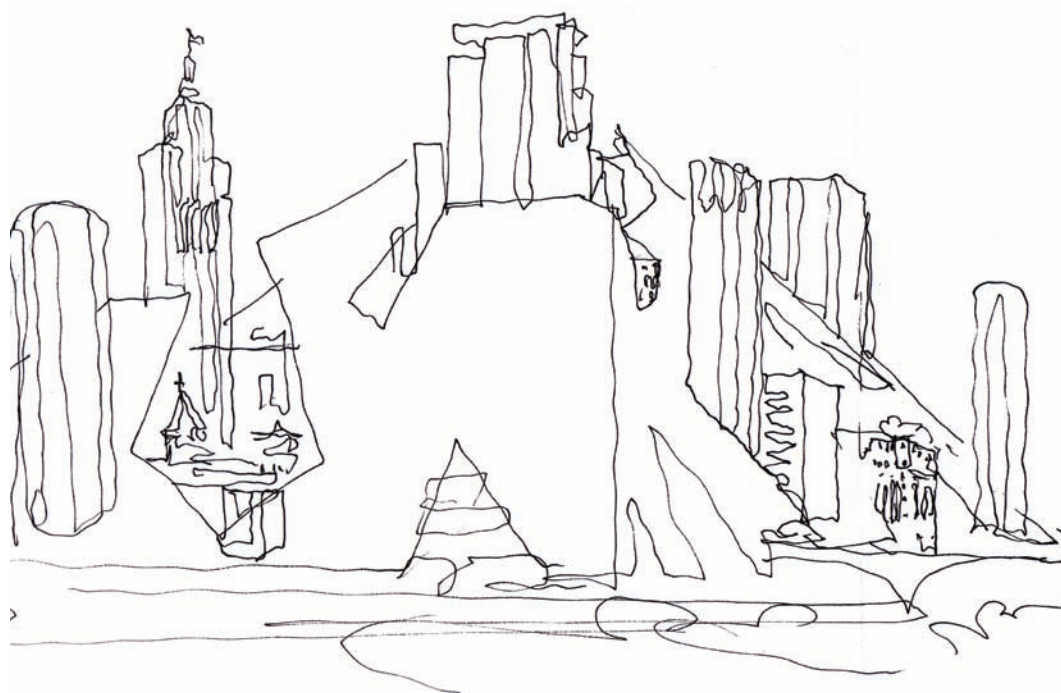


Fig. 51 - Primeira intuição de projeto

A primeira intuição de projeto foi a da instituição de uma Montanha geometrizada sobre a colina inicial que fosse uma espécie de campânula. Desvelar e proteger simultaneamente – revelar – são as intenções subjacentes a esse gesto.

As primeiras proposições ensaiadas derivam das pirâmides egípcias e resultaram numa cobertura cujo cume atingiria o nível correspondente a aproximadamente o dobro da altura do edifício do Banco do Estado. Essa tenda sobre o Centro quase tocaria o solo e fendas permitiriam os edifícios altos não interferirem na forma proposta, fazendo-os parcialmente descobertos. Algumas aberturas garantem a visão de certos marcos e a partir de largos, praças e pontos a serem valorizados. Novas torres poderiam ser incorporadas ao conjunto.

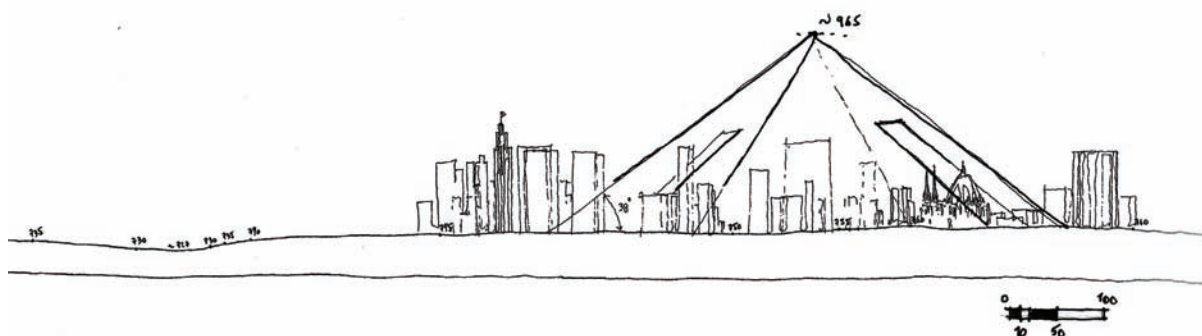


Fig. 52 - Estudos iniciais pirâmide

Trata-se de uma tenda sombreadora e redutora da permeabilidade, cuja estrutura teria funções relacionadas à captação de águas pluviais para seu armazenamento, associada à produção agrícola em pontos estratégicos e passeios para se apreciar tanto a paisagem da Bacia do alto Tietê quanto a urbanidade da colina central.

Em seguida, houve um novo ensaio de projeto, desta vez estudando a possibilidade de a cobertura se apoiar em edifícios que demarcariam um recinto central cujo centro geométrico valoriza a esplanada da Sé. Edifícios inseridos no contexto de maneira a valorizar relações volumétricas existentes, organizados em função dos pontos cardeais e cuja cobertura teria usos também relacionados a infra-estrutura. No entorno da colina, projetos associados de requalificação e de habitação seriam desenvolvidos.

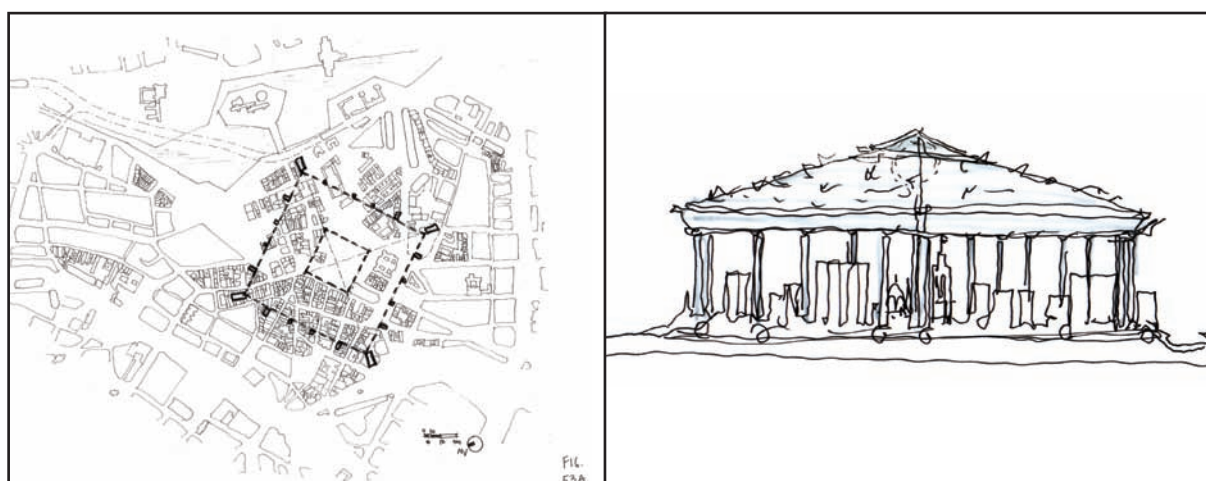


Fig. 53 - A - B Planta da cobertura de base quadrada e vista

Houve uma hipótese de cobertura piramidal de base quadrada e outra de base octogonal. Em ambas, as torres que definem e explicitam o “recinto central” passam a eventualmente prescindir da cobertura piramidal.

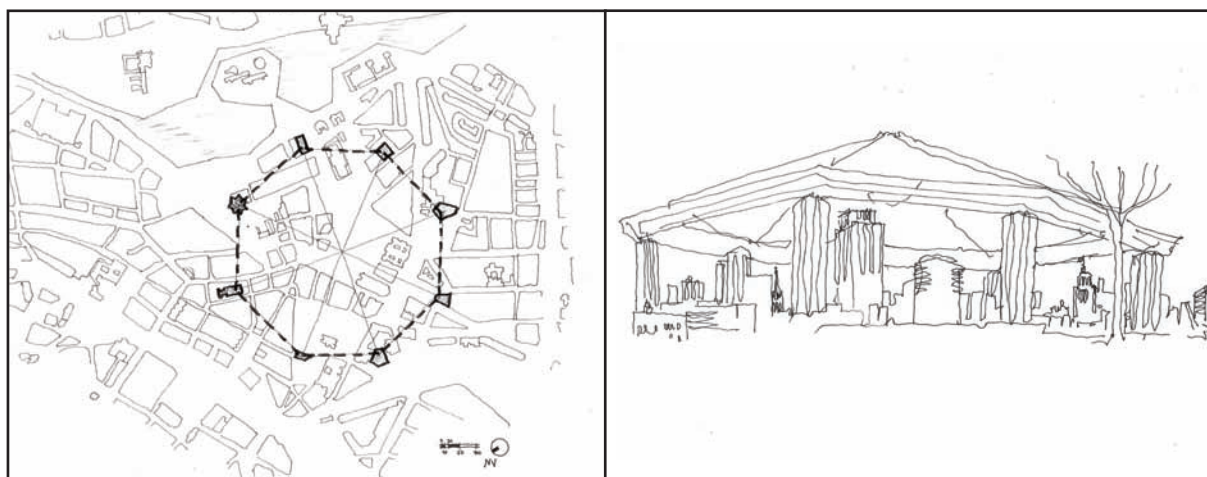


Fig. 54 - A-B Opção da cobertura de base octogonal – planta e perspectiva

A cobertura seria aproveitada para o estabelecimento de jardins; águas pluviais seriam armazenadas e um globo refletor manteria a claridade sob a grande tenda criada.

Outro caminho esboçado para o projeto foi o de cobrir o recinto central com um “domo”, associado às torres e com vegetação e aberturas ou apoiando-se diretamente no chão.



Fig. 55 - Vista do domo a partir do Anhangabau

Perpassa este processo de projeto a intenção de evidenciar o lugar central da colina inicial paulistana. Desde as primeiras intuições no que se refere à expressão que esse Centro deveria ter, há a intenção de explicitar a pirâmide que virtualmente já existe. A concentração de edifícios altos associados à colina faz pensar numa pirâmide inacabada, fragmentada.

Emprende-se um esforço no sentido de construir aquela colina como lugar de conquista da decisão, em função do programa que compõe representação política, universidade e religião, além de espécie de receptáculo humano que acalente e acomode a multidão que com ela convive e que por ela é representada, e que também promova uma restituição do *belvedere* em relação à Bacia do alto Tietê que continua latente.

Trata-se de um processo de projeto que parte do princípio de que o Centro será aliviado por uma recomposição dos fluxos e distribuição funcional de atividades centrais. Desafogado, a geomorfologia é recuperada e reforçada pela arquitetura com seu conjunto de edifícios para civilidade e permanência. A paisagem passa a ser celebrada na sua atual condição antropizada que explicita a vontade de permanência ali identificada.

Max Sorré, geógrafo de meados do século XX, diz encontrar “por todo lado essa aspiração dos grupos humanos pela estabilidade, pela duração, sem a qual não pode haver a humanização da paisagem terrestre.”⁶³

⁶³ SORRÉ, Max *Rencontres de la géographie et de la sociologie* Paris: Librairie Marcel Rivière et cie 1957 pág. 60

A concentração humana na macro-metrópole paulista tem sentido quando se compreende a condição estratégica da região onde se instala. Houve políticas que sufocaram o Centro velho e há atitudes que defendem uma pluricentralidade. Pode-se antever uma rede de Centros com características específicas, dentre os quais Centros instituídos por procedimentos tradicionais e diferenciados em relação à paisagem e centralidades funcionais, que compõe uma paisagem com fluxos e movimentações equilibradamente distribuídos.

A nova condição de Centralidade proposta recupera na colina inicial as funções administrativa e universitária, além de reforçar a religiosa e habitacional. Edifícios propostos para essas funções associam-se a edifícios existentes que têm funções correlatas ou que para elas são adaptados. O subsolo da colina é pensado como uma ligação entre estações, edifícios propostos e existentes, além de confirmar a idéia de um edifício colina.

O ensaio de projeto que se empreendeu na seqüência procurou uma indução mais sutil à idéia da pirâmide que passa a ser apreendida por suas arestas que são edifícios que se entremeiam aos existentes e por uma torre central cujo coroamento representa seu cume.

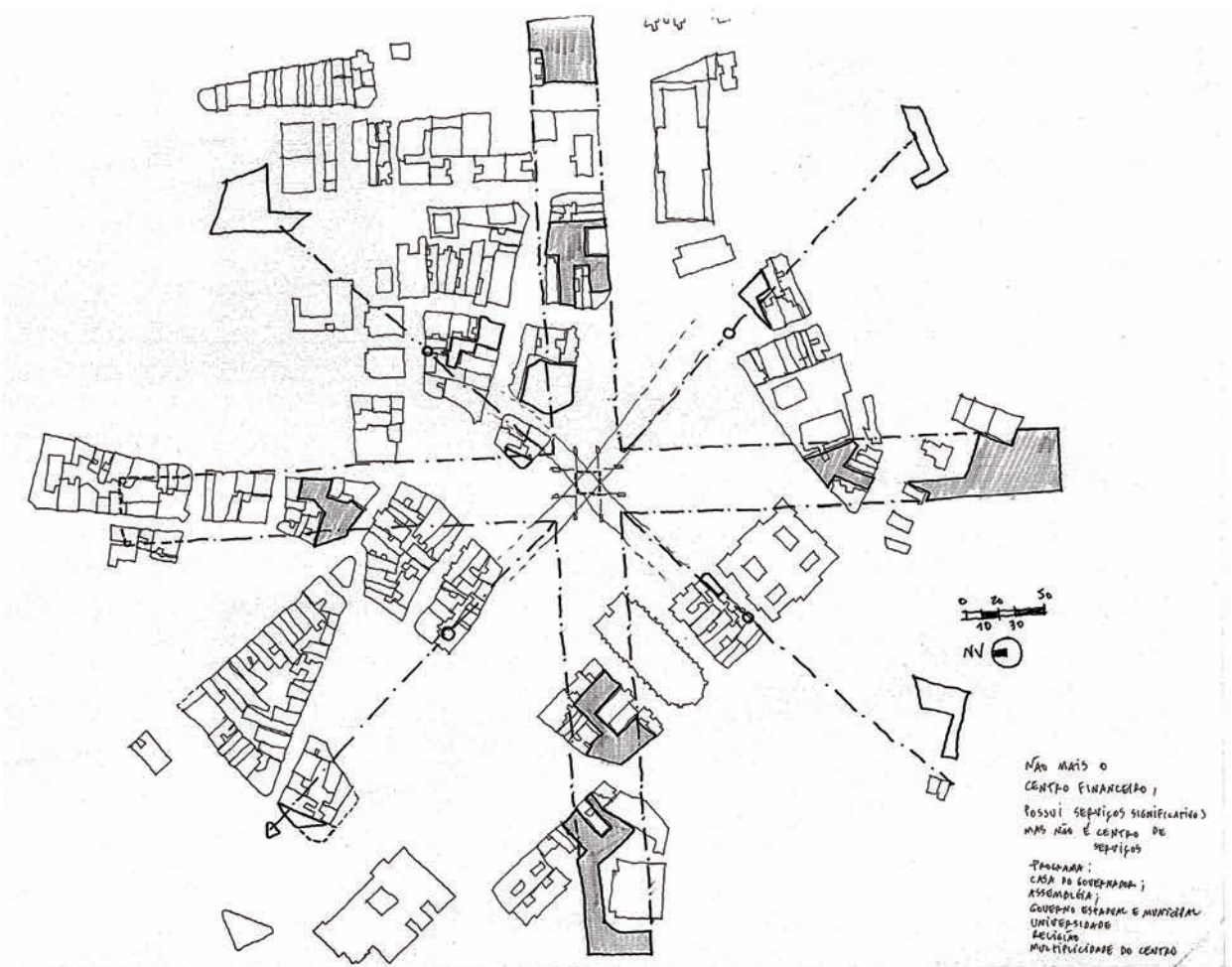


Fig. 56 - A Proposta 1

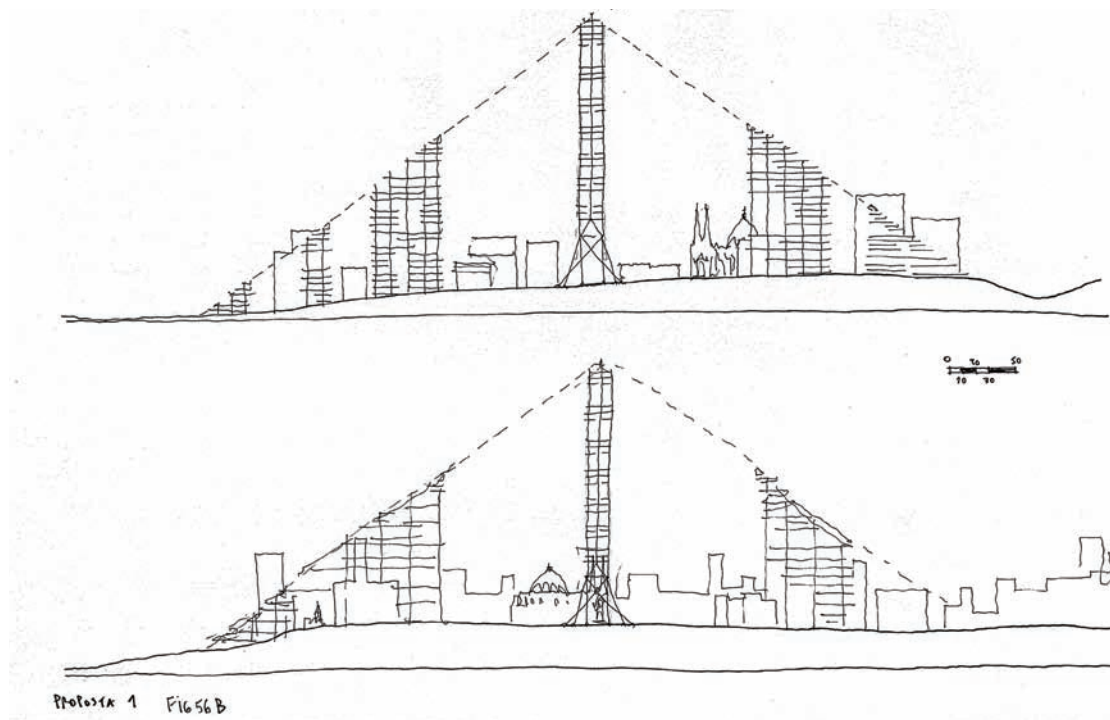


Fig. 56 - B Proposta 1

As fundações do edifício central necessariamente teriam que desviar dos túneis do metrô no subsolo. Essa torre central teria apoios afastados de seu eixo, buscando pontos que não comprometessem o que há no subterrâneo.

O programa dessa torre a configurou como um conjunto de ambientes de convivência, apreciação das vistas (*belvederes*), áreas de exposição (museu) e salas de atos a serem utilizadas pelo poder municipal, estadual e religioso.

As torres “arestas” encontram sua configuração em função das construções existentes e têm programas relacionados ao poder político, à universidade, à religião (espaços de contemplação, meditação, rituais e atividades relacionadas, apoio etc) e à habitação. O edifício Copan em São Paulo, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, e as Torres del Parque em Bogotá, projeto do arquiteto Rogelio Salmona, foram fontes de inspiração para essas torres que definem o recinto central.



**Fig. 57 - Torres del Parque,
projeto de Rogelio Salmona**

O estudo mais pormenorizado da estação da Sé do metrô fez com que se empreendesse uma revisão no desenho anterior e se imaginou então as fundações da torre central abaixo da cota das plataformas.

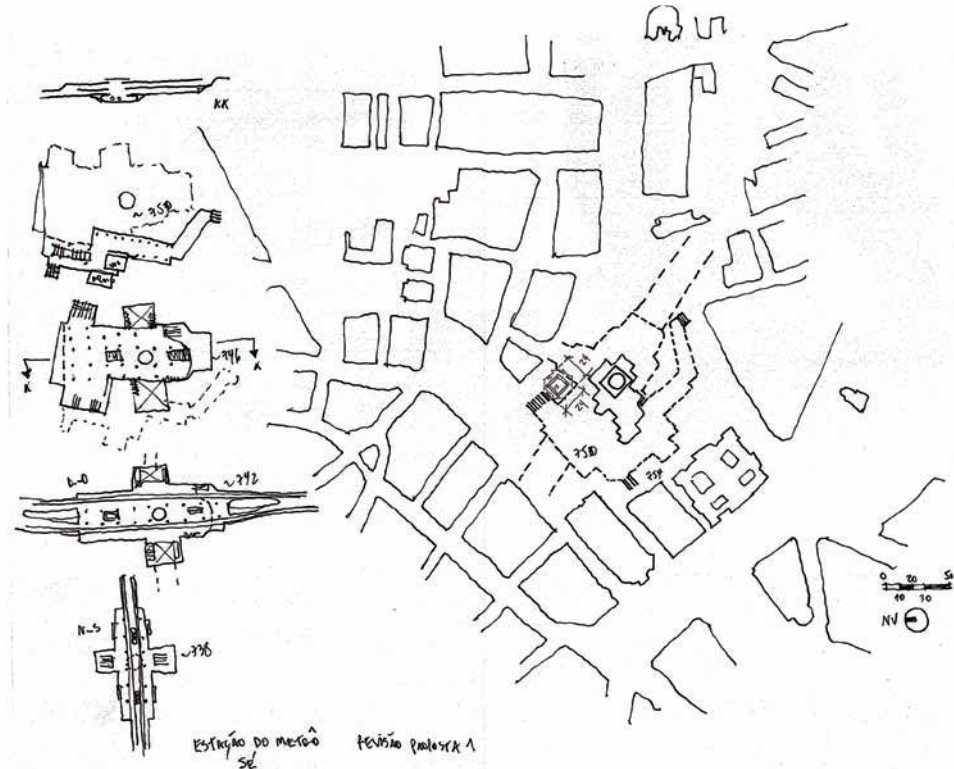


Fig. 58 - Estudos estação da Sé e proposta 2

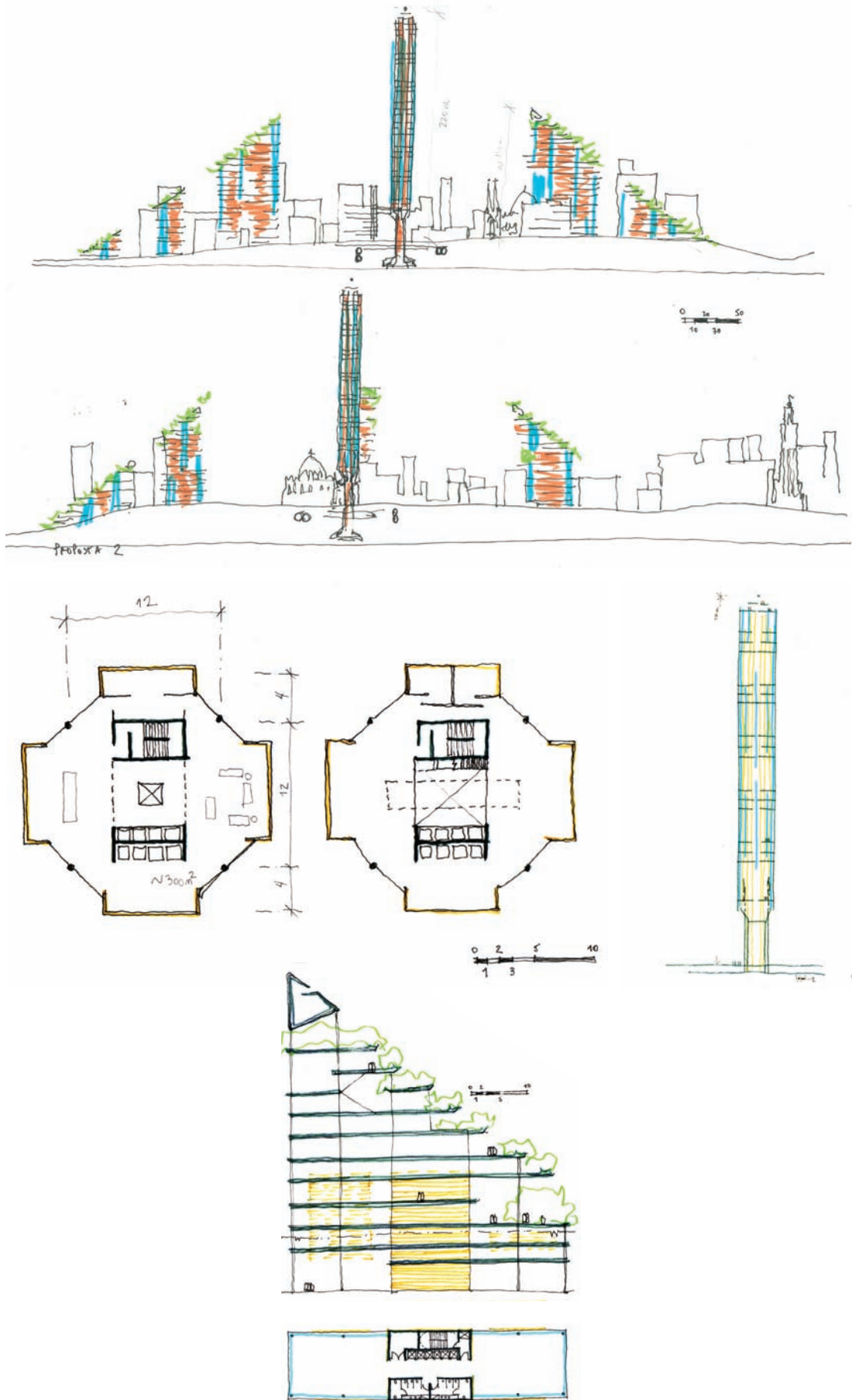


Fig. 58 - Estudos estação da Sé e proposta 2

Inquietações referentes à estabilidade da torre central fizeram com que se estudasse a possibilidade de amarrá-la às torres “arestas” por meio de cabos, algo que fez surgir a nova forma em que as linhas dos cabos completam a pirâmide pretendida e em que os edifícios passam a ter mais explicitamente um caráter de unidade e não mais a impressão de fragmentos justapostos. As coberturas dos edifícios “arestas” são rampas escaláveis (escadas e plataformas públicas permitem o movimento das multidões) e são recobertas de vegetação.

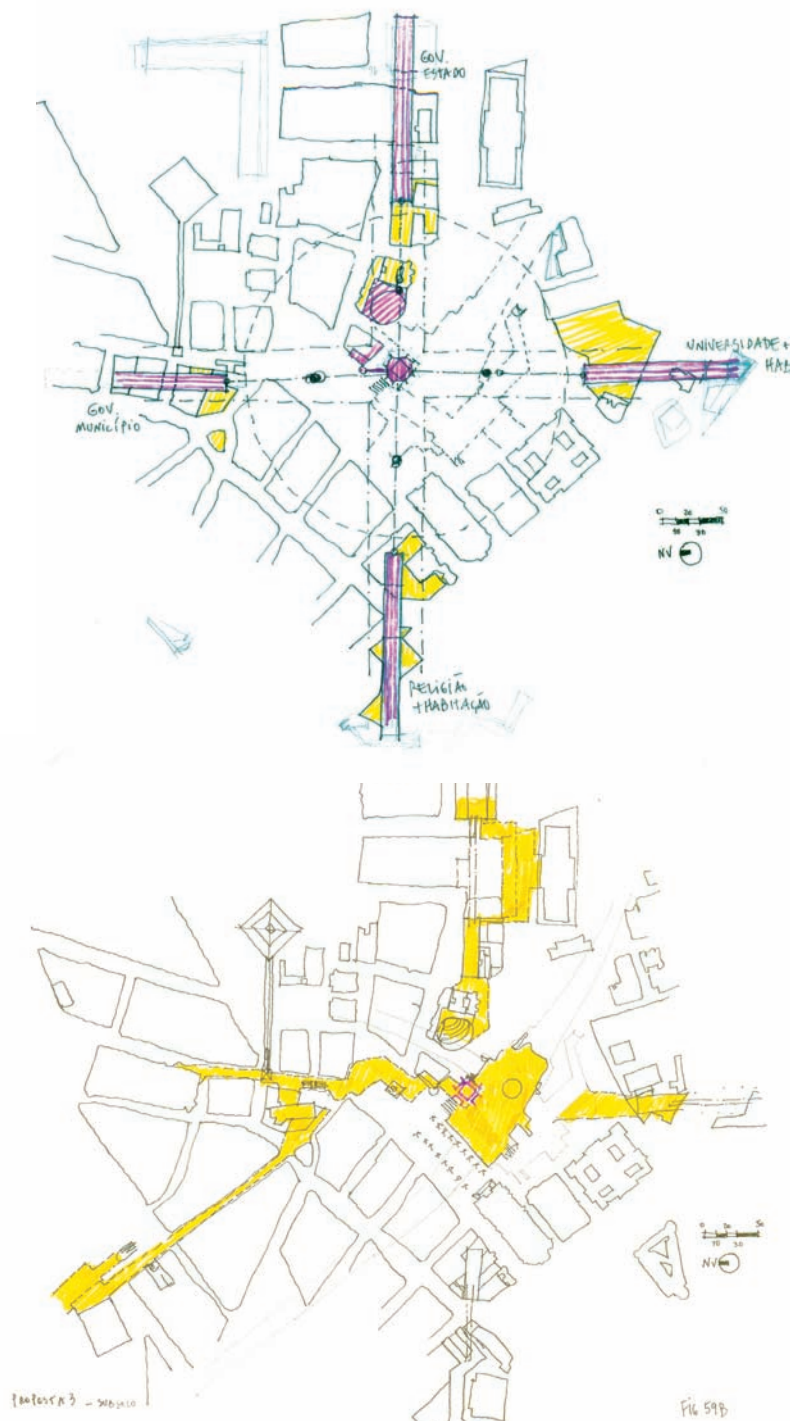


Fig. 59 - A-B proposta 3

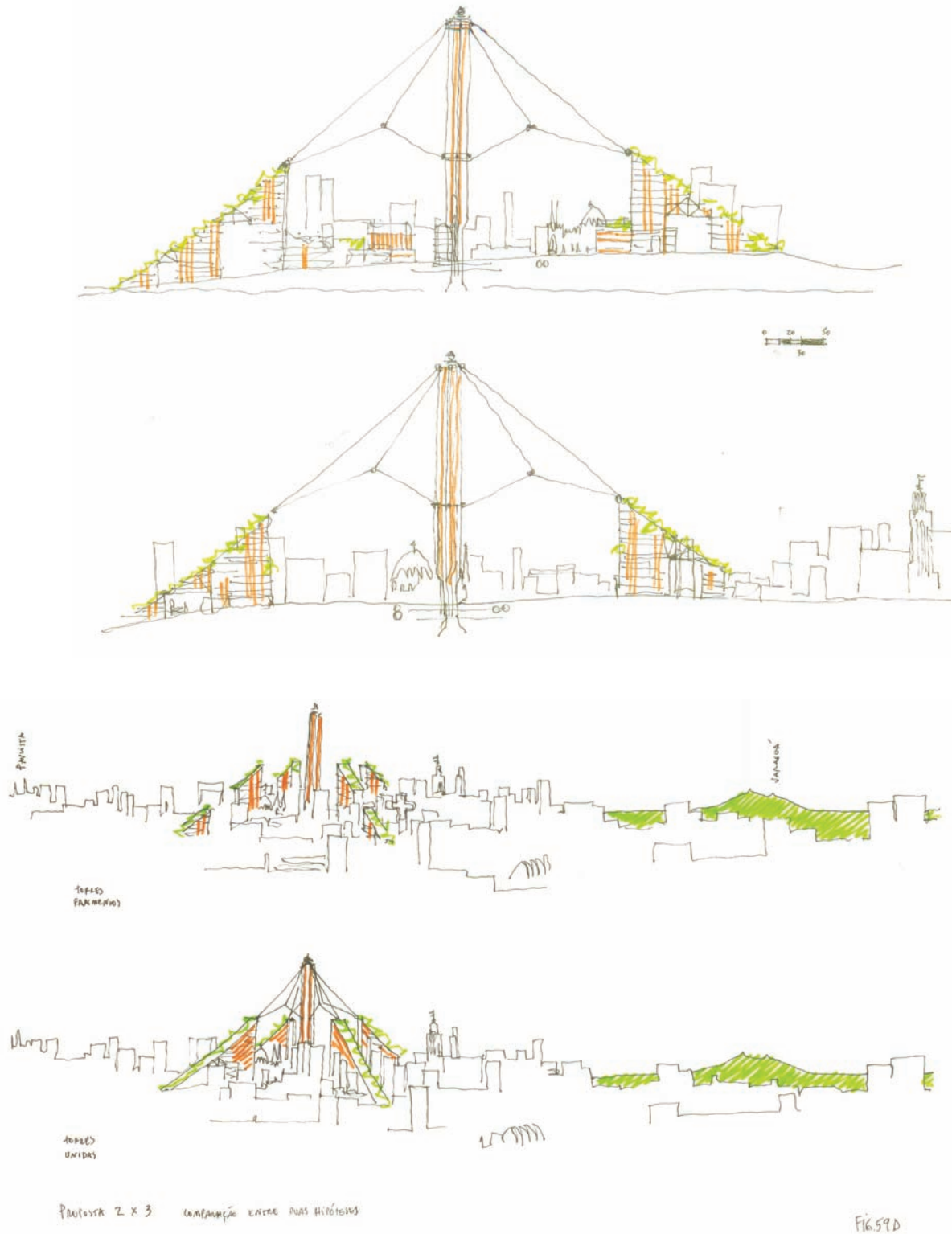


Fig. 59 - C-D proposta 3

Em função da eventual necessidade de uma maior rigidez do tronco da torre, imaginou-se algumas hipóteses para travar eventual flambagem que são apresentadas abaixo, mas que foram preteridas em função do desejo de o conjunto, que num certo sentido havia se desmaterializado desde as primeiras intuições de projeto, obtivesse um aspecto mais sutil.

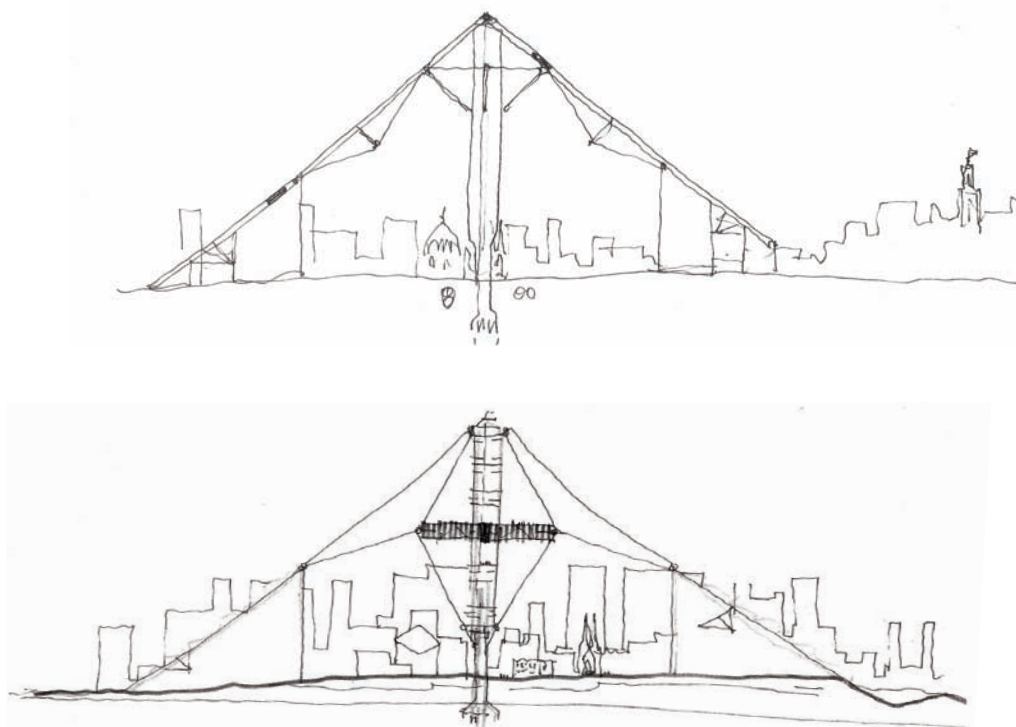


Fig. 60 - A e B hipóteses de travamento

O último estágio da proposta recupera os apoios distantes do eixo da torre central, cujo fuste se tornou mais grosso para melhor abrigar os usos pretendidos, promovendo também uma recomposição essencial da Praça da Sé, que passa a ter rampas “colinas” que servem de acessos a *belvederes* e a setores dos novos edifícios do conjunto.



Fig. 61 - A proposição no estágio final

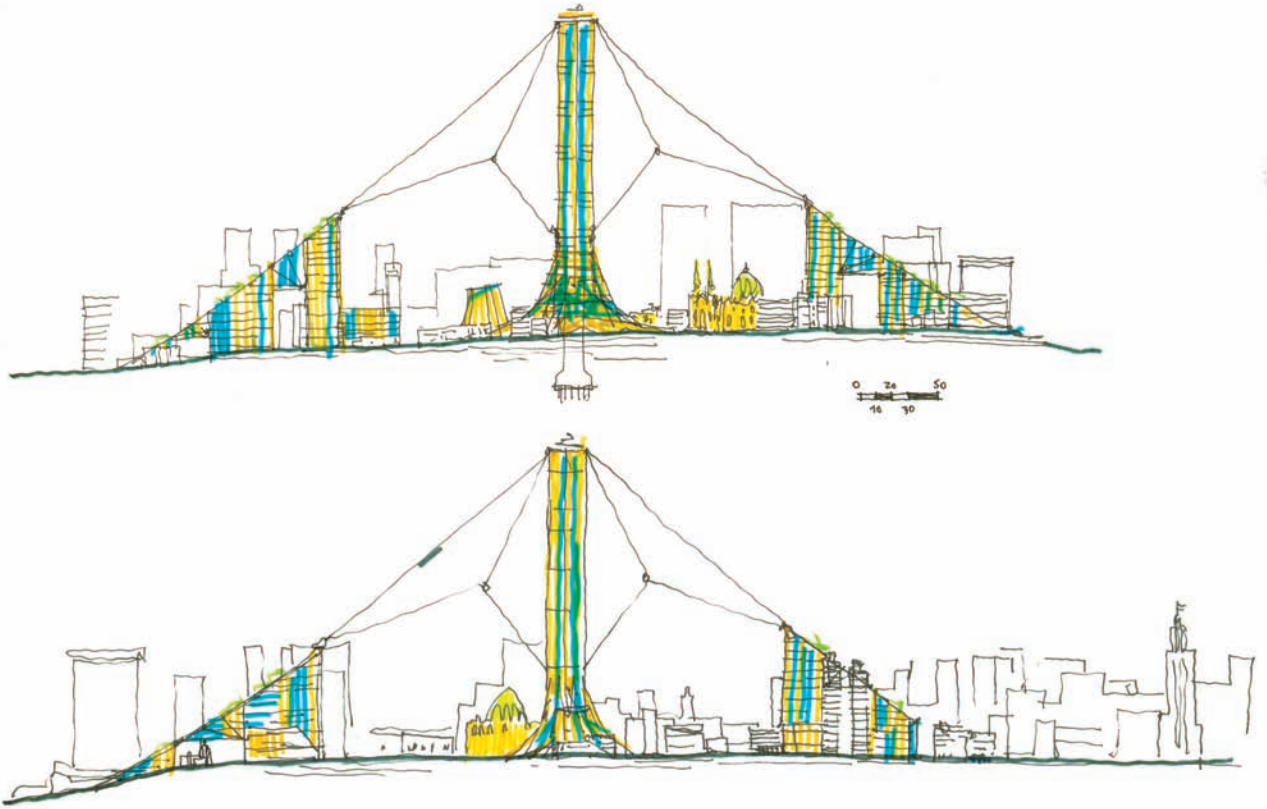


Fig. 61B

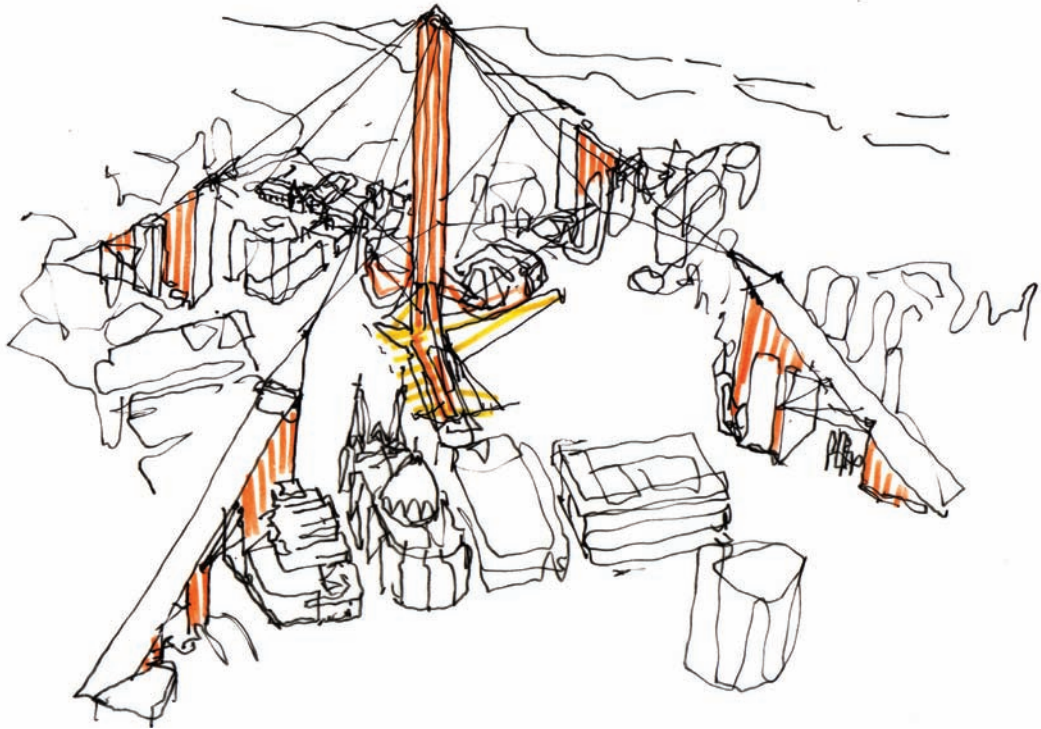


Fig. 61 - B-C proposição no estágio final

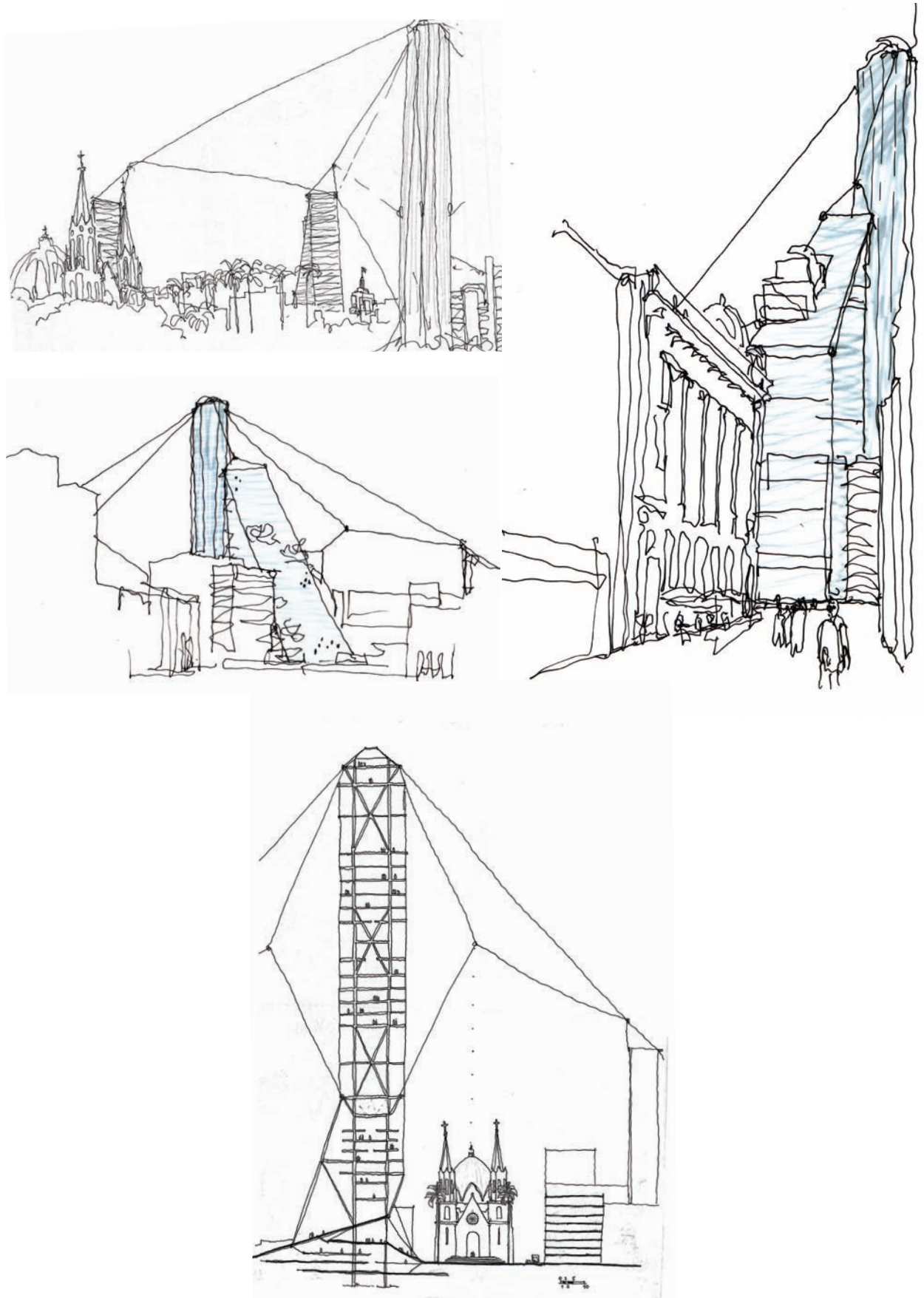


Fig. 61 - D-G proposição no estágio final

O fuste da torre é reforçado internamente, reduzindo eventual necessidade de uma profusão de cabos, que passam apenas a evitar grandes movimentações do topo daquela e para os quais há a hipótese de servirem de apoio para o deslocamento de bondes elevadores.

Metodologicamente não interessava com esse processo de projeto, reiterar o objeto criado – edifícios que explicitam a Centralidade – mostrando sua concretude última, uma vez que esta já estava contida na discussão dos elementos construtivos propostos e da formulação do seu conjunto como possibilidade de construção, sendo mais importante e significativo o registro dessa possibilidade concreta para se emular o desenvolvimento e enriquecimento das diretrizes encontradas.

Por isso então os registros são feitos com croquis, com toda a inteligência envolvida, deixando-se para uma fase posterior, em que haja uma decisão, a sua consecução.

O processo de projeto é assim exposto no sentido de discutir os elementos essenciais na configuração do novo Centro, num projeto que será necessariamente coletivo e dinâmico. A configuração obtida é, por assim dizer, acidental e episódica. Nos caminhos percorridos há a contribuição na busca de diretrizes para a nova condição do Centro velho que se atualiza.

Trata-se de um exercício de imaginação em que a visão de uma forma nova para o Centro velho conduz uma inteligência, um raciocínio, num procedimento que podemos comparar à busca de uma base conceitual para a leitura da realidade que se percebe em Ortega y Gasset em seu livro *La rebelion de las masas*⁶⁴:

La pura verdad es que en el mundo pasan en todo instante, y, por tanto, ahora, infinidad de cosas. La pretensión de decir qué es lo que ahora pasa en el mundo ha de entenderse, pues, como ironizándose a si misma. Mas por lo mismo que es imposible conocer directamente la plenitud de lo real, no tenemos más remedio que construir arbitrariamente una realidad, suponer que las cosas son de una cierta manera. Esto nos proporciona un esquema, es decir, un concepto o enrejado de conceptos. Con él, como al través de una cuadrícula, miramos luego la efectiva realidad, y entonces, solo entonces, conseguimos una visión aproximada de ella. En esto consiste el método científico. Mas aún: en esto consiste todo uso del intelecto. (ORTEGA Y GASSET, 1984, p.148)

Através do processo de projeto, cria-se uma realidade imaginária que permite discutir a possibilidade de transformação e suas diretrizes, e que serve, assim, de instrumento analítico que necessariamente ultrapassa a análise por que é uma recomposição e não uma fixação do objeto pré-existente.

⁶⁴ ORTEGA Y GASSET, *José La rebelion de las masas* Madrid: Alianza Editorial, 1984

Capítulo VI

O desenho do novo Centro

“La vida es primeramente um conjunto de problemas esenciales a que el hombre responde com un conjunto de soluciones: la cultura”

Ortega y Gasset ⁶⁵

“[...] Cada cual – individuo o pequeño grupo – ocupaba um sitio, tal vez el suyo, en el campo, en la aldea, en la villa, en el bairro de la gran ciudad.

Ahora, de pronto, aparecen bajo la especie de aglomeración, y nuestros ojos vem dondequiera muchedumbres. ¿Dondequiera? No, no; precisamente en los lugares mejores, creación relativamente refinada de la cultura humana, reservados antes a grupos menores, en definitiva, a minorias”

Ortega y Gasset ⁶⁶

A nova forma do Centro velho pretende ser um gesto de reordenamento em função de possibilidades latentes. É acompanhado da recomposição de outros pontos estratégicos como a área da sede da Subprefeitura da Moóca e o eixo dedicado à Independência no Ipiranga, centralidades como Pari, Armênia, Brás, entre outros, para que sirvam de balizamento num plano para transformação do vale do Tamanduateí na *Nova São Paulo*.

O Centro da Polis e a rede de centralidades são, pois, referências para a paisagem recriada a partir de uma recomposição da justaposição de espaços urbanos produzidos pela multidão que afluí para São Paulo desde especialmente o fim do século XIX. Procedimento que está na base das diretrizes pretendidas para a região central paulistana e que se expande para a consideração de transformações no município, na Bacia do alto Tietê e na macro-metrópole.

Segundo Leonardo da Vinci, o projeto é uma elaboração intelectual e, portanto, uma discussão da possibilidade das coisas. Exclusivamente analítica, uma discussão sufoca o objeto de estudos. O mecanismo do projeto, no entanto, sempre ultrapassa a decomposição analítica já que traz uma recomposição da realidade, por assim dizer, encontrada. Neste sentido, a colina onde São Paulo se instalou originalmente, atualmente chamada Centro velho, foi objeto de uma investigação prospectiva.

⁶⁵ ORTEGA Y GASSET, José Notas de andar y ver Madrid: Alianza Editorial 1988 pág.176

⁶⁶ ORTEGA Y GASSET, José La rebelion de las masas Madrid: Alianza Editorial 1984 pág.47

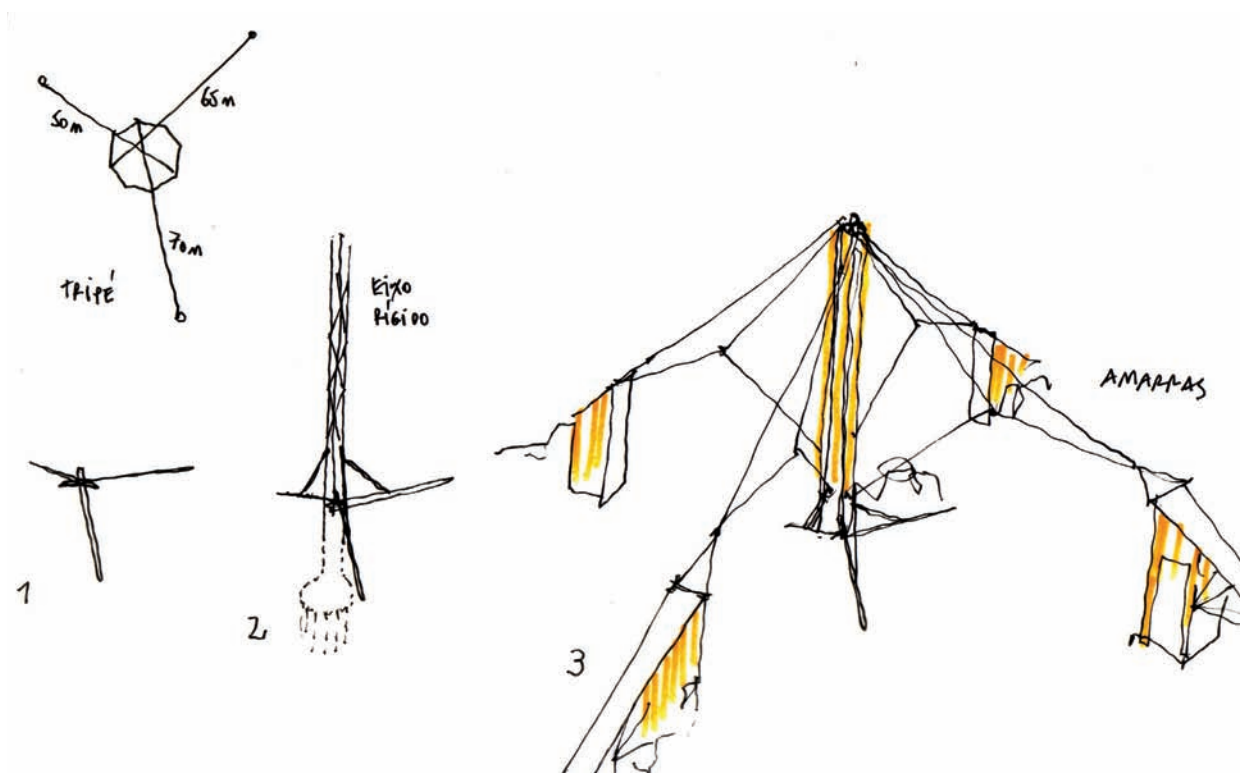


Fig. 62 - Esquema estrutural da torre central

Nesse projeto para a colina central, pareceu necessário adotar uma postura surpreendente, para ultrapassar a fixação no objeto construído como a razão e ser de tudo o que foi pensado.

Tratava-se de uma espécie de libertação operacional.

Entre os elementos essenciais que se imagina ter encontrado no processo de projeto, está principalmente a perspectiva de que há um *Ser em si mesmo* que se deve explicitar no Centro paulistano. Também a perspectiva de que a transformação deve ser no sentido de agregar todos os elementos existentes e simultaneamente permitir uma grande permeabilidade.

Para sua atualização, deve encontrar-se, também, uma forma que permita visões a partir de muitos ângulos – de baixo, de cima, de longe, de perto etc - numa condição monumental.

O processo aqui apresentado é uma busca da expressão do Centro ali latente e essa intenção é maior que o próprio objeto atingido como projeto.

O projeto é entendido aqui como um instrumento de conhecimento. A configuração atingida na representação aqui exposta é gesto intermediário necessário para a realização de uma criação coletiva. São os habitantes e usuários do conjunto construído os responsáveis por sua configuração. Do existente e do que se propõe, vão decidir o que deve ficar.

No processo de conhecimento, entra em jogo a consciência, “fluxo temporal de vivências e cuja

peculiaridade é a *imanência* e a capacidade de outorgar *significado* às coisas exteriores”⁶⁷. Explicação sobre o pensamento de Husserl, a introdução do fascículo sobre ele da série *Os pensadores* avança a partir da definição acima ao descrever a estrutura da consciência como uma intencionalidade (atividade) constituída por atos (*noesis*) e aquilo que é visado pelos mesmos (*noemas*).

Num nível transcendental, os atos são constituintes (ativos) já que são as próprias significações ideais. Na descrição dos atos intencionais da consciência e da essência que eles visam, distingue-se “regiões” do ser: cada região é a ligação ato-correlato intencional. Sendo atos, por exemplo, “percepção, imaginação, especulação, volição, paixão etc”⁶⁸ e, a cada binômio percepção-percebido, imaginação-imaginado etc, corresponde uma região a ser considerada na consciência e, nesse sentido, o dado sensível é apresentado, por assim dizer, como dado concreto.

“As coisas, segundo Husserl, caracterizam-se pelo seu perspectivismo, pelo seu inacabamento, pela possibilidade de sempre serem visadas por *noesis* novas que as enriquecem e as modificam”. Contrários a elas, “as idéias ou conceitos [...] caracterizam-se por seu aspecto globalizador, total e acabado”⁶⁹.

Segundo o mesmo texto, para Husserl é unicamente a subjetividade transcendental (que estabelece intersubjetividade no sentido da conexão ato-essência visada) que possui um sentido absoluto, que é sedimentado e retomado como significação pela Cultura, ao passo que o mundo real é relativo àquela subjetividade.

O processo prospectivo representado pelo projeto pode, nesse sentido, ser considerado uma região do ser quando há uma aproximação da subjetividade consciente e aquilo que se projeta.

A imaginação é um ato que constrói e seu fruto, que tem em si a intenção do ato inicial, é uma face do objeto (ou coisa) que a despertou.

O real é, assim, atualizado (ou enriquecido e modificado) pela intencionalidade e seu reflexo. Já que as coisas são mutáveis, a visão prospectiva sobre elas é menos importante que a possibilidade de resignificá-las continuamente.

Como nos dizeres que têm se tornado cada vez mais constantes nos depoimentos do arquiteto Oscar Niemeyer, “o importante não é a arquitetura, mas a vida”. Entrega-se, pois, à coletividade, esse processo que resultou num objeto que não se ressentia da necessidade de um movimento no sentido de suprimi-lo, fazê-lo desaparecer, *effacer* a materialidade imaginada, já que a conquista está no movimento produzido para atingi-lo como expressão de Centralidade e não na sua manutenção, que fica a cargo da dinâmica da produção do espaço social da cidade.

⁶⁷ CHAUI, Marilena S. (consultora) prefácio de *Husserl, Edmund Investigações lógicas: sexta investigação: elementos de uma elucidación fenomenológica do conhecimento*; seleção e tradução Zeljko Loparic e Andréa M. A. de Campos Loparic, São Paulo: Abril Cultural, 1980 pág.vii

⁶⁸ Ibid. pág. viii

⁶⁹ Ibid. pág. xii

O processo de projeto até aqui exposto é uma busca de princípios para o reordenamento de um território relativamente amplo, a macro-metrópole paulista com suas paisagens diversas, a partir da consideração de sua constelação de Centros. Centros com uma espécie de hierarquia e numa rede que os articula.

Um reordenamento do território a partir de um gesto de arquitetura e urbanismo que se pode considerar emblemático no caso brasileiro é a instituição de Brasília e desta experiência podemos retirar lições importantes.

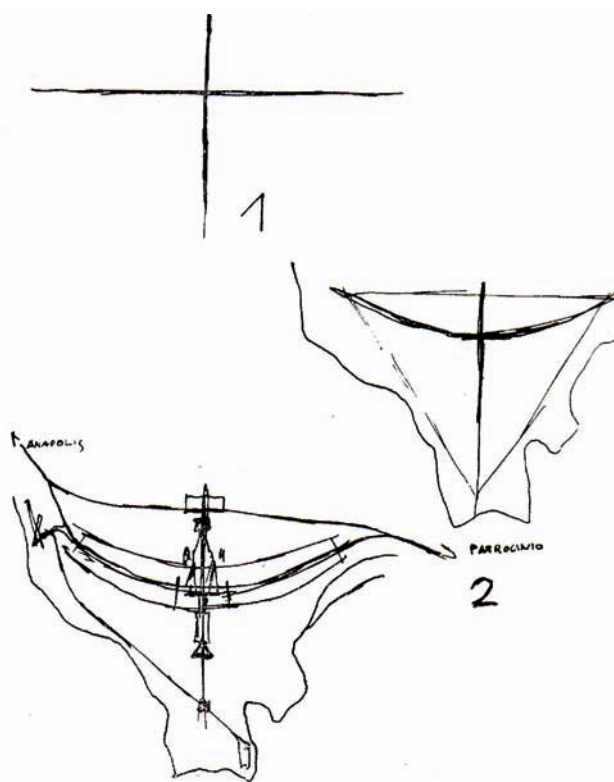


Fig. 63 - Imagem do gesto inaugural do projeto de Brasília

A leitura do memorial do projeto vencedor para a nova capital deixa perceber a intenção do gesto de instituição de um Centro, eco dos procedimentos de fundação das cidades romanas, a partir dos eixos que se cruzam na rodoviária/ área comercial e de serviços e equipamentos. Cidade pensada para abrigar um número restrito de habitantes, Brasília foi logo associada a uma rede de cidades satélites criadas para servir de residência para os operários de baixa qualificação da empreitada. Momento paradoxal em que há um planejamento na escala do país no reordenamento estratégico da distribuição da sua ocupação humana e um desenho urbano sofisticado para as superquadras – módulo de conjunto de edifícios com a escala local de vizinhança, mas uma desconsideração do planejamento da escala intermediária, algo que fez com que o Plano Piloto em relativamente pouco tempo passasse a ser quase isolado e sufocado por uma ocupação circundante não controlada.

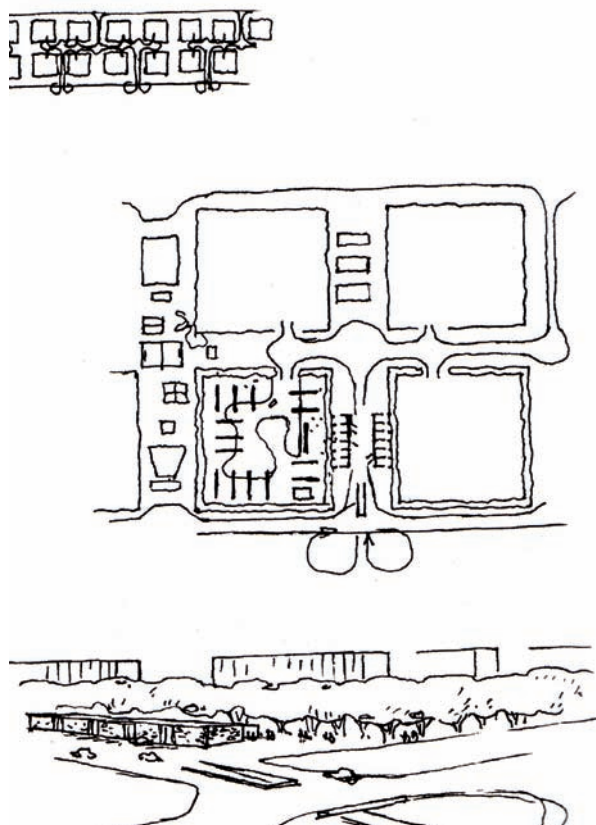


Fig 64 - Esquemas propostos para superquadras e fluxos de acessos

O desenho urbano no Plano Piloto aponta para um ambiente descongestionado. Há ali a perspectiva de uma cidade num parque e, ainda que Centro da Nação, um Centro de certa maneira dilatado e relativamente pouco denso.

Houve, curiosamente, na postura de Lúcio Costa, a defesa de uma coordenação flexível desse novo padrão estabelecido para a Capital. Há arranjos potenciais e princípios gerais a partir dos quais se estabelece o espaço construído.

O eixo monumental pode ser entendido como uma linha de Centros – a Praça dos Três Poderes, a Rodoviária e a Torre das Comunicações – e também como um Centro em linha que de certa maneira unifica os conjuntos construídos e edifícios emblemáticos acima referidos.

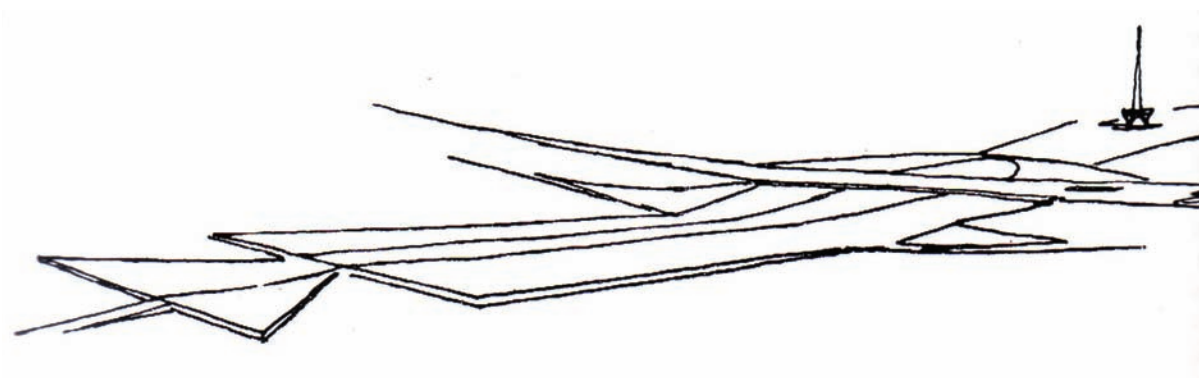


Fig. 65 - Imagem eixo monumental

A Praça dos Três Poderes é também um Centro deslocado do centro geométrico representado pela Rodoviária, ainda que simbolicamente o Centro político mais importante da Nação.

Na cidade romana, era no cruzamento dos eixos (*Cardus* e *Decumanus*) que estava o Forum. Em Brasília, por assim dizer, o Forum se espalha ao longo de um dos eixos formadores.

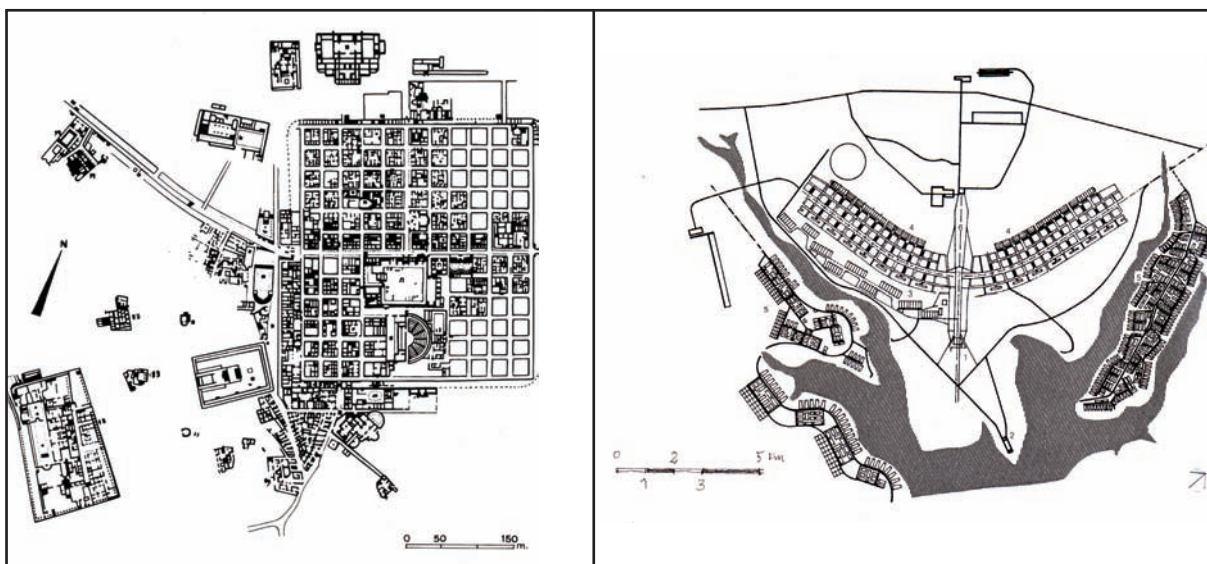


Fig. 66 - A-B Comparação Timgad e Brasília

Na comparação entre a cidade romana e a nova capital brasileira, percebe-se a condição arejada (descentralizada, no senso comum) do desenho modernista que vinha sendo gestado no Brasil desde o início do século XX.

As cidades satélites representam uma resposta possível face à idéia de uma limitação para uma aglomeração humana, que pode crescer não por adição de novas áreas contíguas, mas por uma reprodução de cidades algo independentes e, sobretudo, afastadas e não conurbadas, ainda que conectadas e nas imediações da cidade inicial. Em Brasília, o Núcleo Bandeirante de certa maneira se antecipa ao Plano Piloto e as demais chamadas cidades satélites são espécies de emendas desenvolvidas numa dinâmica não planejada que contradiz a atitude em relação ao Centro Administrativo. Não podem ser vistas, portanto, como parte de um plano prévio de cidades associadas, descrito acima como um princípio do conceito de cidades satélites.

Podemos estabelecer algumas comparações do processo de instituição de Brasília com o desenvolvimento da ocupação da macro-metrópole paulista ainda que nesta última o Centro paulistano tenha recebido tratamento diverso no Plano de Avenidas de Prestes Maia e seus corolários.

No lugar de Centro não congestionado, o esquema adotado por Prestes Maia sufoca o Centro velho quando o reforça como nó de entroncamento de vias expressas e induz à valorização de seus terrenos e conseqüente verticalização.

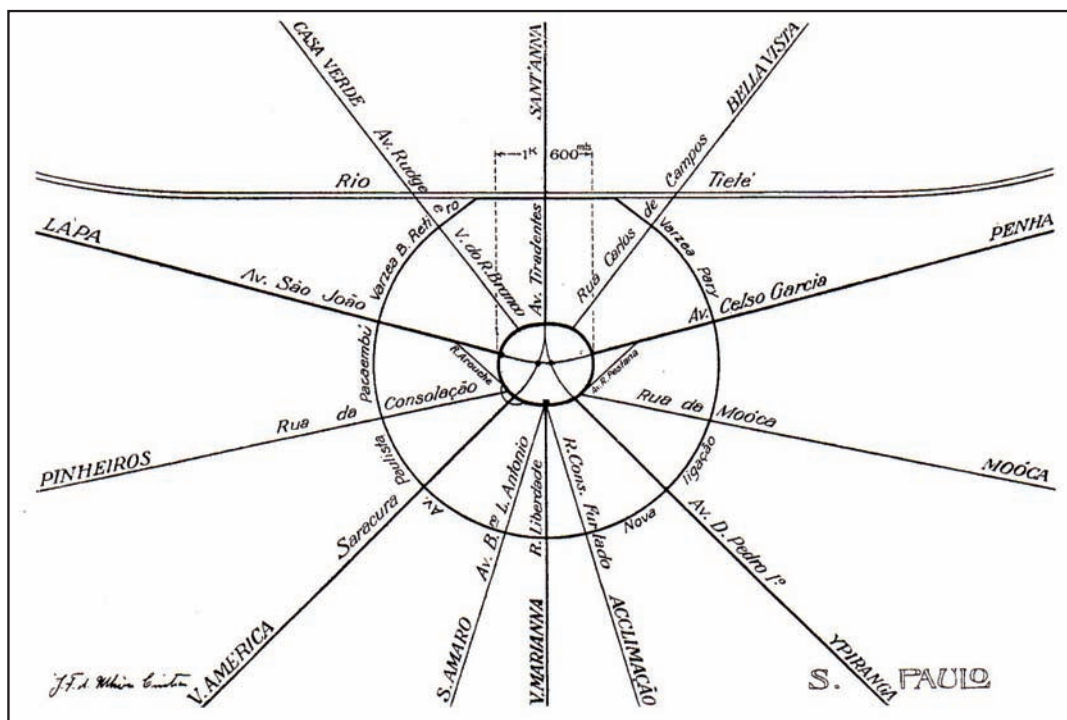


Fig. 67 - Imagem defendida por Ulhoa Cintra que foi base para o esquema do Plano de Avenidas de Prestes Maia

A perspectiva de uma rede de centralidades associadas não existe no Plano de Avenidas. Ao enfatizar o automóvel e sua circulação, descuida-se da escala local na cidade como um todo, que passa a ser rasgada por superestruturas numa escala ampliada. Há um esartejamento da cidade sem uma contrapartida no sentido de se trabalhar a transição entre as superestruturas e a escala local com centralidades de equipamentos e serviços nos bairros.

O sistema de aldeamentos jesuíticos original na Bacia do alto Tietê, uma rede de Centros associados que se pode comparar com o esquema conceitual ideal das cidades satélites, foi suplantado por uma estrutura que enfatizava excessivamente os bairros centrais paulistanos ainda que contivesse em seus desenhos de divulgação a defesa de edifícios administrativos no Centro velho e que ali mantinham o sentido de Centro político que foi a partir de então gradualmente abandonado.



Fig. 68 - Proposta de Centro Político e Religioso junto à Catedral da Sé, por Prestes Maia

A lição de Brasília se dá no sentido de defender um Centro não congestionado e aponta para a necessidade de não se esquecer das escalas intermediárias que também foram desconsideradas nos princípios gerais da linha de transformação urbana em São Paulo, cuja imagem emblemática ainda é o Plano de Avenidas.

Em função do que tem sido exposto se estabelece a diretriz de reforçar uma rede de centralidades e propor uma zona central paulistana com tipologias diversas de desenho urbano em que a idéia de descongestionamento esteja presente e associada à perspectiva de valorização de lugares diferenciados centrais em atitudes de projeto que explicitem a paisagem onde se encontram.

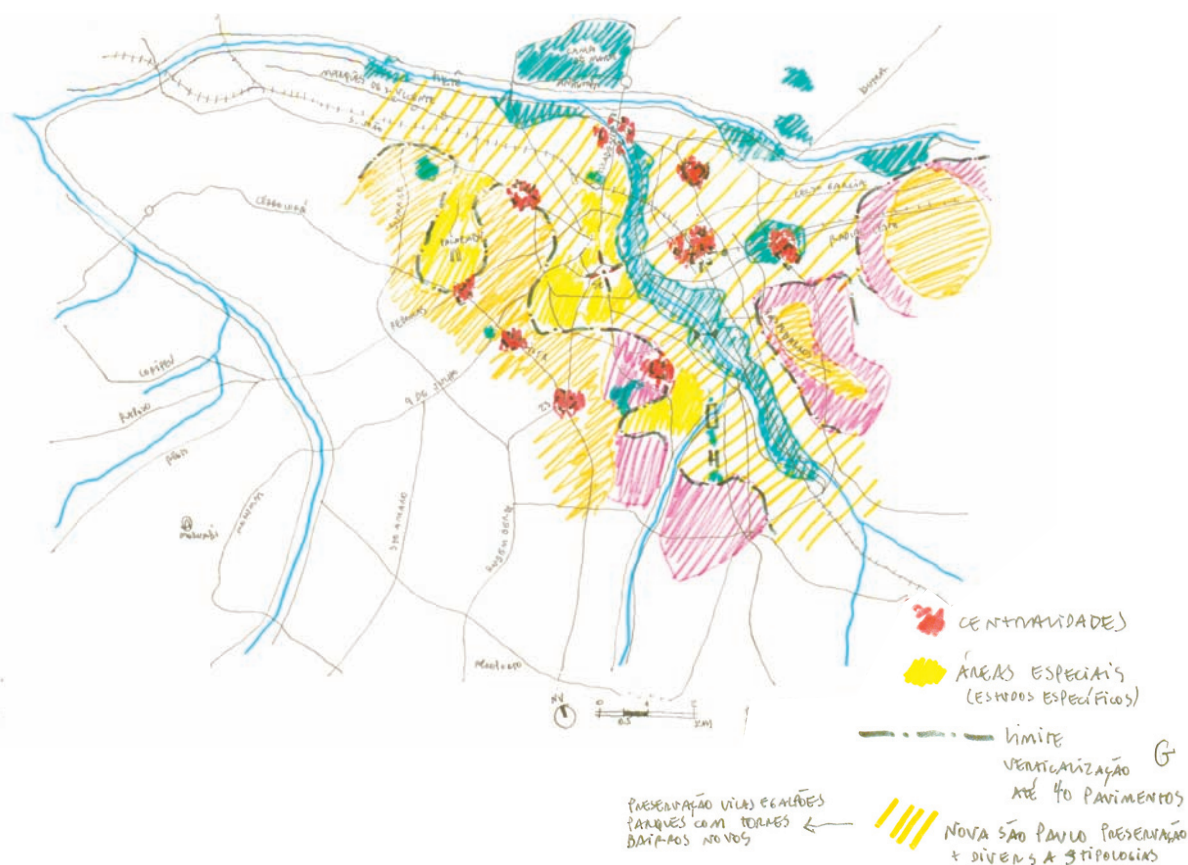


Fig. 69 - Base para reordenamento do vale do Tamanduateí como nova São Paulo

O Centro velho de São Paulo é reativado como Centro da Polis, atualizado através da arquitetura que explicita sua condição de Centro tradicional, mas não é sufocado já que parte integrante de uma rede de Centros e centralidades associadas na escala da cidade, da metrópole e da macro-metrópole. Há um conjunto de Centros assentado numa região que é o vale do Tamanduateí, que se defende que seja entendido como uma zona central.

Essa região, que se pretende transformar na *nova São Paulo*, não é visualizada com gabarito e tipologia únicos, mas com uma diversidade de desenhos ainda que articulados por caminhos e pontos de referência nos Centros e centralidades. Alguns exemplos de desenho urbano já propostos e praticados podem servir de guia no plano para o vale em questão, possibilidade que se pretendeu demonstrar através da base inicial abaixo esboçada.



Fig. 70 - Desenho inicial para a Nova São Paulo no vale do Tamanduateí

Na proposta para o Centro de Santiago do Chile, por exemplo, realizado pela Escola de Arquitetura da *Pontifícia Universidad Católica de Chile* de Santiago entre 1978 e 1979, com uma equipe coordenada por Imre Halasz, há princípios interessantes de separação do trânsito de pedestres e de veículos e um esquema organizador das quadras que pode inspirar a estrutura geral da reorganização pretendida. A partir desses esquemas organizadores das quadras, há ensaios de aplicação em quadras existentes, onde uma flexibilidade necessária é praticada.

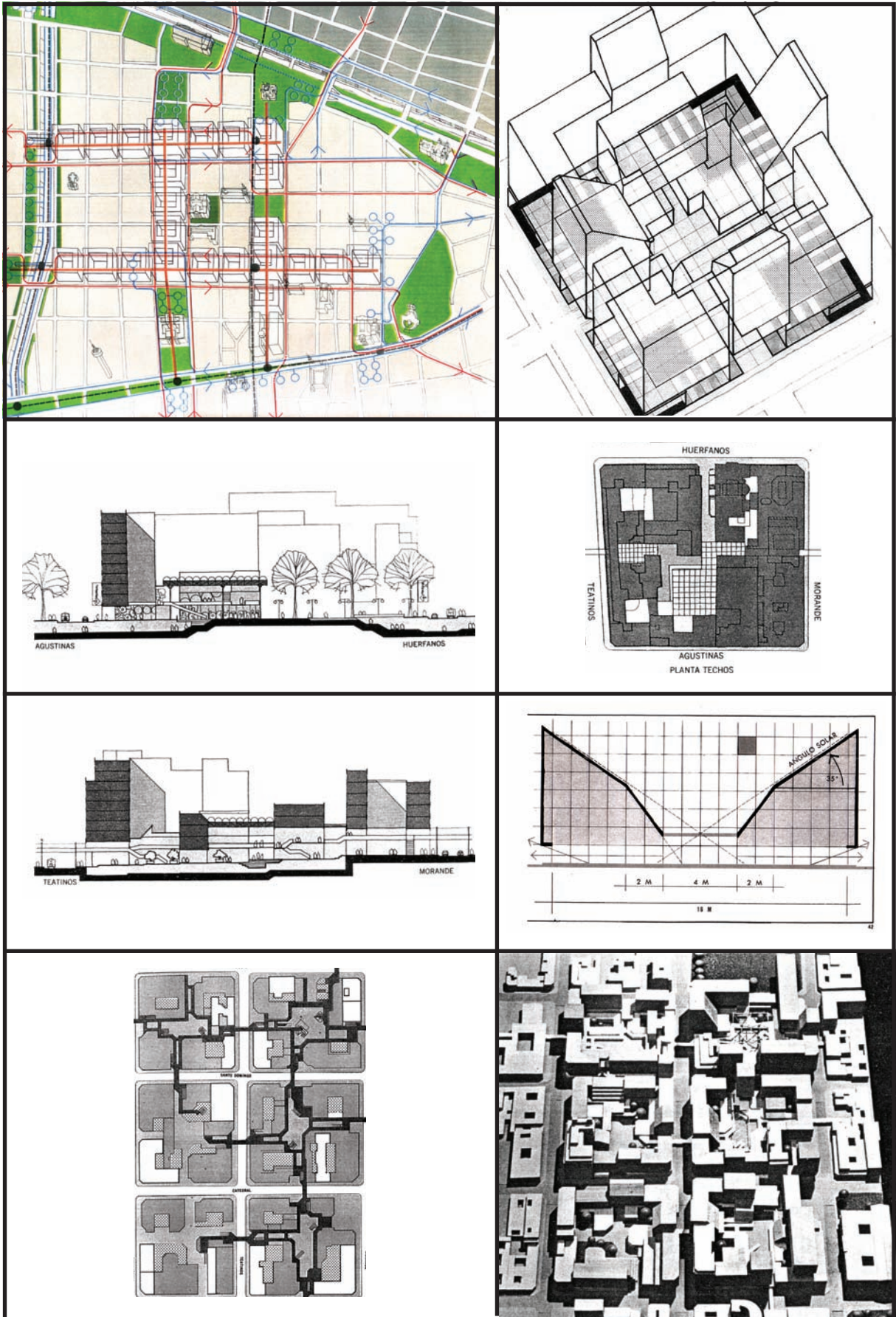


Fig. 71 - A-G Plantas e Modelos com simulação do sistema proposto em Santiago

A escala da pretendida *Nova São Paulo* é outra mas a proposição de quadras articuladoras do conjunto e a ênfase na circulação dos pedestres podem ser adotados no vale do Tamanduateí, onde podemos estabelecer, a partir dos Centros e centralidades, uma rede de fluxos de pedestres a ser implantada gradativamente e sendo estudada na escala local em função de edifícios existentes e peculiaridades.

Também no projeto Urban Design Manhattan, da Regional Plan Association, realizado para Nova Iorque em 1969, há princípios importantes que podem ser aplicados em algumas centralidades e de certa maneira já esboçados no projeto para o Centro velho aqui desenvolvido. Princípios que apontam para o estabelecimento de “clusters” de edifícios comerciais, recintos urbanos que evocam pátios na escala da grande cidade, onde acaba por ocorrer uma potencialização dos movimentos horizontais e verticais, como é exemplificado na simulação ao longo da rua 42 na metrópole norte americana.

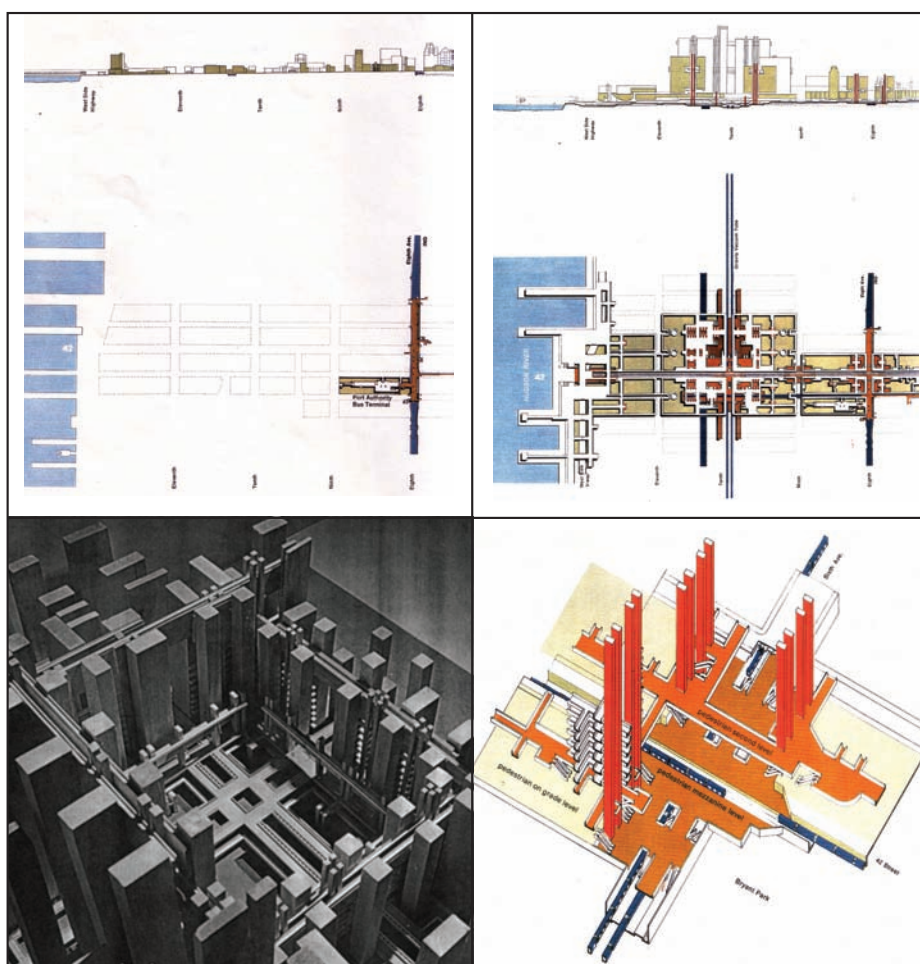


Fig. 72 - A-D Imagens proposta para Nova Iorque

Na proposta para Ho Shi Min no Vietnam, a equipe Koetter, Kim & Associates desenvolve em 1994 um projeto em que há grande diversidade de tipologias para quadras em função do caráter pretendido para cada uma delas – mais local em um setor, mais central e articuladora em outro, esta proposta resulta num desenho com uma flexibilidade interessante.

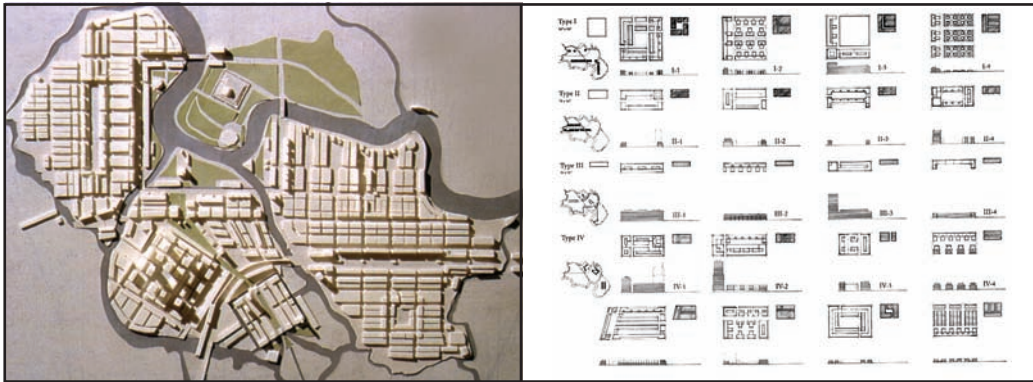


Fig.73 - A-B Proposta para Ho Chi Min, 1994

Articulação de caminhos de pedestres através do interior das quadras, existência de recintos tipo pátio com serviços e comércio nas centralidades, plano que estabelece setores de caráter múltiplo, permitindo várias formas de urbanidade justapostas. Esses são princípios gerais defendidos num plano para a *Nova São Paulo* no vale do Tamanduateí, onde há um patrimônio a ser preservado e uma rede hídrica a ser valorizada.

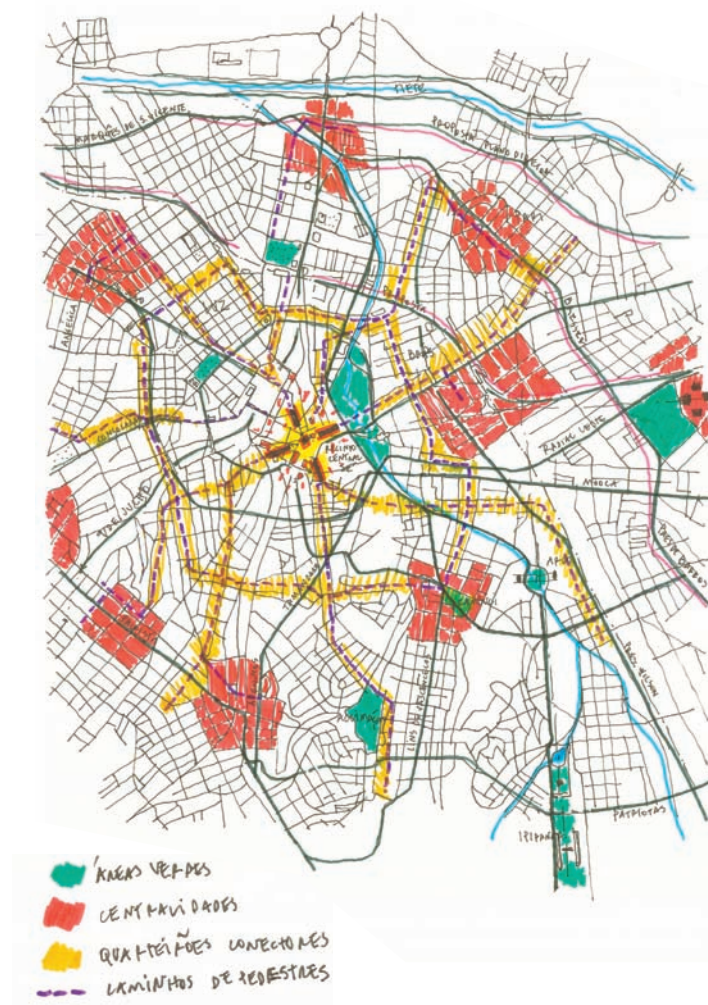


Fig. 74 - Hipótese inicial para a Nova São Paulo

Deve ser, pois, desenvolvido um projeto orientador (*master plan*) para a região do vale do Tamanduateí, onde estão as Operações Urbanas *Diagonal sul*, *Celso Garcia* e *Água Branca*, a ser detalhado especialmente nos trechos mais centrais para que assim projetos que ali têm sido realizados não tenham o caráter fragmentário que têm demonstrado, ainda que com inegáveis valores arquitetônicos e paisagísticos.

O presente trabalho defende a perspectiva de um plano que possa coordenar os projetos de equipes variadas em função de diretrizes que se referem à região da Bacia do alto Tietê e macro-metrópole.

Há projetos recentemente desenvolvidos para alguns pontos dessa região da zona central paulistana em que contradições se explicitam por falta de um plano mais abrangente. A área junto à Estação da Luz e a área junto à Estação Roosevelt são algumas delas. Há alguns projetos apresentados associados à OU Diagonal sul como o da nova transposição da linha do trem que não se relaciona com a hipótese que cada vez mais toma corpo de implantar avenidas ao longo da calha da ferrovia racionalizada que, diminuída em largura, permite a utilização de áreas assim liberadas para autovias que podem desafogar eixos viários sobrecarregados. Nessa mesma hipótese que foi recentemente atualizada pelo grupo de estudo de desenho urbano da Universidade Presbiteriana Mackenzie coordenado pela arquiteta Anne Marie Summer – tendo sido já defendida por outros projetos anteriores como do arquiteto Cândido Malta Campos entre outros – vemos a indicação de necessárias obras de túneis no entorno da estação da Luz que criam contradições com a orientação do PRE Sé com seu túnel em direção diversa para complementar a contra-rótula e também intenções para a Av. Tiradentes.



Fig.75 - Avenida proposta junto à linha do trem – equipe coordenada pela A.M. Summer

Junto ao Largo da Concórdia e Estação Roosevelt (do Norte), há propostas de enterramento das vias transversais à linha de trem, algo que estabeleceria contradições com a perspectiva de criação de uma avenida numa faixa de trilhos subutilizados naquele trecho do Brás em que esta não é particularmente larga e pressuporia algum trecho subterrâneo.

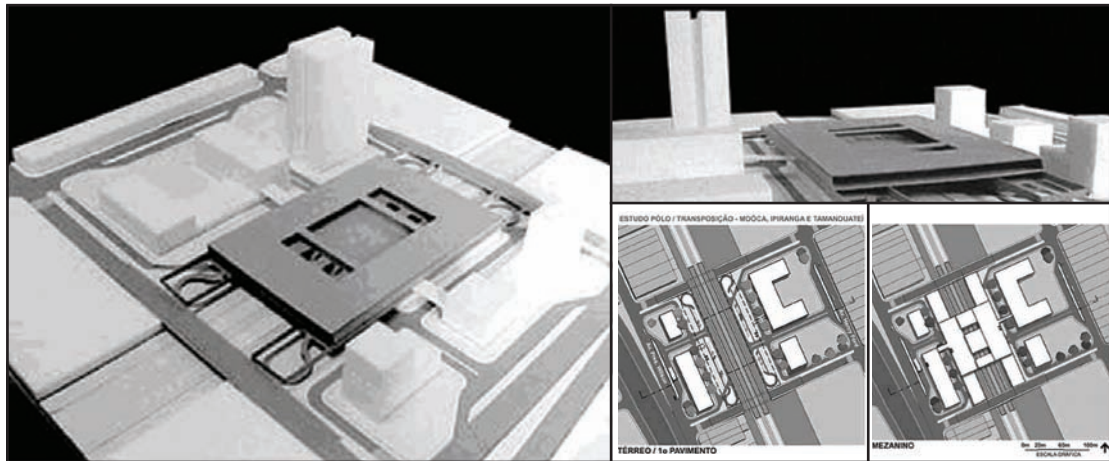
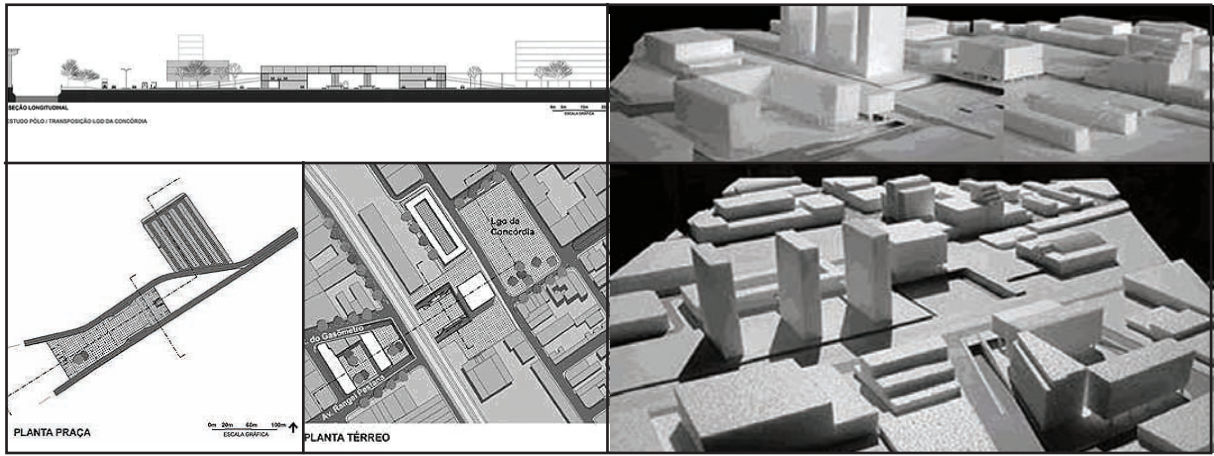
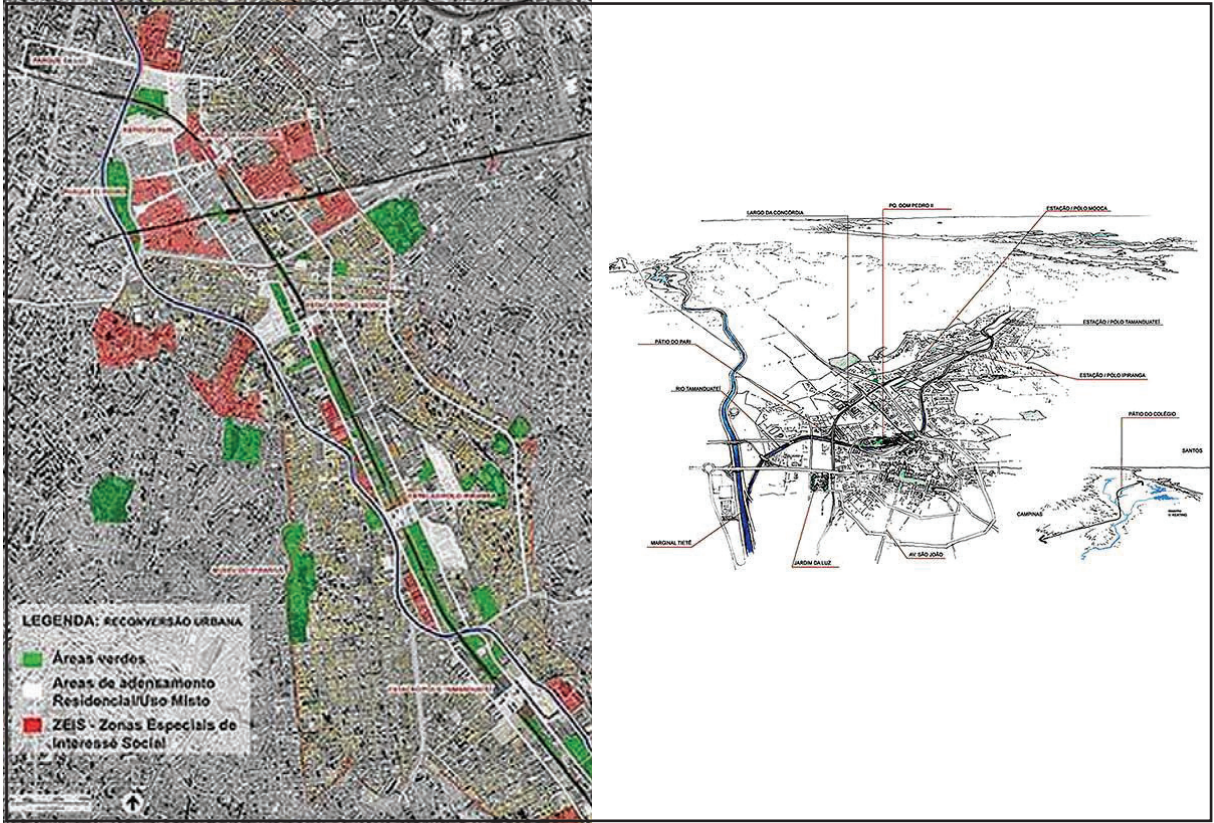


Fig. 76 - A-H Projetos relacionados à OU Diagonal Sul

São dois gargalos, por assim dizer, dessa grande região. Também é outro gargalo a ser trabalhado o cruzamento de uma nova via que cada vez mais se anuncia no sentido N-S com a Radial Leste – o projeto para o Memorial da Independência sob coordenação do arquiteto Sylvio Barros Sawaya discute a possibilidade de uma via que liga Ipiranga e Vila Guilherme e explicita dificuldades e contradições decorrentes. Os PREs, ajustando o PDE, trabalham essa ligação em vias existentes com novas conexões entre si de modo a permitir essa nova ligação N-S.

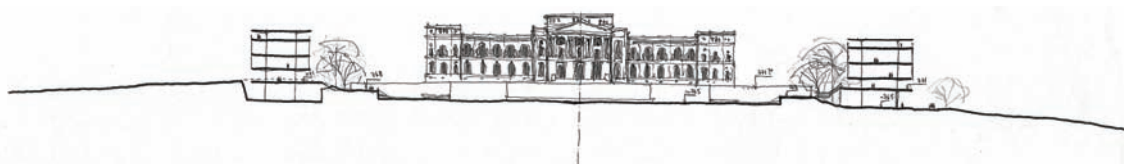
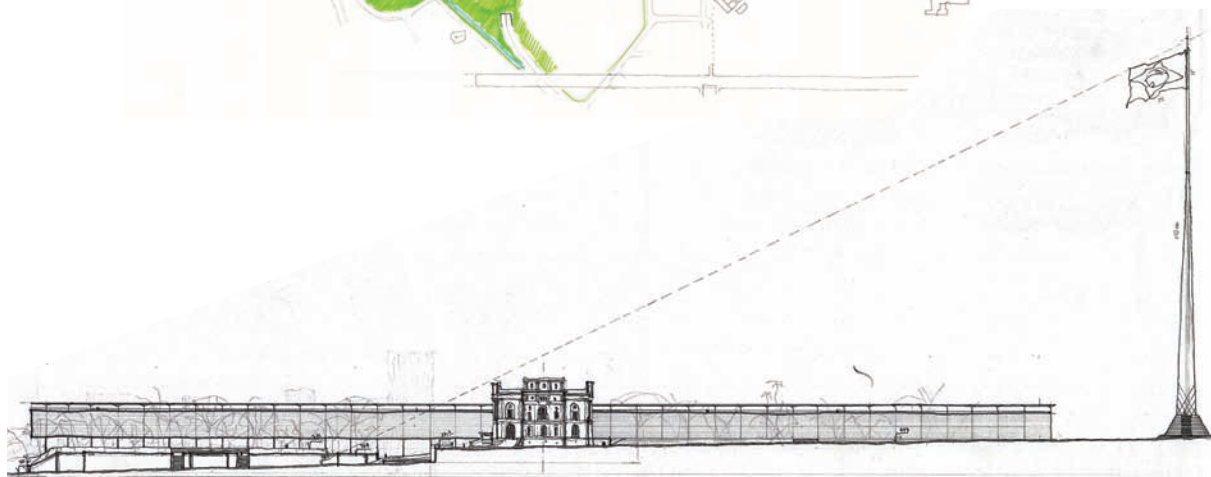
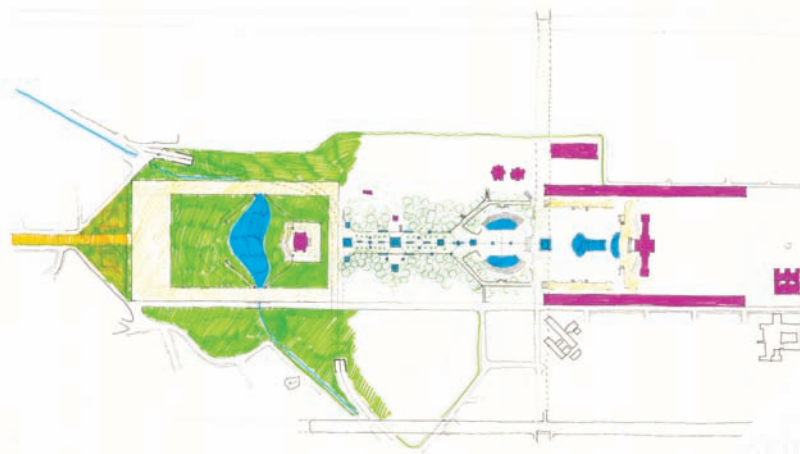
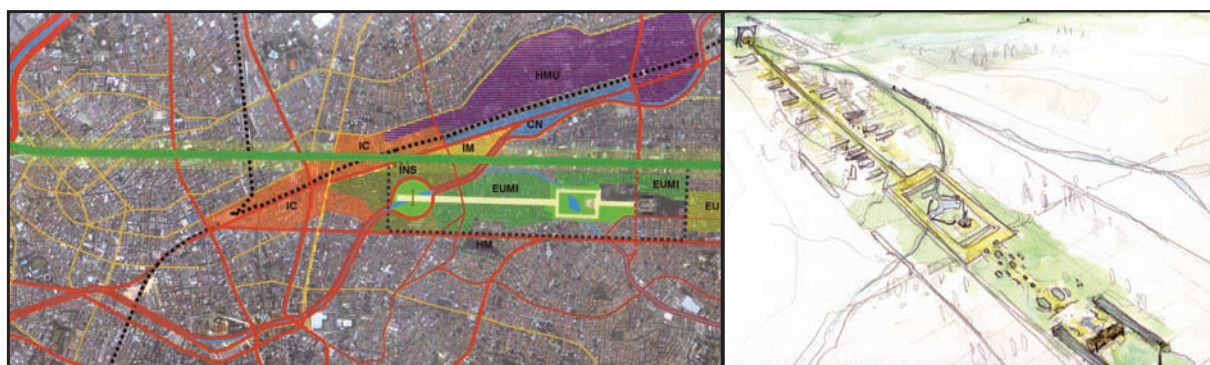


Fig. 77 - A-E Projeto Memorial da Independência

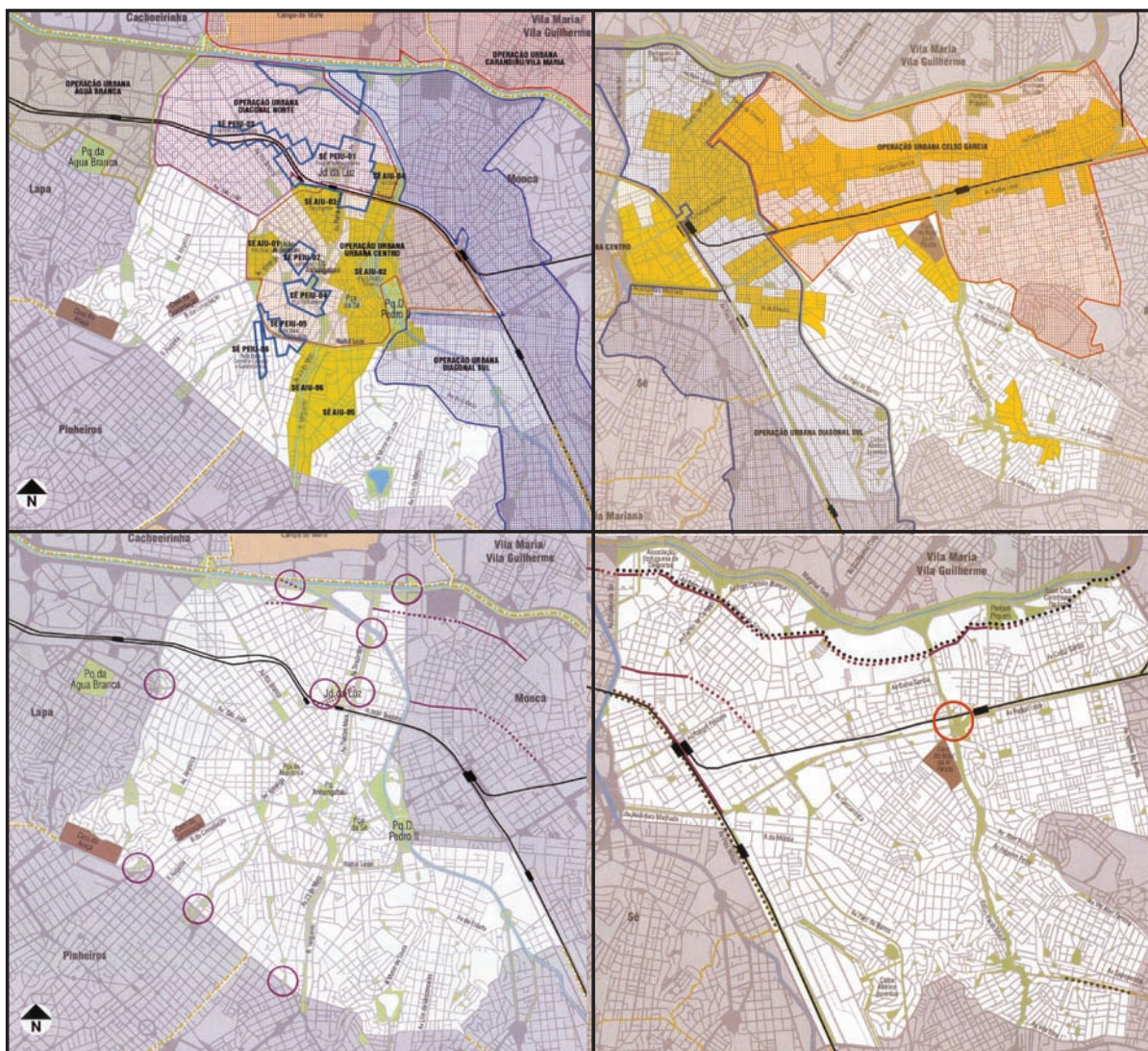


Fig. 78 - A- D Projetos de vias estruturais e áreas de intervenção pelos PREs da Sé e da Moóca

O projeto realizado pelo escritório UNA Arquitetos para as áreas da CBTU na Moóca Industrial apresenta a Av Presidente Wilson como um eixo N-S importante mas não se dedica à discussão de como conectá-la com as vias ao norte da Radial Leste.



Fig. 79 - A-C Projeto da equipe UNA Arquitetos para a região da Moóca Industrial

Simultaneamente, alguns projetos de nova configuração urbana têm sido desenvolvidos para áreas específicas como o Bairro Novo com interessantes tipologias de organização urbana e como a Luz, que tem sido alvo de um projeto de recomposição por parte da EMURB e já havia sido objeto de estudo numa equipe coordenada pelo arquiteto Paulo Bastos no sentido de reverter a precariedade que se generalizou naquele trecho do bairro que passou a ser chamado cracolândia em função do tráfico e consumo de drogas.

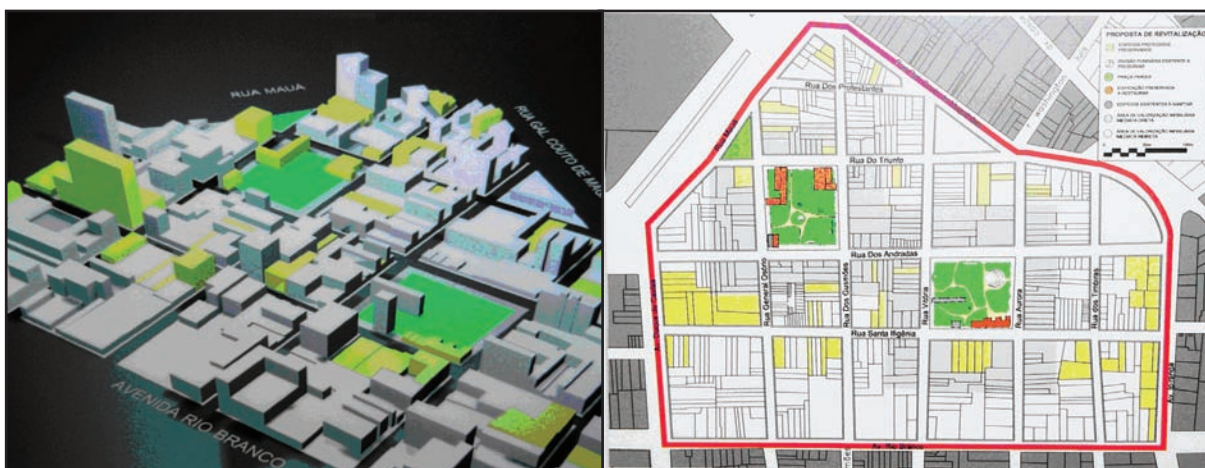


Fig. 80 - A-C Projeto para a Luz sob coordenação do arquiteto Paulo Bastos

A área onde se desenvolveu o projeto do Bairro Novo também foi pensada no projeto da Universidade Mackenzie já mencionado acima e assumida como lugar para facilitar a drenagem urbana. Não é defendida a idéia de ocupá-la com edificações mas sim de implantar uma série de áreas livres públicas associadas a lagos e canais de retenção de águas pluviais no sentido de diminuir a vazão no Tietê especialmente nos períodos de chuvas intensas.

A presença da água na condição urbana é trabalhada em alguns dos projetos para o Bairro Novo e na proposta acima referida para a Mooca industrial. Há uma crescente intenção de aproveitar as potencialidades paisagísticas da água na condição urbana, revertendo o quadro de esquecimento a que foi relegada na cidade de São Paulo que ainda vive na inércia de uma atitude antes generalizada de esconder seus córregos e ribeirões e inclusive, lamentavelmente, parte de um rio historicamente importante como o Tamanduateí, através do chamado Tampão.

No projeto apresentado pela prefeitura de São Paulo para concorrer à vaga de cidade sede das Olimpíadas, há uma interessante consideração da cidade como um todo, com transformações defendidas para vários trechos próximos aos rios paulistanos. Nos terrenos onde se propôs posteriormente o Bairro Novo localizou-se um estádio de escala metropolitana associado a habitação, alojamento de atletas a ser posteriormente convertido num conjunto com características semelhantes ao CECAP de Guarulhos e uma área significativa foi trabalhada como parque. Há projetos para junto à foz do

Tamanduateí e para junto da Ponte das Bandeiras, entre outros. O projeto da equipe encabeçada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha é uma indagação prospectiva que considera a cidade como um todo e se apóia em conjuntos de edifícios que teriam a função de indutores de transformações. Poderia ser trabalhado em associação a outros projetos para os arredores e ajustado em função de um plano geral para o vale do Tamanduateí como aquele que é aqui defendido.

A perspectiva de se trabalhar um *master plan* para a região das OU Diagonal Sul, Água Branca, Celso Garcia e eventualmente também Diagonal Norte faz pensar em hipóteses para se orientar sua ocupação no sentido de moldar uma nova forma urbana, que explicita Centros e centralidades como o Centro velho, o Ipiranga e a centralidade qualificada na Subprefeitura da Mooca, e que tem um valor em si. Projetos na escala da metrópole para esses três centros passam a balizar a paisagem do vale do Tamanduateí, onde também se imagina a estruturação das centralidades funcionais estabelecidas através de pátios urbanos e a reordenação urbana decorrente da compreensão dessa região como central na nova condição da metrópole.

O desenho para a atualização dessa região deve levar em consideração diversas formas de deslocamentos com ênfase naquelas de menor impacto. Exemplos citados, como os projetos para Santiago no Chile, Midtown em Nova Iorque e mesmo Brasília, podem ser trabalhados no sentido de encontrar o desenho para essa região em estudo, sendo necessariamente uma proposta nova com padrões específicos em função de suas peculiaridades.

Reiterando o que foi dito acima, exemplos de discussão sobre o desenho da nova condição urbana devem ser levados em consideração como os projetos para Ho Chi Min no Vietnã em que várias tipologias de quadra se intercalam criando uma pluralidade de situações que se afasta de uma homogeneidade eventualmente redutora das possibilidades da vida urbana. Também a discussão sobre configuração geral presente no livro *Cidades para um pequeno planeta*⁷⁰ de Richard Rogers pode ser tomada como base para a definição do novo desenho urbano pretendido.

Há que se aprofundar, a partir desse *master plan* defendido, a relação com as edificações que têm sido realizadas nos últimos anos e que não refletem a importância estratégica da região no sentido de reinventar uma forma de desenho urbano paulistano. A questão que se coloca é a de como articular essas atitudes recentes, o patrimônio ali presente, a questão da drenagem das águas pluviais, a circulação no âmbito da metrópole e da macro-metrópole e resultar num desenho atraente e funcional.

⁷⁰ ROGERS, Richard *Cidades para um pequeno Planeta* Barcelona: GG 2001

A dinâmica do mercado imobiliário e a necessária coordenação do poder público regulador devem encontrar um denominador comum já que ambas são partes indispensáveis do processo de produção do espaço urbano paulistano. O foco dessa produção deve, no entanto, ser a de se encontrar um desenho que dialogue com a paisagem, com os anseios dos moradores e futuros moradores da região, com as forças envolvidas no processo.

Podemos compreender atitudes possíveis de projeto para a região a partir de alguns exemplos que podem servir de base para o desenvolvimento do desenho dessa nova condição central metropolitana.

No Projeto vencedor do concurso para o Bairro Novo, desenvolvido pela equipe com coordenação do arquiteto Euclides Oliveira, são previstas quadras que se assemelham a grandes edifícios com pátios internos de uso coletivo. Praças são localizadas para cada aproximadamente cinco quadras. Trata-se de uma visão de desenho urbano de forma geral derivada de propostas especialmente do urbanismo europeu e transformadora para São Paulo que há muito não via um plano regulador com essa intenção de promover um ambiente urbano controlado.

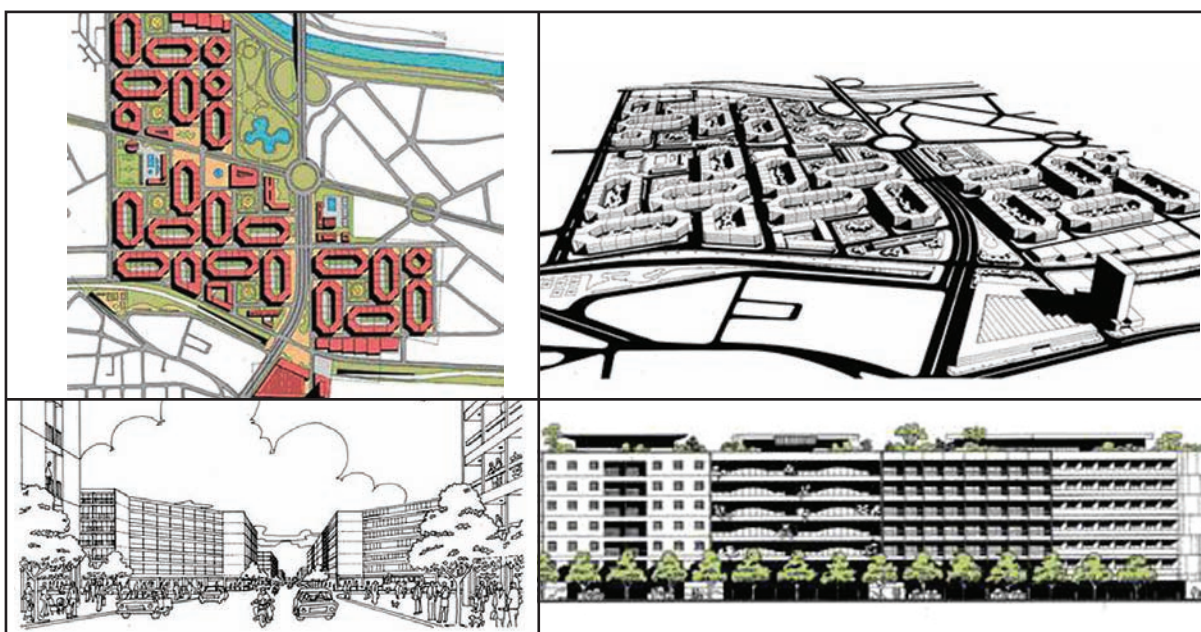


Fig. 81 - A-D Projeto vencedor no Concurso para o Bairro Novo em São Paulo

Os edifícios têm gabarito máximo de térreo mais seis pavimentos, altura que foi também defendida por Lúcio Costa nas superquadras de Brasília. Até o sexto pavimento, segundo o autor do Plano Piloto, uma mãe ainda é capaz de reconhecer seus filhos brincando nas imediações. Acima disso, a relação com o espaço público torna-se mais vaga e distante. Diminui o controle social das áreas públicas e torna-se o ambiente urbano menos próximo de seu sentido de convívio e mais genérico e de circulação anônima.

Críticas foram realizadas no sentido de apontar para a distância entre a proposta e aquilo que é praticado pelo mercado imobiliário paulistano da atualidade, além da dificuldade de gerenciar os espaços coletivos concebidos.

No Projeto que obteve menção honrosa para o mesmo concurso, a equipe com coordenação do arquiteto Bruno Roberto Padovano desenvolve um desenho diametralmente oposto ao vencedor. Há aqui uma apropriação de modelos desenvolvidos recentemente pelo mercado – torres de 40 andares – mas recuperando o sentido original da verticalização, a saber, uma possibilidade de mesmo com uma densidade alta, trabalhar com a idéia de uma cidade num parque. O binômio verticalização e liberação do rés do chão para uso coletivo associado ao pragmatismo no que diz respeito aos futuros empreendedores imobiliários são as principais questões aqui colocadas.

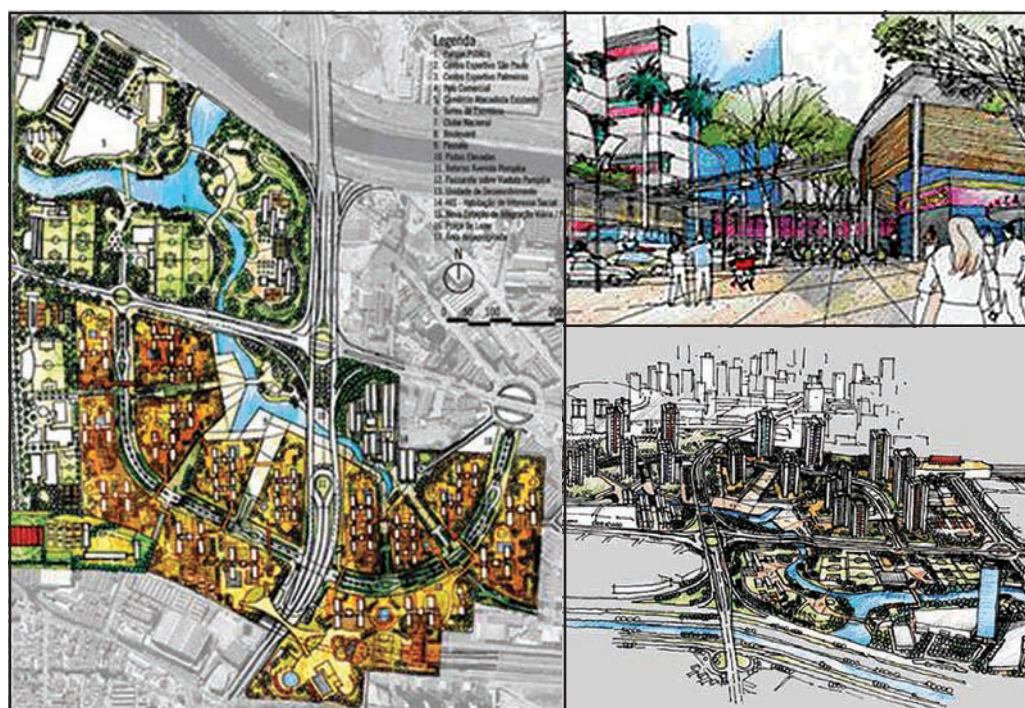


Fig. 82 - A-C Projeto para o Bairro Novo sob coordenação do arquiteto Bruno Padovano

Outro projeto com menção honrosa para o concurso do Bairro Novo que enriquece o debate sobre tipologias de desenho urbano foi aquele apresentado pela equipe com coordenação do arquiteto Christian de Portzamparc. Trata-se de um projeto que desenvolve uma estratégia para o desenho das quadras que deriva da morfologia atualmente visível na cidade de São Paulo, mas regulamentada no sentido de controlar a densidade por quadras e garantir áreas de uso coletivo e que resulta na

tipologia que foi chamada de “quadra aberta”. O projeto lança mão da lembrança de que grande parte da área do Bairro Novo é de antigas várzeas para propor que a água volte a dominar a paisagem, fornecendo um modelo de organização dos bairros em espécies de penínsulas criadas junto ao rio Tietê.



Fig. 83 - A-E Configurações possíveis para a “quadra aberta” na península proposta para o Bairro Novo pela equipe coordenada pelo arquiteto Christian de Portzamparc.

Houve também um projeto apresentado pela equipe *MMBB* Arquitetos que se denominou Projeto de reurbanização da Água Branca. Nele, a presença da água e o desenho simples são lições numa proposta que também inclui a perspectiva de liberação do rés do chão para circulação coletiva.

Há a possibilidade de abrigar todos esses princípios em setores que se articulem entre si e que garantam diversidade para a nova São Paulo. O exemplo de Ho Chi Min, já mencionado, é inspirador ainda que parece falhar na produção de referências na escala do conjunto e de uma certa harmonia que transcenda a simples setorização.

A proposta de transposição da ligação leste-oeste para terrenos subutilizados da CPTM que objetiva permitir o desmonte do Elevado Costa e Silva (Minhocão) da equipe com coordenação da arquiteta Anne Marie Summer, que dá, como dito acima, uma nova forma a uma idéia já algo antiga de utilizar o traçado da linha férrea para uma avenida de conexão importante para São Paulo, ainda

que com túneis previstos na área do entorno da Estação da Luz e da Estação do Norte que criam contradições com propostas associadas aos PREs, deixa claro que a linha férrea deve ser retrabalhada e a perspectiva de ter uma avenida articuladora ao longo de seu trajeto parece apropriada ainda que com dificuldades em pontos onde o patrimônio construído e os fluxos impedem soluções em nível.

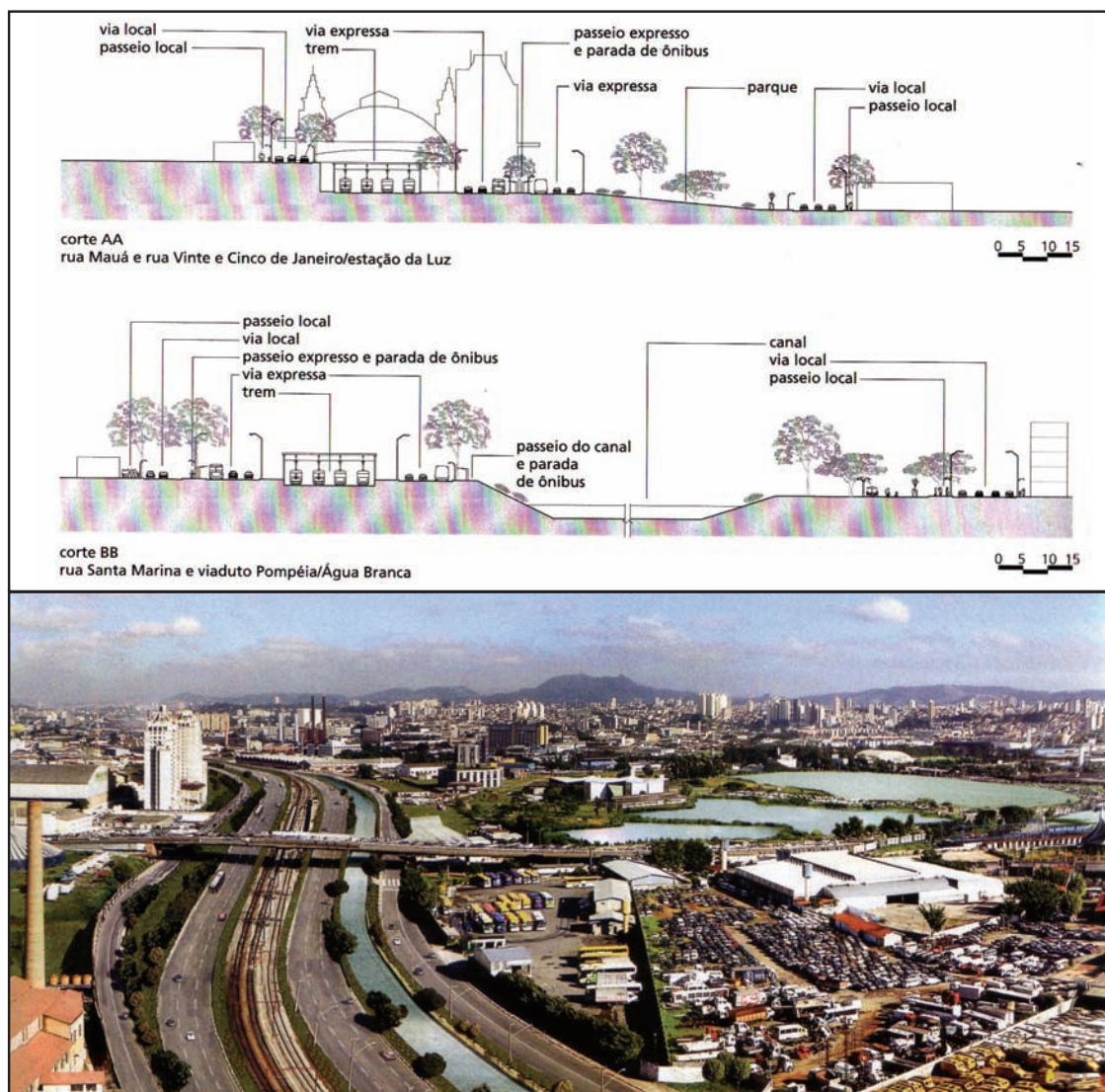


Fig. 84 - A-B Cortes mostrando avenidas junto à linha férrea e imagem que mostra canais e lagoas de drenagem propostos na área que foi objeto de projeto no Concurso Bairro Novo.

No que diz respeito à região da Luz, é importante lembrar a proposta para a “Cracolândia” (Luz) desenvolvida por equipe coordenada pelo arquiteto Paulo Bastos, que defende a demolição de parte de duas quadras e criação de praças de convívio na escala do bairro. Prevê a manutenção de edifícios protegidos e bem conservados associada ao estímulo para edifícios residenciais e de uso misto.

Essa área tem sido atualmente transformada a partir de uma proposta da EMURB chamada *Projeto Nova Luz* que muda o caráter da intervenção já que, ainda que mantenha a perspectiva

de uma requalificação dos edifícios habitacionais do bairro, tem como bandeira o estímulo para o estabelecimento ali de um pólo tecnológico.

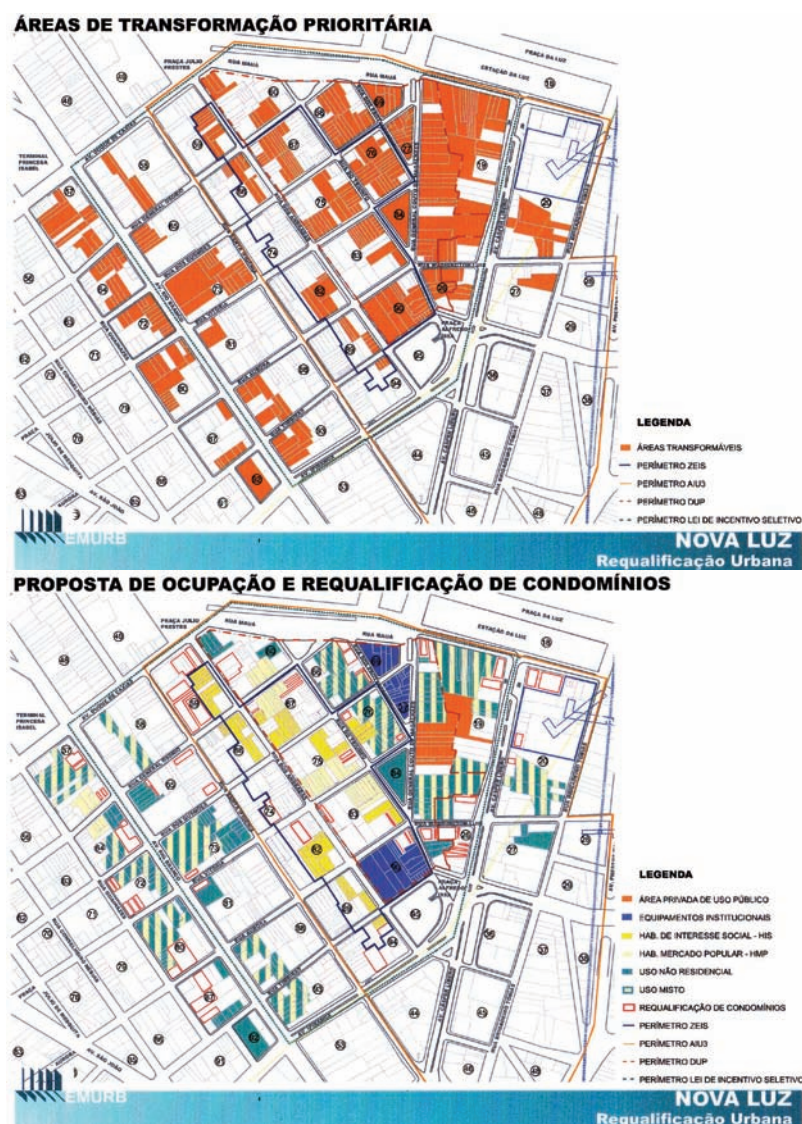


Fig. 85 - A-B Projeto Nova Luz EMURB

Em relação aos Planos Regionais Estratégicos para Sé e Mooca, chama a atenção a proposta de túnel sob o Jardim da Luz para efetivar uma contra-rótula via Rua São Caetano e a conexão de uma série de vias existentes no sentido de estabelecer uma nova ligação N-S na região.

Os caminhos a serem enfatizados nessa *Nova São Paulo* ainda estão por se definir, mas é claro que desafogar as vias junto aos rios e permitir uma valorização da rede hídrica existente são princípios necessários.

Há um nascente Eco-urbanismo, assim chamado por ter como prerrogativa adequar o desenho da cidade às novas diretrizes de utilização dos recursos limitados do planeta, e que tem como antecedentes as propostas de cidades jardim, as comunidades alternativas e eco-vilas, que além do cuidado com a paisagem, incorpora novas tecnologias derivadas de descobertas e desenvolvimento

de fontes alternativas de energia e estratégias de redução de consumo e deslocamentos.

Há estratégias no sentido de organizar os movimentos na sociedade de maneira a que sejam reduzidos e que não sobrecarreguem determinados horários enquanto outros são subutilizados. Gastos energéticos são reduzidos na racionalização dos deslocamentos e na coexistência de atividades que podem ter trocas vantajosas para ambas enquanto compartilham uma infraestrutura que de outra maneira seria mais extensa e custosa.

A redução do constrangimento econômico se dá também no desenvolvimento de construções inteligentes e “verdes”, cujos processos de produção, de manutenção durante sua vida útil, de seu desmonte e reciclagem produzam o mínimo de perturbações ao meio ambiente.

As maneiras de aferir o âmbito da perturbação causada por uma determinada atitude humana estão cada vez mais sofisticadas e amplas. Soluções em face dessas questões têm recuperado o princípio de plurifuncionalidade, valorização da escala local e diversidade em oposição à perspectiva do projeto único.

Em Lu Zia Sui, proposta para Nova Cidade junto a Xangai, China, a equipe liderada pelo arquiteto Richard Rogers em 1992, por exemplo, desenvolve princípios norteadores para uma cidade sustentável.

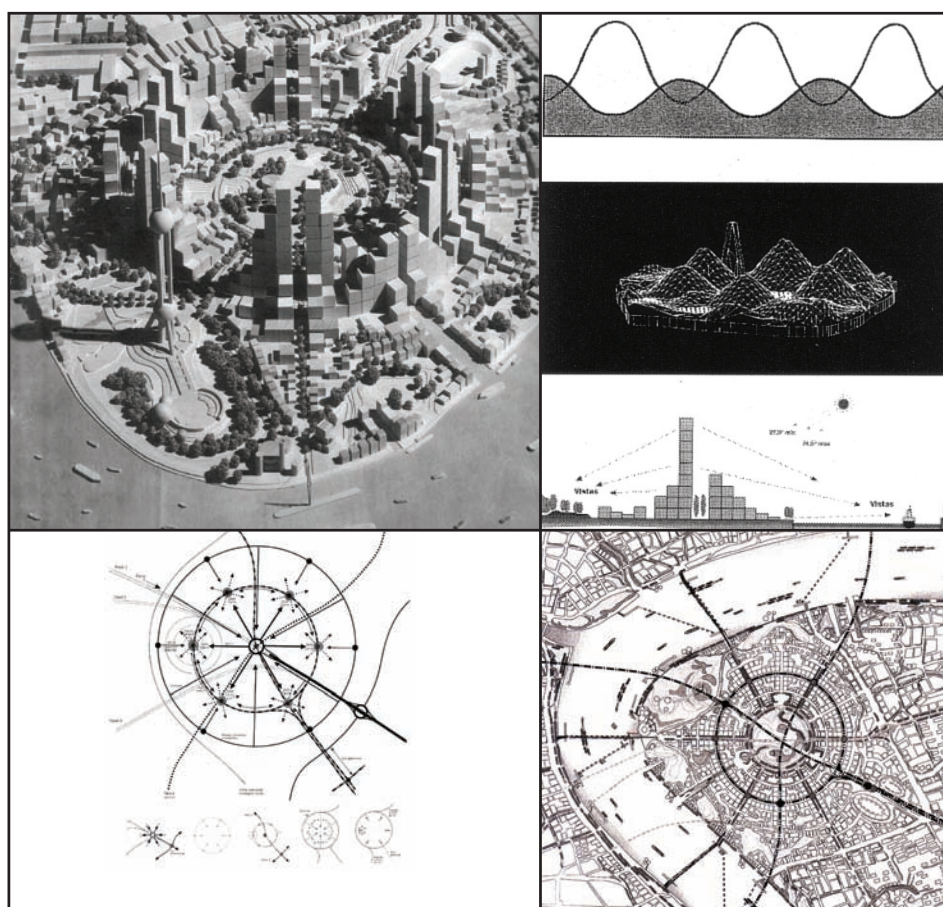


Fig.86 - A-D Projeto para Lu Zia Sui da equipe coordenada pelo arquiteto Richard Rogers (Princípios norteadores para cidade sustentável)

Curioso o resultado formal que faz pensar num Centro-cluster e que certamente é modular, no sentido de que é reproduzido como esquema em rede. Vários meios de transporte são oferecidos e, associado a uma administração do tempo e da localização das atividades, evita-se assim congestionamentos ainda que a idéia de reunião, de aproximação das pessoas esteja explicitada.

Novamente, agora numa escala ampliada, foram apresentados elementos essenciais para um projeto necessário de ordenamento da transformação da região central paulistana.

A cidade é um processo de articulação contínua entre forças presentes. Do que se defendeu até aqui como essencial para o estratégico vale do Tamanduateí e para a colina original paulistana, há princípios que ficam: a forma final não é necessariamente aquela que se apontou já que o importante é a discussão da possibilidade de recomposição - o projeto sempre ultrapassa a decomposição analítica e, sendo um exercício de imaginação, resulta em algo ainda mais importante que o raciocínio, pois é mais concreto que uma intelecção.

Conclusão

O presente trabalho discute a necessidade de transformar o Centro velho de São Paulo por entender que ali há algo que cisma em retornar e que, reativado plenamente, faz a cidade encontrar muito de seu sentido primeiro. Defende que há uma condição de Centralidade naquele sítio que deriva da geomorfologia, já que ponto estratégico na Bacia do alto Tietê, que por sua vez é também estratégica em relação à macro-região, e da sua imagem relacionada a arquétipos de lugares centrais, tendo sido, inclusive, reconhecido como Centro, a partir de procedimentos tradicionais, pelos povos de Cultura pré-cabralina e pelos religiosos cristãos que o ocuparam.

A recuperação defendida combina atitudes recentes, que não reconhecem esse sentido essencial da colina central paulistana, mas apresentam aspectos funcionais que podem ser a ele associados e assim potencializados, com uma leitura que a revê em função da nova escala da aglomeração paulista (a macro-metrópole que extravasa a Bacia do alto Tietê), associada à necessária consideração de sua condição desafogada como novo Centro, já que inserido numa rede de Centros que faz pensar num rizoma com pontos de transcendência.

O urbanismo utilizado na concentração urbana paulistana foi, até hoje, excessivamente no sentido de sobrecarregar o Centro. Essa atitude deve ser revertida e a rede de Centros será pensada no sentido de desafogá-lo.

A consideração de várias dimensões da Centralidade, desde a que se refere à nova escala macro-metropolitana, passando pelas questões econômica e financeira, até a simbólica, apresenta o desafio de trabalhar de maneira unificada com aspectos por vezes conflitantes.

O significado de Centro, que aqui é investigado, confirma a existência de diferenciações no espaço, no território, na paisagem, e reforça a atitude projetual em relação ao Centro velho paulistano, associada à consideração de uma rede de Centralidades no sentido de não o sobrecarregar. Defende-se que há, pois, uma forma de o Centro não significar necessariamente congestionamento e implosão.

A discussão aqui empreendida busca princípios essenciais para atualizar o Centro paulistano a partir de um exercício de projeto que representa uma procura da *forma* que ele deve ter. Articulador de níveis profundos da macro-metrópole, trata-se do Centro da Polis, que organiza o território. O Centro velho paulistano é visualizado como o Forum era para a cidade romana.

Defende-se que funções essenciais mitigadas no decorrer do século XX sejam recuperadas no Centro velho atualizado. Poder político municipal e estadual, Universidade e Religião, associados entre si e com Habitação, numa atitude transformadora que reverbera na colina como um todo, na região central e na macro-região.

O resultado formal atingido é entendido como intermediário no processo de transformação do Centro velho e não se ressentido de ser eventualmente revisto inúmeras vezes. É mais importante a intenção de ir ao encontro de um dos símbolos mais primordiais da cidade – vigente, mas pouco consciente – e a perspectiva de sua potencialização através da arquitetura e do desenho urbano.

A forma intuída, que deriva da Montanha Sagrada que representa um arquétipo presente de Centro Tradicional e que resultou na pirâmide que se desenha por alguns traços, não é imprescindível.

Importante é sua busca, assim como a perspectiva de associá-la a um novo paradigma de urbanismo que está em gestação, em que há uma nova maneira de se relacionar com a Natureza, e à nova escala da aglomeração humana paulistana que é a macro-região.

O projeto para o Centro velho paulistano pressupõe uma situação desafogada no que diz respeito aos fluxos e usos, que só será possível quando a dimensão macro-metropolitana for compreendida e assumida nas necessárias atitudes propositivas em várias escalas, entre as quais a transformação pretendida para o Vale do rio Tamanduateí desde a Moóca industrial e Ipiranga até sua desembocadura (foz) no Tietê (Campo de Marte, Barra Funda, Luz e Pari), que aqui se denominou projeto *Nova São Paulo*, região articuladora central, representativa da macro-metrópole e que está à espera de diretrizes ordenadoras.

Discute-se que nas transformações da ocupação paulista, o Centro paulistano passou por momentos de expansão e por momentos de retraimento. Atualmente considerado um vértice pouco ativo do Centro expandido, revela uma condição paradoxal que resulta do abandono de funções essenciais a ele, associado à ampliação da área considerada central. Ordenar essa região central em função de Centralidades associadas se mostra impreterível e, especialmente no que se refere ao Centro velho, atitude fundamental para tornar explícito seu sentido de “lugar chave” para se compreender a cidade e a paisagem sem, no entanto, congestioná-lo.

Na rede de centralidades da macro-metrópole paulista, o Centro Tradicional paulistano representa um papel vital e, caso acionado, pode contribuir para reordená-la e atualizá-la.

A desobrigação de o Centro velho paulistano manter todas as funções centrais metropolitanas, expandindo-as a partir da consideração da macro-metrópole, permitiu retomar o Centro Tradicional em suas funções primeiras, acrescentando à dimensão religiosa a dimensão político-administrativa e universitária, muito perdidas no decorrer do século XX.

Defendem-se como diretrizes para a forma que vai atualizar o Centro velho a perspectiva de agregar, com suas dimensões essenciais recuperadas, os elementos ali existentes, promovendo sua leitura como unidade coesa e monumental, ainda que permeável e que permita a restituição de sua condição de belvedere (da paisagem e da urbanidade) e de marco referencial, agora na escala da macro-metrópole. O valor intrínseco daquele lugar central deve

ser ressaltado. Sua peculiaridade de Centro Tradicional explicitada faz pensar num projeto como realização da Natureza.

O exercício da busca de sua forma atualizada necessariamente considera que se trata da construção do espaço da multidão, ou seja, de um Centro receptáculo que a acalenta e acomoda, numa escala compatível com a aglomeração humana paulista, mas sem deixar de se articular com uma escala local também presente.

O processo de projeto aqui exposto é um caminho nessa exploração do possível, simbólica e conceitualmente, para aquele lugar.

Aceita-se esse dado da sensibilidade, que tem um valor em si e, a partir dele, se discute conseqüências e desdobramentos que apontam para diretrizes.

Todos os elementos analíticos coletados não visam o estabelecimento de uma racionalidade anterior que os contenha e explique, mas que, a partir de seu reconhecimento, permitam estabelecer relações, afinidades e agregações que vão se repropor através de reconfigurações possíveis para que, através delas, se possa fazer uma indagação de possibilidade que ultrapasse a atualidade, com suas determinações explícitas e aceitas e que traga uma busca do futuro no presente.

Mais uma vez, Ortega y Gasset⁷¹ vem auxiliar na lembrança dessa relação entre o que se apreende do passado, do presente e do que se traz à tona para o futuro:

El pasado nos salva del presente creando un robusto porvenir. [...] Amar el pasado es congratularse de que efectivamente haya pasado y de que las cosas, perdiendo esa rudeza con que al hallarse presentes arañan nuestros ojos, nuestros oídos y nuestras manos, asciendam a la vida pura y esencial que llevan en la reminiscência (ORTEGA Y GASSET, 1988, p.27 - 34)

Metodologicamente, é importante trazer as referências analíticas, mostrar suas recomposições através de novas configurações ainda parciais, atingir uma configuração que ainda não é final, mas estável e comunicável no seu conjunto, para permitir uma reflexão e discussão sobre o que se obteve nesse processo de projeto que necessariamente continuará.

Neste momento, o projeto tem continuidade na discussão que propõe, para poder posteriormente voltar a uma nova elaboração das considerações possíveis. A discussão também é, pois, projeto.

O atual estágio da elaboração intelectual permitiu dar unidade a um discurso que está presente desde o início da pós-graduação, que se prende à compreensão do projeto como processo necessariamente coletivo na sua demanda e na sua consecução.

A expectativa é a de que esse discurso abra perspectivas além do presente trabalho e que a exploração desse campo analítico-propositivo como instrumento de conhecimento

⁷¹ ORTEGA Y GASSET, José *Notas de andar y ver* Madrid: Alianza Editorial, 1988

traga conseqüências para minha atividade como docente e estabeleça um novo patamar para minha intelecção da arquitetura e seu fazer, num caminho que se desvenda e do qual faz parte a discussão da arquitetura e do território como um processo único e social de realização do ambiente, do abrigo humano, o que inclui sua paisagem.

Defende-se que se abra mão da prática, *a priori*, de finalização do objeto para permitir que ele seja apropriado, discutido e ultrapassado pela participação de todos. A apreensão em relação a essa nova atitude se deve à ilusão de que dessa maneira se vai perder algo conquistado, mas que só correndo esse risco poderá evoluir e se concretizar.

Bibliografia

- ABLAS, Luiz *São Paulo: cidade mundial ou metrópole subdesenvolvida?* in *São Paulo em perspectiva* São Paulo: Revista da Fundação SEADE 7 (2) abril-junho 1993
- AB'SABER, Aziz *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo* boletim 219 Geografia 12 FFCL/USP São Paulo 1957
- AB'SABER, Aziz *Os Domínios da Natureza no Brasil* São Paulo: Ateliê Editorial 2003
- ANCHIETA, Padre José de *Informações do Brasil e de suas Capitanias 1584* in *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões/ José de Anchieta* Belo Horizonte: Itatiaia São Paulo: EDUSP, 1988
- ANTONIL, S.J Pde André João *Cultura e Opulência do Brasil* Belo Horizonte: Editoras Itatiaia; São Paulo: EDUSP 1982.
- ARANTES, Otília B. F. *Urbanismo em fim de linha e outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica* São Paulo: Edusp 1998
- ARGAN, Giulio Carlo *Projeto e Destino* São Paulo: Ática 2001
- AZEVEDO, Aroldo de (org.) *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana* São Paulo: Companhia Editora Nacional 1958
- BARBIERI, C. *Camargo Correa fará 'cidade' para 80 mil.* Folha de São Paulo, São Paulo, 22 de Dezembro. Folha Dinheiro, p.B7
- BARROS, Maria Paes de *No tempo de dantes* São Paulo: Paz e Terra 1998
- BONDUKI, Nabil G. *Habitar São Paulo. Reflexões sobre a Gestão Urbana* São Paulo: Estação Liberdade 2000
- BONDUKI, Nabil G. *Origens da Habitação Social no Brasil. O caso de São Paulo (1930-1954)* Tese de Doutorado FAUUSP 1994
- CAMPOS FILHO, C. *Cidades Brasileiras – seu controle ou o caos* São Paulo: Nobel 1989
- CAMPOS NETO, C. M. *Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo* São Paulo: Editora SENAC 2002
- CAMPOS NETO, C. M.; SOMECK, Nadia *A cidade que não pode parar – planos urbanísticos de São Paulo no século XX* São Paulo: Editora Mackpesquisa 2000
- CANEVACCI, Massimo *A cidade polifônica, ensaio sobre a antropologia da construção urbana* São Paulo: Studio Nobel 1997
- CASTELLS, Manuel *Sobreviver na globalização* entrevista à Revista Urbs São Paulo Associação Viva o Centro Set-Out 1999

- CHAUÍ, Marilena S. (consultora) prefácio de *Husserl, Edmund Investigações lógicas: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento*; seleção e tradução Zeljko Loparic e Andréa M. A. de Campos Loparic, São Paulo: Abril Cultural, 1980
- COMPANS, Rose *O paradigma das global cities na estratégia de desenvolvimento local* in revista Brasileira de Estudos Urbanos e regionais 1 Anpur Campinas maio 1999
- COSTA, Lúcio *Registro de uma vivência* São Paulo: Empresa das Artes, 1995
- CZAJKOWSKI, Jorge (org.) *Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica do Rio de Janeiro; Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro; Guia da arquitetura art déco no Rio de Janeiro; Guia da arquitetura moderna no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000
- DEAN, Warren *A ferro e fogo* São Paulo: Companhia das Letras 1996
- DEAN, Warren *A industrialização de São Paulo* Rio de Janeiro: Ed. Bertrand 1991
- DEL RIO, Vicente *Desenho urbano: conceitos e enfoques* Rio de Janeiro UFRJ 1982
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix *Mil Platôs* vol 1 Rio de Janeiro: Editora 34 1995
- DELJAICOV, Alexandre C. P. *Os rios e o desenho urbano da cidade: proposta de projeto para a orla fluvial da Grande São Paulo* Dissertação de Mestrado FAUUSP 1998
- ELIADE, Mircea *Le mythe de l'éternel retour, archétype et répétition* Paris: Gallimard 2002
- ELIADE, Mircea *Imagens e Símbolos* São Paulo: Martins Fontes, 2002
- ESTATUTO DA CIDADE _ *GUIA PARA IMPLEMENTAÇÃO* Instituto Polis
- FRANÇA, Elisabete (coord.) *Guarapiranga: recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo* São Paulo: M. Carrilho arquitetos 2000
- FRANCO, Maria de Assunção R. *Desenho ambiental. Uma introdução à Arquitetura da Paisagem com o paradigma ecológico* São Paulo: Annablume Fapesp 1997
- FRANCO, Maria de Assunção R. *Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável* São Paulo: Annablume/Editora da FURB/Fapesp 2000
- FRUGOLI JR, H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole* São Paulo: Edusp 2000
- GONÇALVES, Daniel I. *O Peabiru: uma trilha indígena cruzando São Paulo* Cadernos de pesquisa do LAP no 24 FAUUSP São Paulo 1998
- GROSTEIN, Marta Dora *A reconstrução permanente* in São Paulo: Centro XXI. Entre História e Projeto São Paulo Associação Viva o Centro
- GROSTEIN, Marta Dora; MEYER, Regina M. P. *Os Planos Diretores e a habitação social nas áreas centrais* Revista Urbs n 25 São Paulo 2002

- GUTIERREZ, Ramon *Arquitectura y Urbanismo em Iberoamerica* Madrid: Cátedra 1983
- HALASZ, Imre (et alli) *Revitalización y estructuración Del Centro de Santiago* Estúdio de *Diseño urbano* Escuela de Arquitectura Pontifícia Universidad Católica de Chile Santiago 1978-9
- HARVEY, David *A condição pós moderna* São Paulo: Loyola, 1994
- HASUI, Yociteru; CARNEIRO, Celso Dal Ré *Origem e evolução da Bacia sedimentar de São Paulo - mesa redonda Aspectos Geológicos e Geotécnicos da Bacia sedimentar de São Paulo* 1980
- HERTZBERGER, Herman *Lições de Arquitetura* São Paulo: Martins Fontes, 1999
- HOLANDA, Sérgio B. *Caminhos e Fronteiras* São Paulo: Companhia da Letras, 1994
- JACOBS, Jane *Morte e vida de grandes cidades* São Paulo: Martins Fontes 2000
- JUNG, C.G. (org.) *O Homem e seus símbolos* Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1964
- KOULIOUMBA, Samantia *São Paulo: cidade global?* Tese de Doutorado FAUUSP 2002
- LAGO, Pedro Corrêa do *Iconografia Paulistana do século XIX* São Paulo: Metalivros 1998
- LANGENBUCH, Richard J. *Estruturação da Grande São Paulo*. Estudo da geografia Urbana Tese de Doutorado Rio de Janeiro: Fundação IBGE/ Instituto Brasileiro de Geografia 1971
- LEFÈBVRE, Henri *La production de l'espace* Paris: Anthopos 1986
- LEME, Maria Cristina S. (org) *Urbanismo no Brasil 1895-1965* São Paulo: Nobel 1999
- LEMONS, Carlos A C *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao eclétismo trazido pelo café* São Paulo: EDUSP 1999
- LYLE, John T. *Design for Human Ecosystems* New York: Van Nostrand Reinhold 1985
- LYLE, John T. *Regenerative Design for Sustainable Development* New York: John Wiley & sons 1994
- MCHARG, Ian L. *Proyectar com la Naturaleza* Barcelona: Gustavo Gili 2000
- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954
- MAUSBACH, Hans *Urbanismo Contemporâneo* Lisboa: Editorial Presença 1981
- MEYER, Regina P. *São Paulo anos 50: Metrópole e Urbanismo* tese de Doutorado FAUUSP 1991
- MEYER, Regina P.; GROSTEIN, Marta D.; BIDERMAN, Ciro *São Paulo Metrópole* São Paulo: EDUSP Imprensa Oficial 2004
- MONTANER, Josep Maria *Depois do movimento moderno. A arquitetura da segunda metade do século XX* Barcelona: Gustavo Gili 1995

- MONTANER, Josep Maria *La modernidad superada. Arquitectura, arte e pensamiento Del siglo XX* Barcelona: Gustavo Gili 1998
- MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo* São Paulo: Difusão Européia 1970
- MUNFORD, Lewis, *A cidade na história* São Paulo: Martins Fontes, 2005
- OKAMOTO, Raí Y.; WILLIAMS, Frank E. (preparação) *Urban Design Manhattan Regional Plan Association* New York: The Viking Press 1969
- ORTEGA Y GASSET, José *Notas de Andar y Ver* Madrid: Alianza Editorial 1988
- ORTEGA Y GASSET, José *La Rebelion de las masas* Madrid: Alianza Editorial 1984
- PETRONE, Pasquale *Aldeamentos Paulistas* São Paulo: EDUSP 1995
- PRADO JR, Caio *O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo* São Paulo: Brasiliense 1989
- REFINETTI R. Martins, Maria L. *São Paulo: além do Plano Diretor* in Estudos Avançados USP n47 São Paulo Jan/Abr 2003
- REIS FILHO, Nestor G. *São Paulo e outras cidades* São Paulo: Hucitec 1993
- REIS FILHO, Nestor G. *Urbanização e planejamento no Brasil – 1960-1983* São Paulo FAUUSP Cadernos de Pesquisa do LAP série Urbanização e urbanismo n 11
- RIO CIDADE: O URBANISMO VOLTA ÀS RUAS Rio de Janeiro: IPLANRIO Mauad 1996
- ROGERS, Richard *Cidades para um pequeno planeta* Barcelona: Gustavo Gili 2002
- RUANO, Miguel *Ecourbanismo* Barcelona: Gustavo Gili 1993
- RYBCZYNSKY, Witold *Vida nas cidades: expectativas urbanas no novo mundo* São Paulo: Record 1995
- SAMPAIO, Maria Ruth A. *São Paulo: cidade global?* Recife trabalho de evento Encontro Nacional Anpur 1997
- SANTOS, Milton *A natureza do espaço* São Paulo: EDUSP 2002
- SÃO PAULO (cidade) *Globalização e Desenvolvimento Urbano* Sempla 2000/2001
- SASSEN, Saskia *A cidade Global* in *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil* Lena Lavinas e alli (org.) São Paulo ANPUR/ Hucitec 1993
- SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio (orgs) *Urbanismo: dossiê São Paulo-Rio de Janeiro* Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004
- SEGAWA, Hugo *Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na Passagem do século XIX para o XX* São Paulo: Atelier Editorial 1999
- SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL em Brasília SEDUR São Paulo: PINI 1986
- SILVA, Danúzio G. B. (org.) *Os Diários de Langsdorff* Campinas: Associação

- Internacional de Estudos Langsdorff, Rio de Janeiro: Fiocruz 1997
- SILVA, Luis Octavio de Faria e *Pátio do Colégio, o Centro Tradicional Paulistano* Dissertação de Mestrado FAUUSP 2001
- SILVA, Luis Octavio de Faria e *Pátio do Colégio, o Centro Tradicional Paulistano* São Paulo Itu: FS Editor, 2005
- SORRÉ, Max *Rencontres de la géographie et de la sociologie* Paris: Librairie Marcel Rivière et cie, 1957
- SPIRN, Anne W. *O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade* São Paulo: Edusp 1995
- TOCA FERNANDEZ, A (org.) *Nueva Arquitectura em America Latina: presente y futuro* México: Gustavo Gili 1990
- TOLEDO, Benedito Lima de *São Paulo, três cidades em um século* São Paulo: Duas Cidades ed. 1983
- TOLEDO, Benedito Lima de *Prestes Maia e as origens do Urbanismo Moderno em São Paulo* São Paulo: Empresa das Artes 1996
- TOLEDO, Roberto Pompeu de *A capital da solidão* Rio de Janeiro: Objetiva 2003
- UNDERWOOD, David *Oscar Niemeyer e o modernismo de formas livres no Brasil* São Paulo: Cosac y Naify Edições, 2002
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil* São Paulo: Editora Nobel/FAPESP 2001
- WILHEIM, Jorge *São Paulo – Metrópole 65* São Paulo: Difusão Européia do Livro 1965
- WILHEIM, Jorge *Projeto São Paulo – propostas para a melhoria da vida urbana* Rio de Janeiro : Paz e Terra 1982

Literatura

- ANDRADE, Mário de *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Livraria Garnier 2000
- ANDRADE, Mário de *Paulicéia desvairada em Poesias Completas* Belo Horizonte: Vila Rica 1993
- AMADO, Jorge *ABC de Castro Alves* São Paulo: Livraria Martins Editora 1971
- AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares de *Obras Completas* Rio de Janeiro: Nova Aguilar 2000
- LOBATO, Monteiro *Idéias de Jeca Tatu* São Paulo: Editora Brasiliense Ltda 1948

Planos para o Centro paulistano consultados

- Associação Viva o Centro *Propostas e compromissos* São Paulo 1996
- O Resgate da área central* EMURB Prefeitura do Município de São Paulo 1991
- Prefeitura de São Paulo – Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano – *Plano Estratégico 1998-2002* Procentro – Programa de Valorização do Centro de São Paulo Maio 1998
- PRE Sé, Moóca e Ipiranga*
- Reconstruir o Centro – reconstruir a cidade e a cidadania* Procentro/Administração Regional da Sé São Paulo Setembro 2001
- Planos para São Paulo (referência):*
- PMSP (1961) *Planejamento: Prefeito Adhemar de Barros 1957-1961* São Paulo: PMSP 1961
- PMSP (1968) *Plano Urbanístico Básico PUB* São Paulo: PMSP, Consórcio ASPLAN, Daly Montreal, Wilbur Smith 1968
- PMSP (1971) *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI* São Paulo: GEP/PMSP 1971
- PMSP (1972) *Lei de uso e ocupação do solo do município de São Paulo* São Paulo: GEP/PMSP 1972
- PMSP (1985) *Plano Diretor do Município de São Paulo 1985/2000* São Paulo: SEMPLA 1985
- PMSP (1988) *Plano Diretor do Município de São Paulo 1988* São Paulo: SEMPLA 1988
- PMSP (1991) *Plano Diretor do Município de São Paulo 1991* São Paulo: SEMPLA 1991
- PMSP (2002) *Plano Diretor Estratégico 2002-12 – lei 13.430/02* São Paulo: SEMPLA 2002

Fonte das ilustrações

- Fig 14 - Associação Viva o Centro *Propostas e compromissos* São Paulo 1996
- Figs 6 e 7 - BARROS, Maria Paes de *No tempo de dantes* São Paulo: Paz e Terra 1998
- Figs 11, 67 e 68 - CAMPOS NETO, C. M. *Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo* São Paulo: Editora SENAC 2002
- Fig 57 – CASTRO, R. L. *Salmona* Bogotá: Villegas, 1998
- Figs 63,64 e 65 - COSTA, Lúcio *Registro de uma vivência* São Paulo: Empresa das Artes, 1995
- Fig 47 - FLETCHER, Sir Banister *A history of architecture* London: Butterworths 1987
- Figs 71 a-g - HALASZ, Imre (et alli) *Revitalización y estructuración Del Centro de Santiago* Estúdio de *Diseño urbano* Escuela de Arquitectura Pontificia Universidad Católica de Chile Santiago 1978-9
- Figs 50 a-b - HEYDEN, Doris; GENDROP, Paul *Pre-columbian architecture of Mesoamerica* Milan: Electa, 1980
- Figs 4, 8 e 43 - LAGO, Pedro Corrêa do *Iconografia Paulistana do século XIX* São Paulo: Metalivros 1998
- Figs 9, 10, 20, 21 e 22 - MEYER, Regina P.; GROSTEIN, Marta D.; BIDERMAN, Ciro *São Paulo Metrópole* São Paulo: EDUSP Imprensa Oficial 2004
- Fig 79 a-c – MILHEIRO, Ana V.; NOBRE, Ana Luiza ; WISNIK, Guilherme *Coletivo – arquitetura paulista contemporânea* São Paulo: Cosac Naify, 2006
- Figs 1, 44, 45, 49, 66a – NORBERG-SCHULZ, Christian *Arquitectura Occidental* Barcelona: GG 1999
- Figs 72 a-d - OKAMOTO, Raí Y.; WILLIAMS, Frank E. (preparação) *Urban Design Manhattan* Regional Plan Association New York: The Viking Press 1969
- Figs 3 e 26 - PETRONE, Pasquale *Aldeamentos Paulistas* São Paulo: EDUSP 1995
- Figs 28 e 28 - PMSP (2002) *Plano Diretor Estratégico 2002-12 – lei 13.430/02* São Paulo: SEMPLA, 2002
- Fig 15 - Prefeitura de São Paulo – Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano – *Plano Estratégico 1998-2002* Procentro – Programa de Valorização do Centro de São Paulo Maio 1998
- Figs 78 a-d - *PREs Sé e Moóca*
- Figs 17 e 41 - *Reconstruir o Centro – reconstruir a cidade e a cidadania* Procentro/Administração Regional da Sé São Paulo Setembro 2001
- Figs 16, 75 e 84 a-b – Revista AU
- Figs 86 a-d - ROGERS, Richard *Cidades para um pequeno planeta* Barcelona: Gustavo Gili 2002
- Figs 73 a-b - RUANO, Miguel *Ecourbanismo* Barcelona: Gustavo Gili 1993

Figs 12 e 39 - TOLEDO, Benedito Lima de *Prestes Maia e as origens do Urbanismo Moderno em São Paulo* São Paulo: Empresa das Artes 1996

Fig 66b - UNDERWOOD, David *Oscar Niemeyer e o modernismo de formas livres no Brasil* São Paulo: Cosac y Naify Edições, 2002

Figs 76 a-g, 81 a-g, 82 a-c, 83 a-e – <<http://www.vitruvius.com.br>> acesso em: Maio 2007

Fig 19 – IBGE 1972

Fig 24 – GEOMAPAS 2006

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)